

Amr Alfiky/Reuters

DUBAI ENFRENTA MAIOR TEMPESTADE EM 75 ANOS
Inundação provocada por temporal recorde nos Emirados Árabes e em Omã, países de clima desértico; “semeadura de nuvens” é apontada como causa, mas governo nega **Mundo A11**

Fernanda Torres
Ziraldo e a alegria da resistência
Ziraldo sofreu de longa moléstia. Livre do corpo enfermo, a memória dele emergiu, com a potência de uma vida usufruída até o carão. **Ilustrada C3**

EDITORIAIS A2
Senado aprova equívoco contra drogas
A respeito de PEC que criminaliza entorpecentes.
Cérebros perdidos
Sobre plano para a repatriação de pesquisadores.

Ilustrada C1
‘Guerra Civil’, com Wagner Moura, traz EUA divididos em distopia bélica

Turismo C8
Parque americano tem brinquedos assinados por Dalí e Basquiat



Catarina Pignato

Corrida B10
Resumo da semana
Em novo podcast da Folha, trio de colunistas comenta temas do momento às quintas-feiras

Em meio a crise entre Poderes, Moraes vai de surpresa ao Senado

Ministro avisa Pacheco em cima da hora; ameaça de CPI e PEC das drogas expõem embate do Congresso com o STF

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), fez uma visita-surpresa ao Senado ontem, em meio a embate entre os Poderes que inclui a ameaça de deputados de instalar uma CPI para apurar supostos abusos cometidos pelo Supremo. Moraes também se reuniu com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

No Senado, o ministro participou da entrega ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), do anteprojeto que revisa o Código Civil. Moraes havia sido convidado e só avisou que iria ao Congresso minutos antes. No plenário, sentado ao lado do presidente do Senado, afirmou que “nós já éramos felizes e não sabíamos” antes das redes sociais.

Pacheco disse não haver “absolutamente nenhuma crise” entre ele, “como presidente do Senado, com o Judiciário”. Ele é autor da PEC das drogas, aprovada em reação a julgamento do STF que pode descriminalizar a maconha. **Política A4**

Centrão avalia tirar Padiha do caminho das emendas parlamentares A5



O ministro do STF em sessão no Senado ao lado de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) **Gabriela Biló/Folhapress**

Mudança no abono salarial pode gerar gasto de R\$ 27,9 bi

Decisão do TCU (Tribunal de Contas da União) que altera o calendário de pagamento do abono salarial pode gerar pressão de pelo menos R\$ 27,9 bilhões nas contas públicas. A corte determina que o Executivo pague o benefício no ano seguinte à aquisição do direito pelo trabalhador celetista.

Hoje, o desembolso ocorre apenas no segundo ano. Com isso, o governo Lula (PT) pode ter de pagar, em um único ano, o equivalente a duas folhas do abono. A decisão surpreendeu a equipe econômica. O Planalto deve enviar recurso ao tribunal pedindo uma reanálise do tema. **Mercado p.1**

Cenário não é de intervenção no câmbio, diz Campos Neto

Mercado p.3

Deputados dos EUA divulgam decisões do STF sobre o X

Comissão do Congresso dos EUA publicou decisões sigilosas do ministro Alexandre de Moraes, do STF, sobre suspensão ou remoção de perfis em redes sociais. Os documentos foram obtidos a partir de intimação ao X, de Elon Musk. O colegiado, presidido por deputado ligado a Donald Trump, cita “ataque contra liberdade de expressão” e 150 contas removidas no X. **Política A8**

Polícia do RJ apura se idoso foi levado morto a banco

Laudo inicial sobre o caso do idoso levado a agência bancária no Rio aponta que não é possível dizer se ele morreu antes ou depois de entrar no local. A acompanhante, sua prima, foi presa ao tentar sacar R\$ 17 mil. Defesa dela afirma que ele chegou vivo ao banco. **Cotidiano B2**

Governo Tarcísio vai usar IA para criar aula digital

A gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) vai utilizar o ChatGPT para produzir aulas digitais usadas na rede estadual paulista. Hoje, o material é feito por docentes especialistas nesses conteúdos. Questionado, o governador afirmou que “nada vai substituir” o professor. **Cotidiano B1**

Acionistas terão limite de votos em Sabesp privada

Governo paulista anunciou detalhes da privatização da Sabesp. Tarifa social da água pode ter corte de até 10%. Investidores deverão ficar com 15% da empresa, e acionista terá limite de votos de 30% do capital. Câmara de SP aprovou em 1ª votação projeto que viabiliza venda. **Mercado p.6**

Menino de sete anos é ferido durante operação da PM em SP

Cotidiano B2



Senado aprova equívoco contra drogas

Legislativo tem a prerrogativa de deliberar sobre o tema, mas erra ao criminalizar entorpecentes; Folha defende legalização de substâncias leves

Está longe de haver consenso no Brasil sobre a melhor maneira de lidar com o problema das drogas, mas existe uma franja da sociedade que, de forma unânime, aplaude a decisão do Senado de aprovar uma proposta de emenda à Constituição que criminaliza o porte e a posse de entorpecentes: trata-se das facções criminosas.

Elas, afinal, serão as maiores vencedoras se a Câmara dos Deputados também der seu aval a essa PEC, e por um motivo bastante conhecido. O principal efeito desse tipo de norma é o aumento da população dentro das cadeias, justamente onde a criminalidade organizada arregimenta soldados para encorpar as suas tropas.

Os parlamentares nem sequer podem alegar desconhecimento dessa dinâmica. Faz quase 20 anos que a Lei de Drogas foi sancionada, em termos muito semelhantes aos que ora se discutem no Congresso —vale dizer, sob o paradigma da guerra aos entorpecentes e sem estabelecer critério objetivo para distinguir usuário e traficante.

Estudos diversos demonstram as consequências perniciosas dessa abordagem, como a superlotação de penitenciárias e o salvo-conduto informal para que a discriminação racial e social prevaleça em ações policiais e decisões judiciais. Esperar resultados distintos para regras iguais já seria, para dizer o mínimo, tremenda estultice.

O que se faz agora, no entanto, é mais que repetir o erro do passado. Em uma deplorável escalada de atritos com o Supremo Tribunal Federal, o Legislativo, a quem de fato cabe deliberar sobre a matéria, se propõe a incrustar o desatino normativo na Constituição.

Por trás dessa iniciativa, há um cálculo equivocados. Os congressistas parecem acreditar que, dessa forma, manterão o tema protegido contra ingerências indevidas do Judiciário; esquecem-se, porém, de que emendas também podem ter a constitucionalidade questionada.

Se a PEC for aprovada, portanto, a queda de braço com o STF não terá terminado, mas será mais difícil para o próprio Congresso promover correções na política para drogas, pois o quórum para emendar a Constituição é maior do que o necessário para alterar outras leis.

Assim, uma reforma tão urgente quanto a definição de parâmetros objetivos sobre uso e tráfico se tornaria cada vez mais improvável. Além disso, com a criminalização inscrita na Carta Maior, pode-se imaginar que uma sombra pesada pairará inclusive sobre quem busca tratamento ou utiliza entorpecentes para fins terapêuticos.

Sem contar que o Brasil ficará mais distante de nações avançadas que, corretamente, investem na legalização gradual de drogas leves e na perspectiva da saúde pública, como esta Folha defende.

Cérebros perdidos

Plano para atrair pesquisadores brasileiros ao país levanta dúvidas e debate sobre financiamento

O plano do governo federal para remediar a chamada “fuga de cérebros” não foi muito bem recebido por pesquisadores brasileiros que moram no país, ao menos nas redes sociais. Pelo que foi divulgado até o momento, o Programa de Repatriação de Talentos - Conhecimento Brasil suscita mais dúvidas do que certezas sobre sua qualidade.

Para atrair aqueles que foram para o exterior realizar pós-graduação e não retornaram, serão concedidas bolsas de R\$ 13 mil a doutores e de R\$ 10 mil a mestres, além de R\$ 400 mil por pesquisa para compra de equipamentos.

Os projetos terão quatro anos, prorrogáveis por mais um. A verba, estimada em R\$ 1 bilhão, virá do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia, há 35 mil pesquisadores brasileiros em outros países; a meta é atrair até 1.000 pesquisas, que serão realizadas em Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) ou empresas. Esse aspecto ao menos indica pragmatismo —expansão tecnológica e dinamização da economia.

As ICTs, previstas em lei, são entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que têm como missão institucional a pesquisa básica ou aplicada ou o desenvolvimento de produtos, serviços ou processos. O objetivo é gerar conhecimento para atender necessidades do mercado e da população.

Apesar do direcionamento dado à inovação tecnológica associada à atividade econômica e à realidade dos brasileiros, o programa parece modesto e apresenta lacunas.

Os valores são suficientes para atrair pesquisadores de ponta? O que eles farão após o término dos contratos? Há espaço no mercado e na academia para absorvê-los?

Antes de mais anda, é importante evitar a fuga de cérebros. Para isso, urge discutir o financiamento público do ensino superior e a dificuldade para estabelecer parcerias público-privadas na graduação e na pós-graduação.

No entanto esse debate é rechaçado por motivações ideológicas e corporativistas, tanto por governos petistas quanto por entidades de professores e estudantes, que seriam os maiores beneficiados.



Brancos, vamos falar de cotas?

Thiago Amparo

Em junho expira o prazo da lei de cotas nos concursos públicos. A proposta de renovação apresentada pelo governo Lula e elaborada de forma interministerial tem sofrido resistências no Senado, o mesmo que atualizou a lei de cotas nas universidades. Nesta quarta (17) houve pedido de vista coletivo na Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

Se barrar a medida, o Parlamento dará o recado a mais da metade da população que não importa que o acesso ao Estado lhes seja dificultado. O Senado estaria, ademais, confirmando que ignora as evidências estatísticas: dados do Atlas do Estado Brasileiro, do Ipea, mostram que o percentual de novos funcionários públicos pretos e pardos foi de 37,5% em 2015 (um ano depois da aprovação da lei de cotas) para 43,5% em 2020. Apesar de estarmos ainda aquém de uma mudança estrutural no serviço público, é justamente a necessidade de aprimoramento da lei que deveria pautar o Senado neste momento.

A nova proposta aumenta as cotas de 20% para 30%, permite que

cotistas ingressem pela ampla concorrência, insere quilombolas e indígenas e atualiza a regulação para garantir a efetividade da lei. Senadores, não se preocupem: as ações afirmativas, das quais cotas no serviço público são um tipo, não ignoram o mérito na hora da seleção; cotas funcionam —no funcionalismo e na universidade— como uma sintonia fina, não como um “arromba portas”: incluem na conta a desigualdade para ter um Estado com a cara da população à qual a burocracia deveria servir.

Que seja para agradar a população, então: pesquisa do Datafolha e do Movimento Pessoas à Frente de 2023 mostra que 89% dos brasileiros concordam com iniciativas de equidade racial no serviço público, e 2 em cada 10 candidatos ao Concurso Nacional Unificado usam o sistema de cotas raciais. Para grande parcela dos brasileiros, burocracia representativa não é um conceito teórico, é o sonho de gerações de se ver dentro do Estado trabalhando para o bem comum.

Uma forcinha ao arbítrio

Bruno Boghossian

Emoldurar a PEC das Drogas como uma vingança contra o Supremo é um favor e tanto para o Senado. A proposta que enquadra como crime a posse e o porte de entorpecentes em qualquer quantidade é uma daquelas inovações que desfilam com o surrado disfarce da defesa institucional, apenas para despejar seus resíduos no mundo real.

A ideia nasceu pelo motivo errado. O Senado armou a reação quando o STF caminhava para determinar que o porte de maconha não deve ser considerado crime. O tribunal ensaiou um passo largo demais com a descriminalização. Acertou onde pisava, porém, ao restringir a discussão à maconha e propor uma quantidade de droga para diferenciar usuário de traficante.

Os senadores não estavam interessados em aprimorar as regras. Pela lei atual, o porte de maconha é crime, mas usuários não estão sujeitos a prisão. Rodrigo Pacheco sugeriu manter a criminalização, mas não indicou nenhum critério para diferenciar o porte do tráfico.

Seus colegas ainda conseguiram piorar o texto. A proposta aprovada na terça-feira (16) estabelece que a distinção entre traficante e usuário deve ser feita “pelas circunstâncias fáticas do caso concreto”. No dia a dia, a decisão seria tomada por policiais, delegados e juízes. Dada a afeição geral pelo populismo penal, pode-se dizer que o encarceramento em massa ganharia mais um atalho.

Pacheco defendeu a proposta com o argumento de que “o usuário não será jamais penalizado com o encarceramento”. Alguém poderia lembrar ao presidente do Senado que as “circunstâncias fáticas do caso concreto” costumam ser aplicadas de maneira bem diferente para ricos e pobres, brancos e negros.

O Senado anda irritado com aquilo que enxerga como tirania do Supremo, mas topou dar uma forcinha ao arbítrio nas esquinas, terceirizando a interpretação da Constituição. Furiosos com um tribunal que invade as competências do Poder Legislativo, os parlamentares abriram mão, na prática, de legislar.

Eles são os homens de bem

Ruy Castro

Quem conhece o teatro, romances e contos de Nelson Rodrigues sabe que seus personagens são uma galeria de adúlteros, incestuosos, assediadores, assassinos, suicidas e outros graves transgressores das normas de convívio. Por causa disso, Nelson foi censurado, teve peças e livros proibidos, sofreu ameaças físicas e foi chamado de tarado e pornográfico. Quem são esses personagens? Marginais, presidiários, prostitutas, pobres, destituídos, aqueles de quem a sociedade espera esses “desvios”?

Não. Os tarados de Nelson são advogados, juízes, médicos, políticos, padres, pais de família, até mães de família. Todos “homens de bem” —inatacáveis, detentores do monopólio das virtudes, aqueles sobre quem não resta a menor dúvida. Daí Nelson botar na boca de alguém em seu romance “Asfalto Selvagem”: “O homem de bem é um cadáver mal-informado. Não sabe que já morreu”.

Nelson pode ter se enganado. O “homem de bem” ainda é uma rea-

lidade. Ele tem um “nome a zelar”: venceu na vida, é casado, fiel, não tem filhos gays, é sócio de clubes, paga o que deve em dia, vai à Disney com a família, é patriota, religioso e fã de cantores sertanejos.

Talvez não por acaso, seu reduto seja a extrema direita. Certifiquei-me disso outro dia num livro de 1933 do jornalista Antônio Ferro, de loas ao então ditador Luso Salazar. É dedicado “aos portugueses de boa-fé e boa vontade” —o que os torna cúmplices das perseguições, prisões e tortura a que Salazar submetia os opositores.

“Homens de bem”, ou que assim se consideram, são também os seguidores sinceros de Bolsonaro. Isso os aproxima de “homens de bem” como os irmãos Brazão, Fabrício Queiroz, Ronnie Lessa, Roberto Jefferson, Daniel Silveira, Allan dos Santos, Eduardo Pazuello, Braga Netto, Augusto Heleno, padre Kelson. Uns, acusados de tentativa de golpe; outros, de fraude e corrupção; e ainda outros, de assassinato, mesmo.

Reservatório do populismo

Maria Hermínia Tavares

Professora emérita da FFLCH-USP, é pesquisadora do Cebrap. Escreve às quintas

Jair Bolsonaro perdeu as eleições —e seu golpe de Estado deu chabu. Ele não poderá disputar cargos públicos até 2030, além de ter contas pendentes com a Justiça que poderão deixá-lo fora do jogo, sabe-se lá por quanto tempo.

O que o mantém vivo na política, além de parcela da opinião pública, são a sua conspícua família e o espaço que lhe concedem, não sem ambiguidades, aqueles que à sua sombra se elegeram governadores, senadores e deputados.

Mas é possível que seu prestígio e sua liderança no campo da direita declinem. Nesse caso, terá destino semelhante ao de líderes populistas derrotados nas urnas mundo afora, em proporção maior dos que permanecem no poder e corrom a democracia por dentro.

Outra coisa é a presença, na vida pública brasileira, do populismo de extrema direita, cuja permanência de certa forma independe do que possa ocorrer com o ex-captão.

Tratando do fenômeno na Europa, o cientista político americano Larry Bartels, em “Democracy Erodes from the Top” (“A Democracia Desaba a Começar do Topo”, em tradução livre), chama a atenção para a existência de reservatórios de sentimentos e atitudes do público que abastecem o populismo de direita. São estáveis ao longo do tempo, mudam pouco de tamanho e só ganham importância política quando líderes se dispõem a explorá-los para ganhar eleições.

No Brasil, o reservatório é grande, antigo e fundo. É formado pela rejeição aos políticos profissionais —e às elites em geral— uns e outras irremediavelmente corruptos; pela desconfiança das instituições representativas; pelo anseio de segurança e ordem que alimenta o aplauso a políticas de mão dura contra o crime; e, ainda, por valores reacionários em matéria de educação, religião e família.

Anos a fio, diferentes combinações desses sentimentos foram mobilizadas por populistas de direita como Jânio Quadros, Paulo Maluf, Fernando Collor e Bolsonaro, sem falar nas centenas de políticos que seguem povoando os governos locais, as Assembleias Legislativas e o Congresso Nacional, atulhados de pastores e pastoras, delegados de polícia, cabos e coronéis aposentados.

A diferença em relação ao passado é que hoje os sentimentos a avolumar o reservatório são alimentados por uma multiplicidade de organizações da sociedade civil —laicas e religiosas—, por núcleos que produzem interpretações do que foi ontem e do que é hoje e pelo uso habilidoso das redes sociais.

Embora imprevisível, a defesa da democracia já não basta para conter a força do populismo de direita e assim evitar a tragédia periodicamente encenada com diferentes elencos.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Alguém mordeu a isca das big techs?

PL das Fake News jamais teve qualquer ‘pretensão censória’, como diz a Folha

Orlando Silva

Deputado federal (PC do B-SP) e relator do PL das Fake News

Li com certo espanto, nesta **Folha**, o editorial “PL das Fake News morre por pretensão censória” (11/4). O texto parte de premissas erradas, é precário na argumentação e mistura o debate legislativo sobre o tema com as decisões tomadas no âmbito do Supremo Tribunal Federal. E, espero que involuntariamente, endossa uma narrativa falaciosa. O espanto vem de quem aprecia a lava dos competentes jornalistas a quem tive o privilégio de apresentar a proposta.

O “ímpeto censório” estaria na pretensão de “coibir a proliferação de informações falsas” e “manifestações que supostamente ameaçam a democracia”, propósitos que, segundo o jornal, seriam “embalados em discursos hiperbólicos” para sustentar diante da opinião pública.

Como desinformação e democracia são assuntos sérios para este deputado, cabe desmistificar a falsa narrativa difundida no referido editorial. O projeto de lei 2.630/2020 não trata de conteúdos e jamais teve a estúpida pretensão de definir o que seria “verdade” ou “mentira”, apenas cria regras a serem seguidas pelas plataformas digitais, a fim de evitar que suas funcionalidades sejam utilizadas para o cometimento de crimes tipificados em lei.

Aliás, ao contrário de “ímpeto censório”, o PL traz um inovador instrumento de defesa da liberdade de expressão ao introduzir a garantia do devido processo na moderação de conteúdos, situação em que o próprio usuário teria o direito de recorrer contra a decisão da plataforma de retirar ou restringir o veiculado. Inspirado nas melhores abordagens internacionais, hoje vindas da União Europeia, o projeto tem como espinha dorsal a mudança no regime de responsabilidade civil das plataformas, porque, embora sejam em-

presas privadas, operam um serviço de caráter público e de grandes repercussões sociais.

As big techs passariam a ser responsabilizadas pelos danos causados por publicações de cunho criminoso, caso impulsionadas ou se fossem omissas após alertadas, falhando em seu dever de cuidado. Parece-me algo bastante razoável, parte do que no direito se chamaria de teoria do risco do negócio. Não há censura alguma nisso.

O editorial avança dizendo que “seria absurdo (...) incumbir algum órgão ligado ao Executivo de determinar quais são os discursos válidos e quais não são”. De fato, seria. Ocorre que isso simplesmente não está no projeto! Foi uma narrativa inven-

[...]

O editorial avança dizendo que “seria absurdo (...) incumbir algum órgão ligado ao Executivo de determinar quais são os discursos válidos e quais não são”. De fato, seria. Ocorre que isso simplesmente não está no projeto! (...) Jamais se debateu ou cogitou um órgão com papel de validar discurso ou postagem

tada pelas big techs e propaganda pela extrema direita, aliança de forças beneficiadas pela completa ausência de regras.

A autoridade reguladora atuaria junto às plataformas, e não aos usuários, teria a função de fiscalizá-las quanto ao cumprimento da lei, analisar relatórios de transparência enviados pelas empresas, garantir a existência do devido processo na moderação. Jamais se debateu ou cogitou um órgão com papel de validar discurso ou postagem. Convido a **Folha** a mostrar em qual artigo do PL 2.630 existe essa incumbência.

Não é o tema dessas linhas, mas o editorial faz uma análise rasa, sem fundamentação jurídica, para apontar o dedo ao Supremo e supostas decisões “marcadas pela heterodoxia”. Quais e por quê? Não diz. Mas o que me interessa é saber por que vias transversas as queixas do jornal contra o STF serviriam de argumentos para desqualificar o PL 2.630?

Vivemos tempos de alguma turbulência institucional, mas a tramitação do projeto, até aqui, foi de colaboração entre os Poderes e de protagonismo do Legislativo, tanto que o Supremo valoriza o esforço parlamentar enquanto considera o julgamento da Adin (ação direta de inconstitucionalidade) sobre o art. 19 do Marco Civil da Internet. Gesto de respeito e contenção.

Afirmar que o “ilegal no mundo físico também o é no virtual”, como finaliza o editorial, não solucionaria os problemas reais e imediatos, que ocorrem todos os dias, causados pelo uso criminoso das redes sociais sem que haja legislação para assegurar essa obviedade.

A regulação é uma imposição inescapável do mundo contemporâneo. Que esta **Folha** contribua no bom debate e não se deixe fugar por narrativas falsas.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



O presidente Lula e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, durante posse do ministro Flávio Dino no STF Pedro Ladeira - 22.fev.24/Folhapress

Clima de insatisfação

“Lira dá início a plano para reagir ao STF e manda recado ao Planalto” (Política, 16/4). Finalmente! Democracia a caminho. A verdadeira democracia, a que está escrita na Constituição: Executivo governando, Legislativo legislando e Judiciário julgando.

Expedito Ferreira (Lagoa Santa, MG)

*

Esse Lira não representa os interesses da grande maioria do povo, mas os de sua classe, que é o agronegócio, apenas.

Luiz Antonio Sypriano (Piraquara, PR)

*

Assim como Bolsonaro, Lula também é refém do Lira e da velha política. E o povo que se lasque!

Igor Alexandre Garcia (Monte Alto, SP)

Crime ambiental

“Pecuarista do pantanal é alvo de investigação por desmate químico em 81 mil hectares” (Ambiente, 15/4). Justiça brasileira, impunidade é o seu nome. Multa, mas não cobra, descobre o crime e o criminoso, mas não prende...

Márcia Meireles (São Paulo, SP)

*

É a ambição desmedida. Mas, após a era Bolsonaro, a certeza da impunidade encoraja seres como estes a cometerem crimes ambientais, que, na verdade, são crimes contra as pessoas, pois, sem meio ambiente, não há vida.

Humberto Giovine (Erechim, RS)

*

O pior é que tem apoio do Congresso, que está cheio dessa gente exterminadora do futuro.

Mario Martins (Jundiá, SP)

Cerceamento da educação

“Gestão Tarcísio vai usar ChatGPT para produzir aulas digitais no lugar de professores” (Educação, 17/4). Os professores já perderam toda a autonomia de preparação e execução das aulas. São obrigados a usar slides prontos e postar tarefas também feitas pela Seduc, seguindo cronograma que também vem pronto. Não existe autonomia das unidades escolares para nada, não há liberdade cátedra, os trabalhadores da educação se tornaram alimentadores de plataformas.

Raquel Oliveira (São Bernardo do Campo, SP)

*

Uma IA até é capaz de imitar um Van Gogh. Mas nenhuma IA tem capacidade criativa. A IA deveria ser um auxiliar dos professores e autores criativos, ao invés de se tornar um molde que aprisiona a criatividade humana. Essa iniciativa é contrária ao empoderamento de alunos, autores e professores.

Paulo Borelli (São Paulo, SP)

*

Decisão absolutamente equivocada, tanto do ponto de vista pedagógico, quanto do ponto de vista tecnológico. O ChatGPT não pode, de jeito nenhum, substituir os materiais de ensino. É uma ferramenta sem regulamentação no Brasil e que foi lançada há menos de dois anos e ainda está em fase de testes! Além disso, a educação deveria ser política de Estado. O que vemos, dia após dia, é a precarização do ensino. Querem manter a população ignorante. Essa decisão deve ser questionada na Justiça.

Cecília Gomes (São Paulo, SP)

Uso da máquina pública

“Gil do Vigor quer usar redes para expor políticas populistas em ano de eleições municipais” (Mercado, 16/4). A capital paulista virou um canteiro de obras a serviço da eleição municipal! E, para piorar, os cofres municipais estão abarrotados de dinheiro, todos abertos!

Daniel Souza Medeiros (São Paulo, SP)

Discriminação

“ONGs processam colégio Porto Seguro por separar aluno pagante de bolsista” (Educação, 15/4). Vergonha! Aceita isenção fiscal e não quer cumprir, por que desrespeitar os alunos? Que não aceite isenção fiscal! Absurdo!

Gerlane Souza (São Paulo, SP)

*

Não conheço a escola, não conheço o fato, não sei quem está certo no caso. Mas uma situação desta permite criar diversas provas ao longo do tempo. Assim, se houver provas robustas, a escola deve ser punida, caso contrário, as entidades também devem ser responsabilizadas. Acho que é simples assim.

Silvio Luiz de Oliveira (São Paulo, SP)

Realidade desumana

“Trabalhadores resgatados em pedreira no RS recebiam crack como pagamento, diz polícia” (Mercado, 16/4). A triste realidade é que esses são alguns entre mais de um milhão. O Global Slavery Index 2023 registra que mais de 1 milhão de pessoas vivem em situação de escravidão contemporânea em nosso país. Em todo lugar, de norte a sul, de leste a oeste, tem alguém, vulnerável, sendo explorado.

Maria da Graça Pimentel (São Carlos, SP)

Tempo que não volta

“Gene Simmons, do Kiss, responsabiliza gravadoras pela decadência do rock” (Ilustrada, 17/4). Tudo passa. Todo estilo musical, assim como qualquer movimento cultural, tem início, auge e queda. Achar que algo ou alguém é culpado pela decadência de um certo tipo de música é ingenuidade. Acorde, não brigue com o mundo real e sofra menos. Fica mais barato, creia-me!

José Filho (Belo Horizonte, MG)

Gosto é gosto

“5 temperos que estragam qualquer comida” (Cozinha Bruta, 16/4). Para mim, outro carinho que é uma delícia, mas o povo não sabe usar/usa demais é o alecrim. Qualquer comida feita com alecrim tem sabor de alecrim e mais nada.

Alexandre Assis (São Paulo, SP)

*

Concordo. Não dá para acreditar em todas as modinhas. Não tenho curiosidade nenhuma em consumir alho negro. Ainda mais com o seu comentário. Azeite trufado? Vá lá. Já tive vontade de comprar. Não mais. Quando eu ganhar na mega, talvez mate a curiosidade e vá a algum restaurante que sirva uma omelete com lascas de trufas.

Ruth Horie (São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

ESPORTE (17.ABR., PÁG. B9) O gráfico “Evolução da participação feminina” referia-se à soma das delegações de todos os países, não só à da brasileira.

Líquido e certo

O governo Tarcísio de Freitas anunciou que a venda da Sabesp resultará na redução de 10% na tarifa social de água, destinada à população mais pobre. Haverá também diminuição para outras faixas: 1% para consumo residencial e 0,5% para comercial e industrial. Segundo a gestão, a queda será possível em parte graças ao Fausp (Fundo de Apoio à Universalização do Saneamento), que receberá 30% do valor obtido com a desestatização, além de dividendos pagos pela Sabesp nos próximos anos.

AS ÁGUAS VÃO ROLAR A redução na tarifa foi uma das promessas de Tarcísio no processo de privatização da empresa. O governo afirma que a diminuição não comprometerá os investimentos no setor.

PROVOCA O pedido de CPI para investigar supostas irregularidades na Fundação Padre Anchieta, que gere a TV Cultura, conseguiu 35 assinaturas e foi protocolado nesta quarta (17) na Assembleia de SP pelo seu autor, Guto Zacarias (União Brasil), vice-líder do governo Tarcísio. Eram necessárias 32. Para a comissão funcionar, o pedido terá que passar na frente de outros já protocolados, o que exigirá acordo com lideranças da Casa.

BANIDO A CGU decidiu que Sérgio Camargo, que presidiu a Fundação Palmares no governo Jair Bolsonaro, não poderá ocupar cargos públicos por oito anos, após analisar denúncias de prática de assédio moral em sua gestão. Foram apuradas quatro irregularidades, entre elas usar a expressão “escória maldita” para se referir ao movimento negro. Ele também foi acusado de ser desrespeitoso com servidores em redes sociais e reuniões.

CALMANTE A ofensiva contra o MST na Câmara não encontra eco no Senado. Interlocutores do presidente Rodrigo Pacheco avaliam que ele manterá o padrão de situações em que deputados aprovaram de forma açodada textos controversos, como o licenciamento ambiental. Entre os projetos em tramitação está um que permite que donos de terras possam solicitar força policial para retirada de invasores, independentemente de ordem judicial.

Com **Guilherme Seto** e **Danielle Brant**

Cláudio



GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★ ★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado		Digital Premium
PLANO MENSAL	R\$ 29,90		R\$ 44,90
EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa		Assinatura semestral*
	seg. a sáb.	dom.	
	MG, PR, RJ, SP	R\$ 6,90	R\$ 9,90
	DF, SC	R\$ 8	R\$ 11
	ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 8,50	R\$ 12
	AL, BA, PE, SE, TO	R\$ 13	R\$ 15,50
	Outros estados	R\$ 13,50	R\$ 16,50
*A vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%			R\$ 2.315,90

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
794.195 exemplares (fevereiro de 2024)



Alexandre de Moraes, do STF, fala com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) Gabriela Biló/Folhapress

Moraes vai de surpresa ao Senado e tem encontro com Lira em meio a crise

Ministro do Supremo só avisou Rodrigo Pacheco sobre visita pouco antes e participou da entrega do anteprojeto sobre Código Civil

Thaísa Oliveira e
Matheus Teixeira

BRASÍLIA Em meio ao embate entre os Poderes, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes apareceu no Senado no fim da manhã desta quarta (17), de surpresa, e afirmou que “nós já éramos felizes e não sabíamos” antes das redes sociais. Antes, o ministro também teve uma reunião nesta quarta com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O encontro com Lira ocorre em meio ao movimento de deputados para instalar uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) a fim de apurar supostos abusos cometidos pelo ministro em investigações do Supremo. No Senado, Moraes participou da entrega do anteprojeto que revisa o Código Civil ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O ministro havia sido convidado a participar da sessão por ser presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), mas avisou a Pacheco por telefone que iria ao Congresso apenas minutos antes do início.

Moraes tirou fotos com o grupo de juristas presidido pelo ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Luis Felipe Salomão durante a entrega do texto a Pacheco no gabinete da presidência. Depois, acompanhou o grupo ao plenário do Senado.

“Vossa excelência lembrou que na virada do século não existiam redes sociais; nós já éramos felizes e não sabíamos. A necessidade dessa regulamentação, do tratamento, da responsabilidade, do tratamento de novas formas obrigacionais. Então a comissão fez exatamente isso”, disse Moraes durante a sessão.

Pacheco e Moraes não conversaram a sós, mas se sentaram lado a lado no plenário e cochicharam várias vezes enquanto outros falavam. O ministro do STF também trocou impressões com Salomão, que estava do outro lado.

Pacheco disse à reportagem que “não tem absolutamente nenhuma crise” entre ele, “como presidente do Senado, como o Poder Judiciário”.

“Conversei com o ministro Alexandre de Moraes, a gente mantém a conversa, como

mantenho com os outros ministros. Convidei o ministro Fachin para estar conosco aqui também, ele justificou que não pôde. A relação é muito cordial”, afirmou.

Em fevereiro, o ministro Edson Fachin, vice-presidente do STF, participou de uma audiência da comissão que revisou o Código Civil ao lado do ministro da Suprema Corte da Argentina Ricardo Lorenzetti, que coordenou o trabalho de revisão da legislação civil no país vizinho.

Pacheco é o autor da proposta que coloca na Constituição a criminalização do porte e da posse de drogas, aprovada pelo Senado. A medida foi apresentada em setembro em reação ao julgamento do STF que pode descriminalizar a maconha para uso pessoal.

O aumento do clima de insatisfação no Congresso com a atuação do STF foi um dos principais assuntos de jantar entre o presidente Lula (PT), Moraes e outros três ministros da corte na segunda (15). Segundo relatos colhidos pela *Folha*, o tom da conversa foi de preocupação com o avanço das reclamações e, principalmente, com a constatação de falta de ação por parte de políticos mais alinhados para blindagem do tribunal.

A percepção de que o clima vem se deteriorando em relação ao STF se acentuou após as acusações por parte de Elon Musk contra Moraes sobre censura, ao criticar ordens de bloqueio de contas na rede social X (antigo Twitter).

O jantar ocorreu na casa de Gilmar Mendes. Além dele e de Moraes, estavam presentes os ministros Flávio Dino e Cristiano Zanin. Lula foi acompanhado dos ministros Ricardo Lewandowski (Justiça) e Jorge Messias (Advocacia-Geral da União).

O encontro na residência do decano da corte e a reunião de Moraes com Pacheco e Lira demonstraram a preocupação do ministro com o aumento das críticas à sua atuação. Parlamentares se queixam do ministro há anos.

As operações policiais autorizadas por Moraes que cumprem mandados de busca e apreensão em gabinetes do Congresso, prisões de deputados e derrubada de perfis em decisões sem transparên-

+
ALCKMIN VÊ 'HARMONIA AGITADA' COM LEGISLATIVO
O presidente em exercício Geraldo Alckmin disse nesta quarta (17) que há “harmonia agitada” com o Legislativo. A declaração ocorre em meio a crise com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Alckmin citou o filósofo francês Montesquieu e máxima de poderes independentes, mas harmônicos. Questionado se há harmonia com Legislativo, ele respondeu: “Sempre tem. Ela é agitada, mas tem. Uma vez o [Franco] Montoro era deputado federal e eu perguntei para ele ‘tá tudo calmo aí?’ Ele falou: ‘Não, aqui nunca tá calmo. Mas é uma agitação positiva, porque é fruto do diálogo, do debate que a gente busca as melhores soluções’”. “O governo do presidente Lula é o governo do diálogo”, completou. A declaração foi dada após participação de Alckmin em evento dos 50 anos da relação Brasil-China. Ele está como presidente em exercício até quinta, quando Lula retorna de viagem à Colômbia.

cia são os principais atritos. O desentendimento começou no governo de Jair Bolsonaro (PL) e, na época, teve o ponto alto quando Moraes mandou prender o então deputado Daniel Silveira por ter publicado um vídeo com xingamentos a ministros do STF. A expectativa de integrantes do tribunal era a de que a troca de comando no Executivo pudesse fortalecer o STF e amenizar o clima ruim para a corte no Legislativo.

No entanto, a vitória eleitoral de muitos bolsonaristas e a fragilidade da gestão petista na relação com o Parlamento dificultaram a concretização dos planos do Supremo. Apesar do alinhamento com Lula, o STF não conseguiu melhorar a relação com o Congresso.

Pelo contrário. Decisões de Moraes que determinaram buscas e apreensões nos gabinetes de Carlos Jordy (PL-RJ) Alexandre Ramagem (PL-RJ) foram vistas como uma invasão do tribunal no Legislativo.

A detenção do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de ser um dos mandantes da morte da vereadora Marielle Franco, também foi criticada na Casa.

Apesar de se tratar de um caso com ampla comoção, a manutenção da prisão foi apoiada por 277 deputados, só 20 a mais do que o necessário. O placar apertado ocorreu porque houve uma articulação de deputados do centro para derrubar a prisão.

Uma das críticas diz respeito ao fato de ter sido decretada a prisão preventiva de Brazão, enquanto a Constituição prevê apenas a possibilidade de prisão de parlamentar em flagrante por crime inafiançável.

As dificuldades na relação com o Congresso levaram os ministros a organizarem um jantar com Lula. Os magistrados pediram ao presidente maior empenho em defesa da democracia e do próprio Supremo, explicitando a visão de que a corte está sob ataque.

Segundo um dos participantes, a avaliação foi a de que o STF vem assumindo um protagonismo contra iniciativas antidemocráticas e, por isso, é alvejado pela direita. Um dos diagnósticos foi a falta de um coro governista no Congresso em defesa dos ministros. Colaborou Gabriela Biló, de Brasília.

Centrão avalia tirar Padilha do caminho de emendas

Ala do bloco na Câmara vê provocação e defende impor derrota a Lula

Julia Chaib, Mateus Vargas e Victoria Azevedo

BRASÍLIA Líderes do centrão na Câmara dos Deputados reclamam de uma portaria editada pelo Executivo na semana passada com regras para a partilha de emendas parlamentares, e um grupo discute derrubá-la, impondo derrota ao governo Lula (PT).

A portaria determina que ministérios e órgãos do governo informem à SRI (Secretaria de Relações Institucionais), pasta comandada por Alexandre Padilha (PT), os pedidos feitos pelo Congresso para a liberação das emendas.

Integrantes do governo dizem que o texto não dá ao ministério o poder de interferir nas indicações. Ainda assim, líderes de ao menos quatro partidos do centrão ficaram descontentes com o ato que, na avaliação deles, altera regra aprovada pelo Congresso.

O Executivo acelerou a liberação de verbas nesta semana. Foram R\$ 2,3 bilhões encaminhados desde segunda (15) dos R\$ 2,6 bilhões empenhados durante todo o ano em emendas individuais. O governo é obrigado a executar este tipo de indicação e consegue apenas influenciar no ritmo de distribuição dos recursos.

Os parlamentares do PT são os maiores beneficiados da verba liberada até agora, com R\$ 541 milhões empenhados. Em seguida vêm os deputados e senadores do PSD (R\$ 394 milhões) e MDB (R\$ 369 milhões). Dono da maior bancada, o PL é o sexto colocado (R\$ 157 milhões).

Os parlamentares viram no gesto do governo uma tentativa de dar poderes a Padilha. Mesmo que entendam que a portaria não seria uma retaliação às recentes críticas do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ao ministro, avaliaram se tratar de uma provocação do auxiliar de Lula.

Lira tem adotado cautela sobre o texto, o que pode dificultar a anulação do ato. Integrantes do centrão admitem que uma medida dessa teria mais força para ir adiante com o apoio do deputado.

Caso não derrubem a portaria, líderes já falam em descumprir a por verem uma burocracia excessiva.

A regra é interministerial e leva assinatura dos ministros Fernando Haddad (Fazenda), Simone Tebet (Planejamento) e Esther Dweck (Gestão), além do próprio Padilha.

Datado do dia 1º de abril,



O ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, em entrevista

Gabriela Biló - 26.jul.23/Folhapress

o texto foi publicado na sexta-feira (12), um dia após Lira aumentar o tom das críticas a Padilha e afirmar que o ministro é “incompetente” e seu “desafeto pessoal”.

Membros do Palácio do Planalto afirmam que a publicação da portaria já estava prevista e que não é uma resposta às críticas do presidente da Câmara.

Lula liga da Colômbia para evitar votação em embate com Lira

A decisão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de incluir na pauta de votações um requerimento de urgência de um PDL (projeto de decreto legislativo) que susta portaria do Ministério do Trabalho e decreto do governo que regulamenta a Lei de Igualdade Salarial, fez com que o Lula telefonasse da Colômbia para o líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE), em busca de informações. O decreto que é alvo do PDL regulamenta a norma e trata dos mecanismos de transparência salarial, entre eles a obrigatoriedade das empresas divulgarem relatórios com informações sobre seus quadros para que a desigualdade de gêneros seja fiscalizada.

A polêmica se dá em torno do trecho que inclui o ministério comandado por Padilha no processo de liberação das emendas parlamentares.

O texto afirma que a SRI deve receber cópia dos pedidos feitos por parlamentares para remanejamento das emendas individuais ou sobre o destino das emendas que são propostas por bancadas estaduais e por comissões do Senado e da Câmara.

A portaria ainda diz que a pasta de Padilha irá definir como os ministérios e outros órgãos do governo devem enviar esses dados. O texto não afirma que a SRI poderá vetar o que foi proposto.

A regra, porém, cria um rito diferente para a tramitação das emendas em comparação ao que foi aprovado pelo Congresso na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) no fim de 2023.

No caso das emendas de bancada estadual e comissão, a lei afirma que as propostas do Congresso devem ser feitas “por meio de ofício encaminhado diretamente” aos ministérios e outros órgãos que executam as emendas.

Antes da aprovação da Lei de Diretrizes, o Congresso passava à SRI informações para que as emendas fossem liberadas —incluindo lista de prefeituras, obras que receberão o dinheiro e o valor a ser repassado. O ministro, então, se encarregava de distribuir os pedidos.

Com a articulação dos parlamentares, esse processo foi alterado e ficou determinado que, a partir deste ano, a comunicação seria feita diretamente ao ministro ou órgão que cuidará da emenda.

Alguns parlamentares passaram a defender que seja apresentado um PDL (projeto de decreto legislativo) para derrubar da portaria.

Um líder diz, sob reserva, que a portaria é “sem sentido” e que o governo faz política com emendas em vez de “se preocupar com agilidade nas ações”. A decisão sobre derrubá-la não está tomada.

Em nota, a SRI afirma que, independentemente da portaria, é função do ministério “acompanhar a relação com o Congresso, promovendo a interlocução dos autores de emendas orçamentárias constantes da Lei Orçamentária Anual com órgãos executores e centrais dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal e de Administração Financeira Federal”.

“Desta forma, a portaria interministerial mencionada tem apenas o objetivo de propiciar à equipe técnica da SRI uma visão global das emendas solicitadas, bem como do ritmo de depuração dos pedidos”, diz a nota.

A pasta diz que precisa das informações para coordenar a distribuição de bônus previstos nas emendas ligadas ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), por exemplo, e fazer eventuais alterações no cronograma.

“Por fim, a SRI reafirma seu compromisso com o Congresso Nacional e com a pauta prioritária para que o país possa continuar crescendo, na certeza de que continuaremos contando com a parceria entre Executivo e Legislativo ao longo de 2024.”

Por se tratar de ano eleitoral, os parlamentares têm pressão na liberação dos recursos, uma vez que parte das emendas precisam ser empenhadas até 30 de junho, antes da vedação imposta pela Justiça Eleitoral.

Governistas, por sua vez, atuam para arrefecer o descontentamento dos parlamentares com o Executivo. Eles reforçam que o ato do governo não tem efeito prático e é uma questão burocrática.

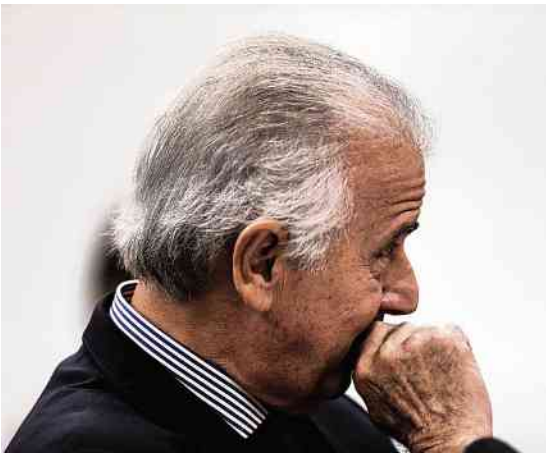
Há R\$ 47,6 bilhões reservados no Orçamento de 2024 para emendas parlamentares. O maior volume (R\$ 22,1 bilhões) será direcionado para o Ministério da Saúde.

na Comissão de Ética.

“Destaca-se, ainda, que a transição de governo se dá no último ano do governo anterior, não se podendo falar em transição de governo no primeiro ano do governante eleito. Por isso, afastamento de que a presença do sogro no gabinete do Ministério estaria explicada pela transição governamental”.

No entanto, Bruno Espínera Lemos destacou que o primeiro ano do governo foi marcado pela criação de nova estrutura administrativa na e que diversos órgãos foram “completamente recriados”, acrescentando que esse processo enfrentou dificuldades.

“Há de se entender as dificuldades que todas as pastas enfrentaram no período, inclusive o Ministério das Comunicações.”



O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa na Câmara

Gabriela Biló/Folhapress

Defesa não precisa de verba nível Otan, mas de previsibilidade, diz Múcio

Cézar Feitoza

BRASÍLIA O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, afirmou nesta quarta (17) que a pasta não precisa de orçamento equivalente a 2% do PIB (Produto Interno Bruto), como prevê uma PEC (proposta de emenda à Constituição) gestada pela Marinha e apresentada pelo senador oposicionista Carlos Portinho (PL-RJ).

Segundo Múcio, o importante para a defesa é ter alguma previsibilidade orçamentária, para as Forças Armadas honrarem contratos e definir qual será seu tamanho.

“Nós não precisamos de 2% como os países da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte). A Colômbia, um país pequeno, tem 3,6% do PIB. Nossos vizinhos estão com um orçamento maior que o Brasil. Mas diante das nossas prioridades, nós não estamos investindo em uma defesa, que é a guardiã do nosso território, nossa soberania”, afirmou o ministro durante audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

“Nós temos alguns projetos que gostaríamos de discutir aqui, porque não temos uma bancada para discutir. Uma coisa é a previsibilidade.” Múcio disse que tem conversado com o presidente Lula (PT) para buscar alguma forma de recuperar parte do orçamento da Defesa, que sofreu uma queda de 47% nas despesas discricionárias nos últimos dez anos.

O orçamento para investimento e custeio do Ministério da Defesa é de R\$ 10,9 bilhões neste ano. “Eu tenho dito ao presidente da República e ele tem prometido recompensar isso, para que a gente tenha um gap mais elevado, para que a gente possa recuperar alguma coisa, que a gente possa amiar as entregas das nossas encomendas, para que nós possamos ter uma defesa compatível com a grandeza do nosso país”, completou o ministro.

O comandante do Exército, general Tomás Paiva, apresentou aos parlamentares dados que mostram como as reduções do orçamento de investimentos impactam nas contratações de longo prazo da Força.

No projeto de artilharia antiaérea do Exército, por exemplo, o prazo de conclusão teve de ser adiado em nove anos. Em 2023, as despesas com o programa foram de R\$ 22 milhões —equivalente a menos de 1% do valor total do projeto, estimado em R\$ 4 bilhões. O cenário é semelhante na execução dos contratos do Sistema Astros, projeto estratégico do Exército cujo foco é obter foguetes e mísseis para o emprego militar. O programa deveria ter terminado em 2018, mas os entraves orçamentários fizeram no adiar para 2031.

Como a Folha mostrou, o senador Carlos Portinho, líder do principal partido de oposição

ção ao governo Lula, apresentou uma PEC para garantir que o orçamento de defesa do Brasil seja igual ou superior a 2% do PIB.

A proposta estava em discussão no Ministério da Defesa, capitaneada pela Marinha —Força que mais tem sido afetada pela queda no orçamento de investimento na última década.

Como a indexação do orçamento de defesa não tinha apoio no governo Lula, oficiais das Forças articularam a apresentação da PEC com o senador oposicionista.

Nos bastidores, o ministro da Defesa faz desde o fim de 2023 sinalizações de que aceitaria baixar o percentual da PEC para negociar apoio institucional do governo.

Por mais que Lula tenha sinalizado apoio à proposta, o governo não tem articulado em favor da PEC. Há somente apoios isolados de parlamentares governistas, como o ex-ministro da Defesa e senador Jaques Wagner (PT-BA).

Principal apoiador da PEC dos 2%, o comandante da Marinha, almirante Marcos Sampaio Olsen, afirmou aos parlamentares nesta quarta-feira que a redução dos investimentos na Força tem causado queda no número de embarcações.

De acordo com Olsen, nos últimos 20 anos, caiu pela metade (de 16 para 8) o número de navios-escolta que a Marinha possui. Tanques de guerra e veículos do tipo anfíbio sofreram redução de sete para três no mesmo período.

A Marinha ainda prevê, para 2024, ter menos combustível e munição que o necessário. A Força calcula precisar de 52 milhões de litros de combustível, mas só tem verba para comprar 45 milhões.

Para munição, a Marinha tem alocado R\$ 25 milhões. O valor necessário para atender a todas as demandas da Força seria de R\$ 113,3 milhões. “Nós já fomos o segundo país em construção naval pelo mundo, mas o que se observa desde 2014 é uma queda”, disse Olsen.

Comissão de Ética arquiva apuração contra Juscelino Filho por sogro usar ministério

Marianna Holanda

BRASÍLIA A Comissão de Ética da Presidência da República decidiu arquivar a investigação aberta contra o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, que teria aberto a estrutura de sua pasta para a atuação de seu sogro, Fernando Fialho, que não ocupa cargos na administração pública.

O texto do relator Bruno Espínera Lemos, que pedia o arquivamento, foi aprovado por unanimidade na última reunião do colegiado, no dia 20 de março.

Em seu voto, o relator apontou que Juscelino Filho nunca negou a presença de seu sogro no prédio do ministério, que ele atuou de maneira voluntária e que possui experiência na administração pública federal. E conclui:

“Nesse sentido, é compreensível que o interessado José Juscelino dos Santos Rezende Filho, ao assumir tão importante pasta, tenha procurado cercar-se, no âmbito do MCom, de pessoas que conhecem a estrutura e os meandros da Administração Pública”.

Reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, de junho do ano passado, revelou que o registro de entradas e saídas do ministério apontavam que o empresário Fernando Fialho atendia na pasta, mesmo quando o ministro estava fora de Brasília.

Empresários então relataram que Fernando Fialho recebia empresários em agendas, para tratar dos temas ligados ao ministério.

Durante o processo, Juscelino Filho sustentou que a atuação

de seu sogro aconteceu de forma voluntária, por causa de sua “reconhecida experiência profissional” na administração pública e que tinha o objetivo de contribuir para a implementação das políticas públicas que passariam a ser gestadas, a partir de 2023.

O ministro ainda argumentou que o período de permanência do sogro nas instalações públicas teria acontecido durante o período de “transição de governo” e que sua contribuição se deu por meio de “conversas genéricas, sem agenda específica e sem redundar em despachos ou atos administrativos que pudessem movimentar eventuais ações no âmbito da pasta”.

A alegação de que essa atuação aconteceu durante a transição de governo acabou derrubada pelo relator



CIDADE DE SÃO PAULO

Estúdio**FOLHA** ★

Após obras de recuperação, Prefeitura de SP entregará viaduto Santa Ifigênia com arquitetura original



Aponte a câmera de seu celular ou tablet e saiba mais

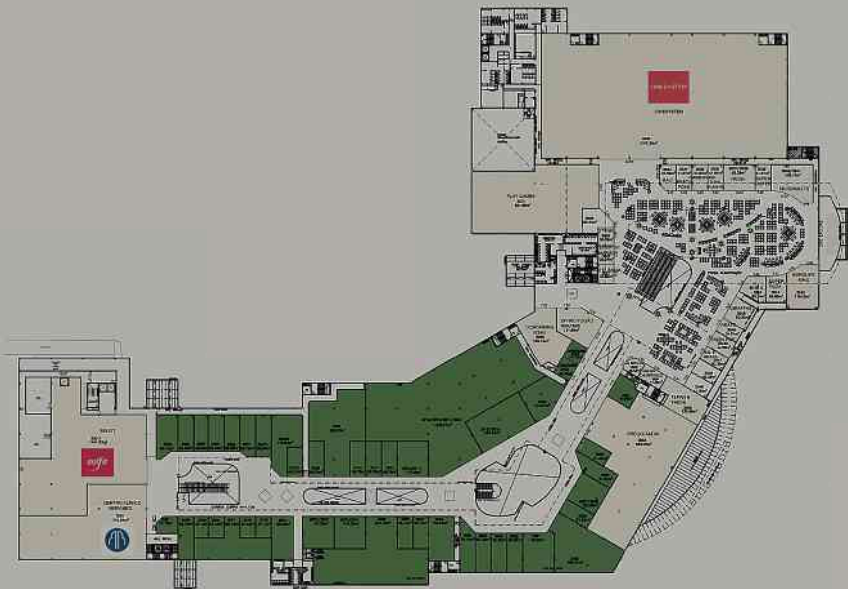


1ª EXPANSÃO

- + MODA
- + MARCAS EXCLUSIVAS
- + GASTRONOMIA
- + EXPERIÊNCIAS



CONHEÇA MAIS
DETALHES
SOBRE NOSSO
PROJETO.





PARQUE
SHOPPING
MACEIÓ

SÃO 10 ANOS DE HISTÓRIA

Nesse tempo, crescemos, fortalecemos e ampliamos nosso mix, e reunimos as principais tendências em um shopping pensado para gerar experiências. Como é natural, evoluímos. Nossa expansão marca uma nova fase do Parque Shopping Maceió, onde o melhor da gastronomia, entretenimento e moda encontra a conveniência e o bem-estar.



45 LOJAS | 5500M² DE ABL | PASSARELA LIGANDO PRÉDIOS
COMERCIAIS, RESIDENCIAIS E HOSPITAL AO SHOPPING

Um Porto Seguro da segregação

Ação judicial contra colégio questiona a caridade com recurso público

Conrado Hübner Mendes

Professor de direito constitucional da USP, é doutor em direito e ciência política e membro do Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade - SBPC

Fui aluno do Colégio Visconde de Porto Seguro entre os cinco e 17 anos. Criança branca e de classe média do Morumbi, gozei de todos os privilégios dessa tradicional escola paulistana. Aprendi alemão, fiz intercâmbio em Hildesheim, passei em vestibular disputado, vivi nos círculos da elite econômica. Difícilmente teria feito pós-doutorado em direito na cidade de Berlim, financiado pela Fundação Alexander von Humboldt, não fosse a entrada precoce na língua e cultura germânicas. A infraestrutura era notável: laboratórios, biblioteca, teatro, bosque com viveiros, piscinas, ginásio de ginástica olímpica, pista de atletismo, campo de futebol. Intramuros, era o ex-

perimento colonial brasileiro: branco, europeu, uniformizado, com disciplina para desenvolvimento do corpo e do espírito. Uma síntese da “boa educação”. A tragédia social ficava extramuros. Exceto por um detalhe: num corredor lá embaixo havia as classes da “TG”, sigla para as turmas do currículo gratuito no período da tarde, onde predominavam alunos e alunas negras e pobres da favela de Paraisópolis. Todos numa mesma escola. Cada um no seu devido lugar. No banquete de privilégios, o colégio só me negava o de uma educação diversa. E violava o direito a não discriminação dos alunos da TG. O abismo social brasileiro não era per-

cebido como oportunidade de reflexão crítica. Não nos dizia respeito. Os raros encontros se davam no futebol do recreio, quando o revezamento de quadras nos colocava com a TG. O discurso oficial da escola ventilava um senso de dever cumprido. A redenção da caridade aliviava qualquer chamado da consciência. Anos mais tarde, o Porto Seguro decidiu acabar com a discriminação intramuros. Podia melhorar, mas piorou. Em vez de unir alunos bolsistas da TG com alunos pagantes, resolveu construir a “Escola da Comunidade” na Vila Andrade. Enviou bolsistas para lá e extinguiu até mesmo aquele efêmero convívio do futebol.

Mas qual o problema de discriminar um pouquinho? Pelo menos esse colégio não ajuda alunos carentes? O ótimo não é inimigo do bom? O problema, contudo, não é “só moral”. Tem repercussão constitucional e legal. A prática da escola não só viola o direito à igualdade. Por terem Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), ela se beneficia de isenção fiscal (artigo 197 da Constituição). Concede bolsas a alunos pobres, sujeitos a diferentes prédios, material didático, currículo. E o Estado renuncia ao poder de arrecadar. A lei proíbe discriminar. O Porto Seguro discrimina. Ação civil pública propos-

ta pelas organizações Educafro, Ponteduca e Anced Brasil resume o fenômeno da caridade com recurso público: “Ao operar a renúncia fiscal, o Poder Público é quem de fato financia a concessão das vagas a filhos e filhas de famílias hipossuficientes”. E deixando de pagar tributo, “viabiliza operação financeira para oferecer currículo internacional e bilíngue aos alunos pagantes em preço competitivo”. Uma espécie de planejamento tributário que, por meio de subsídio cruzado, permite ao colégio conceder bolsas, oferecer ensino inferior em espaço segregado, e cobrar mensalidade competitiva. O próprio colégio chega a essa inusitada conclusão em texto dos 50 anos da Escola da Comunidade: “um projeto social que beneficia não somente alunos bolsistas, mas toda a comunidade do Porto, incluindo alunos pagantes, que indiretamente usufruem da imunidade obtida pela instituição, já que a fundação não recolhe contribuições sociais, possibili-

tando mensalidades reduzidas para os alunos não bolsistas.” Em 2022, troca de mensagens entre alunos na unidade de Valinhos do colégio virou notícia. Num grupo intitulado “neonazistas do Porto”, aluno disparou “espero que você morra FDP negro”. Outro sugeriu “fundação dos pró-reescravização do Nordeste”. Após os escândalos, o colégio individualizou responsabilidades e expulsou envolvidos. A ação judicial pede medidas básicas: inclusão de bolsistas nas mesmas turmas de pagantes; criação de comissão para verificar cumprimento da lei; direção geral única para todos os alunos; currículo antirracista; oferecimento de atividades curriculares e extracurriculares idênticas; publicação dos valores financeiros do programa de bolsas e benefícios fiscais. O Porto Seguro tem a opção de levar sua desrazão até as últimas consequências e esperar juiz ordenar a não discriminação. Ou poderia mostrar que escolas privadas têm condições de obedecer a lei e praticar educação inclusiva.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli

Tarcísio diz falar com Moraes e que opinião do STF é relevante

Governador afirma ter considerado alinhamento com conselho do órgão para escolher novo procurador-geral

Carolina Linhares

SÃO PAULO O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou nesta quinta-feira (17) conversar com o ministro Alexandre de Moraes, inimigo do bolsonarismo, e com os demais ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), ao comentar sua escolha para a chefia do Ministério Público estadual. O novo procurador-geral de Justiça de São Paulo, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, tomou posse nesta terça (16). Visto como uma escolha ligada a Moraes e ao secretário de Governo, Gilberto Kassab (PSD), ele foi nomeado por Tarcísio após ficar em terceiro lugar na lista tríplice da instituição. Pela Constituição, o governador pode escolher para o cargo qualquer um dos três primeiros colocados na votação interna. “A questão do Supremo é relevante, a gente conversa com todos os ministros, não só com o ministro Alexandre. É importante deixar isso claro. [...] Obviamente, a opinião de ministros é sempre relevante, mas não determinante, porque é

uma escolha que cabe ao governador”, disse à imprensa. Questionado sobre Paulo Sérgio de Oliveira e Costa ter proximidade com Moraes e Kassab, Tarcísio respondeu que os três nomes da lista tríplice tinham essa proximidade. Também afirmou que os três são “extremamente qualificados” e qualquer um deles seria “um excelente” procurador-geral. Entre os fatores que listou para a escolha de Costa, Tarcísio disse que ele tem boas referências, que era o mais antigo na carreira em relação aos demais e que era importante considerar o alinhamento com o Conselho do MP-SP. “Uma coisa que pesa, por exemplo, é qual o alinhamento que você tem do conselho com o futuro procurador de Justiça? Porque o desalinhamento do procurador-geral de Justiça com o conselho é um fator relevante”, afirmou. Tarcísio disse ainda que lhe agrada a linha participativa e propositiva do MP-SP e que isso deve ser mantido pelo novo procurador-geral. “Nós encontramos um ambiente de conversa, encon-



Tarcísio de Freitas, governador do estado de São Paulo Maria Isabel Oliveira - 5.abr.24/Agência O Globo

tramos um ambiente de diálogo, encontramos um ambiente de construção. Então, a manutenção dessa relação republicana para mim era uma questão importante.” Ainda em entrevista à imprensa, Tarcísio afirmou que as instituições em São Paulo são fortes e republicanas. “Isso dá um conforto institucional muito grande, por isso que com qualquer nome que fosse escolhido, nós estaríamos bem servidos.” Na lista tríplice entregue ao governador, Costa foi o que teve menos votos, um total de 731. José Carlos Cosenzo recebeu 1.004 votos e Antonio Carlos da Ponte, 987. Agora, ele assume como procura-

dor-geral de Justiça, para um mandato de dois anos. Costa tem 38 anos de atuação no Ministério Público. Em 2008, foi nomeado secretário de Desenvolvimento Social na gestão de Kassab na Prefeitura de São Paulo. Antes de ser secretário municipal, Oliveira e Costa dirigiu a Febem (atual Fundação Casa) durante a gestão Geraldo Alckmin (PSB), à época no PSDB. Ele assumiu o cargo em 2003 e pediu demissão após pouco mais de um ano no cargo —na época, a entidade passava por um período conturbado, com motins, denúncias de maus-tratos e tensão com funcionários. Na saída, foi elogiado por grupos de

direitos humanos pela criação de uma corregedoria. Costa atuava anteriormente na Procuradoria de Habeas Corpus e foi duas vezes integrante do Órgão Especial do Colégio de Procuradores. Diferentemente dos membros da gestão Tarcísio, ele é favorável à instalação de câmeras nas fardas dos policiais, entendendo que são instrumentos probatórios relevantes, protegem os policiais de falsas acusações e reduzem a letalidade. Um dos papéis do Ministério Público é justamente a fiscalização da atividade policial. Na gestão de Tarcísio, o programa de câmeras corporais nas fardas perdeu força, e a letalidade policial aumentou.

Folha promove palestra sobre IA e desinformação

SÃO PAULO A Folha promove na próxima terça-feira (23), em parceria com a União Europeia no Brasil, a palestra “Inteligência artificial, desinformação e democracia: desafios para a cobertura jornalística”. O evento é gratuito e acontece no auditório do jornal, no centro de São Paulo, das 14h às 16h. A palestra será ministrada pela jornalista Carme Colomina, pesquisadora especializada em União Europeia, desinformação e política global do Barcelona Centre for International Affairs (Centro de Relações Internacionais de Barcelona), e mediada pela jornalista Renata Galf, repórter da Folha. O objetivo é debater o uso da inteligência artificial como recurso de campanha e de manipulação dos eleitores. Neste ano, haverá eleição para o Parlamento Europeu, para presidente dos Estados Unidos e, no Brasil, para prefeitos. Outro ponto de discussão é o papel da cobertura jornalística na identificação de conteúdos gerados por IA e no combate à desinformação. Aberta ao público, a palestra terá tradução simultânea do espanhol para o português. Para participar, os interessados devem se inscrever pelo Sympla.

Inteligência artificial, desinformação e democracia: desafios para a cobertura jornalística
Quando: 23 de abril (terça-feira), das 14h às 16h. Onde: Auditório da Folha (alameda Barão de Limeira, 425, 9º andar - Campos Elíseos). Inscreva-se pelo Sympla

Conselho de Ética sorteia relatores para caso Brazão

BRASÍLIA O Conselho de Ética da Câmara sorteará nesta quarta (17) três deputados para relatar o processo de cassação de Chiquinho Brazão (sem partido), acusado de ser mandante da morte de Marielle Franco. Foram sorteados Jack Rocha (PT-ES), Joseildo Ramos (PT-BA) e Rosângela Reis (PL-MG). O presidente do colegiado, deputado Leur Lomanto (União Brasil-BA), irá definir o relator. **MT**

Comissão nos EUA expõe ordens do STF ao X e cita 150 contas

Ricardo Della Coletta, Matheus Teixeira e Mateus Vargas

BRASÍLIA Um comitê do Congresso dos EUA publicou na noite desta quarta-feira (17) uma série de decisões sigilosas do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes sobre a suspensão ou remoção de perfis nas redes sociais. As decisões foram obtidas a partir de intimação parlamentar feita ao X (antigo Twitter), de propriedade do bilionário Elon Musk.

Quando defendeu o impeachment de Moraes, o empresário prometeu que publicaria em breve ordens de Moraes que, segundo ele, “violam as leis brasileiras”. A maioria das decisões de Moraes reproduzidas no documento manda a plataforma derrubar contas sem apresentar fundamentação, só com a indicação dos perfis que precisam ser retirados do ar. Em poucos casos aparece uma ordem do ministro do STF com explicações jurídicas para o bloqueio de perfis,

como no caso da página intitulada Ordem dos Advogados Conservadores do Brasil. “As condutas noticiadas da entidade ocorreram no contexto dos atos antidemocráticos, nos quais grupos — financiado por empresários — insatisfeitos com o legítimo resultado do pleito”. O relatório produzido pelo comitê parlamentar foi intitulado “O ataque contra liberdades de expressão no exterior e o silêncio da administração Biden: o caso do Brasil”. O colegiado é presidido pelo deputado Jim Jordan, polê-

mico republicano ligado ao ex-presidente Donald Trump. Sob o argumento da defesa da liberdade de expressão, o parecer do subcomitê diz que “alguns governos estrangeiros estão erodindo valores democráticos básicos e sufocando o debate em seus países”. O documento cita ainda o recente conflito entre Elon Musk e o STF e afirma que o bilionário se tornou investidor no Brasil por não concordar com a “censura” de Moraes. Nesse sentido, segue o relatório do órgão con-

trolado por Jordan, o comitê legislativo intimou o X sobre atos do STF e do TSE que configurariam censura. “Os documentos e registros intimados revelam que, desde ao menos 2022, a Suprema Corte no Brasil, na qual Moraes serve como juiz, e o Tribunal Superior Eleitoral, liderado por Moraes, ordenaram a X Corp. a suspender ou remover quase 150 contas na popular plataforma”, diz o relatório. O documento alega que hoje há cerca de 300 contas sob o risco de censura no Brasil.

Permissão de Hardt à fundação da Lava Jato será foco do CNJ

Conselheiros debatem se teria havido infração disciplinar da juíza; caso será retomado em maio

Catarina Scortecchi

CURITIBA O aval dado pela juíza federal Gabriela Hardt, em 2019, para a criação da fundação da Lava Jato deve entrar no foco do plenário do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) na próxima sessão presencial do colegiado, em maio. A decisão se tornou um dos pontos centrais da reclamação disciplinar aberta em setembro de 2023 contra a magistrada pela corregedoria do CNJ. No próximo dia 21 de maio, os 15 conselheiros irão votar se o caso deve ou não gerar um processo administrativo disciplinar contra Hardt. O caso é de janeiro de 2019, quando a juíza homologou um “acordo de assunção de compromissos” entre o Ministério Público Federal e a Petrobras na esteira de outros acordos feitos pela estatal brasileira com autoridades e órgãos dos EUA. Neles, a empresa se comprometeu a pagar US\$ 853,2 milhões, e 80% deste valor poderia ser destinado ao Brasil. Foi a partir daí que o MPF fez o acordo com a Petrobras para a criação do fundo, depois submetido à homologação de Hardt. De acordo com o documento sobre o fundo, metade do valor depositado permaneceria em conta judicial e seria utilizada para compensar prejuízos causados a investidores

do mercado. A outra metade seria destinada a um fundo patrimonial privado permanente, com sede em Curitiba. “Consta do acordo que os rendimentos desse fundo serão aplicados em investimentos sociais que reforcem a luta da sociedade brasileira contra a corrupção”, narrou a juíza em seu despacho à época, ao explicar o pedido do MPF, a quem caberia formar um comitê para gerir o fundo. Durante sessão do CNJ nesta terça-feira (16), quando o afastamento cautelar de Hardt foi revogado por maioria de votos, o colegiado já indicou que possui visões diferentes sobre a fundação e a responsabilidade da magistrada a respeito. A decisão de afastar a juíza tinha sido proferida no dia anterior pelo corregedor do CNJ, Luis Felipe Salomão. Embora a fundação não tenha saído do papel —houve recuo após repercussão negativa, além de um veto do STF (Supremo Tribunal Federal)—, a decisão que autorizou sua criação foi considerada infração grave pelo corregedor. Ele fala ainda em “desvio de dinheiro público para atender a interesses privados”. “Não foi só uma infeliz iniciativa. Aqui é desvio preparado”, disse Salomão, ao apontar que, no âmbito penal, a criação do fundo poderia esbarrar em peculato e corrup-

“Se estabeleceu auxílio às autoridades americanas a construir casos criminais em face da Petrobras com interesse no retorno de parte da multa

Luis Felipe Salomão
corregedor do CNJ

“Não era dinheiro para o bolso de ninguém, não era dinheiro para ninguém se locupletar. Portanto não é de desvio que se cogita aqui

Luís Roberto Barroso
presidente do CNJ

ção passiva. “Deliberadamente, com ação ou omissão do juízo, se estabeleceu auxílio às autoridades americanas a construir casos criminais em face da Petrobras com interesse no retorno de parte da multa que seria aplicada”, disse o corregedor. O presidente do CNJ e ministro do STF, Luís Roberto Barroso, por sua vez, vê a fundação apenas como uma “ideia ruim” e descarta o entendimento de que estaria se falando de desvio. “Não era dinheiro para o bolso de ninguém, não era dinheiro para ninguém se locupletar. Portanto não é de desvio que se cogita aqui. O que se discute é a impropriedade na criação de uma fundação para gerir o dinheiro. E hoje ninguém duvida que tenha sido uma decisão pouco feliz”, disse Barroso, acrescentando que isso não era razão para punir a juíza. “Não foi ela que fez o acordo. Os atos que vem do MPF tem presunção de legitimidade. Ninguém supõe que o MPF esteja participando de alguma maracutaia”, argumentou ele. “O acordo era para ser pago nos EUA e aí se estabeleceu que 80% deste valor viria para o Brasil. Era um acordo bom, positivo”, continuou o presidente do CNJ. Entre outros pontos, Salomão alega falta de transparência. Diz que não houve intimação da União sobre o acordo entre o MPF e a Petrobras e que os procuradores da Lava Jato não apresentaram à juíza os documentos que demonstravam como o acordo internacional tinha sido desenvolvido. Também cita que o acordo homologado não teve participação obrigatória do departamento de recuperação de ativos e cooperação jurídica internacional, vinculado ao Ministério da Justiça. Os três pontos foram reforçados ao longo da sessão por outros membros do CNJ. Na sessão desta terça, o subprocurador-geral da Repúbli-

ca, José Adonis Callou, que se manifestou antes do voto do corregedor, ponderou que a ideia da criação da fundação era “ruim e infeliz”, mas que isso não significava “uma infração disciplinar pela juíza”. Callou afirmou ainda que o problema não seria a finalidade do fundo, mas as funções que caberiam ao Ministério Público. “Entendo que membro do MPF não deveria assumir compromissos de gestão”, disse. Ele argumentou também que “os recursos não poderiam ser destinados à Petrobras porque, lá nos EUA, a Petrobras não era a vítima. Era parte no processo como responsável por lesão a acionistas”. Para Salomão, a 13ª Vara Federal de Curitiba não tinha competência para homologar um acordo que “sempre se referiu expressamente a Brasil, jamais indicando a procuradoria do Paraná”. O conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello, fez observação semelhante, durante a sessão, ao defender que a questão da competência da 13ª Vara de Curitiba não pode ser minimizada. “Por que um acordo de natureza civil foi parar lá? Porque era o juízo universal de Curitiba”, disse. Outro ponto colocado por Salomão fazia referência a diálogos “fora dos autos” entre a juíza e procuradores da Lava Jato, por aplicativo de mensagens. Ele afirma que a magistrada reconheceu em depoimento que teria recebido no celular um esboço do acordo entre o MPF e a Petrobras. Em depoimento, Hardt afirmou que a troca de mensagem era “muito eventual” e que, no caso da fundação do MPF, havia uma urgência na solução da questão. Durante a sessão desta terça, o advogado de Hardt, Nefi Cordeiro, enfatizou que ela “apenas recebeu pedido de prioridade” em relação ao tema da fundação, mas que “jamais houve combinação prévia” sobre o que seria decidido.

Sergio Moro diz a Zeca Dirceu em rede social que ‘cadeia é coisa do teu pai’

BRÁSILIA O deputado federal Zeca Dirceu (PT-PR) e o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) discutiram em postagens no X (ex-Twitter) sobre a possibilidade de cassação de Moro. Na quarta-feira (16), Dirceu publicou uma montagem com imagens do senador e de Del-tan Dallagnol e escreveu: “Cassação ou cadeia? Ou melhor, ambas as coisas! Agora, Moro terá que explicar o inexplicável e o fará também na esfera criminal. Justiça seja feita!” Nesta quinta (17), Moro respondeu: “Cadeia é coisa do teu pai.” Na quarta, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) analisava a decisão que afastou a juíza Gabriela Hardt, que foi a substituta de Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba, e de outros três juízes da Lava Jato. Em decisão apertada, o colegiado revogou o afastamento de Hardt e do atual titular da vara da Lava Jato, Danilo Pereira Júnior. Foram mantidos, porém, os afastamentos dos juízes federais do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) Carlos Thompson Flores e Loraci Flores de Lima. No início do mês, o TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Paraná rejeitou as ações do PL e do PT que pedem a cassação do mandato do senador e alegam a ocorrência de abuso de poder econômico na campanha de 2022. Todos os juízes rejeitaram a acusação de uso indevido dos meios de comunicação social e não reconheceram indícios de caixa dois e triangulação de recursos. O desfecho do caso, porém, só deve se dar no TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

MST invade sede do Incra em Campo Grande e pressiona governo

José Matheus Santos

RECIFE Cerca de 200 militantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiram, nesta quarta-feira (17), a superintendência do Incra (Instituto Nacional de Colonização e da Reforma Agrária) em Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. A invasão faz parte de um conjunto de ações que têm o objetivo de pressionar o governo federal a avançar em projetos da reforma agrária. O chamado Abril Vermelho do MST acontece em alusão ao massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em abril de 1996. Na ocasião, 21 integrantes do MST foram mortos pela Polícia Militar do estado. Desde segunda (15), quando o MST começou a Jornada Nacional de Lutas pelo Brasil, invasões e outros tipos de ações do movimento ocorreram em diferentes estados. Segundo levantamento do próprio movimento, atualizado até o final da tarde desta quarta-feira, foram realizadas durante a semana 47 ações, o que inclui, segundo critério do MST, por exemplo, mobilizações no Incra, doação de alimentos e assembleias. O movimento considera 28 dessas ações como ocupações e novos acampamentos e que ocorreram em um total de 11 estados, além do Distrito Federal. A invasão no Incra, em Campo Grande, nesta quarta, aconteceu por volta das 7h. O MST no estado quer pressionar por terras em áreas que já estão em negociação, que possuam ocupações ou cujos proprietários tenham irregularidades com a União. São reivindicados assentamentos nos municípios de Sidrolândia, Ponta Porã, Nova Andradina, Corguinho, Itaquiraí, Japorã, Batayporã e Dourados.



MST realiza a invasão de um edifício que pertence ao Incra, na cidade de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul Divulgação/MST

E também em fazendas com denúncias de trabalho análogo à escravidão em Anastácio, Antônio João, Nioaque, Igatemi, Naviraí e Jardim. Na terça (16), no Pará, o MST invadiu os latifúndios da família Miranda, no sudeste do estado. Eles também pedem visitórias de órgãos públicos em outras 15 áreas requisitadas. No Ceará, cerca de 500 integrantes do MST ocuparam a sede da Secretaria de Educação do Estado, em Fortaleza.

“Os manifestantes tem como objetivo reafirmar a educação do campo enquanto direito, denunciar o descaso com as escolas dos assentamentos de Reforma Agrária e exigir melhorias na infraestrutura das escolas, bem como a construção de novas escolas”, diz trecho da nota do movimento. O MST também ocupou uma área de 800 hectares no perímetro do lago de fronteiras em Crateús, no interior cearense, e reivindica a desapro-

priação de 5 mil hectares de terra para a reforma agrária. Procurado pela reportagem, a Superintendência do Incra em Mato Grosso do Sul disse que o MST realiza mobilização na sede do órgão no estado e que “o objetivo é debater e posteriormente entregar a pauta de reivindicações e sugestões”. No domingo (14), o MST já tinha invadido dois terrenos usados pela estatal Embrapa (Empresa Brasileira de Pesqui-

sa Agropecuária), em Petrolina, no interior de Pernambuco. No dia seguinte, na segunda-feira (15), o presidente Lula (PT) lançou programa para reforma agrária no país, como resposta a aumento da pressão de movimentos de esquerda. Chamado de Terra da Gente, o programa reúne 17 alternativas legais para obter e disponibilizar terras, chamadas de prateleiras. Dentre essas, há duas novidades: a compra

de propriedades de bancos e empresas públicas; e a negociação com estados endividados com a União, em troca de terra.

MPF liga grupo Invasão Zero a atos antidemocráticos

João Pedro Pitombo

SALVADOR Em uma semana marcada por novas invasões de terras pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o MPF (Ministério Público Federal) manifestou preocupação com um possível avanço da violência no campo e defendeu a responsabilização penal de ações de grupos como o Invasão Zero. A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do MPF divulgou nesta segunda (15) nota em que diz ver matriz comum entre o Invasão Zero e grupos envolvidos nos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. O Invasão Zero ganhou notoriedade no campo nos últimos meses com ações de retomadas de terras sem aval da Justiça e com a presença de homens armados. Em janeiro, o grupo tentou desocupar fazenda em Potiraguá, no sul da Bahia, em uma ação que resultou na morte da indígena Maria de Fátima Muniz, conhecida como Nega Pataxó. Criado em 2023 por fazendeiros da Bahia, o grupo tem cerca de 5.000 participantes. O coordenador do Invasão Zero, Luiz Uaquim, disse que a atuação da entidade é pautada pela democracia e legalidade e que o objetivo do movimento é a defesa da propriedade de maneira pacífica e sem recorrer à violência.

mundo

Com Lula, Petro diz que Brasil apoia conciliação na Venezuela

Em visita a Bogotá, presidente brasileiro evita o tema e reforça laços com anfitrião

Sylvia Colombo

BOGOTÁ A Colômbia propôs a realização de um plebiscito na Venezuela para proteger direitos humanos e políticos dos opositores do ditador Nicolás Maduro —e o Brasil apoia a ideia, segundo o líder colombiano, Gustavo Petro, que esteve com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em Bogotá, nesta quarta (17). Considerado aliado de Maduro, Petro esteve em Caracas na semana passada para tratar do que chamou de proposta democrática para garantir o “bem-estar do povo venezuelano”. Ele não especificou, entretanto, quem eram seus interlocutores nem revelou detalhes do plano na ocasião. Agora, diz que falou com Lula sobre a ideia e que o brasileiro manifestou seu apoio à proposta. O petista não comentou o assunto nem respondeu a questionamentos dos jornalistas presentes acerca da situação da Venezuela. Em declaração conjunta após o encontro, lê-se que, sobre a Venezuela, os dois líderes sublinharam a impor-

tância de manter “a interlocução e o diálogo constante entre o governo e os demais setores políticos”. Ainda segundo a declaração, Lula e Petro “exortaram o governo e os setores de oposição a considerar a possibilidade de chegar a um acordo de garantias democráticas que possa ser referendado nas urnas” e “reiteraram seu repúdio a qualquer tipo de sanções que unicamente servem para aumentar o sofrimento do povo venezuelano”. O regime de Maduro e a oposição assinaram em outubro passado um pacto segundo o qual concordavam com a realização de eleições livres e com observadores internacionais na Venezuela. A ditadura, no entanto, vem perseguindo opositores e dificultando o acesso de rivais ao processo. Aliados próximos de María Corina Machado —que venceu com folga as primárias da oposição mas está inabilitada a assumir cargos públicos por 15 anos— foram presos. A escolhida para substituí-la foi Corina Yoris, acadêmica que também não conse-

guiu inscrever sua candidatura. A oposição tem até o próximo sábado (20) para trocar o candidato inscrito, Edmundo Gonzalez, que não é nome consensuado pelo grupo. Foi após o problema com a candidatura de Yoris que Lula mudou de tom com relação ao regime Maduro, antes blindado de críticas pelo governo brasileiro. Em nota, o Itamaraty disse que acompanhava “com expectativa e preocupação o desenrolar do processo eleitoral” na Venezuela. Pela manhã, os dois líderes tiveram suas agendas alteradas em decorrência de um atraso de 1h30 no início do encontro bilateral. A reunião privada entre ambos durou duas horas, seguida de um almoço. Pouco se sabe sobre o que foi conversado, uma vez que a declaração à imprensa, prevista para depois do encontro, não ocorreu. Horas mais tarde, em um discurso lido no Foro Empresarial Colômbia-Brasil, Lula afirmou que o Brasil sempre “deu as costas para a América Latina e para a África”. “Somos um continente colonizado, voltado para a Europa

ou para a economia mais pujante, a dos Estados Unidos. E isso só nos trouxe pobreza. Hoje os EUA têm como projeto construir um muro para separar-se dos latino-americanos”, disse Lula, em referência à promessa renovada de Donald Trump de levantar uma barreira física na fronteira com o México.

“Somos um continente colonizado, voltado para a Europa ou para a economia mais pujante, a dos EUA. E isso só nos trouxe pobreza. Hoje os EUA têm como projeto construir um muro para separar-se dos latino-americanos

Lula durante visita a Bogotá

Lula também lançou perguntas aos empresários que o assistiam. “A Colômbia não é um país qualquer. O que falta para que o Brasil perceba que a Colômbia é um país virtuoso em que vale a pena investir? E o que falta para que a Colômbia veja o Brasil como um parceiro único, para quem podem exportar e importar?”. O brasileiro disse a Petro que ambos devem trabalhar juntos para “encontrar os obstáculos que impedem uma maior integração entre os dois países”. Ao dizer que os dois líderes devem manter uma postura ativa e que “se essa integração ocorrer, os EUA e a Europa vão nos respeitar”, foi aplaudido pelos presentes. “Por que não há uma Finlândia, uma Suécia, na América Latina? Por que somos todos pobres? Temos de parar de ter medo dos demais”, argumentou Lula. Os chanceleres Luis Gilberto Murillo, da Colômbia, e Mauro Vieira, do Brasil, assinaram atos e tratados de colaboração nas áreas de segurança, ambiente, agricultura e de políticas de gênero. Entre eles, o ato para combater o tráfico de pessoas e um acordo de colaboração na área de comunicação. Estavam presentes na cerimônia ministros de ambos os países. Do lado brasileiro estavam presentes também os escritores Ailton Krenak e Fernando Morais. Ambos participam da Feira Internacional do Livro de Bogotá, que começa também nesta quarta-feira. Colaborou Lucas Alonso, de São Paulo

EUA retomam sanções contra Caracas devido a perseguição de opositores

SÃO PAULO O governo dos Estados Unidos vai retomar sanções contra os setores de petróleo e gás da Venezuela devido ao cerco imposto pelo regime à oposição antes das eleições previstas para julho, disseram nesta quarta-feira (17) autoridades americanas. A lisura do processo eleitoral tem sido questionada desde que os principais adversários do ditador Nicolás Maduro foram impedidos de participar da disputa. Washington havia levantado as sanções ao setor energético venezuelano em outubro de 2023, por um prazo de seis meses, após diálogos entre o regime de Maduro e a oposição. O processo, mediado pela Noruega, ficou conhecido como Acordo de Barbados e estava condicionado a eleições livres e transparentes. O acordo havia estabelecido a participação da oposição nas eleições marcadas para 28 de julho, nas quais Maduro busca um terceiro mandato, além da presença de observadores internacionais no pleito. No entanto, a principal adversária do ditador, María Corina Machado, permanece inabilitada, e Corina Yoris, nomeada por ela como substituta na corrida eleitoral, não conseguiu inscrever sua candidatura. Insatisfeita com a situação, Washington advertiu várias vezes que, se Caracas não mudasse de rumo, iria reimpor as sanções. Em janeiro, a Casa Branca já havia reativado as sanções à empresa estatal de mineração de ouro, depois que o Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela ratificou a inabilitação de María Corina. Já a medida que alivia as sanções contra o petróleo e o gás expira nesta quinta (18) e não será renovada. Embora Maduro tenha cumprido alguns dos compromissos firmados em Barbados, pontos-chave do acordo têm sido desrespeitados, disseram autoridades americanas à agência Reuters. O governo americano deve estabelecer um período de 45 dias para que empresas encerrem seus negócios e transações vinculadas aos setores de gás e petróleo da Venezuela, de modo que a expiração não provoque “incerteza no setor global de energia”, de acordo com o jornal americano The New York Times. Com Reuters e AFP



O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, e a primeira-dama Verónica Alcocer García recebem Lula e Janja, em Bogotá

Juan D Cano/Divulgação/Governo da Colômbia

Eles preferem Trump

Republicano atrai de volta bilionários que denunciaram ato golpista no Capitólio

Lúcia Guimarães

É jornalista e vive em Nova York desde 1985. Foi correspondente da TV Globo, da TV Cultura e do canal GNT, além de colunista dos jornais O Estado de S. Paulo e O Globo

Os aplausos irromperam, numa espontânea quebra de etiqueta no abotoado reduto da elite nova-iorquina. Naquela noite de novembro de 2016, o restaurante 21 Club, frequentado por presidentes, empresários e estrelas de Hollywood até fechar durante a pandemia, dava as boas-vindas ao presidente recém-eleito, dias depois da vitória que ele mesmo não esperava. Donald Trump nem fingiu desconhecer o motivo da súbita adulação de uma classe

que, até então, o rejeitava em festas da alta sociedade e comitês de museus. “Vamos cortar os impostos de vocês,” anunciou aos comensais. No último dia 6, num salão decorado no estilo já descrito como “neo-Saddam Hussein”, o bilionário financista John Paulson —fortuna de US\$ 3,5 bilhões— diz à nova plateia de comensais, que pagaram US\$ 250 mil para provar a culinária medonha do clube Mar-a-Lago: “Um dos pontos centrais da nossa agenda é

estender os cortes de impostos aprovados em 2017.” Os cortes que Trump entregou e beneficiaram com desfaçatez pornográfica o 1% no topo da pirâmide de renda expiraram em dezembro de 2025. Na terça-feira (16), Joe Biden vestiu a carapuça que os republicanos acreditam ser infame. Falando de sua cidade natal, Scranton, na Pensilvânia, Biden denunciou o regime fiscal que beneficia bilionários em detrimento das classes média e trabalhadora.

Sim, papo de campanha, mas longe de ser distorção da realidade que aguarda os americanos se o atual réu de um julgamento em Manhattan voltar a ter acesso às alavancas do poder. Seria simplista concluir que apoiar um criminoso dando sinais de franca deterioração cognitiva é um gesto automático de autointeresse para os senhores do universo do capitalismo americano. E é injusto afirmar que esta classe de detentores de grandes fortunas é monolítica.

Mas há de haver um lugar especial no inferno reservado para homens —sim, maioria homens— de meia idade ou idosos tratando uma eleição que pode destruir a democracia como um bilhete premiado de loteria, em negação do país que seus descendentes vão herdar. As desculpas dos filhos pródigos de Mar-a-Lago desafiam a credulidade. Vários doadores de Trump neste ano o rejeitaram e denunciaram pela invasão do Capitólio. É preciso combater “o câncer da justiça social”, clama um bilionário, convencido de que a maioria esmagadora dos eleitores, formada por não ricos, torce por injustiça social. Um que se desculpou por ter votado em Trump, no dia seguinte à invasão do Capitólio, disse que decidiu apoiá-lo por causa da “condição mental” de Biden. Outro diz que Trump é bom pa-

ra o mercado de capitais. Esqueceu que Wall Street teve desempenho melhor sob Joe Biden e, convenhamos, Wall Street não é a economia experimentada pela população. A cereja no bolo dos financistas seria a promessa de Trump de dizimar mecanismos reguladores do mercado. Devaneios autocráticos de bilionários como Elon Musk sugerem que eles e seus pares parecem viver numa bolha, ignorantes das consequências de coroar um novo Viktor Orbán ou Vladimir Putin. Orbán assalta capitalistas na Hungria com disciplina e método. Putin, o bundão subalterno da KGB, foi elevado por oligarcas já num sistema de corrupção endêmica, crime organizado e terror do Estado. O país que praticamente inventou o anticomunismo sofre de amnésia sobre o papel da política na liberdade econômica.

Dubai tem enchentes e caos após maiores chuvas em 75 anos

Áreas afetadas nos Emirados Árabes e em Omã são áridas e carecem de sistemas de drenagem; há ao menos 21 mortos

Alexander Cornwell

REUTERS Uma tempestade atingiu os Emirados Árabes Unidos e Omã esta semana, trazendo chuvas recordes que inundaram rodovias, causaram engarrafamentos e deixaram pessoas presas em casa. Pelo menos 20 pessoas morreram devido à inundação em Omã, enquanto outra pessoa morreu em enchentes nos Emirados Árabes Unidos, que fecharam escritórios do governo e escolas por dias. A tempestade atingiu inicialmente Omã no domingo (14), antes de chegar aos Emi-

rados Árabes na terça-feira (16). Em Dubai, a chuva causou cortes de energia e grandes complicações no tráfego aéreo, com pistas de pouso se transformando em rios e voos cancelados e atrasados. Um recorde de 254 milímetros de chuva foi registrado em Al Ain, cidade do emirado na fronteira com Omã. Foi o maior volume em um período de 24 horas desde que os registros começaram, em 1949. A chuva é algo raro nos Emirados Árabes e em outros lugares da península Arábica, que é conhecida por seu clima desértico seco. As tempe-



Carros atravessam rua alagada após fortes tempestades em Dubai, centro econômico dos Emirados Árabes Unidos Giuseppe Cacace/AFP

Israel vai tomar próprias decisões sobre resposta ao Irã, diz Netanyahu

SÃO PAULO Enquanto líderes de países ocidentais pedem moderação a Israel após o ataque com mísseis e drones do Irã, o primeiro-ministro Binyamin Netanyahu afirmou nesta quarta-feira (17) que Tel Aviv vai tomar as “próprias decisões” na crise que ameaça um conflito mais amplo no Oriente Médio. A declaração ocorreu no momento em que o gabinete de guerra israelense discute, já há quatro dias, como será a resposta à ofensiva de Teerã. Os Estados Unidos, a União Europeia e os países do G7, o grupo que reúne as principais economias do mundo, anunciaram planos para impor sanções mais rígidas ao regime iraniano com o objetivo de apaziguar e persuadir a coalizão liderada por Netanyahu a evitar o endosso a um ataque direto ao Irã. Também como parte dos esforços para arrefecer a crise, os ministros das Relações Exteriores do Reino Unido, David Cameron, e da Alema-

nha, Annalena Baerbock, encontraram-se nesta quarta com Netanyahu, em Tel Aviv, onde manifestaram apoio, mas reforçaram os pedidos de “prudência” em uma eventual retaliação. “Quero deixar claro que tomaremos nossas próprias decisões e que o Estado de Israel fará tudo o que for necessário para se defender”, respondeu Netanyahu, segundo comunicado de seu gabinete. A repórter Baerbock disse que o agravamento do conflito não serviria a ninguém. “Nem à segurança de Israel, nem às muitas dezenas de reféns que ainda estão nas mãos do Hamas, nem à sofrida população de Gaza, nem às pessoas no Irã que estão sofrendo sob o regime, nem aos outros países da região que simplesmente querem viver em paz.” Teerã lançou no último sábado (13) um ataque sem precedentes contra Israel em resposta ao bombardeio à embaixada iraniana em Damasco, na Síria, que matou mem-



raturas do ar no verão podem ultrapassar os 50°C. Ambos os países atingidos nesta semana carecem de sistemas de drenagem para lidar com chuvas intensas, e o alagamento de estradas não é incomum durante as precipitações —como em outro episódio recente de caos em Dubai, em março deste ano. Após os eventos de terça-feira, surgiram questionamentos se a “semeadura de nuvens”, um processo frequentemente realizado pelos Emirados Árabes, poderia ter causado as tempestades. Neste programa de incentivo às chuvas, produtos químicos são implantados nas nuvens para aumentar a precipitação. O país fica em uma das regiões mais quentes e secas do planeta e tem liderado os esforços para semear nuvens, já que a escassez de água na região preocupa. A Reuters, a agência de meteorologia dos Emirados Árabes Unidos disse que não realizou essas operações antes da tempestade desta semana. No entanto, segundo a agência Associated Press, relatos citam meteorologistas do Centro Nacional de Meteorologia dizendo que houve seis ou sete

voos de sementeira de nuvens antes das chuvas. Ainda de acordo com a agência, dados de rastreamento de voos mostram que uma aeronave afiliada aos programa de incentivo às chuvas sobrevoou o país na segunda-feira (15). As fortes chuvas provavelmente foram causadas por um sistema meteorológico normal que foi exacerbado pelas mudanças climáticas, dizem especialistas. Um sistema de baixa pressão na atmosfera superior, combinado com baixa pressão na superfície, atuou como um “aperto” na pressão do ar, explica Esraa Alnaqbi, meteorologista sênior no Centro Nacional de Meteorologia. Esse “aperto”, intensificado pelo contraste entre as temperaturas mais quentes ao nível do solo e as temperaturas mais frias em altitudes mais elevadas, teria criado as condições para a tempestade. Estudiosos do clima afirmam que o aumento das temperaturas globais, provocado pelas mudanças climáticas causadas pelas atividades humanas, está levando a eventos climáticos mais extremos ao redor do mundo, incluindo chuvas intensas.

Ex-líder civil de Mianmar, Suu Kyi vai para prisão domiciliar

BOA VISTA Aung San Suu Kyi, 78, ex-líder civil de Mianmar, foi transferida da cadeia de Naypyitaw, a capital mianmarens, para o regime de prisão domiciliar, disse na terça (16) um porta-voz da junta militar que comanda o país desde o golpe de Estado em fevereiro de 2021. “Como o clima está extremamente quente, não é apenas para Aung San Suu Kyi”, declarou o porta-voz da junta, o major-general Zaw Min Tun. “[É] Para todos aqueles que precisam de precauções necessárias, especialmente prisioneiros idosos; estamos trabalhando para protegê-los da temperatura extrema.” Suu Kyi está detida desde que o Exército derrubou seu governo civil. Ela cumpre pena de 27 anos de prisão por crimes que vão desde traição e suborno até violações da lei de telecomunicações. A ex-líder civil nega as acusações. Em fevereiro, seu filho Kim Aris disse que ela estava em confinamento solitário e que estava de bom humor: “Mesmo que sua saúde não esteja tão boa quanto no passado”, disse na ocasião. Um porta-voz do governo de unidade nacional, que trabalha do exílio, pediu a libertação incondicional de Suu Kyi, que possuía o cargo de conselheira de Estado, e de U Win Myint, 73, presidente de Mianmar na ocasião do golpe, também deposto pelos militares a agora entre os transferidos para prisão domiciliar. “Movê-los das prisões para as casas é bom, pois são melhores do que as prisões. No entanto, eles devem ser libertados incondicionalmente. Eles [os militares] devem assumir total responsabilidade pela saúde e segurança de Aung San Suu Kyi e U Win Myint”, disse o porta-voz Kyaw Zaw. Em agosto do ano passado, após recrudescer a repressão e prorrogar por um estado de exceção, a junta militar reduziu a pena de Suu Kyi e de outros milhares de presos. Na ocasião, o regime anulou 5 dos 19 crimes pelos quais ela foi condenada, reduzindo a pena de 33 para 27 anos. Após o golpe, Suu Kyi foi julgada por mais de uma dúzia de crimes —acusações que alguns dizem ter como objetivo garantir que ela nunca mais retome a atividade política. A comunidade internacional encara os julgamentos como farsa, embora o regime insista que ela foi submetida a um processo justo. Suu Kyi foi vencedora do Nobel da Paz em 1991 por sua luta por direitos humanos e se tornou um símbolo da luta da sociedade mianmarens por democracia. Sua reputação, no entanto, foi abalada por sua gestão da crise da minoria étnica rohingya, que lhe rendeu acusações de cumplicidade com limpeza étnica.



Aung San Suu Kyi, ex-líder civil de Mianmar Roslan Rahman -12.nov/18/AFP

Tarjab Realiza

UNIDADES
LIMITADAS



Seu sonho realizado **com**
Cheques Bônus de até

R\$100mil

COQUETEL ESPECIAL NA CASA TARJAB

20.04 | Das 10h às 18h

Casa Tarjab – Av. Senador Casemiro da Rocha, 683 · Mirandópolis

AURORA
PRAÇA DA ÁRVORE



A 5 MIN DO METRÔ PRAÇA DA ÁRVORE

HARMONIE
ARQUITETURA · NATUREZA · BEM-ESTAR



A 5 MIN DO METRÔ SAÚDE

LAUTO
VILA PARANA



A 8 MIN DO METRÔ SANTA CRUZ

Signatur



A 8 MIN DO METRÔ SÃO JUDAS



Zona Sul de São Paulo

Aptos **1 / 2 / 3 Dorms** | **34 a 123m²**

Até 2 vagas de garagem | Lazer completo | Perto do metrô

Participe do evento e garanta a sua unidade!

NÃO PERCA!

VISITE OS DECORADOS

Av. Senador Casemiro da Rocha, 683
11 3181-6082

Consulte
regulamento
no QR CODE:



*A promoção "Cheque Bônus" é vinculada a compra de uma unidade de empreendimento Tarjab participante, o cliente ganha um desconto que será aplicado na parcela de financiamento, após o pagamento de 10% do valor do contrato. Na compra da unidade de 1 dorm Lauto, 2 dorm Aurora, 2 Dorm Signatur ganha um cheque bônus de R\$ 25.000,00. Na compra da unidade 3 dorm Aurora, 3 Dorm Signatur ganha um cheque bônus de R\$ 50.000,00. Na compra da unidade 2 dorm Lauto – finais 2 e 5, 3 dorm Harmonie – final 5 ganha um cheque bônus de R\$ 75.000,00. Na compra da unidade 2 dorm Lauto – finais 6, 3 dorm Lauto – final 4 ganha um cheque bônus de R\$ 100.000,00. Validade da campanha de 01 a 21/04/2024. Todos os empreendimentos possuem registro do Memorial de Incorporação. Lauto: Memorial de incorporação registrado sob o R.2 da matrícula 231.631 do 14º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo. TK Empreendimentos e Incorporações SPE LTDA. Harmonie: Memorial de incorporação registrado sob o R.2 da matrícula no 234.316 do 14º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, em 14/05/2021. Tarjab – Cronos Empreendimentos Imobiliários LTDA. Aurora: Registro do memorial de incorporação do empreendimento no 14º Oficial de Registro de Imóveis, sob o R.1 da matrícula no 232.826, datada de 13/10/2021 Tarjab General Camisao Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. Signatur: Memorial de incorporação do empreendimento devidamente registrado no 8º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, sob o R.1 da matrícula no 202.790, datada em 27/05/2022. Tarjab Ibituruna Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. Estão devidamente regularizados. A comercialização será realizada por profissionais credenciados ao Creci. Comercialização: T-Home Imóveis Ltda. – Rua Parapanema, 79 – Saúde – São Paulo/ SP. Tel.: (11) 5591-6000 – CRECI: J-27573. Valores de acordo com o preço de tabela em vigor, de abril/2024.

Consulte o regulamento completo e condições no site. Promoção válida de 01/04 a 21/04/2024.

São Paulo vai usar ChatGPT para produzir aulas digitais

Tarcísio afirma que IA não substitui o papel do professor em sala de aula

Isabela Palhares

SÃO PAULO O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) vai passar a usar o ChatGPT, ferramenta de inteligência artificial, para produzir as aulas digitais que são usadas pelos professores de todas as escolas da rede estadual paulista.

Até então, o material didático era produzido por professores curriculistas, ou seja, especialistas na elaboração desse tipo de conteúdo. Agora, esses docentes terão a função de “avaliar a aula gerada [pela inteligência artificial] e realizar os ajustes necessários para que ela se adeque aos padrões pedagógicos”.

Nesta terça-feira (18), Tarcísio disse que o uso da inteligência artificial não substitui o papel do professor em sala de aula. “A gente não pode deixar de usar a tecnologia por preconceito, mas [temos que] usar com parcimônia com todas as reservas necessárias. Nada vai substituir o papel do professor, até porque a responsabilidade dentro da sala de aula é do professor”, afirmou o governador.

Assim como já havia dito em outras ocasiões, Tarcísio de Freitas defendeu que o trabalho dos docentes é feito com entusiasmo e paixão, por isso não pode ser substituído por ferramentas de inteligência artificial.

“No fim das contas, quem sabe o que vai ministrar e vai fazer com entusiasmo é o professor. Porque ele é um vocacionado, é um apaixonado”, disse Tarcísio.

Segundo o governador, o ChatGPT vai ser apenas um “facilitador”. “É uma ferramenta que facilita o esforço inicial, mas vai passar por revisão, pelo olhar e pela inteligência dos nossos professores.”

A **Folha** teve acesso a um documento que foi enviado aos professores com as novas orientações para a produção do material do 3º bimestre deste ano. O texto explica que a ferramenta de inteligência artificial vai gerar a “primeira versão da aula com base nos temas pré-definidos e referências concedidas pela secretaria”.

Os professores depois serão responsáveis por editar

o material e encaminhar para uma equipe interna da secretaria, que fará a revisão final de aspectos linguísticos e formatação.

Em nota, a Secretaria de Educação confirmou que planeja testar o uso de inteligência artificial para atualização e aprimoramento das aulas digitais do terceiro bimestre dos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e do ensino médio. Segundo a pasta, a ferramenta vai ser usada para melhorar o que foi elaborado anteriormente pelos professores.

Ainda segundo a secretaria,

o ChatGPT será configurado para gerar as aulas, usando como referência o que foi produzido pela equipe nos últimos meses, além do material didático de outros autores.

A decisão de usar o ChatGPT foi do próprio secretário de Educação, o empresário Renato Feder, para agilizar a produção do material didático que é usado pelos 3,5 milhões de alunos da rede estadual paulista.

Até o segundo bimestre deste ano, os professores tinham que entregar quatro aulas por semana. Com o uso da ferramenta, eles passam a ter que

“

A gente não pode deixar de usar a tecnologia por preconceito, mas [temos que] usar com parcimônia com todas as reservas necessárias. Nada vai substituir o papel do professor, até porque a responsabilidade dentro da sala de aula é do professor

Tarcísio de Freitas (Republicanos)
governador de São Paulo

entregar três aulas a cada dois dias úteis, ou seja, pelo menos seis por semana.

As aulas digitais passaram a ser produzidas e distribuídas para as escolas no ano passado. Elas são a principal aposta de Feder para melhorar os indicadores educacionais de São Paulo —a estratégia é a mesma que ele usou quando era secretário do Paraná.

O secretário defende que o material produzido sob sua orientação é mais adequado para orientar as aulas, já que prioriza os conteúdos que são cobrados em avaliações nacionais, como o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica).

No ano passado, Feder decidiu abrir mão dos livros didáticos impressos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Assim, as escolas teriam à disposição apenas os slides. Depois de uma série de críticas sobre a inviabilidade de se usar apenas o material digital e de diversos erros serem encontrados nas aulas produzidas pela secretaria, o governo Tarcísio anunciou um recuo parcial.

Ele decidiu que São Paulo voltaria a aderir ao programa nacional para continuar recebendo os livros impressos, mas manteve a produção e envio de slides para serem usados nas aulas.

Especialistas e professores encontraram diversos tipos de erros no material distribuído pelo governo Tarcísio. Foram identificados erros gramaticais e conceituais, além

de atividades em desacordo com o que deveria ser ensinado para cada série.

Uma das aulas, por exemplo, dizia que a Lei Áurea, de 1888, foi assinada por dom Pedro 2º e que a capital paulista possui praias.

A Secretaria de Educação disse que o processo de fluxo editorial com o uso do ChatGPT “ainda será testado e passará por todas as etapas de validação para que seja avaliada a possível implementação”.

Apesar de afirmar que o processo ainda está em teste, os professores curriculistas já receberam as orientações sobre como devem trabalhar nas próximas semanas.

Segundo a pasta, a ferramenta vai aprimorar as aulas produzidas anteriormente pelos docentes. “Com a inserção de novas propostas de atividades, exemplos de aplicação prática do conhecimento e informações adicionais que enriqueçam as explicações de conceitos-chave de cada aula.”

“Na sequência, esse conteúdo será avaliado e editado por professores curriculistas em duas etapas diferentes, além de passar por revisão de direitos autorais e intervenções de design. Por fim, se essa aula estiver de acordo com os padrões pedagógicos, será disponibilizada como versão atualizada das aulas feitas em 2023”, afirma a nota.

Ainda de acordo com a secretaria, a equipe de produção dos materiais conta com 90 professores curriculistas.

PROFESSORES DE FEDERAIS EM GREVE FAZEM MARCHA

Professores e servidores das instituições federais de ensino em greve realizaram nesta quarta-feira (17) atos em Brasília para pressionar o governo por reajuste salarial e outras pautas do governo. Os professores estão em greve desde segunda (15). Os grevistas realizaram uma marcha na esplanada dos Ministérios. Eles ocuparam uma das faixas da via, mas não houve divulgação de estimativa de participantes. Mais tarde, foi realizado um aulão em frente à sede do Ministério da Educação, também na Esplanada. Os atos foram liderados pelo Andes-SN (Sindicato nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior). O ministro da Educação, Camilo Santana, não está em Brasília nesta quarta. Ele acompanha o presidente Lula (PT) em viagem a Colômbia.



Gabriela Biló/Folhapress

ONGs processam Porto Seguro por separar bolsista e pagante

Isabella Menon

SÃO PAULO Um grupo de ONGs ligadas ao movimento negro e à área da educação entraram na segunda-feira (15) com uma ação contra o Colégio Porto Seguro, um dos mais tradicionais de São Paulo.

As entidades —Educafro, Ponteduca e Anced Brasil— dizem que a escola segrega os alunos bolsistas dos pagantes e, por isso, pedem uma indenização de R\$ 15 milhões por danos morais coletivos e sociais, além da adoção de medidas de promoção da equidade racial e social.

No final de 2022, a Educafro e a Ponteduca tinham entrado com um pedido de conciliação extrajudicial com a escola. Elas afirmam que as reuniões não surtiram efeito e que, por isso, decidiram abrir o processo.

Por meio de nota, o colégio refuta a acusação de discriminação e diferença de tratamento dos alunos. O texto afirma que a instituição “atua na promoção da equidade para toda a comunidade escolar e acolhe, há mais de 60 anos, estudantes bolsistas provenientes de famílias de baixa renda”.

As ONGs afirmam que bolsistas são proibidos de entrar nas instalações das unidades dos pagantes sem autorização prévia. Além disso, dizem que eventos tradicionais, como festas juninas, são realizados em horários diferentes para que pagantes e bolsistas não compartilhem o mesmo ambiente.

Afirmam ainda que atividades extracurriculares são diferentes e que bolsistas não têm acesso ao currículo bilingue e internacional, opção disponível aos alunos pagantes.

O pedido de conciliação, de 2022, aconteceu depois da revelação de que alunos da unidade do Porto Seguro em Valinhos, no interior do estado, trocaram mensagens com expressões nazistas, racistas e xenofóbicas. Oito estudantes foram expulsos devido ao caso.

A concessão de bolsas de estudo permite que a escola possa receber um abatimento de impostos por ter o Cebas (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social), concedido pelo Ministério da Educação. As organizações alegam que o colégio fere a lei que diz em um trecho que: “é vedada qualquer discriminação ou diferença de tratamento entre alunos bolsistas e pagantes”.

As organizações dizem que “as pessoas bolsistas das cinco unidades da instituição, que somam 17% do total de estudantes, vivem um verdadeiro ‘apartheid’, regime de separação racial ocorrido na África do Sul de 1948 a 1994, que privilegiava a elite branca”.

O colégio, fundado há 144 anos, criou em 1966 a então chamada Escola da Comunidade para atender estudantes pobres. Hoje, cerca de 1.600 alunos de baixa renda recebem bolsas de estudo integral divididas entre educação básica e educação para jovens e adultos. Além das vagas, eles recebem uniforme, material escolar e alimentação gratuitamente.

Em nota, o colégio cita que mantém atividades voltadas para a comunidade em dois campi e oferece ensino regular e educação para jovens e adultos.

Até 2020, alunos pagantes e não pagantes estudavam na mesma unidade, localizada no Morumbi (zona oeste de São Paulo), porém isso mudou quando todos os bolsistas passaram a estudar em outro prédio na Vila Andrade

(zona sul). As duas unidades estão separadas por cerca de quatro quilômetros.

A mudança, de acordo com o Porto Seguro, aconteceu porque a nova unidade está em um local mais acessível para moradores de Paraisópolis e da Vila Andrade, bairros de origem de grande parte dos bolsistas. As ONGs dizem que os alunos dos dois locais conseguem acessar a unidade do Morumbi.

O colégio diz que os estudantes bolsistas se destacam com aprovações em universidades públicas e particulares de ponta, no Brasil e no exterior.

No ano passado, 177 deles foram aprovados em vestibulares, sendo 30 em instituições públicas brasileiras. Além disso, quatro foram aprovados em universidades do exterior, como na Universidade Helios Klinikum Bonn/Rhein-Sieg, na Alemanha.

A instituição cita ainda que a média da nota desses estudantes bolsistas em redação no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) de 2023 foi de 805,7 pontos, acima da média nacional de 641,6 pontos. **Leia mais na pág. A8**



Fachada norte do prédio do Colégio Porto Seguro, em SP Juliana da Cunha Costa Santos/Wikimedia Commons

Laudo não diz se idoso morreu antes ou após ser levado a banco

Acompanhante de morto foi presa; defesa diz que ele estava vivo ao chegar

Yuri Eiras e Bruna Fanttti

RIO DE JANEIRO O laudo inicial sobre a morte de Paulo Roberto Braga, 68, aponta que não é possível determinar se ele morreu antes ou depois de entrar na agência bancária em Bangu, na zona oeste do Rio, na terça-feira (16). O documento, feito pelo IML, foi divulgado nesta quarta (17). Uma perícia inicial feita anteriormente apontou que ele morreu deitado, mas isso ainda está sendo apurado pela polícia.

Paulo foi levado por Erika de Souza Vieira Nunes, 43, na terça-feira (16) para sacar R\$ 17.000 em uma agência bancária em Bangu, zona oeste do Rio de Janeiro, e funcionários suspeitaram que o homem estava morto.

A mulher foi detida sob suspeita de vilipêndio de cadáver e furto. Inicialmente ela foi apontada como sobrinha do idoso, mas segundo os policiais, eles são primos.

O episódio foi filmado por uma gerente do banco. No vídeo, Erika aparece segurando a cabeça de Paulo, que precisava desse amparo para ficar sustentada. Uma atendente diz: “Acho que ele não está bem não, olha a corzinha”.

Erika insiste e pede para que o homem assine os papéis. “Tio, tá ouvindo? O senhor precisa assinar. Se o senhor não assinar, não tem como. Eu não posso assinar pelo senhor, o que eu posso fazer eu faço. Assina aqui, igual ao documento. Assina para não me dar mais dor de cabeça”, diz ela no vídeo, gravado na tarde de terça.

A Polícia Civil recolheu imagens de câmeras de outros setores do shopping onde fica a agência bancária e investiga se há mais pessoas envolvidas.

A advogada que representa Erika, Ana Carla de Souza Correa, disse que Paulo estava vivo quando chegou à agência.

A autópsia inicial não teve resultado conclusivo, mas peritos afirmaram ao delegado que a presença de livor cadavérico na região da nuca indica que Braga morreu deitado. O livor cadavérico é o acúmulo de sangue em determinadas regiões do corpo e ocorre após o coração parar de bater.

A gravidade transfere o sangue para as extremidades do corpo. Os peritos avaliam que como o livor cadavérico foi identificado na nuca, Braga estava deitado no momento



Paulo Roberto Braga, 68, chega a agência bancária no Rio de Janeiro levado por Erika de Souza Vieira Nunes, 43

Reprodução



O que se sabe sobre o caso do homem levado ao banco

Quem é o homem que foi levado ao banco?

Paulo era morador de Bangu. Não há informações sobre profissão. Erika seria sua única parente no Rio de Janeiro. Ele tem um outro familiar morando fora do estado, segundo o delegado Fábio Souza, que apura o caso.

Quem é a mulher que levou o cadáver ao banco?

A mulher foi identificada como Erika de Souza Vieira Nunes, 43. Ela se identificou como sobrinha e cuidadora da vítima. A polícia confirmou relação de parentesco, mas disse

que segundo documentos oficiais, ele são primos.

Onde ocorreu o caso?

Em Bangu, na zona oeste do Rio, em uma agência do Itaú que fica dentro de um shopping.

Qual foi a última vez que a vítima foi vista viva?

Ainda não se sabe que horas exatamente ele morreu. Por isso, a polícia ainda não sabe se há alguma testemunha que viu Paulo vivo na terça.

O que Erika pretendia fazer com o dinheiro do empréstimo?

Ela disse aos policiais que

o idoso queria o dinheiro para comprar uma televisão e reformar a casa na qual morava em Bangu.

O que é vilipêndio de cadáver?

Vilipêndio a cadáver é um crime contra o respeito aos mortos, previsto no artigo 212 do Código Penal brasileiro, com pena de 1 a 3 anos de prisão além de multa. Vilipendiar o cadáver significa aviltar ou manipular desrespeitosamente. Como a polícia entende que Erika sabia que o tio estava morto, ela foi presa em flagrante por suspeita de vilipêndio a cadáver e furto.

“É indiferente se ele morreu dentro ou fora do banco. O fato é que ela [Erika], vendo que ele já não respondia estímulos, insistia no empréstimo, segurava a caneta para ele assinar. Isso caracteriza a fraude

Fábio Luiz Souza
delegado que investiga o caso

levado à UPA (Unidade de Pronto Atendimento) de Bangu, na qual ficou internado por cinco dias com quadro de pneumonia.

A Fundação Saúde, que faz a gestão da UPA, confirmou essa versão. Em nota, a entidade disse que Paulo deu entrada na unidade no dia 8 de abril e, após tratamento, teve alta no dia 15 —ou seja, um dia antes de ser levado ao banco.

Erika afirmou no depoimento que o idoso ficou sob seus cuidados após ser liberado pelos médicos. Ela disse que costuma cuidar dele pois os dois são vizinhos.

Ao receber alta, Paulo teria dito a ela que havia solicitado o empréstimo de R\$ 17 mil, feito com uma empresa no dia 25 de março.

Ainda em seu depoimento, Erika disse que Paulo “mostro desejo de retirar o dinheiro [do empréstimo] pois queria comprar uma televisão e realizar uma reforma em sua residência”.

Ela disse também que “seu tio antes de sair de casa e dentro da agência estava consciente, embora debilitado” e que no momento de “receber atendimento que percebeu que seu tio parou de responder”.

Segundo o depoimento, Erika afirmou ainda que “chamou seu tio, tentando acordá-lo, mas sem sucesso; que ao perceber a situação a gerente do banco chamou o Samu”.

Ela apresentou aos policiais o receituário médico do idoso, além da nota fiscal com a compra de medicamentos.

“No momento em que chegou à delegacia a declarante se encontrava em estado emocional abalado e sob o efeito de medicação de uso controlado. Por isso, estava com seus reflexos desestabilizados e sem controle normal de seus sentidos devido aos efeitos da medicação”, afirma o texto do depoimento.

Segundo boletim de ocorrência do caso, um policial militar do 14º BPM (Bangu) foi acionado às 15h20, para “verificar uma denúncia de óbvia do caso suspeito de crime” na agência do banco Itaú.

Ao chegar no local, o médico Leandro Henrique Magro disse ter analisado imagens feitas pelos funcionários do banco, que mostravam Braga já desacordado em uma cadeira de rodas.

De acordo com o médico, a vítima “já estaria em óbito naquele momento”. Ele também disse não poder realizar a declaração de morte. O corpo foi, então, levado para o IML (Instituto Médico Legal), que atestaria a causa.

Em nota, o Itaú disse “que acionou o Samu assim que identificou a situação e colabora ativamente com as autoridades para o esclarecimento do caso”.

STF permite uso de vestes religiosas em fotos de documentos

José Marques

BRASÍLIA O STF (Supremo Tribunal Federal) autorizou nesta quarta-feira (17) o uso de vestimentas ou acessórios ligados à religião em fotos de documentos oficiais, desde que essas vestimentas não impeçam a identificação individual.

Os demais ministros seguiram o voto do relator da ação, Luís Roberto Barroso, que também é o presidente da corte. Para ele, proibir o uso dessas vestes “é uma medida exagerada e, consequentemente, desnecessária”.

Barroso disse que o veto a essa possibilidade “compromete a liberdade religiosa, sem que esse comprometimento impacte de maneira muito relevante a segurança pública”.

A segurança foi o argumento para que o uso dessas roupas tenha sido impedido por autoridades brasileiras. “Embora possa haver exceções, religiosos não fazem parte de um grupo especialmente perigoso da sociedade”, disse Barroso. O processo é de repercussão geral.

Após o voto do presidente do Supremo, os ministros discutiram sobre a necessidade de ampliar ou não a tese para definir até que ponto pode haver a cobertura do rosto, ou se a norma pode se aplicar para outras situações não religiosas.

Acabaram fixando a tese de que “é constitucional o uso de vestimentas ou acessórios ligados à religião em fotos de documentos oficiais, desde que essas vestimentas não impeçam a adequada identificação individual, com rosto visível”.

Votaram com o presidente os ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, André Mendonça, Kassio Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luiz Fux, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes.

Ação que serve como referência trata de uma freira de Cascavel (PR) que queria renovar a CNH (Carteira Nacional de Habilitação) usando hábito (veste religiosa) na foto do documento. A possibilidade foi aceita em instâncias inferiores, mas a União recorreu ao Supremo para que padronizasse a possibilidade em todo o país.

Menino de 7 anos é ferido durante operação da Polícia Militar em Paraisópolis, em São Paulo

Francisco Lima Neto, Paulo Eduardo Dias e Bruno Lucca

SÃO PAULO Um menino de 7 anos foi ferido na manhã desta quarta-feira (17), quando seguia para a escola, em Paraisópolis, na zona sul de São Paulo. Uma operação da Polícia Militar era realizada na comunidade no momento em que a criança foi atingida, por volta das 7h50.

A SSP (Secretaria de Segurança Pública) afirma que policiais militares faziam patrulhamento na região quando foram recebidos a tiros por criminosos na Viela Passarino.

A criança foi atingida no supercílio. A informação inicial era de que ela teria sido baleada, mas o boletim de ocorrência diz que o ferimento apresentado na criança “é superficial e pode ter sido em decorrência dos estilhaços ou de uma queda”.

Em entrevista coletiva con-



Reprodução de vídeo gravado por moradores de Paraisópolis mostra PMs recolhendo objetos na rua onde criança de 7 anos foi ferida

Reprodução/TV Globo

cedida na noite desta quarta-feira, o porta-voz da PM disse que o menino não foi ferido por policiais.

“Não sabemos ainda o que feriu essa criança, pode ser sido um disparo dos bandi-

dos ou pedaço de reboco, estilhaço ou uma queda”, disse o coronel Massera, chefe da comunicação da PM. “As imagens das câmeras corporais, porém, nos dão certeza de que o menino não

estava na linha de ação dos policiais”, acrescentou.

Todos os policiais envolvidos na ocorrência usavam câmeras nos uniformes, segundo a corporação. As gravações só serão divulgadas ao fim do

inquérito, em até 30 dias.

O coronel Massera disse ter visto as imagens e relatou ter observado a criança e sua mãe na rua quando o tiroteio começou. Segundo ele, os PMs estariam na frente da dupla quando algo atingiu o menino na cabeça, impossibilitando, ainda de acordo com Massera, que os policiais tenham responsabilidade na ocorrência.

“Tudo o que estamos falando é esclarecimento inicial. Ao longo das investigações alguma informação pode ser modificada, claro”, completou o porta-voz da PM.

O ouvidor das polícias de São Paulo, Claudio Aparecido Silva, classificou a operação como “desastrosa”. Para ele, a PM deveria ter calculado os riscos de fazer a operação num horário de grande movimentação de pessoas nas ruas.

“Foi uma ação infeliz e desastrosa, que colocou diversas vidas em risco, inclusive a da criança vítima e de outras crianças que iam para escola”, afirmou o ouvidor.

O menino está internado em

um hospital da zona sul, na companhia da mãe, e o quadro de saúde é estável. A família está sob escolta de um policial militar.

No local, o entre e sai de viaturas e policiais do 16º batalhão, responsável pelo patrulhamento em Paraisópolis, foi intenso durante todo o dia.

Imagens captadas após o tiroteio mostram policiais militares mexendo no local onde a criança teria sido ferida. Após a divulgação dessas imagens, o ouvidor das polícias disse que os PMs podem ter alterado a cena, o que configuraria fraude processual.

O porta-voz da PM negou qualquer intervenção. De acordo com a corporação, a princípio os policiais envolvidos no caso serão mantidos nas ruas.

Uma liderança local afirmou à reportagem que há dias a polícia faz operações na comunidade. O objetivo, segundo o relato, seria apreender drogas. Na última sexta (12), por uma ação da PM na favela resultou na apreensão de 419 kg de cocaína, além de 35 litros de lança-perfume.

Quem cobra o quê de quem?

Adotada pelo jornalismo, nova regência do verbo bate à porta da norma culta

Sérgio Rodrigues

Escritor e jornalista, autor de "A Vida Futura" e "Viva a Língua Brasileira"

A nova regência verbal do verbo cobrar é um animal curioso que já anda livremente por nossas ruas, à espera apenas de documentos oficiais para tomar assento sem ruído na norma culta brasileira. Eu disse “sem ruído” porque circular o bicho já circula, e como.

Um Google rápido revela o apetite com que nós, jornalistas, temos usado o que na língua escrita é uma relativa novidade, do tipo que provoca azia em gramáticos tradicionalistas e seus repetidores acríticos

espalhados pelas “páginas de português” da internet.

“Haddad cobra Congresso por compensação na desoneração da folha.” “Ciro Nogueira cobra deputados do PP” “Bolsonarismo ganha vida própria e cobra deputados por alinhamento ao PT.” “Lula cobra ministros a viajarem mais.” “Fiesp cobra deputados.”

A coisa soa tão natural, tão enraizada na oralidade, que você deve estar se perguntando o que há de novo em tais construções. Vamos lá: segundo todos os guias de regência

verbal —e aqui me refiro a todos mesmo, os conservadores e os atualizados—, uma frase como a primeira do parágrafo acima deveria ser reescrita como “Haddad cobra do Congresso compensação etc.”.

Sim, cobrar é e sempre foi um verbo transitivo direto e indireto, mas os termos trocaram de lugar. Pelo menos por escrito, em situações de menor informalidade —como é ou deveria ser o caso dos títulos da imprensa, pois não?—, costumávamos cobrar algo de (ou a) alguém, em vez de cobrar

alguém por (ou a) algo.

Intrigado ao me dar conta do enorme espalhamento do novo cobrar, que não me parece explicável apenas pelo já proverbial “baixo nível do português do jornalismo de hoje” e tal, fui consultar a “Gramática do Português Brasileiro Escrito” (Parábola), de Vieira e Faraco, que tem os mais arejados, ainda que não exaustivos, guias de regência disponíveis no mercado nacional.

Encontrei lá os seguintes exemplos: “O banco cobrou dos aposentados uma taxa exorbi-

tante. A cantina da escola teve de cobrar aos alunos todas as despesas que ainda não foram pagas”. E só. Como se vê, nada que se pareça com “Lula cobra ministros a viajarem mais”.

Importante deixar claro que não estou cobrando dos meus colegas a regência consagrada de cobrar —e muito menos cobrando meus colegas por a contrariarem. Apenas observo a língua se mexendo. É fascinante.

Não duvido que um dia todos escrevamos assim, com a aprovação dos bedéis. Ou não; o tempo dirá. O certo é que a regência verbal —o regime sintático dos verbos, marcado pela exigência de complemento (com ou sem preposição) ou pela sua dispensa”, nas palavras de Vieira e Faraco —sempre foi terreno instável, sujeito a deslizamentos e reacomodações.

Bom exemplo é o do verbo

namorar. Os mais conservadores admitem apenas que seja, vá lá, intransitivo (“Estou namorando”). mas de preferência transitivo direto (“Estou namorando fulana”).

Até o século 19 era mesmo assim, mas faz tempo que a fala criou uma transitividade indireta (“Estou namorando com fulana”) que os melhores dicionaristas e gramáticos já sancionam.

O mais interessante é que novas regências acabam por interferir no sentido —ou seria o inverso? Namorar com alguém soa como uma ação menos unilateral, mais compartilhada e ao mesmo tempo mais transitória —quer dizer, mais moderna.

Da mesma forma, o novo uso de cobrar empresta ao verbo conotações de reprimir e pressionar que não faziam parte do seu elenco original de sentidos.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Prefeitura de SP paga mais a empresas de ônibus por tarifa zero

Gestão Ricardo Nunes diz que, apesar do aumento na demanda de passageiros, a ociosidade é de quase 60%

Carlos Petrocilo e Tulio Kruse

SÃO PAULO Após a implementação da tarifa zero aos domingos, a Prefeitura de São Paulo viu a demanda de passageiros aumentar em 20% e paga mensalmente R\$ 10 milhões a mais às empresas de ônibus.

A conclusão é de um levantamento realizado pelos especialistas Rafael Calabria, do Idec (Instituto de Defesa do Consumidor), e Rafael Drummond, consultor em planejamento urbano e ex-conselheiro do CMTT (Conselho Municipal de Trânsito e Transporte).

Os dados, coletados pelos autores no site oficial da SPTrans, mostram um aumento de 24% na remuneração das empresas —equivalente a R\$ 2,5 milhões por domingo, em média— do início da implementação da tarifa zero, em 17 de dezembro, até o primeiro fim de semana de março, se comparado aos três meses anteriores.

Por outro lado, o número de veículos nas ruas manteve-se praticamente igual, apesar do aumento na quantidade de usuários.

Questionada, a SPTrans, órgão que gerencia o transporte público municipal, diz que houve aumento no número de passageiros mas também da ociosidade —ou seja, a quantidade de assentos vazios— nos coletivos aos domingos, de 60% para 64%. A gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) afirma que isso ocorreu porque são utilizados veículos maiores, e “com isso o passageiro tem à disposição uma oferta maior de lugares”.

O gasto maior para a prefeitura é fruto, segundo os especialistas, do modelo de remuneração às companhias de ônibus. A administração municipal recompensa as concessionárias de acordo com a quantidade de passageiros.

“Fica clara a distorção gerada pela remuneração por passageiro. A prefeitura está dando mensalmente para as concessionárias cerca de R\$ 10 milhões a mais do que deveria”, afirma Drummond.

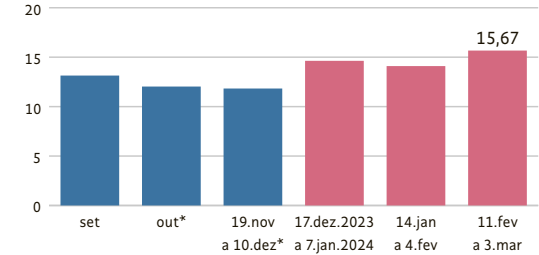
Pelos contratos assinados entre prefeitura e empresas de ônibus, a forma de paga-

Tarifa zero em SP, antes e depois

■ Antes da tarifa zero
■ Após implementação da tarifa zero

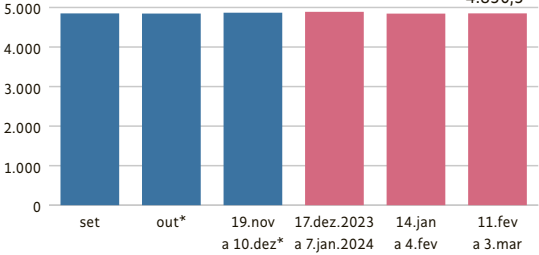
Remuneração bruta total das empresas

Em R\$ milhões



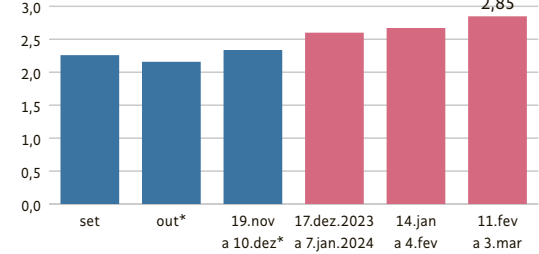
Frota de ônibus aos domingo

Média de veículos



Passageiros transportados

Em milhões de pessoas



*A análise exclui os dias em que houve tarifa zero em períodos parciais, antes de ser adotada de forma permanente: 1º.out (eleições), e 5 e 12.nov(Enem)

Fonte: SPTrans/Calabria e Drummond

mento deveria ser modificada, mas a gestão Nunes adiou a possível mudança para março do ano que vem. O prefeito planeja tentar a reeleição em outubro deste ano.

A ideia é que, após essa alteração contratual entrar em vigor, diminua a importância da quantidade de passageiros para o cálculo dos pagamentos. “O resultado evidencia que,

além de a remuneração não ser vinculada aos custos reais do setor, a prefeitura insiste no erro de manter um modelo que premia a lotação em vez da frequência e da qualidade do serviço”, diz Drummond.

A SPTrans afirma que não paga os operadores exclusivamente por passageiros embarcados desde 2019. “Atualmente, o operador é remunerado

seguindo uma fórmula que considera o seu custo operacional, ou seja, a frota programada, as horas de operação e a quilometragem, além dos custos fixos do veículo”, diz.

Após a publicação desta reportagem, a SPTrans enviou uma nova nota, na qual afirma que “não houve aumento no valor pago às concessionárias” em virtude da tarifa zero aos domingos, e que o cálculo de remuneração é feito semanalmente, não por dia isolado.

A empresa municipal enviou uma tabela de remuneração apurada, comparando a semana de 22 de outubro com a do dia 10 de março, para mostrar um aumento de R\$ 2,49 milhões na comparação entre as duas datas. Na tabela, há o cálculo da remuneração apurada em cada dia isolado daquelas semanas.

A gratuidade aos domingos começou a ser aplicada no dia 17 de dezembro de 2023. Tal medida é uma das principais apostas de Nunes na tentativa de reeleição.

Com o passe livre, a quantidade de passageiros que passaram a usar o sistema de ônibus municipal foi de 2,3 milhões (em média, aos domingos) para 2,8 milhões, um incremento de 500 mil passageiros entre meados de dezembro e o início de março.

O ônibus se tornou mais atraente em comparação às linhas férreas, que são geridas pelo governo estadual e tiveram aumento no valor da passagem para R\$ 5 na gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Para oferecer a gratuidade à população, a gestão Nunes já previa uma perda de arrecadação em R\$ 238 milhões neste ano —esse é o valor que as tarifas pagas aos domingos atualmente rendem aos cofres públicos. A conta não incluía o dinheiro que deve ser pago a mais às concessionárias.

Os pesquisadores ressaltam que o alerta sobre o aumento nos pagamentos, sem a contrapartida do aumento da frota, já havia sido feito no momento do anúncio da tarifa zero. “A gente já tinha identificado que a remuneração às empresas ainda estava sendo feita por passageiros e que isso poderia acontecer”, afirma Calabria. “Significa que: se cair a demanda, o empresário ganha menos. Queda de demanda leva a reduzir a frota, como a SPTrans tem feito. E se aumentar a demanda [o empresário] ganha mais, mesmo que não faça [mais] viagens”, completa.

No orçamento da prefeitura para este ano, Nunes contou com um substitutivo enviado pelos vereadores de sua base de R\$ 500 milhões somente para custear o transporte coletivo gratuito. Ao todo, o município prevê receita de R\$ 111 bilhões em 2024.

Sócio de viação de São Paulo investigada por elo com o PCC é preso

Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO Policiais militares da Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar) prenderam na manhã de terça-feira (16) um dos sócios da UPBus, empresa de transporte urbano que atende parte da zona leste de São Paulo e é investigada por suposto elo com a facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital).

A empresa serviria para lavagem de dinheiro, conforme denúncia do Ministério Público de São Paulo.

Aviação está sob intervenção da Prefeitura de São Paulo desde a semana passada, quando foi desencadeada a Operação Fim da Linha pelo Ministério Público contra sócios da empresa.

Alexandre Salles Brito, o Buiú, foi preso em um apartamento em Guarulhos, na Grande São Paulo. Contra ele existia um mandado de prisão preventiva expedido pela Justiça na segunda-feira (15) no âmbito da mesma operação. A reportagem não localizou a defesa do suspeito.

A Folha, um promotor integrante do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) explicou que a denúncia sobre a UPBus foi recebida e o juiz entendeu, diante do resultado da busca e os novos elementos, que a prisão de Brito e de mais um outro investigado se mostrava necessária. O segundo homem segue foragido.

Conforme promotores do Gaeco, há indícios de que integrantes do PCC se tornaram sócios da empresa para lavar dinheiro e fraudar licitações.

As investigações apontam que membros da facção criminosa colocaram dinheiro e veículos na UPBus para que a empresa conseguisse participar de uma licitação para o transporte coletivo paulista que exigia um valor mínimo de R\$ 19 milhões.

Conforme a denúncia da Promotoria, Brito seria integrante de um grupo que ocultou e dissimulou R\$ 20,8 milhões. Ele é suspeito de organização criminosa e tráfico de drogas.

As investigações ainda buscam localizar o paradeiro de Silvio Luiz Ferreira, conhecido como Cebola, tratado pelo Ministério Público como uma liderança da UPBus e do PCC. O pedido de prisão contra ele foi expedido na semana passada. A reportagem não localizou sua defesa.

Suspeito de fraudes pertence à facção, diz Promotoria

Mariana Zylberkan

SÃO PAULO Apontado como líder do esquema de fraude em licitações em prefeituras da Grande São Paulo, Márcio Zeca da Silva, conhecido como Gordo, foi preso sob acusação de tráfico de drogas e, segundo o Ministério Público, é integrante da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital).

Silva está entre os 13 detidos em operação do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado de São Paulo) que denunciou o esquema em ao menos 11 prefeituras e Câmaras Municipais da região metropolitana nos últimos cinco anos. Ele estava sendo monitorado pela inteligência da Polícia Militar.

Segundo a investigação dos promotores, Silva encabeçava o esquema que fraudava concorrências disputadas entre empresas criadas apenas para disputarem as licitações. Integrantes do PCC determinavam a vencedora de cada certame em que as demais concorrentes ofereciam orçamentos mais altos para não serem escolhidas propositalmente.

Silva foi preso em flagrante em maio do ano passado, quando foram apreendidos 200 pinos de cocaína, além de folhas de cheque preenchidas com altos valores. Ele foi abordado por dois policiais militares enquanto dirigia em seu carro Mercedes Benz GLE 400 por uma avenida em Itaquaquecetuba, na Grande São Paulo, e se abaixou ao passar pelos militares.

Ele também é apontado por investigação anterior como responsável por uma série de contratos com a cooperativa de transporte Cooper-Suzan, usada em esquema de lavagem de dinheiro do tráfico de drogas com participação de políticos locais.

Em nota, a Prefeitura de Suzano declarou que “não é parte no processo e que não tem qualquer relação com a entidade nem com as pessoas mencionadas”.

A Prefeitura de Guarulhos disse que se coloca à disposição das autoridades. A administração ressaltou que não é alvo das investigações da Promotoria e que não há servidores presos nem afastados.

cotidiano



Projeção do edifício residencial Triumph Tower que será erguido na orla de Balneário Camboriú (SC) Divulgação

Prédio em construção em Balneário Camboriú pode ser o mais alto do mundo

Lançamento da obra está previsto para o segundo semestre de 2024; projeto prevê edifício com mais de 500 metros de altura

Aléxia Sousa

RIO DE JANEIRO A coleção de arranha-céus na orla da praia de Balneário Camboriú, no litoral norte de Santa Catarina, tem previsão de ganhar um novo gigante de mais de 500 metros de altura: o edifício Triumph Tower, quer ostentar o título de maior prédio residencial do mundo.

O projeto ambicioso é da construtora FG Empreendimentos, em parceria com a Havan, do empresário Luciano Hang. De acordo com os responsáveis, o lançamento da construção deverá acontecer no segundo semestre de 2024, mas ainda não há uma data para o início das obras.

O prédio será construído na Barra Sul, com 509 metros de altura e 154 andares. Os números superam a Steinway Tower, em Nova York, apontado como o primeiro lugar atualmente, de acordo com o ranking internacional The Skyscraper Center, site referência na catalogação internacional dos mais altos edifícios residenciais.

Na lista dos brasileiros, a construção quer desbancar a One Tower, da mesma construtora. Considerado o maior da América Latina, o prédio tem 290 metros de altura e 84 andares. A obra foi entregue aos moradores com todos os 119 apartamentos vendidos em dezembro de 2022. Para concretizar o projeto foram investidos cerca de R\$ 650 milhões.

A One Tower está localizada na orla de Balneário. Ele fica próximo ao Yachthouse, formado por duas torres gêmeas de 281 metros e 81 andares, que ocupando o segundo lugar do ranking nacional.

Segundo a Pasqualotto, construtora de empreendimentos de luxo e responsável pelo edifício, o Yachthouse terá sua altura aumentada para 294,1 metros com a instalação de pináculos decorativos em suas duas torres. Com isso, o prédio residencial deve voltar ao topo da lista dos mais altos.

Com imponentes estruturas de aço, Balneário virou uma das cidades brasileiras mais verticalizadas, com mais da metade de sua população residindo em prédios, segundo

“O maior desafio construtivo de um prédio alto é a logística da obra, atrelada ao deslocamento vertical de colaboradores e materiais ao longo da torre. Elevadores de alta performance, sistema de inteligência do edifício, com bombas, válvulas, controle de acesso, para que todos os sistemas possam operar e dar segurança aos processos

André Bigarella engenheiro civil

Censo Demográfico de 2022. É um dos três municípios brasileiros em que esse tipo de moradia se tornou predominante. As outras duas são Santos (63,45%) e São Caetano do Sul (50,77%).

A crescente busca pela verticalização, no entanto, já se espalha para outras regiões do país. Em Mato Grosso, por exemplo, o Niraj Towers começou a ser construído na avenida dos Estudantes, em Rondonópolis (a 218 km de Cuiabá).

O prédio de 250,48 metros de altura é composto por duas torres, com 210 apartamentos em cada uma. Um shopping também será construído no local anexo às duas torres.

Com essas características, o Grupo TMI - Investimentos Imobiliários, responsável pelo empreendimento, busca certificar o prédio residencial entre os mais altos da América Latina.

Segundo Thiago Teixeira Muniz, diretor do Grupo TMI, o VGV (Valor Geral de Vendas) chega a R\$ 1,3 bilhão.

“Em que pese ser uma cidade de quase 300 mil habitantes e cerca de 800 mil pessoas que gravitam em torno de Rondonópolis, temos um mercado imobiliário expressivo, com sucessivos anos de faturamentos significativos, em valores chegando a quase R\$ 2 bilhões”, afirmou o empresário.

A comprovação para validação de alturas de edificações é feita mediante uma certificação do Conselho de Edifícios Altos e Habitat Urbano, organização sediada em Chicago, nos EUA.

O diretor de Engenharia da FG Empreendimentos, disse que para a construção de prédios altos, é grande a demanda de sistemas construtivos arrojados e com a melhor tecnologia existente.

“O maior desafio construtivo de um prédio alto é a logística da obra, atrelada ao deslocamento vertical de colaboradores e materiais ao longo da torre. Elevadores de alta performance, sistema de inteligência do edifício, com bombas, válvulas, controle de acesso, para que todos os sistemas possam operar e dar segurança aos processos”, explicou o engenheiro civil André Bigarella.



Os dez prédios mais altos do Brasil

- **One Tower**
Balneário Camboriú (SC) - 290 metros
- **Yachthouse by Pininfarina Tower 1**
Balneário Camboriú (SC) - 281 metros
- **Yachthouse by Pininfarina Tower 2**
Balneário Camboriú (SC) - 281 metros
- **Infinity Coast Tower**
Balneário Camboriú (SC) - 235 metros
- **Epic Tower**
Balneário Camboriú (SC) - 191 metros
- **Copenhagen**
Balneário Camboriú (SC) - 190 metros
- **Tour Geneve**
João Pessoa (PB) - 182 metros
- **Kingdom Park Residence**
Goiânia (GO) - 181 metros
- **Millenium Palace**
Balneário Camboriú (SC) - 177 metros
- **New York Apartments**
Balneário Camboriú (SC) - 176 metros

Segundo ranking do The Skyscraper Center, referência na catalogação internacional dos mais altos edifícios residenciais

ciência

Matemático e físico Newton da Costa morre aos 94 anos

Brasileiro formulou um tipo de lógica capaz de abarcar as complexidades e incertezas da ciência moderna

Reinaldo José Lopes

SÃO CARLOS (SP) Newton Carneiro Affonso da Costa, matemático e filósofo brasileiro que formulou um tipo de lógica capaz de abarcar as complexidades e incertezas da ciência moderna, morreu na noite desta terça-feira (16). Ele era professor-visitante da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e tinha 94 anos. Nascido em Curitiba, Costa passou os primeiros anos de sua vida acadêmica na UFPR (Universidade Federal do Paraná), onde cursou primeiro engenharia civil e depois matemática, realizando lá seu doutorado.

Nos anos 1960, transferiu-se para a USP, onde acabaria se aposentando, além de lecionar na Unicamp e numa série de instituições da Europa, Estados Unidos e América Latina ao longo da carreira.

Depois de continuar na USP por algum tempo após a aposentadoria, foi para Santa Catarina para escapar da vida complicada na metrópole e para ficar mais perto de 2 dos seus 3 filhos que viviam em Florianópolis.

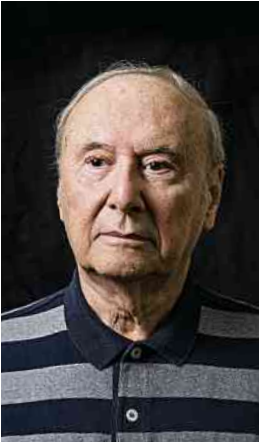
Um dos grandes legados de seu trabalho é a chamada lógica paraconsistente. “É um ramo da lógica que lida com situações em que há contradições, o que acontece muito frequentemente, e cada vez mais, na complexidade do mundo real”, explicou o matemático Walter Alexandre Carnielli, do Departamento de Filosofia da Unicamp.

Se a lógica clássica, desde a época dos filósofos da Grécia Antiga, considera que as contradições são inválidas, a lógica paraconsistente tenta achar maneiras de chegar a raciocínios válidos mesmo quando contradições estão presentes.

“Imagine uma situação em que você tem informações contraditórias sobre um assunto, ou numa base de dados. A lógica paraconsistente oferece ferramentas para analisar e lidar com essas informações de maneira coerente, sem rejeitá-las completamente. Isso é útil em várias áreas, como inteligência artificial, diagnóstico médico, análise de dados e tomada de decisões em situações complexas, onde a incerteza e a ambiguidade são comuns”, resumiu Carnielli.

Entre essas situações está, por exemplo, o controle do tráfego aéreo. Newton da Costa aplicou tais princípios também à compreensão de alguns dos grandes avanços da física moderna, como a mecânica quântica e a teoria da relatividade. As duas áreas mostraram sua validade em inúmeros experimentos, mas não “conversam” direito em si e parecem até contraditórias quando se examina sua base matemática. A coexistência entre as duas fica menos complicada levando em conta os trabalhos do pesquisador paranaense.

Em conversa com a Revista Pesquisa Fapesp, publicada em 2008, ele destacou que nunca quis destruir a lógica clássica. “Todo mundo já disse isso, especialmente no começo, quando apresentava minha teoria por aqui. É uma das coisas que mais me deixam amolado. Eu seria um idiota se achasse que a lógica clássica



O matemático e filósofo Newton Carneiro Affonso da Costa, em Florianópolis Caio Cezar - 27.out.16/Folhapress

ca está errada. O que acredito é que ela tem um domínio de aplicações, mas, em certas circunstâncias, não se aplica.” “Para quer dizer ‘ao lado’”, prosseguiu ele na entrevista. “É ‘ao lado de’, ‘complemento de’. Assim como a relatividade geral não destruiu a mecânica newtoniana. Nem a mecânica quântica acabou com a mecânica newtoniana. E elas não existem sem a mecânica newtoniana.”

Uma visão mais ampla de Costa sobre o significado filosófico da pesquisa científica aparece em outro de seus projetos, a teoria da quase-verdade. “Muitas pessoas pensam que a ciência busca a verdade, mas não é isso. Você a busca, mas nunca a atinge”, disse ele à Folha, em entrevista publicada em 2016.

“A mecânica clássica de [Isaac] Newton não é verdadeira, pois a mecânica relativística de [Albert] Einstein é mais precisa. Mas muita gente ainda usa a mecânica clássica, sobretudo engenheiros, para fazer aviões e pontes. Como ela funciona bem nesses casos, ela é quase-verdadeira”, exemplificou Costa.

O pesquisador contava que boa parte das influências que o levaram à carreira acadêmica vieram de casa. Mencionava a mãe, professora de francês, e duas tias, respectivamente professoras de inglês e de história da música. E o tio Milton Carneiro, professor universitário.

“Ele tinha uma biblioteca impressionante e me incentivou a pensar e a ler filosofia. Quando eu completei 15 anos, ele me chamou para almoçar e, durante a refeição, me perguntou: ‘Newton, você é capaz de provar que existe?’ Eu disse, ‘bom, eu estou aqui, então eu existo’. Ele me respondeu, ‘isso pode ser sonho’. Ai eu digo, ‘penso, logo existo’, e ele, ‘isso mostra que existe pensamento’, e assim foi indo. Então eu percebi que, na verdade, você não pode provar que existe. A existência é uma coisa contingente. Ai começou o meu interesse por filosofia e, depois, pela matemática.”

Fã de música clássica do século 19, de escritores franceses como Victor Hugo e dos filósofos René Descartes e Bertrand Russell, ele nunca quis se aposentar de fato, pois dizia ter grande prazer com o ensino e a pesquisa. “Se me tirarem isso, vão me tirar tudo”, dizia.

saúde



Bianca Veiga, 27, tentou fazer laqueadura quando tinha 24 anos, mas foi impedida por ser muito jovem

Adriano Vizoni/Folhapress

Número de laqueaduras sobe 75,4% na rede pública em SP

Redução da idade mínima para 21 anos ampliou o acesso ao procedimento

SÉRIES FOLHA

DIREITOS REPRODUTIVOS

Danielle Castro

RIBEIRÃO PRETO A procura de métodos prolongados para reduzir o número de filhos, evitar ou atrasar a primeira gestação tem crescido recentemente.

Tal comportamento mostra como casais e, sobretudo, mulheres, estão atentos à necessidade do planejamento familiar para a própria sobrevivência e qualidade de vida.

O aumento está ligado a alterações feitas na Lei dos Direitos Reprodutivos (lei nº 9263/96) nos anos 2022 e 2024, permitindo que qualquer pessoa com 21 anos de

idade (independente do número de filhos) ou pelo menos dois filhos possa solicitar o ato cirúrgico (vasectomia para homens e laqueadura tubária para mulheres), desde que respeitado um prazo mínimo de 60 dias entre o pedido e a cirurgia.

Especialistas afirmam que a simplificação nos critérios para acesso a contraceptivos (da pílula anticoncepcional à esterilização) possibilitou maior acesso por mulheres jovens aos métodos no país.

Não foi, contudo, o caso da gestora de tráfego Bianca Veiga, 27 anos e moradora de Diadema, na região da Grande São Paulo. Ela buscou a laqueadura de 2020 a 2021 em unidades de saúde da capital e acabou ficando grávida enquanto

aguardava um método contraceptivo mais seguro pelo SUS (Sistema Único de Saúde) —a negativa foi pela idade (tinha então 24 anos)— e ficou nove meses esperando por um DIU (dispositivo intrauterino).

“Sou casada e escolhi fazer o planejamento familiar porque não tinha esse sonho. Amo minha filha mais que tudo, mas não me imaginava sendo mãe. Aconteceu e agora ela já vai fazer 3 anos”, relata. Até hoje, ela aguarda a autorização de algum profissional na UBS (Unidade Básica de Saúde) para o procedimento.

Com a mudança da lei, porém, mais mulheres puderam buscar os métodos —e, assim, ter maior controle sobre quando e como desejam ser mães.

“Se eu quero ter dez filhos, eu tenho dez filhos; mas, se eu não quero, tenho que ter esse direito de escolha

Consuelo Callizo Genes
diretora médica do Centro Médico e das Clínicas Elsimar Coutinho

Além do período de 60 dias, o solicitante deve passar por aconselhamento de equipe multidisciplinar da saúde, “com vistas a desencorajar a esterilização precoce” mas, se mantida a vontade, não há nada na legislação que impeça a realização do procedimento, diz a lei.

Segundo a SES (Secretaria de Estado de Saúde) de São Paulo, o número de laqueaduras feitas pelo SUS saltou de 22.392, em 2022, para 39.276, em 2023 —um aumento de 75,4%. A inserção de DIU também cresceu, passando de 41.118 para 43.255 procedimentos no mesmo período (alta de 5,2%).

A pasta informa ainda que, apenas nos dois primeiros meses do ano, já foram feitas outras 7.137 laqueaduras e 6.256 inserções de DIU —o equivalente a 18,17% e 14,46%, respectivamente, dos procedimentos realizados em 2023.

No município de São Paulo, segundo a SMS (Secretaria Municipal de Saúde), até março deste ano foram feitas 418 inserções de DIUs e 2.353 procedimentos de laqueadura tubária.

Veiga conta que, durante o pré-natal e em todas as consultas (feitas com duas médicas diferentes), ela solicitou a realização de uma laqueadura no parto, mas foi informada que isso só seria possível se tivesse uma cesárea. Em 2024, com a mudança da lei, isso não passou a ser mais necessário, sendo condição para esterilização cirúrgica durante o parto apenas uma solicitação prévia mínima de 60 dias e que haja “as devidas condições médicas”.

“Se eu tivesse parto normal, disseram que já poderia colocar o DIU naquele momento. Levei o pedido para o hospital e falaram que não seria possível de imediato porque peguei uma infecção”, diz.

Apenas seis meses depois do nascimento da filha —e muitas voltas à UBS—, a gestora conseguiu colocar um implante hormonal que uma enfermeira recomendou como método “melhor que o DIU”.

Em resposta, a SMS diz que foram encontrados dados da gestora na UBS Jardim Lourdes, na zona sul de São Paulo, apenas a partir da primeira consulta de pré-natal e que “não há registro de solicitação para processo de esterilização voluntária da usuária”.

Não haveria também regis-

tro de intenção de colocação do DIU pela paciente, que “teve o bebê em junho de 2021 e, em novembro do mesmo ano, optou pelo implante subdérmico [comercializado pelo nome Implanon]”.

Em relação à negativa do procedimento da laqueadura, a assessoria diz que “à época do pedido a lei estipulava idade mínima de 25 anos ou pelo menos dois filhos vivos, tópico que só seria alterado em 2 de setembro de 2022, pela Lei Federal nº 14.443”.

Agora, a pasta diz estar seguindo a regra vigente, com laqueadura liberada a partir de “21 anos completos, independentemente do número de filhos vivos”, não sendo inclusive “necessário o consentimento de cônjuges para a sua realização, assim como o histórico de cesarianas”.

A laqueadura no parto normal, por sua vez, foi liberada em 22 de março de 2024, por meio da portaria nº 1.549 do Ministério da Saúde.

Os dois procedimentos, ainda segundo a pasta municipal, tiveram um aumento de 2022 a 2023, de 10.255 para 12.415 (tanto laqueaduras quanto inserções de DIUs).

Segundo a ginecologista Consuelo Callizo Genes, diretora médica do Centro Médico e das Clínicas Elsimar Coutinho, que realiza atendimento sobre questões reprodutivas gratuita pelo SUS, o planejamento familiar melhora as condições de vida da população, reduzindo a pobreza.

Ela pondera que a quantidade de filhos não impacta apenas os gastos da família, mas também sua capacidade produtiva e financeira, especialmente das mulheres.

“Se eu quero ter dez filhos, eu tenho dez filhos; mas, se eu não quero, tenho que ter esse direito de escolha”, defende a médica.

“A laqueadura e a vasectomia são o fim da linha, porque, se houver arrependimento, é muito difícil a reversão dessas técnicas. Além de serem extremamente caras, são difíceis de serem feitas”, destaca.

Sobre a demora no SUS para conseguir uma laqueadura, a ginecologista explica que há sim uma fila de espera e que as mães com mais filhos tendem a ter prioridade, sendo que até a falta de acesso a exames pré-operatórios, como um simples eletrocardiograma, dificulta o processo.

Saúde adia vacinação da Covid após atraso em compra de doses

Mateus Vargas e Raquel Lopes

BRASÍLIA O Ministério da Saúde adiou o começo da campanha nacional de vacinação contra a Covid por causa de atraso na compra das doses.

O plano era abrir a campanha aos grupos prioritários neste mês. Mas uma compra emergencial de 12,5 milhões de doses, disputada por Pfizer e Moderna, está travada e será retomada pela Saúde.

A nova projeção é começar

em maio a imunização contra a Covid, mas não está certo que a nova compra será concluída e quando as doses serão entregues. A última aquisição de vacinas da Covid da Pfizer foi feita em 2022, ainda na gestão Jair Bolsonaro (PL). O governo Lula assinou contrato em 2023 para receber doses da Coronavac.

A secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, Ethel Maciel, disse que o plano é receber as doses cerca de 7 dias após a assinatura do contrato. Ela atribui o atraso na dificulda-

des no processo de compra.

Ethel afirmou que o ministério não tem mais doses da vacina bivalente no estoque, mas que ainda há cerca de 1,5 milhão de unidades do imunizante pediátrico.

Sem novos repasses, o município do Rio já avisou a população que não há vacinas disponíveis para maiores de 12 anos. O governo do Rio Grande do Sul também afirmou que está sem imunizantes para este público.

O ministério discutia a com-

12,5 milhões de doses estão travadas em um processo de compra que será retomado pela pasta

2023 é a data da última compra de vacinas contra a Covid pelo ministério

pra de vacinas bivalentes no segundo semestre de 2023, mas travou o processo por recomendação da área técnica de esperar o registro do modelo atualizado do imunizante, já adaptado à variante XBB.

Em dezembro, a Anvisa aprovou a atualização da vacina da Pfizer contra a Covid para esta variante. Em março, a agência concedeu o registro para o imunizante da Moderna, também atualizado.

Ethel disse que a pasta começou a preparar a compra emer-

gencial no começo de 2024. As propostas das empresas foram entregues no começo de março. Ela diz que o registro da vacina da Moderna embaralhou a compra, pois se tornou a primeira disputa de empresas por um contrato de imunizantes da Covid do ministério. Antes não havia concorrência, pois só uma farmacêutica detinha os registros para o modelo que a Saúde buscava.

Mais de um mês após a abertura da disputa, a Saúde decidiu por um novo processo.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Lutou pelos direitos das agricultoras do sertão de PE

MARIA SOARES DE AMORIM SILVA (1940 - 2024)

Adriano Alves

JUAZEIRO (BA) Quem andava com Teta pela Serra da Torre, em Araripina (PE), não demorava a ouvir alguém chamá-la de comadre. O título veio das dezenas de afilhadas que acumulou na comunidade. É comum no interior nordestino que as mulheres líderes comunitárias sejam convidadas a batizar muitas crianças. Te-

ta foi uma delas.

O rosto sereno e a estatura baixa disfarçavam a força da mulher que cuidava da roça, da casa e ainda arranjava tempo para ajudar os outros. Era firme nas palavras e perfeccionista, queria tudo arrumado.

Maria Soares de Amorim Silva nasceu em Exu (PE), em 1940. Ainda criança, ganhou o apelido de Teta. Foi criada na labuta da roça.

Na juventude, apaixonou-se pelo vizinho José Caetano. Como seu pai “não fazia gosto do namoro”, os dois fugiram para o Paraná. Foram se empregar no plantio de café. Lá, nasceram os dois primeiros filhos.

Cinco anos depois, retornaram para Pernambuco e foram morar na serra, onde tiveram outros sete filhos e adotaram mais um.

Teta, que sabia ler e escrever, começou a dar aulas na comunidade. Também trabalhou como costureira e ajudava as pessoas com remédios caseiros.

“Na época, não tinha médico, nem hospital fácil e ela cuidava das pessoas. O aces-

so à cidade era difícil sem carro. Era ela quem aplicava injeção. Atuava como agente de saúde de forma voluntária”, diz a nora Maria Marluce Félix Amorim, 52.

O trabalho comunitário seguiu por toda sua vida. Foi uma das fundadoras da ONG Chapada, que ajuda agricultores familiares na convivência com o semiárido. Entre as ações estão capacitações e construção de cisternas. Teta presidiu a instituição, entre 1999 e 2007, e depois nunca deixou de contribuir.

Também fundou a Associação das Mulheres Agricultoras da Serra Tatu para conseguir

projetos para as agricultoras de sua comunidade.

Foi militante do PT em Araripina, onde chegou a ser candidata a vice-prefeita.

Devota de Santa Luzia, estava sempre envolvida nos trabalhos da igreja. Foi catequista e gostava das festas religiosas.

Teta, que sofria de problemas cardíacos, fraturou o fêmur após uma queda e não pôde fazer a cirurgia por con-

ta do coração. Morreu no dia 27 de fevereiro, aos 84 anos, após uma infecção hospitalar, no Crato (CE).

Deixa uma grande família, o marido, 88, e os filhos Maria do Socorro, 61, Raimundo, 60, Francisco, 58, Terezinha, 56, José Ribamar, 55, Verônica, 52, Jucelino, 50, Maria Valdeci, 49, Maria Luiza, 45, e Samuel, 36. Também ficam 31 netos e 10 bisnetos.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.
Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.
Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (9h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

ambiente



Corais branqueados ao redor da Ilha Lizard, na Grande Barreira de Corais da Austrália David Gray/AFP

Branqueamento atinge 73% da Grande Barreira de Corais

Austrália diz que fenômeno deste ano pode ser o mais severo já registrado

SÃO PAULO | AFP A Grande Barreira de Corais da Austrália sofre o que pode ser o mais grave branqueamento já registrado e 73% dos recifes estudados apresentam danos, informaram as autoridades do país, nesta quarta-feira (17).

Avaliações aéreas efetuadas pelos cientistas mostram que cerca de 730 dos mais de 1.000 recifes que compõem a Grande Barreira perderam cor, segundo as autoridades do governo australiano.

“Os impactos acumulados experimentados ao longo do recife neste verão foram mais severos do que em verões anteriores”, indicou a Autoridade do Parque Marinho em um

comunicado, no qual alerta que o verão de 2023-2024 foi o segundo mais quente já registrado na região.

Considerada o maior organismo vivo da Terra, a Grande Barreira de Corais tem 2.300 km de extensão e abriga uma enorme biodiversidade, incluindo mais de 600 tipos de coral e 1.625 espécies de peixes.

Este é o quinto branqueamento em massa dos recifes da Grande Barreira nos últimos oito anos.

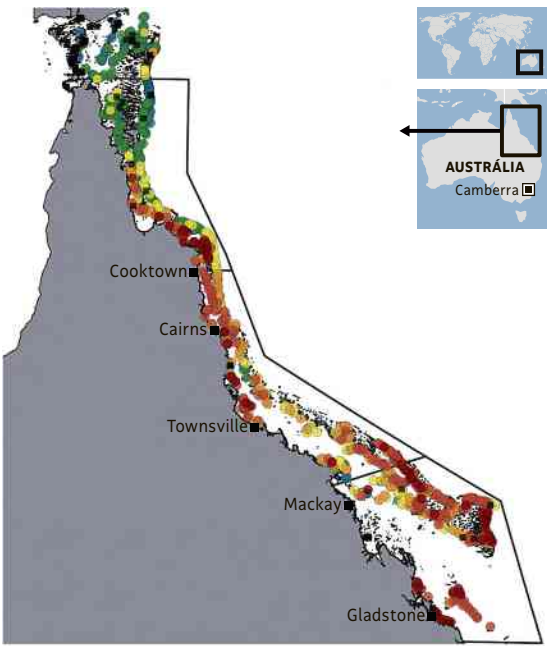
O fenômeno é causado por altas temperaturas oceânicas por um período de tempo prolongado. O calor faz com que o coral expulse uma alga microscópica chamada zooxantela, com a qual vive em simbiose. Caso o calor persista, o coral perde cor e, sem os nutrientes fornecidos pelas algas, adocece e pode morrer.

O comunicado do governo australiano vem após uma série de alertas. No início de março, a Noaa (agência atmosférica e oceânica americana) emitiu comunicado de que o planeta estava prestes a ter um evento mundial de branqueamento em massa, o que foi confirmado nesta semana pela agência.

Esta é a quarta vez em que um evento de branqueamento massivo de dimensão glo-

Observações aéreas da prevalência do branqueamento em águas rasas na Grande Barreira de Corais, na Austrália

- Sem branqueamento (<1%)
- Branqueamento baixo (1-10%)
- Branqueamento mediano (11-30%)
- Branqueamento alto (31-60%)
- Branqueamento muito alto (61-90%)
- Branqueamento extremo (>90%)
- Sem corais vivos
- Recife profundo sem visibilidade



Fonte: Autoridade do Parque Marinho da Grande Barreira de Corais

classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse
folha.com/classificados

11 3224-4000

FORMAS DE PAGAMENTO Cartão de crédito, débito em conta, boleto bancário ou pagamento à vista

A

**ASSISTENTE DE
CONTRATOS - FASE 2**
M/P Processo Seletivo – As normas de participação e edital descrevem no Edital de Abertura de Processo Seletivo no site: www.fun-daocadadbi.atene.com.br/selecao-07/2024 as inscrições devem ser efetuadas somente via internet no período das 15 horas do dia 18/04/2024 às 15 horas do dia 25/04/2024.

**PARA ANUNCIAR NOS
CLASSIFICADOS FOLHA
LIGUE AGORA
11/3224-4000**

**A OSS – Hospital das Clínicas Luzia de
Pinho Melo, recruta currículos de médicos
nas seguintes especializadas:**

**MÉDICO ESPECIALISTA EM NEUROLOGIA INFANTIL;
MÉDICO PSIQUIATRA; MÉDICO ESPECIALISTA EM
CIRURGIA VASCULAR; MÉDICO CIRURGIÃO PLÁSTICO
para Atendimento Ambulatorial e Procedimentos
Cirurgicos inclusive Reconstrução Mamária; MÉDICO
ORÇOTISTA; Médico anestesiologista; Médico Cardiologista
para Atendimento Ambulatorial e Visita na Enfermaria
(Cirurgia Cardíaca); Médicos Cardiologistas e Intensivistas
para atuação em Unidade Coronariana; Médico
Emergencista para acompanhamento de pacientes
na Hemodinâmica e Ressonância Magnética; Médico
especialista em Análise de Eletrocardiograma Dinâmica
de 24 h (Holter) e Leitura de MAPA; Médico especialista
em Análise e Emissão de Laudos Radiológicos com
acompanhamento; Médico especialista em Assistência
Médica nos Setores Críticos (Pronto Socorro); Médico
especialista em Cirurgia Cardíaca; Médico especialista
em Cirurgia Gástrica (PS e Centro Cirúrgico); Médico
especialista em Ecocardiografia Transtorácica Adulto e
Infantil e Transesofágica Adulto; Médico especialista em
Eletroencefalografia; Médico especialista em execução
de procedimentos de Punção Aspirativa por Agulha
fina (PAAF) e CORE biópsia; Médico especialista em
Hematologia com habilidade para execução de
biópsia de medula; Médico especialista em Laudos
de Anatomicopatológicos e Imunoquímicos.**

**Os interessados devem se cadastrar no site
www.gupy.io ou através da leitura do QRCode.**



**CLASSIFICADOS FOLHA
11/3224-4000**

A Fundação Faculdade de Medicina, entidade sem fins lucrativos, seleciona profissionais para exercer os cargos de:

Fonoaudiólogo. Requisitos: Graduação Completa em Fonoaudiologia. Conhec. assistência fonoaudiológica ambulatorial, preferencialmente em pacientes neurológicos adultos; Avaliação, diagnóstico e intervenção em linguagem, fala e cognição; Motricidade orofacial e de deglutição.

Supervisor de Sistemas. Requisitos: Graduação completa na área de Tecnologia ou Administração. Espec.: Pós-graduação em Segurança da Informação. Conhec. em Gestão da projetos com base em PMS/OOK e modelo ITIL; Implantação de projetos e soluções de Tecnologia da Informação, considerando cronograma, recursos e processos; Análise de Sistemas; Especificações e Validações de Requisitos.

Médico (Hospitalista). Requisitos: Graduação em Medicina. CRM ativo. Residência completa em áreas Clínicas (Clínica Médica e/ou Pneumologia e/ou Geriatria e/ou Cardiologia). Conhec. em clínica Médica, atendimento de intercorrências, urgências e emergências.

Médico (Psiquiatra) - Álcool e Drogas. Requisitos: Graduação em Medicina e Residência Médica completa em Psiquiatria. CRM Ativo; Conhec. nos transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas e suas comorbidades e princípios gerais de emergências psiquiátricas. Desejável especialização, capacitação e/ou extensão universitária na área de álcool e drogas.

Médico (Anestesiologista). Requisitos: Graduação completa em Medicina com Residência completa em Anestesiologia. Conhec. em procedimentos anestésicos em centro cirúrgico, serviço de endoscopia e diagnósticos terapêuticos pediátricos. CRM Ativo.

Os candidatos interessados deverão inscrever-se até 18/04/2024 a 24/04/2024 no site www.fmf.br, no link Trabalho Concorrente.

ASSINE A FOLHA

www.folha.com/assine

P

PCD - ÁREAS DIVERSAS
M/F DEMOPART. PARTICIPAÇÕES
contrata pessoas com deficiência
para áreas diversas, enviar currículo
para recrutamento@
escritoriooutoporanga.com.br

P

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD) E/OU MOBILIDADE REDUZIDA
Empresa Viação Campo Belo Ltda
está admitindo pessoas com deficiência
e/ou mobilidade reduzida, com
os benefícios: cesta básica,
vale refeição, convênio e crachá,
os interessados deverão enviar
currículo para Estrada de Itape-
ceira, 1290 - Vila das Belezas,
São Paulo SP - cep: 05835-002

T

PROFESSOR(A)
M/F Inglês, p/ EI/EF1/EF2, com
lic. e sup.com. Pedagogia e Letras
Inglês, p/ S. Matemática, En-
trar CV p/ currículo@eduprospe-
rario.com.br, COM URGÊNCIA!!

T

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS
FOLHA
LIGUE AGORA
11/3224-4000

ESPORTE
AO VIVO

16h Roma x Milan
Liga Europa, TV CULTURA, ESPN E STAR+

16h Atalanta x Liverpool
Liga Europa, ESPN E STAR+

19h Corinthians x Paulistano
NBB, ESPN2, STAR+ E BASQUETPASS

esporte

Bets vão à CPI na dor ou no amor, diz Romário, que negocia patrocínio

Relator da CPI das apostas procura marcas para financiar o América-RJ e afirma não existir conflito de interesses

ENTREVISTA ROMÁRIO

Cézar Feitoza

BRASÍLIA Relator da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) das Apostas Esportivas no Senado, o senador Romário (PL-RJ) negocia com empresas do setor um patrocínio para o América-RJ, clube carioca do qual é dirigente. Ele afirma que não vê conflito de interesses entre os negócios do clube de futebol e o trabalho investigativo que envolve as chamadas bets.

“Se essa bet estiver na linha de que é uma dessas empresas que têm feito mal ao futebol brasileiro, tenha participação direta ou indireta em alguma dessas manipulações, vai pagar igual aos outros”, disse em entrevista à Folha.

A comissão teve sua primeira sessão nesta quarta (17).

*

Quais devem ser os primeiros passos da CPI? Na pauta tem a convocação de vários presidentes de clubes importantes. A gente tem acompanhado o que vem acontecendo no futebol. Essas manipulações, esse jogo sujo, essa escrotição. A gente tem que dar uma resposta à nossa sociedade. O Brasil tem que responsabilizar diretamente as pessoas pelo que está acontecendo.

Em 2016, eu fiz um relatório paralelo na CPI do Futebol com a real verdade do que acontecia, do que a gente descobriu. Só que o relator naquela época [senador Romero Jucá] entendeu diferente e ganhou. Mas eu mandei meu relatório até para o FBI, para a polícia da Suíça, para a Fifa, para o [Sérgio] Moro. Fiz tudo o que podia para algum órgão capacitado e competente olhar. Não aconteceu — mas, dessa vez, eu sou o relator.

O Congresso teve CPIs marcantes envolvendo futebol a partir dos anos 2000, mas todas viraram espaço de disputa política interna da CBF e nenhuma teve resultado efetivo. O que fazer para evitar essa situação? Meu objetivo é definitivamente encontrar os reais culpados desse jogo sujo que existe no futebol. Es-



O senador Romário em seu gabinete no DF Pedro Ladeira/Folhapress

sa manipulação, essa sacanagem que a gente tem ouvido e lido nos últimos dois, três anos. São senadores sérios [os membros da comissão]: [Jorge] Kajuru, [Eduardo] Girão, [Carlos] Portinho.

Se fosse para abrir uma CPI para não fazer uma coisa séria, um trabalho profissional, eu não me meteria. Eu estou me propondo a ser relator para, no final da CPI, o relatório ser aquilo que a gente descobrir. Que doa em A, B, C ou D.

A Câmara concluiu CPI sobre o tema sem votar o relatório final. Por que a investigação do Senado seria diferente? Foi um fiasco [a CPI na Câmara]. Mesmo com a eleição de prefeitos e vereadores, eu acredito que a gente consegue terminar a CPI em 180 dias. E dar uma resposta definitiva para a sociedade entender quem são os culpados por esse jogo escroto que está acontecendo no nosso futebol.

Já há muita informação sobre as fraudes em apostas esportivas. Com o que se sabe, o senhor vê alguma conivência da

+

Comissão aprova oitivas de Botafogo, Palmeiras e São Paulo

A CPI das Apostas Esportivas do Senado aprovou nesta quarta (17) o convite para os presidentes do Botafogo, Palmeiras e São Paulo prestarem depoimento. John Textor, dono da SAF (Sociedade Anônima do Futebol) que comanda o Botafogo, deve ser o primeiro a falar, na próxima segunda-feira (22). Os demais dirigentes ainda não têm data para depor. O cartola do time carioca entrou na mira da comissão após fazer acusações, sem apresentar provas, de manipulação em partida entre Palmeiras e São Paulo no Campeonato Brasileiro de 2023. O presidente da CPI, senador Jorge Kajuru (PSB-GO), disse que Textor será recebido pelos parlamentares para apresentar as provas das acusações que fez.

CBF? Eu não sei te responder, mas o que eu posso te dizer é que a gente já pediu vários tipos de documentação dessas entidades [Ministério Público de Goiás e CBF]. Vamos começar a analisar e tomar as ações que são cabíveis em uma CPI.

O nosso primeiro convidado a princípio será o John Textor [dono da SAF do Botafogo]. Se é verdade ou se é mentira que ele tem documentos [sobre fraudes na série A do Campeonato Brasileiro], vamos trazer o cara aqui para dizer. O cara não pode jogar uma conversa fora dessas para simplesmente fazer graça para o público.

O senhor foi presidente da CPI do Futebol em 2016, que não teve resultado efetivo. Escolheu ser relator por causa dessa frustração? Eu entendi que ser um relator de uma CPI dessa grandeza teria mais importância para mim do que ser o presidente, já que eu tive a oportunidade de ser presidente e acabou não acontecendo nada. Mas, como relator, eu acredito que eu tenho muito mais probabilidade de ter força real, juridicamente falando, para mostrar o que a gente vai conseguir aqui.

Qual a sua visão sobre a CBF e a relação com as empresas de apostas? Eu tenho uma relação muito boa com o Ednaldo [Rodrigues, presidente da CBF]. Claro que ninguém é perfeito, ele tem seus defeitos, mas tem feito algumas coisas que são interessantes. Primeiro, ele arrancou um monte de rato que existia das administrações passadas. Agora, não é por que eu tenho uma relação boa com ele que a gente deixaria de chamá-lo aqui. Mas, no meu entendimento, ainda não é hora do Ednaldo vir.

As bets têm hoje um poder de influência sobre o futebol brasileiro, patrocinando os principais clubes. O América está fechando um patrocínio.

Como o senhor vai investigar as bets se o time que preside é patrocinado por uma delas? Se essa bet estiver na linha de que é uma dessas empresas que têm feito mal ao futebol brasileiro, tenha participação direta ou indireta em alguma dessas manipulações, vai pagar igual aos outros. Não tem problema em relação a isso. Ainda não tem contrato, mas a gente está procurando e pode existir essa possibilidade. Mas, antecipadamente, já estou avisando que não tem impedimento. Isso é uma coisa à parte.

Se o dono da bet que vocês estão negociando tiver de ser convocado, o senhor não fará oposição? Se tiver que vir aqui, vai vir, por bem ou por mal, na dor ou no amor.

Real elimina City nos pênaltis e encara Bayern na semi da Champions

SÃO PAULO Estão definidas as semifinais da Champions League 2023/24. Nesta quarta-feira (17), o Real Madrid eliminou o Manchester City, nos pênaltis, enquanto o Bayern de Munique passou pelo Arsenal, encerrando os confrontos pelas quartas de final da competição.

Real e Bayern vão duelar, agora, na próxima fase, enquanto Paris Saint-Germain e Borussia Dortmund fazem a outra semifinal.

Na Allianz Arena, em Munique, na Alemanha, os donos casa ganharam por 1 a 0, gol de Joshua Kimmich, no segundo tempo, aos 18 minutos. O placar mínimo foi suficiente já que as duas equipes empataram na ida por 2 a 2.

No Etihad Stadium, em Manchester, a equipe inglesa foi surpreendida pelo Real Madrid, que abriu o placar aos 12 minutos com o brasileiro Rodrygo, mas conseguiu buscar o empate ainda no tempo regulamentar, na etapa final, com Kevin De Bruyne, aos 31.

Como também houve um empate nos 90 minutos disputados na Espanha, por 3 a 3, a decisão se estendeu até a prorrogação e depois para os pênaltis, quando a equipe espanhola venceu por 4 a 3.

Foi o terceiro confronto consecutivo entre Real Madrid e Manchester City na Champions League.

Vitorioso nessa partida, da como uma das mais importantes da competição, Real Madrid sai como grande favorito a ficar com o troféu.

Na terça-feira (16), Paris Saint-Germain e Borussia Dortmund foram os primeiros classificados para as semifinais. Na Espanha, a equipe francesa venceu por 4 a 1, com dois gols de Mbappé, e ficou com a vaga ao somar 6 a 4 no placar agregado — em casa, havia sido derrotada por 3 a 2.

O Dortmund também conseguiu uma virada no jogo de volta. Depois de perder na Espanha por 2 a 1, a equipe ganhou em casa de 4 a 2.

Na próxima fase, alemães e franceses vão duelar na semifinal, com o primeiro jogo na Alemanha e o duelo de volta na França. A final da Champions está marcada para o dia 1º de junho, em Londres.

Nesta terça (16), momentos antes do duelo entre o Barcelona e o PSG, o atacante brasileiro Vinicius Junior foi novamente alvo de insultos. De acordo com imagens registradas pela rádio Caden Ser, um grupo de torcedores da equipe espanhola que se aglomerou nos arredores do estádio Olímpico Lluís Companys, na Catalunha, local em o Barça mandou a partida, gritou diversas vezes: “Vinicius, morra. Vinicius, morra”.



Rodrygo comemora após marcar para o Real Madrid contra o Manchester City, na Inglaterra Paul Ellis/AFP

Imortal é o Real Madrid

Quando tudo parecia perdido, até nos pênaltis, os merengues derrotam o City

Juca Kfourì

Jornalista e autor de “Confesso que Perdi”. É formado em ciências sociais pela USP

Como não há verdades definitivas no futebol, Manchester City e Real Madrid fizeram questão de demonstrá-lo novamente. Jogos de 180 minutos normalmente têm os primeiros 90 minutos de estudos e jogo cauteloso e os derradeiros de alta intensidade.

Pois ingleses e espanhóis, na verdade duas legiões estrangeiras, jogaram em Madrid um 3 a 3 enlouquecido no primeiro jogo e, no da volta, em Manchester, estranhamente, o time de Pep Guardiola jogou os dez primeiros com tamanho cuidado que

deu a saída com recuo de bola para o goleiro Ederson, além de atuar tão lentamente que, se fosse boxe, o juiz interromperia a luta e tiraria ponto do lutador por falta de empenho.

O resultado de escolha tão surpreendente não tardou: no 12º minuto, no primeiro contra-ataque madridista, pela direita, para escapar da marcação de Walker, Vini Jr. fez grande passe para Rodrygo marcar mais uma vez, a quarta, contra o City.

Aí Kevin De Bruyne e companhia partiram para fazer

o que deles se esperava desde o início do jogo de volta das quartas de final.

Foram para cima, mandaram bola na trave, fizeram o goleiro se virar, mas foram derrotados para o intervalo, incapazes, como diziam os locutores antigamente, de transformar a superioridade em gols.

O segundo tempo foi todo do City até De Bruyne empatar e depois do empate, suficiente para levar à prorrogação, com ares ingleses não fosse o fato de imortal mesmo ser o Real.

Então, já se sabia que o vence-

dor enfrentaria o Bayern Munique, noutro embate de gigantes, porque os bávaros venceram o Arsenal por 1 a 0, apesar de terem merecido mais.

Arsenal pagou pela humilhação imposta pelo Bayer Leverkusen no Campeonato Alemão.

A prorrogação foi disputada como se houvesse 22 sobreviventes no gramado e a crueldade dos pênaltis chegou com 4 a 4 no placar agregado.

A Alemanha botava dois times nas semifinais. Espanhóis e ingleses buscavam por pelo menos um.

Ena hora agá prevaleceu a gigantesca camisa merengue embora o Real Madrid tenha jogado de azul-marinho e nem merecesse se classificar, mas essa é a história do clube mais vitorioso do mundo, capaz de tirar do fundo da alma a força para superar o insuperável: 4 a 3 nos pênaltis.

Lutará contra outro gigante, o Bayern, em busca da 15ª Champions.

*

Quase 600 quilômetros separaram a simpática Dortmund, onde a seleção brasileira venceu Gana por 3 a 0 na Copa do Mundo de 2006, da incomparável Paris, palco da final da Copa de 1998, França 3, Brasil 0.

Diferentemente da capital francesa, jamais conhecera Dortmund não fosse o futebol.

O que serviu para conhecer uma cidade apaixonada pela bola e sua famosa Muralha

Amarela da torcida do Borussia é a prova.

Borussia e PSG, apesar de Mpabbé e do maior investimento no time francês, depois do que fizeram, respectivamente, contra Atlético de Madrid e Barcelona, indicam a outra semifinal da Champions sem favorito.

*

Palmeiras contra o freguês Botinha, sem nem o problema de deslocamento e Corinthians contra o América potiguar e São Paulo contra o paraense Águia de Marabá, com os jogos de volta em Itaquera e no Morumbi, não têm desculpa para não passar pela terceira fase da Copa do Brasil.

O Trio de Ferro tem vida Marria-mole para chegar às oitavas de final.

O Flamengo também. Com dois jogos em casa, no Rio, e em Manaus, contra o Amazonas.

Folha lança A que Pauta Chegamos!, podcast que debate temas do noticiário

SÃO PAULO Um podcast em que colunistas da **Folha** comentam os principais acontecimentos da política na semana. Mas não só isso. Também falam das notícias de economia, cultura, comportamento...
A **Folha** lança nesta quinta-feira (18) o “A que Pauta Chegamos!”. Nele, a escritora Tati Bernardi, o professor e advogado Thiago Amparo e o jornalista e editor do Painel Fábio Zanini aprofundam o que foi destaque nos jornais e nas redes com desdobramentos, bastidores, análises e opiniões —tudo isso com pitadas de alívio cômico.
No episódio de estreia, eles discutem a crise entre o presidente da Câmara, Arthur Lira, e o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, as falhas na gestão da educação do governo Lula e, na área internacional, o risco de guerra entre Irã e Israel. Além disso, analisam como a

geração Z vê clássicos como a série “Sex and the City”.
“Eu sei que tem um monte de podcast de política, mas em nenhum deles tem uma pessoa que está tão perdida quanto o ouvinte, no caso, eu”, afirma Tati Bernardi. Roteirista, apresentadora e resenhistade literatura, ela tem oito livros publicados. Também escreve na **Folha** há dez anos, é videocaster de programas no UOL e faz formação em psicanálise há cerca de sete anos.
Thiago Amparo é professor de direito internacional e direitos humanos da FGV (Fundação Getúlio Vargas), além de colunista da **Folha**. “No podcast eu sou o nerd que adora notícias e, com a mesma intensidade, se revolta com elas. Vai ser minha dose semanal de terapia com os fatos da semana, com pitadas alucinógenas de arte e cultura”, diz.
Amparo também é mestre e doutor em direito internacional pela Universida-

“
No podcast eu sou o nerd que adora notícias e, com a mesma intensidade, se revolta com elas. Vai ser minha dose semanal de terapia com os fatos da semana, com pitadas alucinógenas de arte e cultura

Thiago Amparo
professor de direito internacional e direitos humanos da FGV e colunista da **Folha**

de Centro Europeia, fundador e coordenador do Núcleo de Justiça Racial e Direito da FGV e consultor e palestrante em temas de inclusão, diversidade e equidade.
Fábio Zanini, jornalista formado pela USP (Universidade de São Paulo), é editor do Painel da **Folha**. Antes, foi editor de Política e Mundo e repórter em São Paulo e Brasília, entre outras funções no jornal. “Prometo fazer o melhor para explicar o que está acontecendo na política brasileira, mas sei que em alguns momentos isso será impossível”, projeta ele com bom humor.
O programa estará disponível nas principais plataformas de áudio, sempre às quintas-feiras. O podcast é coordenado pela editoria de Podcasts da **Folha** e tem edição de som do jornalista Raphael Concli.

A que Pauta Chegamos!
Onde: nas principais plataformas
Quando: quintas, às 7h

VOCÊ VIU?



Outdoor anuncia novo disco de Taylor Swift, na loja de LPs Eric Discos, em Pinheiros, São Paulo Reprodução/X

Taylor Swift vai lançar seu novo álbum, “The Tortured Poets Department”, nesta sexta-feira (19) e escolheu São Paulo como um dos pontos de pré-divulgação. O lançamento do disco foi anunciado no palco do Grammy 2024, em fevereiro, e já anima os fãs.
A capital paulista recebeu, na madrugada desta quarta (17), um cartaz de divulgação do álbum na loja Eric Discos, tradicional no ramo de LPs no bairro de

Pinheiros, na zona oeste. O outdoor exibe um grande QR Code, que, quando lido digitalmente, direciona para um vídeo apresentando o álbum no YouTube.
A cantora também colocou cartazes e ativações em Sidney e Melbourne, na Austrália, Londres, no Reino Unido, e Nashville e Chicago, nos EUA.
A loja paulistana diz não ter previsão de receber produtos do novo disco de Taylor nesta sexta (19).



VULCÃO ENTRA EM ERUPÇÃO NA INDONÉSIA, E MAIS DE 800 PESSOAS SÃO RETIRADAS
Erupção do monte Ruang, na província de Sulawesi do Norte, formou colunas de cinzas e materiais de mais de 2 km; não há relatos de mortos ou feridos AFP

ACERVO FOLHA Há 50 anos 18.abr.1974 Avião faz pouso forçado em avenida de SP

Um avião de pequeno porte fez um pouso forçado na avenida Santos Dumont, perto do aeroporto Campo de Marte, na zona norte de São Paulo, nesta quarta-feira (17). Apesar da situação perigosa, ninguém se feriu.
A aeronave Piper Cherokee 140 aterrissou em hora de intenso tráfego no local pela manhã (quase 10h) e na contramão do fluxo dos carros. O aparelho não acertou nenhum veículo.
Depois de segundos, desceram do avião o piloto e o seu companheiro de voo. Eles disseram que haviam decolado do Campo de Marte e que estavam tentando voltar para lá após uma pane no motor.



F LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

‘Mesmo nos piores cenários há que se buscar beleza’

Roseana Murray, a escritora que venceu os cães ferozes, ensina a transformar a dor em poesia

Mirian Goldenberg

Antropóloga e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é autora de "A Invenção de uma Bela Velhice"

Quando minha mãe morreu, aos 62 anos, após sofrer mais de dois anos com um câncer nos seios e metástase, quase morri junto com ela. Um mês depois, terminei de escrever “A Outra: um estudo antropológico sobre a identidade da amante do homem casado”. Cada palavra do livro foi escrita com as minhas lágrimas.
Quando meu pai descobriu um câncer no pâncreas, aos 68 anos, o doutor Drauzio Varella me disse que ele iria viver cerca de três meses. Não desgrudei um só minuto do meu pai durante os cem dias da doença. Depois do enterro, já no avião de volta para o Rio de Janeiro, escutei a voz do meu pai me di-

zendo: “Você tem que escrever um livro sobre tudo o que sofreu durante a minha doença. E o título deve ser ‘Cem dias de lágrimas’”. Até hoje, não consegui terminar de escrever o livro.
No mesmo dia em que descobri que meu ex-marido me traía com garotas de programa, quando eu chorava desesperadamente porque ele saiu de casa para nunca mais voltar, chegou uma caixa com meu livro “Infel: notas de uma antropóloga”.
Escrever com as minhas lágrimas foi o único remédio que encontrei para continuar sobrevivendo e conseguir superar a dor dilacerante da saudade.

Agora, estou escrevendo o relatório final do meu pós-doutorado em psicologia social sobre envelhecimento, autonomia e felicidade, mas, apesar das minhas lágrimas, ainda não encontrei a linha que costura as minhas pesquisas sobre a violência física, verbal e psicológica que os mais velhos sofrem dentro das próprias casas e famílias.
Como já contei aqui, depois do incêndio no meu prédio, passei um bom tempo morando em uma casinha em uma cidade perto do Rio de Janeiro, onde fui atacada e mordida por cinco cães.
Antes do incêndio, todos os di-

as, pontualmente às 18 horas, ficava observando o barulhento balé que quatro maritacas faziam na minha janela. Desde que voltei para casa, as quatro maritacas não apareceram mais para alegrar o meu dia.
Sempre que sento no sofá do quarto para meditar, fico observando com um binóculo um urubu pousado no telhado do prédio vizinho. Há alguns dias, quando estava meditando, levei um susto quando vi o urubu pousar no parapeito da minha janela. No início, não condeguei enxergar direito, pois tenho quase seis graus de miopia. Peguei meus óculos e sentei de novo no sofá. Era mesmo

o urubu do prédio vizinho. Ele me olhava fixamente como se quisesse me dizer algo muito importante.
Acho que ele estava tentando me dizer para aproveitar a dramática experiência de ter quase morrido intoxicado como uma lição para viver melhor: “A vida é breve demais, não alimente seus demônios internos e externos”, me dizia o olhar do urubu, “escreva sobre a sua tristeza e busque transformá-la em beleza, escreva sobre os seus medos e procure transformá-los em coragem e, mais importante do que tudo, aprenda a transformar a dor em amor”.
Depois disso, o urubu nunca mais apareceu.
Na coluna anterior, escrevi sobre o ataque que a escritora Roseana Murray sofreu de três pitbulls. Terminei a coluna com uma mensagem amorosa: “Querida Roseana, estou rezando todos os dias para que você continue a transformar tristeza em alegria e dor em poesia. Afinal, ‘viver é o milagre que nos guia’”.
No domingo passado, chorei muito quando li o texto que Roseana postou no seu perfil no Instagram.

“Ainda estou na CTL. Me lembro do mito de Cérbero, o cachorro de três cabeças que tomava conta da passagem dos recém-mortos para o outro mundo. Eles eram ferozes e ninguém os vencia. Os três cachorros que me atacaram pareciam Cérbero, o cão de três cabeças prontos para me levar para a morte. Não conseguiram. Estou viva... Essa experiência de ser meio humana meio selvagem, com a força adquirida de Cérbero, aumenta a minha responsabilidade em relação à vida e a tudo o que é belo... Mesmo nos piores cenários há que se buscar beleza. Esse é o nosso ofício. E a Paz acima de tudo”.
Meu marido, emocionado com as minhas lágrimas, me perguntou: “Por que você não escreve uma coluna para a **Folha** sobre a recuperação da escritora que venceu os cães ferozes?”. Respondi que sou incapaz de colocar em palavras tudo o que estou aprendendo com uma mulher tão sensível, admirável e corajosa que sabe transformar a sua dor em poesia. “Então”, ele sugeriu, “por que você não escreve sobre o sumiço das maritacas e do urubu?”.

Batalha de versões

Wagner Moura vê os EUA racharem em ‘Guerra Civil’, distopia bélica de Alex Garland que manda recado à polarização política que também assombra o Brasil

Wagner Moura em cena de ‘Guerra Civil’
Divulgação

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Berço da independência dos Estados Unidos, a Filadélfia é destino proibido para os protagonistas de “Guerra Civil”, sabemos logo no início do filme. Se o objetivo é chegar à capital, Washington, o melhor a fazer é se enfiar em estradas desertas e bombardeadas para contornar a cidade. É significativo que seja a capital da Pensilvânia a escolhida para estrelar um dos diálogos inaugurais do longa de Alex Garland. Primeiro por seu simbolismo patriótico e, segundo, porque o estado é dos mais decisivos para as eleições americanas —seu volumoso colégio eleitoral escolheu Trump em 2016, mas o rejeitou no pleito seguinte. Assim, o exercício de futurologia do cineasta deixa claro que aquela distopia não descamba para delírios, mas firma o pé em solo americano e no presente. As estradas destruídas de “Guerra Civil” estão assim por uma catástrofe política, depois que um conflito divide os Estados Unidos. “Este é um filme que mostra que a polarização é a maior ameaça à democracia no mundo moderno”, crava Wagner Moura, protagonista ao lado da americana Kirsten Dunst. Não é com eles que a trama começa, porém. Os primeiros segundos mostram Nick Offerman nos trajes do presidente americano, ensaiando um discurso que, aos poucos, dá algum contexto como munição para o espectador. Sabemos que a liberal Califórnia surpreendentemente formou uma aliança com o conservador Texas, lutando na costa oeste. Do outro lado, na Flórida, células dissidentes pressionam as Carolinas do Norte e do Sul a se juntarem na luta armada contra o que restou do governo federal. Nunca estivemos tão próximos da vitória, diz o presidente, só para ter o discurso transformado em fake news no minuto seguinte, quando percebemos que as coisas não vão tão bem. Descobrimos quase como quem abre o jornal, pelas palavras do repórter vivido por Moura e pelas lentes da fotógrafa de Dunst. Depois de cobrirem um tumulto, eles tornam público o objetivo que guiará a trama —entrevistar o presidente na sitiada Washington, lar de soldados truculentos e que odeiam a imprensa. É uma missão suicida, adverte o veterano vivido por Stephen McKinley Henderson, que colabora com “o que restou do New York Times”. Ao trio formado pelo expansivo Joe, a calejada Lee e o sábio Sammy, se junta Jessie, uma fotojornalista iniciante vivida por Cailee Spateny, estrela de “Priscilla”, e que ainda não aprendeu a ser indiferente aos horrores da guerra, tampouco a ter a frieza necessária para desempenhar o ofício enquanto rajadas de bala voam ao redor. Assim, “Guerra Civil” vai se transformando em diferentes longas. É um filme de guerra, de catástrofe, de estrada, de amadurecimento e, mais importante ainda, um filme de jornalismo —e um que apresenta a profissão como uma droga absolutamente viciante. Isso fica claro nos olhares vidrados de Moura, que sente verdadeiro tesão pela adrenalina do campo de batalha, e nos olhares assombrados de Dunst, que a cada clique é perseguida pelos fantasmas de soldados e civis que viu morrer pelas lentes de sua câmera. “É maravilhoso que o filme seja contado pelo olhar do jornalista, que é um profissional que não toma lado. Ele reporta os fatos para que as pessoas façam as perguntas. E o filme assume esse lugar”, diz Moura, que é jornalista por formação e ainda se sente muito conectado ao ofício. Não à toa, também interpretou um repórter na série “Iluminadas” e se prepara para viver mais outro em “Say Her Name”.
Continua na pág. C4

ilustrada

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

DE VOLTA PARA CASA

A defesa do filho de Gal Costa apresentou embargos de declaração para tentar reverter a decisão da Justiça que negou a exumação e o traslado do corpo da cantora para o Rio de Janeiro.

MARTELO A juíza negou o traslado afirmando que o corpo de uma pessoa só pode ser exumado por determinação judicial ou de autoridade policial para investigações criminais. E também por razões sanitárias. Determinou, no entanto, que a Polícia de São Paulo investigasse as circunstâncias da morte da cantora.

PODE, SIM Gabriel Penna Burgo Costa, 18, sustenta que apenas a decisão judicial, independentemente da instauração de inquérito, seria suficiente para permitir o traslado. Ele apresentou à juíza Letícia Bruning um parecer do perito Nelson Massini, que foi consultado sobre o caso.

ÚLTIMO DESEJO A advogada Mariana Athayde Ferreira, que representa o jovem, pede que a Justiça se manifeste sobre o pedido original de traslado com base na dignidade da pessoa humana: o último desejo de Gal, de ser enterrada com sua mãe, Mariah Costa Penna, no Rio de Janeiro, “estaria sendo desrespeitado”.

ENDEREÇO Gal está enterrada em São Paulo, no mesmo jazigo em que repousa Vitalina Ramos Coelho, mãe de Wilma Petrillo.

DISPUTA Petrillo afirma que é viúva de Gal, enquanto Gabriel diz que ela era apenas a empresária de sua mãe. Os dois travam uma disputa em torno da herança da cantora.

RESPEITO “Exumar e trasladar o corpo de uma filha e trazer para outra cidade para ser sepultada ao lado de sua mãe como foi planejado e desejado por essa filha antes de sua morte e apoiada pelo seu filho que quer o cumprimento desse desejo é uma questão clara e inequívoca de garantir a dignidade humana e sua personalidade”, afirma o perito Massini em seu parecer.

OLHO VIVO A Associação Quilombola da Comunidade Santa Efigênia e Adjacentes, que representa povos tradicionais situados no entorno de Mariana (MG), acionou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) pedindo a convocação de uma audiência junto ao Estado brasileiro.

OLHO 2 A entidade diz querer denunciar a “gravíssima situação de violação de direitos humanos” vivida pelos habitantes de comunidades afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 2015. A estrutura pertencia à Samarco, joint-venture formada entre a Vale e a australiana BHP.

LUPA O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) foi acionado para investigar a ação da Polícia Militar (PM) após uma criança ter sido baleada em Paraisópolis, na zona sul da capital paulista, quarta (17).

LUPA 2 Ela foi atingida por um disparo enquanto ia para a escola. Segundo lideranças comunitárias, havia uma operação da PM. Já o Governo de SP afirma que agentes faziam patrulhamento quando foram recebidos a tiros.

LUZ NA PASSARELA



Fotos Marlene Bergamo/Folhapress



A estilista Gloria Coelho **1** recebeu convidados para o desfile de sua grife na São Paulo Fashion Week, realizado no domingo (14), na capital paulista. A empresária e consultora de moda Gloria Kalil **2** esteve lá. A modelo e ex-miss Brasil Raissa Santana **3** também compareceu

HIPOCRISIA O escritor Ailton Krenak diz que o tema da descriminalização da maconha é tratado de forma hipócrita por aqueles que a combatem no Brasil. A declaração foi dada em entrevista à revista digital Breeza, que é dedicada à cultura canábica, e será divulgada na íntegra nesta quinta (18).

VENDA “É tudo hipocrisia que estão preocupados com a disseminação da droga. Na verdade, é um cerco comercial, é para controlar quem detém o monopólio disso”, afirma.

PRECONCEITO Recém-emposado como a primeira pessoa indígena a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, Krenak afirma que a cannabis sempre foi estigmatizada no país, diferentemente do consumo de outras plantas. “Se você tiver num ritual da Ayahuasca ninguém vai te tratar com esse preconceito. Inclusive porque é muito bem admitido pela classe média.”

EXPO Uma versão itinerante da mostra “Nhe’ê Porã: Memória e Transformação”, do Museu da Língua Portuguesa, será exibida no Museu de Arte do Rio (MAR) a partir de sexta (19). A exposição, que tem curadoria de Daiara Tukano, faz um mergulho na diversidade das línguas indígenas no Brasil.

CAMINHOS Um documentário que registrou o périplo de uma brasileira que percorreu mais de 2.000 quilômetros em busca de um aborto legal na Argentina será exibido no Festival Porto Femme, na cidade do Porto, em Portugal, na sexta (19).

SET “Uma Mulher Comum”, que é dirigido pela professora e antropóloga Debora Diniz, narra a história de Scarleth Dantas, 29, uma mulher negra que é mãe de três filhos e ganha seu sustento confeitando bolos e vendendo salgadinhos.

Jonas Brothers fazem show cheio de nostalgia para fãs agora adultos

Trio de irmãos americanos levou a São Paulo a turnê ‘The Tour’, depois de 11 anos de sua última passagem pelo país

Guilherme Luis

SÃO PAULO Os Jonas Brothers foram recebidos com berros ensurdecedores ao surgirem no Allianz Parque, em São Paulo, na noite desta terça-feira (16). Ainda que eles dividam fãs com outros artistas que passaram recentemente pelo mesmo estádio, como Taylor Swift e Harry Styles, o público estava especialmente mais barulhento neste show.

O trio americano, formado pelos irmãos Joe, Nick e Kevin Jonas, levou à capital paulista a turnê “The Tour” depois de 11 anos de sua última passagem pelo país, em 2013, ano em que eles anunciaram um hiato por tempo indeterminado. O grupo voltou à ativa em 2019.

O show de quase três horas foi dividido em partes dedicadas aos cinco dos álbuns do grupo. Eles abriram com “Celebrate!”, do disco mais recente, mas logo viajaram ao passado e apresentaram faixas de “Jonas Brothers”, álbum lançado em 2007. “SOS”, um dos maiores hits, suscitou gritos pelo estádio do Palmeiras.

Guardadas as devidas proporções, os irmãos tentaram fazer como Taylor Swift com sua megalomaniaca e bilionária “The Eras Tour”, que também é dividida em atos temáticos de seus discos. A diferen-

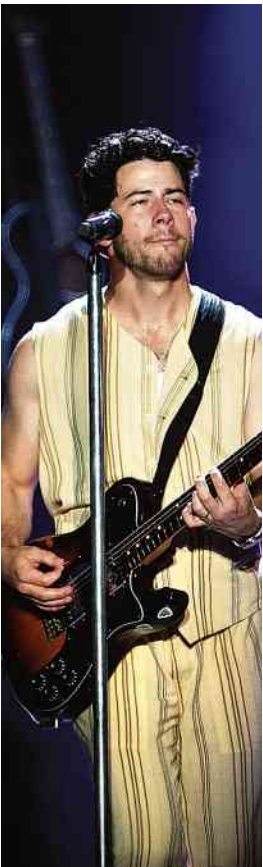
ça é que os Jonas foram mais econômicos e não se preocuparam com um palco enorme nem com trocas de figurinos.

O que importa no show são eles, e somente eles. Os irmãos não esbanjam molejo, é verdade, e estão longe de serem showmans, mas cada um domina o palco à sua maneira.

Nick, cheio de sorrisos, ganha no carisma. O melhor vocalista é Joe, que tem bons momentos só dele nas faixas do grupo, com agudos esticados. O artista atçou a plateia ao tirar a jaqueta e ficar só com uma regata colada ao corpo. Kevin é o mais tímido e o cantor menos habilidoso, mas é o que melhor toca guitarra.

No meio da apresentação, eles cantaram faixas dos filmes “Camp Rock” e “Camp Rock 2”, do canal de TV pago Disney Channel, nos quais interpretam roqueiros famosos. Os Jonas Brothers tiveram sua fama alavancada pela Disney. Além dos filmes, eles protagonizaram o seriado “Jonas”.

O grupo fez um show pensando nos fãs, o que não é de mérito. Os Jonas custaram a furar a bolha e ficaram relegados à comunidade de admiradores que conquistaram nos anos 2000. São essas pessoas que, guiadas pelo saudosismo, saíram de lá com as gargantas arranhadas de tanto gritar.



O cantor Nick Jonas em São Paulo Adriano Vizoni/Folhapress

Davi apostou na identificação com o público para pavimentar caminho da vitória no BBB

OPINIÃO

Gabriel Varquer

Repórter e colunista da Folha

Como já era esperado há meses, Davi Brito, o motorista de aplicativo morador de Cajazeiras, bairro popular de Salvador, foi o vencedor do BBB 24.

A final chegou a ter alguma emoção, por conta da boa popularidade de seus concorrentes, Matheus Vargas, o Alegrete, e Isabelle Nogueira, a cunhã-poranga do Boi Garantido, da famosa festa de Parintins, no Amazonas. Mas a situação era difícil para eles.

Diffícil por dois motivos bem simples. O primeiro é que Davi ganhou o público ainda na primeira semana, quando seu perfil apareceu na TV Globo.

Davi é um rosto fácil de se identificar. É um jovem com cara de Brasil, que você encontra a cada esquina realizando o seu corre para ten-

tar sobreviver e seguir a vida de forma honesta. Além disso, o fato de ser motorista de aplicativo, uma profissão em alta no Brasil, fez o público do sofá comprá-lo facilmente.

Nas primeiras semanas, Davi virou o principal alvo da casa, especialmente de Wanesa Camargo. O baiano sofreu uma marcação implacável dos adversários. Historicamente, o público do programa gosta dessa narrativa de perseguido. Mais um ponto para ele.

É verdade que Davi teve muitas falas problemáticas. A Globo também o ajudou a permanecer na atração. Parte do público pediu sua expulsão na briga com MC Binn. O participante ainda foi convencido a ficar quando queria desistir no auge de sua popularidade.

Se isso tivesse ocorrido, a Globo perderia um dos maiores ativos do reality. Afinal, uma coisa é certa. Davi Brito foi um campeão absoluto.



Davi Brito, o campeão do BBB 24 Fabio Rocha/Divulgação

Bienal de Veneza abre com manifestantes contra Israel

VENEZA (ITÁLIA) Centenas de manifestantes contra os ataques de Israel na Faixa de Gaza chacoalharam a abertura para convidados da Bienal de Veneza nesta quarta-feira. Eles gritavam “ocupação nunca mais” e “do rio até o mar, a Palestina será livre” entre os pavilhões nacionais dos Giardini.

A marcha começou em frente ao pavilhão de Israel e avançou até o dos Estados Unidos e o da Alemanha, com ataques aos líderes desses países. O presidente americano, Joe Biden, foi chamado de genocida, e a Alemanha foi chamada de “Estado nazista”.

Os panfletos vermelhos do grupo Art Not Genocide Alliance, ou aliança para a arte e não genocídio, que organizou

o ato, cobriram o gramado dos Giardini. Nele, os dizeres “não à morte em Veneza” e “abaixo o pavilhão do genocídio”.

Na véspera do protesto, planejado nos últimos dias, o artista que representa Israel na Bienal de Veneza, Ruth Patir, anunciou que não abriria a sua exposição no pavilhão do país até que houvesse um cessar-fogo na Faixa de Gaza.

Nos últimos meses, a Art Not Genocide Alliance, ou Anga, fez uma petição a favor de um veto à participação de Israel na Bienal de Veneza. O documento já reúne quase 24 mil assinaturas, a maioria de artistas, curadores e professores ligados ao mundo da arte.

Israel rejeita as acusações de genocídio, e tanto o go-

verno italiano quanto a organização da Bienal de Veneza defenderam o direito dos israelenses de ocupar o seu pavilhão nacional nos Giardini.

No dia mais importante da abertura para convidados, o pavilhão israelense permaneceu fechado, vigiado por militares armados. Na porta de entrada, foi afixado um cartaz dizendo “a artista e os curadores do pavilhão israelense abrirão a exposição quando um cessar-fogo e a libertação dos reféns sejam negociados”.

Enquanto os manifestantes marchavam entre os pavilhões, outras representações nacionais festejavam a inauguração da mostra. Muitos assistiam ao ato com a tradicional taça de prosecco. **Silas Martí**



Marta Mello

Pais e filhos

Livre do corpo enfermo, a memória de Ziraldo emergiu

Fernanda Torres

Atriz e roteirista, autora de 'Fim' e 'A Glória e Seu Cortejo de Horrores'

No início da década de 1970, no arrocho da ditadura militar, o bairro do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, era o refúgio de artistas e intelectuais cariocas. No afã de que seus filhos usufruíssem de uma liberdade inexistentes para além do portão de suas casas, essa geração de pais aderiu em peso ao ensino construtivista.

Eu e meu irmão, Claudio, fomos matriculados no Centro Educacional da Lagoa, uma escola pequeníssima, que prometia milagres com Piaget. Fa-

bria Pinto era da mesma sala do meu irmão. No primeiro dia de aula, a molecada se apresentou com seus cadernos encapados e os da guirca causaram furor. Decorados com caricaturas dela ao lado de letras vivas, ou fugindo dos números 2 e 3, eles exibiam o traço inconfundível de Ziraldo, pai de Fabrizia e autor de uma febre chamada "Flicts".

A casa Ziraldo e Wilma sempre esteve aberta, palco das festinhas de adolescência, de viradas, ensaios e contestações.

O casal era próximo dos meus pais, e os filhos regulavam de idade. Daniela, primogênita dos Pinto, era diferente. Metida até a orelha com o movimento estudantil, os pais acharam por bem mandá-la para Londres, onde se formou em letras e se descobriu cenógrafa.

Daniela virou lenda para os novinhos, circulando com desenvoltura pela vanguarda do primeiro mundo. Seu cenário de "All Strange Away", de Samuel Beckett, peça dirigida pelo companheiro Gerald Thomas, no

icônico teatro La MaMa de Nova York, recebeu elogios da crítica, e a irmã mais velha de Fabrícia deu no New York Times.

Caçula entre os caçulas, eu
jamais imaginei que trocari-
a minha ideia com a moça,
mas a vida nos fez parceiras
e irmãs de unha e carne.

Ano passado, participamos de “Ainda Estou Aqui”, filme dirigido por Walter Salles, baseado no livro homônimo de Marcelo Rubens Paiva, sobre a história verídica de outra família progressista dos anos 1970, ra-

dicada na Cidade Maravilhosa, os Paiva. Durante os ensaios da cena em que Rubens Paiva, pai de Marcelo, é levado de casa pelos agentes do DOI-Codi, Daniela confessou estar revivendo um pesadelo de infância. Pouco antes de Rubens ser capturado e morto, Ziraldo foi levado por gorilas da linha dura do tão conhecido apartamento da Fonte da Saudade. Eu sabia das histórias da prisão da turma do Pasquim, mas a versão íntima da minha amiga criança era novidade.

Assim como Marcelo, Daniela acordou com homens armados na sala de casa. Ao ver o pai ser conduzido para a porta pelos brutamontes, ela se agarrou na perna dele, para impedir a ação. Ziraldo o afastou ríspido, num gesto de medo e cuidado que, para a menina, pareceu rejeição.

Na mesma época, minha mãe foi chamada para depor na Aeronáutica, mas jamais foi retirada de casa à força, como Ziraldo, ou trancafiada numa solidária, sem deixar rastro de seu paradeiro. Dona Fernanda não foi assassinada numa sessão de tortura, como Rubens Paiva, embora tenha sofrido um atentado à bala, pouco antes da Abertura, suspeita-se que a mando do CCC, de São Paulo.

Eu e meu irmão sabíamos bem o que era censura, mas não fomos testemunhas diretas do sadismo e da violência de estado do regime autoritário, como os Pinto e os Paiva.

Um ano antes de “Ainda Estou Aqui”, Daniela dirigiu com Andrucha Waddington a série “Fim”, adaptação para o Globoplay do meu livro homônimo.

Nas inúmeras filmagens no São João Batista, notei que ela estudava com afinco a locação, esquadrinhando as ruas e lotes do cemitério. Daniela procurava um jazigo para o pai. Ao comentar que minha família tinha por hábito cremar e jogar as cinzas ao pé de uma árvore, Daniela me respondeu, com um sorriso irônico, que aquela não era uma opção. “Ziraldo jamais me perdoaria.”

Um ano e pouco depois, Ziraldo morreria e nos deixaria.

No mesmo São João Batista do "Fim", acompanhei o féretro de Ziraldo até uma transversal da alameda principal. O túmulo minimalista de mármore negro, de autoria de Daniela, lembrava uma escultura de Kiefer ou Rauschenberg.

Dora, sobrinha-neta do cartunista, puxou um "Besame Mucho" em homenagem ao amante latino, e o Menino Malucão de Caratinga, que me alfabetizou com "Flicts" e aos meus filhos, com o "ABZ", foi depositado em sua última morada, sob aplausos de amigos e familiares.

Ziraldo, como meu pai, sofreu de longa moléstia, e sua partida era esperada. Livre do corpo enfermo, a memória dele emergiu, com a potência de uma vida usufruída até o caríssimo. Ziraldo foi a alegria da resistência, do diabo de seu túmulo, localizado entre os de Carmen Miranda, Santos Dumont e Tom Jobim, pensei que talvez seja mesmo importante ter um local simbólico para manter viva a memória de quem insistente num Brasil humano, criativo e justo. Gente que sobreviveu às guerras quentes e frias, que parecem querer ressuscitar agora.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | **SEX. Djamila Ribeiro** | SÁB. Mario Sergio Conti |

PENSOU CRUZEIROS PELA EUROPA, PENSOU NORWEGIAN

*Não há melhor maneira de vivenciar o Mediterrâneo, as Ilhas Gregas
ou o Norte da Europa do que em um cruzeiro com a Norwegian.*

NORWEGIAN
CRUISE LINE®

ATENDIMENTO EXCLUSIVO: **(11) 3177-3139**
OU ACESSE O SITE: **WWW.NCL.COM.BR**

RESERVE HOJE
AS FÉRIAS DOS
SEUS SONHOS!

©2024 NCL Corporation Ltd. Ships' Registry: Bahamas and USA 1613210 03/24

Não há melhor maneira de vivenciar o Mediterrâneo, as Ilhas Gregas ou o Norte da Europa do que em um cruzeiro com a Norwegian.



**NORWEGIAN
CRUISE LINE®**



ATENDIMENTO EXCLUSIVO: (11) 3177-3139
OU ACESSE O SITE: WWW.NCL.COM.BR

RESERVE HOJE
AS FÉRIAS DOS
SEUS SONHOS!



©2024 NCL Corporation Ltd. Ships' Registry: Bahamas and USA 1613210 03/24

7 DIAS NO MEDITERRÂNEO:
 ITÁLIA E GRÉCIA DE
 ROMA (CIVITAVECCHIA), ITÁLIA
NORWEGIAN ESCAPE | OUT 24

The map shows a cruise route starting in Venice (Trieste), heading south to Split and Dubrovnik, then to Corfu, Messina, Naples, and Rome (Civitavecchia), before returning to Venice. The route is marked with a black line and arrows indicating the direction of travel.

7 DIAS NAS ILHAS GREGAS:
 SANTORINI, RODES E ISTAMBUL
 DE ATENAS (PIRAEUS), GRÉCIA
NORWEGIAN VIVA | JUL E AGO 25

The map shows a cruise route starting in Athens (Piraeus), heading to Santorini, Mykonos, Rhodes, Kusadasi, and Istanbul, before returning to Athens. The route is marked with a black line and arrows indicating the direction of travel.

10 DIAS NO NORTE DA EUROPA:
 ISLÂNDIA, NORUEGA E BÉLGICA
 DE REYKJÁVÍK, ISLÂNDIA
NORWEGIAN PRIMA | MAI, JUL E AGO 25

The map shows a cruise route starting in Reykjavik, Iceland, heading to Akureyri, Isafjord, Maloy, Alesund, Geiranger, Amsterdam, Brussels/Brujas (Zeebrugge), and London (Southampton), before returning to Reykjavik. The route is marked with a black line and arrows indicating the direction of travel.



7 DIAS NAS ILHAS GREGAS:
SANTORINI, RODES E ISTAMBUL
DE ATENAS (PIRAEUS), GRÉCIA



10 DIAS NO NORTE DA EUROPA:
ISLÂNDIA, NORUEGA E BÉLGICA
DE REYKJÁVÍK, ISLÂNDIA
NORWEGIAN PRIMA | MAI, JUL E AGO 25



ilustrada

Batalha de versões

Continuação da pág. C1

Ironicamente, “Guerra Civil” é um filme sobre jornalistas que dosa as informações que vai compartilhar com o espectador. Não sabemos se o presidente é democrata ou republicano, por exemplo, mas ouvimos que ele está num terceiro mandato, algo que não existe na Constituição americana.

“Recebemos pistas de que o cara é um fascista, mas eu acho que ligar esse personagem a figuras reais é um desserviço ao filme. Não há na trama uma agenda ideológica. E você sabe que eu sou uma pessoa que não tem medo de falar as coisas”, diz Moura, ao ser questionado sobre a proximidade do personagem com líderes que acirraram a era de polarização como Donald Trump e Jair Bolsonaro.

Ele deixa claro, no entanto, que “Guerra Civil” é um retrato de uma realidade que parece “assustadoramente próxima”, lembrando a invasão do Capitólio e os ataques de 8 de janeiro de 2023 em Brasília.

“A gente sabe muito bem o que é a polarização. O mundo todo sabe. E para os americanos o filme gera uma dissonância cognitiva, porque eles estão acostumados a ver essas cenas em filmes sobre guerras no Oriente Médio. Agora estão vendo em Washington”, diz sobre as explosões que tomam marcos do nacionalismo americano, como a Casa Branca.

Por trás dos discursos, “Guerra Civil” ainda pretende ser um blockbuster. Foi lançado nos Estados Unidos quebrando o recorde de bilheteria de estreia da A24, produtora queridinha do momento, e não economizou nos efeitos especiais —foram US\$ 50 mi-

lhões de orçamento, ou cerca de R\$ 262 milhões, dos quais metade já foi recuperada.

A trilha sonora energética e repleta de amostras do cançãoeiro americano —do rock e folk ao rap— trava sua própria batalha com os sons de tiros, hélices, sirenes e gritos, ensurdecedores justamente para que o espectador tenha uma experiência imersiva. No set, também, a ideia era que os atores entrassem no conflito, e por isso os efeitos sonoros eram reproduzidos num volume próximo ao da versão final.

Tudo em “Guerra Civil” é hiperbólico, narrativa ou tecnicamente. Afeito a tramas distópicas, o diretor-roteirista Alex Garland, de “Ex Machina” e “Aniquilação”, elevou a catástrofe de seu cinema à máxima potência, combinando um filme inegavelmente político à pipoca das salas comerciais.

“Esse desejo sempre esteve no roteiro, porque o Alex é, antes de tudo, um escritor. Eu tinha dúvidas de como ele conseguiria lidar com temas tão delicados enquanto criava um filme tão ancorado em cenas de ação, em entretenimento. Mas está tudo lá”, diz Spaeny.

“Guerra Civil” faz discursos reconhecíveis para qualquer americano em 2024 —e para qualquer brasileiro. O filme mostra cidadãos de bem e leais à bandeira, e há um sequestro dos símbolos nacionais.

Seu terço final, narrado mais pelas fotografias feitas por Lee e Jessie do que por diálogos, evoca ainda “Apocalypse Now”, registrando o alvorecer dos helicópteros barulhentos que cruzam o céu de uma nação em ruínas. Como as fotografias delas, são imagens que encham os olhos e perturbam.

Filme mata premissa com sequências de violência selvagem

CINEMA
Guerra Civil
★★★★★
EUA, Reino Unido, 2024. Dir.: Alex Garland. Com: Wagner Moura, Kirsten Dunst e Cailee Spaeny. 18 anos. Nos cinemas

Inácio Araujo

É difícil dizer se “Guerra Civil” pretende tirar partido de uma era em que guerras civis parecem prontas a estourar ou se pretende apenas fazer uma exibição massiva de violência.

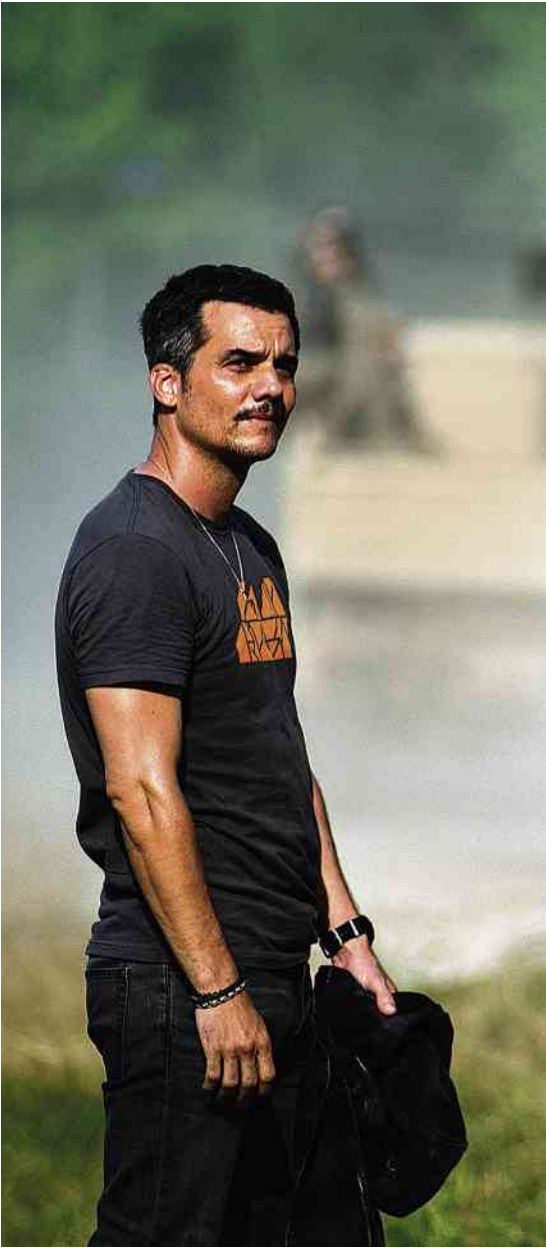
No primeiro caso, temos um filme atual, em que inúmeras facções rebeldes parecem ter um só objetivo: matar o presidente da República. No segundo, temos imagens familiares de carros fugindo desesperados, acampamentos de desabrigados, cidades desertas.

O que particulariza a empreitada é o acréscimo de um grupo de correspondentes de guerra. A fotógrafa Lee e o repórter Joel, a que vêm se juntar o simpático Sammy, veterano correspondente de guerra, e a jovem e intrépida Jessie.

Jessie é grande fã de Lee. Só que ser fã não ajuda muito no meio de uma guerra. Muito menos de Lee, que carrega nos ombros o desgosto com o andamento das coisas nos EUA.

Os profissionais têm que chegar à capital do país. Jessie junta-se meio que de contrabando ao grupo, que dá carona a Sammy. Ela pretende ir até a Carolina do Norte.

Eles passarão por todos os tipos de atrocidades, carnifi-



O ator Wagner Moura em cena de ‘Guerra Civil’ Divulgação

cinas ferozes, enforcamentos. Jessie está pronta a correr riscos que seriam maiores caso Joel não estivesse a postos.

A estrutura da trama diz respeito a encontros geracionais. Uma terceira geração entra com Sammy. Ele é quem melhor representa a figura paterna e compensa o que não tem de agilidade —sem contar o tratamento carinhoso que dispensa aos outros da turma.

Não é um mau grupo. E correspondente de guerra é uma atividade pouco explorada e dramaticamente interessante.

O problema é o resto, que o filme preenche com cenas de violência em geral selvagem e com nenhuma relação com os heróis da história. Uma parece bem-sucedida num todo pouco interessante —aquela em campo aberto em que um soldado demente se dispõe a executar quem não lhe pareça americano o bastante.

Outra fracassa —a visita a uma cidade que pretende viver como se a guerra não existisse. Deve haver a sugestão de certos comportamentos pacifistas radicais, mas o efeito é nulo. Do estranhamento da situação fica a percepção de que a cena não tem nada a ver com nada.

Por fim, “Guerra Civil” sugere a inusitada dessacralização do cargo de presidente dos EUA. Uma rebelião de tais dimensões contra o governo (talvez o erro tenha sido desativar o FBI, sugere alguém) chama a atenção para divisões internas inéditas.

Sabe-se que lá as divisões internas são profundas e nem tão facilmente explicáveis. O filme não avança nessa direção. Prefere fixar-se na atividade dos jornalistas e, por conseguinte, também neste caminho não avança.

Dá para ver? Dá. Leva-se alguma coisa do que se viu? Não que eu tenha notado.

O pior da TV infantil

Assédio sexual de crianças é tema de série sobre o Nickelodeon e de filme sobre o príncipe Andrew

Mauricio Stycer

Jornalista e crítico de TV, autor de ‘Topa Tudo por Dinheiro’ e ‘O Homem do Sapato Branco’. É mestre em sociologia pela USP

Adultos que passavam os olhos pela programação infantil das TVs nas décadas de 1980 e 1990 inevitavelmente ficavam com um pé atrás. Não era necessário grande esforço para perceber o excesso de estímulos ao consumo e à erotização precoce, as piadas de duplo sentido e a cretinice das letras das músicas.

Por isso, chega a causar até um certo enfado ver só agora uma série documental que se intitula “O Lado Sombrio da TV Infantil”. Demorou. Criado pelo canal Investigation Discovery e lançado em março nos Estados Unidos, o programa se dedica a mostrar tudo que havia de pior nos bastidores do Nickelodeon, um dos principais veículos infantis da TV americana.

Disponível desde o início desta semana no Brasil, na plataforma Max, a série em cinco episódios mistura denúncias gravíssimas de assédio sexual com histórias de abuso moral e maus tratos no ambiente de trabalho.

Num tom popular, que lembra reportagens de denúncia do Fantástico e do Domingo Espetacular, o programa enfileira depoimentos em tom solene de gente que trabalhou, à frente e atrás das câmeras, no canal infantil do grupo Paramount. Para atenuar a sensação de repetição, as falas são cobertas por vídeos e fotografias de época, que eventualmente têm

relação com as denúncias.

O caso mais grave e chocante é relatado pelo ator e cantor Drake Bell. Astro infantil no início dos anos 2000, ele revela em detalhes o repetido assédio sexual que sofreu de um assistente de produção que o ajudava nas gravações.

Num julgamento em que o nome do jovem não foi mencionado, para protegê-lo, Brian Peck foi condenado a 16 meses de prisão. No seu melhor momento, “O Lado Sombrio da TV Infantil” torna público os nomes de figuras conhecidas de Hollywood, incluindo atores, que enviaram cartas para o tribunal com depoimentos em apoio a Peck.

Os casos relatados na série tiveram enorme repercussão nos Estados Unidos e estão despertando interesse no Brasil, como seria de se esperar. Por aqui, a programação infantil praticamente desapareceu da TV aberta e está em queda na TV por assinatura.

Canais que por muito tempo foram líderes de audiência, como Cartoon Network, Gloob, Discovery Kids e o próprio Nickelodeon, hoje exibem números bem mais modestos, afetados pela concorrência de plataformas digitais como YouTube, Netflix e TikTok, entre outros.

Os temas levantados por “O Lado Sombrio da TV Infantil” ainda aguardam a realização de um documentário de peso no Brasil. É ver-

dade que “A Superfantástica História do Balão”, de Tatiana Issa e Guto Barra, disponível no Star+, resvala em alguns destes problemas, mas não se aprofunda. Por aqui, de uma maneira geral, quando se lembra de crianças na TV, a evocação é feita em tom de nostalgia e de complacência.

Mudando de assunto, mas não muito, recomendo também “A Grande Entrevista”, um filme de ficção que reconstitui a desastrosa entrevista que o príncipe Andrew, da família real britânica, deu ao programa “Newsnight”, da BBC, em 2019.

Amigo de Jeffrey Epstein e acusado ele próprio de assediar sexualmente uma jovem de 17 anos, Andrew foi convencido a dar a entrevista para apresentar a sua versão da história e atenuar o embargo que provocou para a sua família.

O filme, disponível na Netflix, é centrado no esforço de persuasão da produtora Sam McAlister, vivida por Billie Piper, e na habilidade da condutora da entrevista, Emily Maitlis, papel de Gillian Anderson.

Incapaz de demonstrar remorso ou qualquer afeição pela vítima do assédio, Andrew gagueja em inúmeras respostas e faz comentários bizarros, por exemplo, sobre a sua dificuldade de suar. Em consequência da entrevista, foi afastado das funções na família real. O filme é uma aula sobre bom jornalismo.

FRONTEIRAS²⁴
DO PENSAMENTO

Ideias inspiradoras
para um mundo em evolução

VENHA ESCUTAR
A FILÓSOFA
FRANCESCA QUE
VENDEU MILHÕES
DE LIVROS

MURIEL
BARBERY

> 63/86

+5 ENCONTROS
IMPERDÍVEIS:

De maio a outubro,
no Teatro B32

Stuart RUSSELL ▶ 02/05 Anna LEMBKE ▶ 16/09
Nouriel ROUBINI ▶ 05/08 Simon S. MONTEFIORE ▶ 28/10
Yascha MOUNK ▶ 08/07

ASSINANTE
FOLHA TEM
45%
DESCONTO

INFORMAÇÕES: 01 33 0070 1592
www.folha.com.br

Apresentação

Patrocínio

Patrocínio Acadêmico

Parceria Empresarial

Talento brasileiro ganha destaque em filmes e séries feitos no exterior

Superproduções como ‘Guerra Civil’ e diretores autorais recorrem cada vez mais a nomes como Alice e Sonia Braga

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Wagner Moura mora há seis anos nos Estados Unidos e, nesse tempo, ocupou o papel do latino-americano em diversas produções estrangeiras, como “Narcos”. “Guerra Civil”, que estreia nesta semana, serve como uma espécie de virada. Não apenas por ele ser o protagonista de um dos blockbusters mais aguardados do ano, mas porque em determinado momento ele diz, em alto e bom som, “eu sou americano”. Nascido em Salvador, o ator não está no filme ocupando uma cota latina politicamente correta, mas como um membro qualquer do elenco. É algo que Alice Braga também testemunha há alguns anos e que repetirá com “Matéria Escura”, superprodução de suspense e ficção científica do Apple TV+ que estreia em maio. “É um movimento que mostra muito sobre o nosso talento. Mostra que a gente tem muito ator bom. Temos uma indústria aqui”, afirma Moura. “Eu acredito que Hollywood

está passando por um momento muito bonito de exposição para talentos latino-americanos, então, enquanto brasileiros e portanto latinos, temos que abraçar isso. Somos uma nação muito incrível, com uma cultura muito poderosa e muito potente. A indústria está aberta para isso agora”, diz ainda Braga. A virada do mês de abril para maio, curiosamente, marca um momento de destaque para os brasileiros em produções estrangeiras. É como o ápice de um movimento que se engrandece há anos, desde o surfista gato e mudo de Rodrigo Santoro em “As Panteras”, mas que agora parece atingir um nível de maturidade. Especialmente porque produtores e diretores estrangeiros estão vendo os brasileiros como reforço na mão de obra anglófona com a qual já estão habituados a trabalhar. Tia de Alice, Sonia Braga também reforçou a tese como uma freira italiana no terror “A Primeira Profecia”, uma das principais apostas do gênero no ano. Nos bastidores, ainda nes-



De cima para baixo, Alice Braga na série ‘Matéria Escura’, da Apple TV+, Carol Duarte na produção italiana ‘La Chimera’ e Sonia Braga no terror ‘A Primeira Profecia’

Fotos Divulgação

te mês, Fernando Meirelles assumiu a direção de episódios de “Sugar”, do Apple TV+, e “O Simpatizante”, da HBO. “Isso diz muito sobre o mundo hoje, sobretudo com as plataformas de streaming. Os talentos circulam rapidamente”, diz Wagner Moura, que se prepara para dirigir seu primeiro filme nos Estados Unidos, “Last Night at the Lobster”. A lista se juntam Gabriel Leone em “Ferrari”, de Michael Mann, e Sophie Charlotte em “O Assassino”, de David Fincher. Marco Pigossi recentemente enfrentou super-heróis na série “Gen V” e no mês passado exibiu no South by Southwest o drama “High Tide”, dirigido por seu marido, o italiano Marco Calvani. Também foi na Itália que surgiu o primeiro trabalho estrangeiro de Carol Duarte, que apresentou no Festival de Cannes do ano passado “La Chimera”, da diretora Alice Rohrwacher. “Somos atores que dão conta de todo tipo de material”, diz ela. Seu filme estreia na semana que vem. As raízes latinas ainda são reforçadas dentro das próprias narrativas, no caso da série espanhola “Elite”, com André Lamoglia no elenco, e em “Música”, filme estrelado por Camila Mendes e Rudy Mancuso, americanos com pais brasileiros. Carol Duarte, no entanto, faz uma ressalva. “A qualidade do que é produzido aqui não está abaixo. A gente pode achar que o que é produzido fora é mais importante, e isso é fruto de uma colonização que funda a nossa história, mas a gente vem fazendo um cinema relevante para o mundo há muito tempo”, afirma. Tanto que Wagner Moura, antes de voltar aos EUA, vai gravar em Recife o próximo filme de Kleber Mendonça Filho.

Disney

O REI LEÃO

Dinsey

O ESPETÁCULO DE UMA VIDA!

FINAL DE TEMPORADA





PREÇOS A PARTIR DE		
SETORES	MEIA	INTEIRA
BALCÃO ECONOMY	65	130
BALCÃO VIP	85	170
CAMAROTE PREMIUM	115	230
PLATEIA GOLD	120	240
PLATEIA VIP	185	370

PATROCÍNIO

APOIO

PARCEIROS DE MÍDIA

REALIZAÇÃO

EMS

KMV

uol

91.3

alpha

etv

NEOON

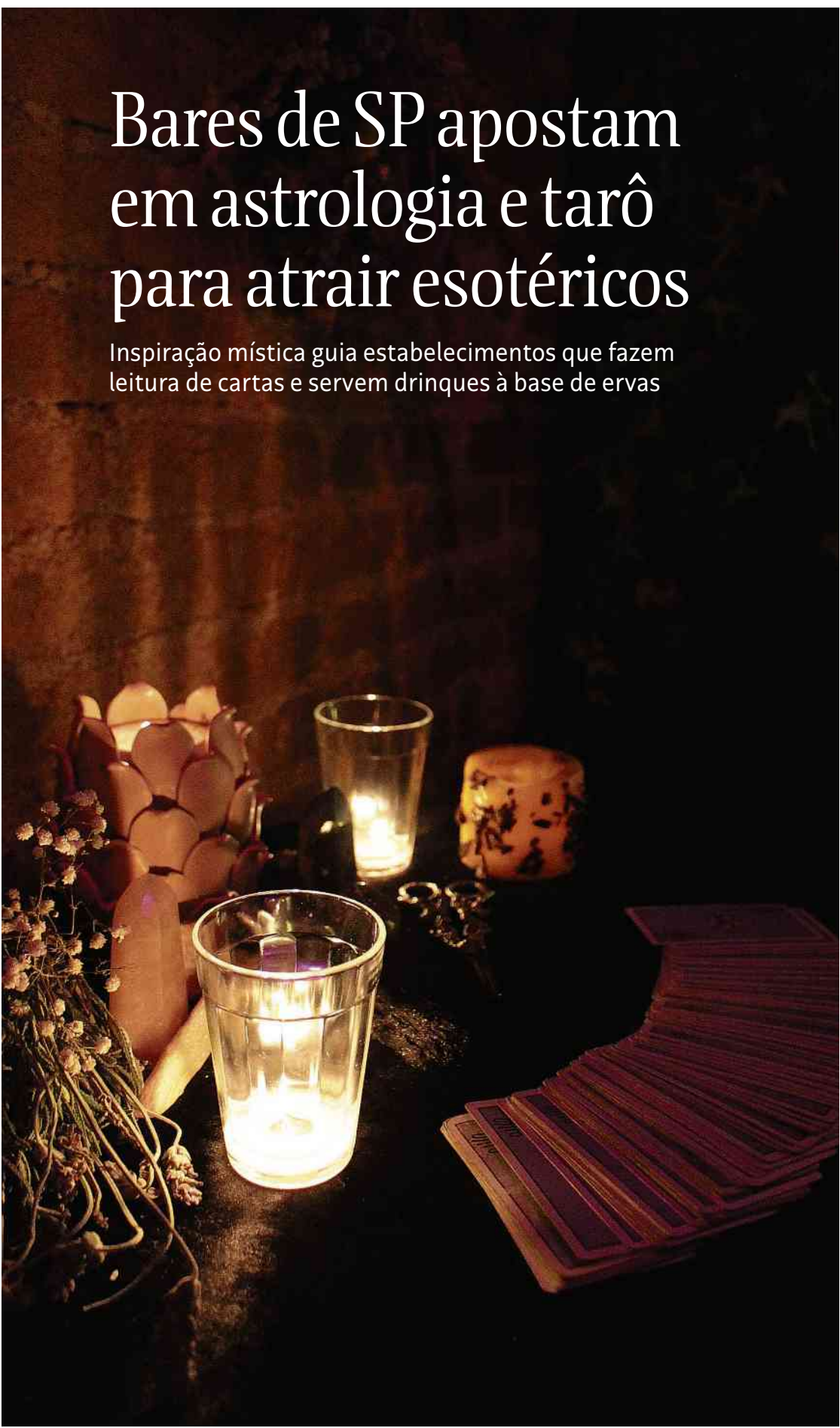
T4F

EM CARTAZ NO TEATRO RENAULT - SP

VENDAS EM TICKETSFORFUN.COM.BR

Bares de SP apostam em astrologia e tarô para atrair esotéricos

Inspiração mística guia estabelecimentos que fazem leitura de cartas e servem drinks à base de ervas



Velas e cartas de tarô em ambiente da Casa Lúpulo, no centro de São Paulo Anderson Diniz/ Divulgação

Isabela Faggiani

SÃO PAULO Tetê Espíndola gravou “Escrito nas Estrelas” em 1985 e, quase 40 anos depois, os versos “casos do acaso bem marcado em cartas de tarô” viraram sucesso entre os jovens na voz da sertaneja Lauana Prado. O retorno da canção resume o interesse dos millennials e da geração Z por esoterismo e misticismo. Em São Paulo, bares, restaurantes e museus aderiram ao tema. Há lugares que inclui-

ram o esoterismo no cardápio, enquanto outros têm a bruxaria como mote principal. Veja opções de estabelecimentos místicos na cidade.

*

O Alquimista

Aberto em fevereiro, o bar é inspirado no mundo da magia e do misticismo. A decoração conta com quadros de bruxos nas paredes. Os comes e bebes são servidos em mesas decoradas com símbolos

alquímicos, de runas e signos do horóscopo. Os drinks seguem a temática do estabelecimento, como o abracadabra (R\$ 35), que mistura uísques Jack Daniel’s Fire e Jack Daniel’s Apple, schrub de abóbora, mix de xarope de maçã e suco de limão-siciliano. Além disso, o bartender prepara bebidas de acordo com o signo dos clientes em um ambiente chamado sala do alquimista. Qui. a sáb., das 19h às 2h. Rua Mourato Coelho, 1.008, Vila Madalena. Instagram @oalquimistabar

Casa Lúpulo

A pequena casa no centro de São Paulo, com luz baixa e amarelada, junta as duas paixões da proprietária, Juliana Bernardo: tarô e cervejas artesanais. No bar, é possível escolher diferentes estilos, como pilsen, IPAs e suas versões ou sours, em chope ou lata. As opções de comida são poucas, mas vale mencionar o queijo coalho assado (R\$ 14,90), que vem acompanhado de geleia de pimenta. Clientes também têm direito à leitura de

um arcano (uma carta de tarô) de cortesia. Interessados em consultas mais aprofundadas podem reservar horário para sessões de dez minutos (R\$ 60), 20 minutos (R\$ 100) ou 30 minutos (R\$ 150). Ter. a qui., das 18h às 23h; sex. e sáb., das 18h à 00h. Rua Major Sertório, 282, Vila Buarque. Instagram @casalupulosp

Casa Meio do Céu

Localizado no bairro da Bela Vista, o castelinho azul oferece almoços todos os dias da semana em um ambiente aconchegante, com pratos que variam de R\$ 42 a R\$ 55. A programação semanal é divulgada nas redes sociais e conta com uma atração musical, geralmente aos sábados. O local também promove eventos como a Sexta Astro-lógica, que é um encontro entre astrólogos. Na laje da casa há o Bar Bruxaria que, além de drinks convencionais, serve bebidas baseadas no poder das plantas e das ervas. A casa ainda conta com uma lojinha que vende itens esotéricos, como pedras de energia, velas e baralhos de tarô. Ter. a sex. e dom., das 11h às 16h; sáb., das 13h às 23h. Rua dos Franceses, 258, Bela Vista. Instagram @casameiodoceu

Mantra

O bar, aberto em janeiro, tem três ambientes e é decorado com símbolos que representam os quatro elementos (terra, ar, água e fogo), quadros de yin e yang e nomes de signos do zodiaco. No cardápio, os lanches levam o nome de mantras, como o ho’oponopono (R\$ 34,90), que é feito com pão, carne, queijo cheddar, bacon e maionese. Entusiastas do horóscopo também podem pedir um drink baseado em seu signo (R\$ 34,90). O de Áries, por exemplo, é preparado com rum, vodca, morango, maracujá, pimenta e espuma de gengibre. Aos sábados, clientes podem aproveitar uma feijoada com música ao vivo. Qua. e qui., das 17h às 00h; sex., das 18h às 2h; sáb., das 13h às 2h; e dom., das 16h à 00h. Rua Augusta, 538, Consolação. Instagram @mantrabar.sp

Museu Brasileiro de Magia e Bruxaria

O sobrado localizado em uma rua de pedras no bairro da Vila Mariana, na zona sul da cidade, é a porta de entrada para quem quer aprender mais sobre elementos místicos, magia e bruxaria. Aqueles que desejam adquirir conhecimento além do seu mapa astral podem visitar o museu e ver artefatos mágicos históricos, como as primeiras edições de livros da bruxaria tida como moderna, aprender mais informações sobre nomes importantes na história da caça às bruxas e até ver a reprodução do local de trabalho de uma feiteiceira. Há ainda uma sala de exposição itinerante que, até março de 2025, mostra a história do surgimento do tarô. O espaço, idealizado pelo autointitulado bruxo Claudiney Prieto, também conta com uma loja wicca e o Santuário da Grande Mãe, templo da religião wicca. Toda quinta e sexta-feira há leitura de cartas de tarô. De qua. a dom., das 11h às 19h. Rua Dr. Fabrício Vampré, 259, Vila Mariana. Instagram @museudebruxaria

ESTREIAS DE CINEMA

Abigail

Um grupo de criminosos é contratado para sequestrar uma menina de 12 anos. Trancados com ela, eles começam a desaparecer. Abigail. Estados Unidos, 2024. Dir.: Matt Bettinelli-Olpin e Tyler Gillett. Com: Dan Stevens, Melissa Barrera e Alisha Weir. Classificação não informada

Uma Baía

Premiado no Festival do Rio em 2021, o documentário acompanha diferentes histórias que giram entorno da baía de Guanabara. Brasil, 2021. Dir.: Murilo Salles. Livre

E a Festa Continua

Rosa começa a perder o encanto pela vida conforme se aproxima da aposentadoria, até que conhece Henri. Et la Fête Continue!. França, 2024. Dir.: Robert Guédiguian. Com: Ariane Ascaride, Gérard Meylan e Jean-Pierre Darroussin. 12 anos

Guerra Civil

★★★★★

Kirsten Dunst e Wagner Moura interpretam jornalistas que viajam pelos Estados Unidos registrando o cenário de uma guerra civil. No caminho, uma fotógrafa se junta a eles na jornada até a capital do país. Civil War. Estados Unidos, 2024. Dir.: Alex Garland. Com: Kirsten Dunst, Wagner Moura e Cailee Spaeny. 18 anos

Jorge da Capadócia

Jorge é condecorado como capitão do exército quando o imperador Diocleciano inicia uma perseguição aos cristãos. O militar precisará escolher entre a fé e o Império Romano. Brasil, 2024. Dir.: Alexandre Machafer. Com: Roberto Borntempo, Alexandre Machafer e Cyria Coentro. 16 anos

José Aparecido De Oliveira - O Maior Mineiro Do Mundo

O documentário retrata a vida política do ex-governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira. Brasil, 2019. Direção: Gustavo Brandão e Mário Lúcio Brandão Filho. 10 anos

As Linhas Da Minha Mão

★★★★★

No documentário, a artista Viviane de Cássia Ferreira fala sobre a vida, seu trabalho e reflete sobre a intersecção entre arte e loucura. Brasil, 2023. Dir.: João Dumans. 14 anos

Sem Coração

★★★★★

Tamara aproveita suas últimas semanas na vila onde mora, quando ouve falar de uma adolescente apelidada de “sem coração”. A jovem passa a sentir atração por essa menina misteriosa. Participou do Festival de Veneza e da Mostra de Cinema de São Paulo. Brasil, 2023. Direção: Nara Normande e Tião. Com: Eduarda Samara, Maya de Vicq e Alaylson Emanuel. 16 anos

Vidente Por Acidente

A comédia nacional acompanha Ulisses, um arquiteto que passa por uma crise profissional. Quando busca a ajuda de uma coach, ele toma um chá que lhe confere o poder de ver a vocação das pessoas com apenas um toque. Brasil, 2023. Dir.: Rodrigo Van Der Put. Com: Evelyn Castro, Jamilly Mariano e Otaviano Costa. 10 anos

Zona de Exclusão

Acompanha uma família de refugiados sírios, um professor e um guarda, em meio à recente crise humanitária de Belarus. Selecionado para o Festival de Veneza de 2023. Zielona Granica. Polônia, França, República Tcheca, Bélgica, 2023. Dir.: Agnieszka Holland. Com: Jalal Altawil, Maja Ostaszewska e Behi Djanati Atai. 16 anos

Howm serve waffles pela manhã e reabre à noite para drinks

Natalia Nora

SÃO PAULO A cadeia de hotéis de origem israelense Selina inaugurou a primeira unidade brasileira do Howm —sua rede global de restaurantes— em São Paulo, na unidade Aurora, no centro da capital. O cardápio oferece café da manhã a partir das 7h, passando para bowls, pratos principais e hambúrgueres até as 15h. Depois, reabre para drinks a partir das 19h e até 3h. Para começar o dia é possí-

vel escolher itens como café, pão de queijo (R\$ 21) e waffles (a partir de R\$ 27) separadamente, ou pratos combinados com bebidas (R\$ 38). O combo que leva o nome do hotel é composto por uma torrada de fermentação natural, ovos mexidos, salada de frutas e bolo, acompanhados de suco e café. Das 12h às 15h, as opções incluem o clássico prato feito, nas versões tradicional e vegetariana, risoto de cogumelos, estrogonofe de frango ou cogumelos, espaguete à car-

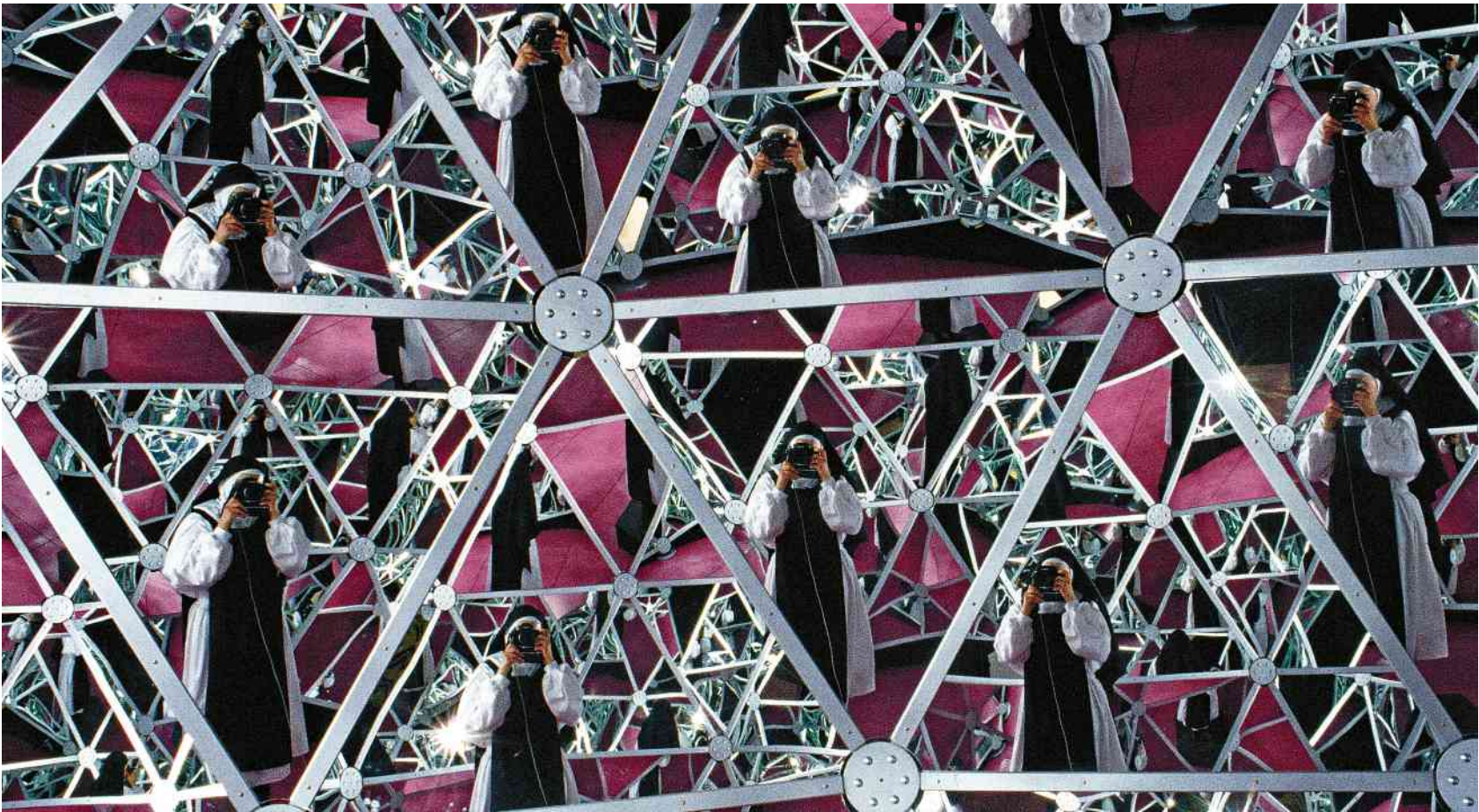


Waffles servidos no Howm Divulgação

bonara e bife à parmegiana, todos os pratos saem a R\$ 39. Às quartas-feiras e aos sábados é possível pedir uma feijoada no Howm por R\$ 48. Depois de uma pausa no atendimento, o local volta a receber clientes para servir bebidas sem álcool, cervejas e drinks clássicos como caipirinha (R\$ 25) e aperol spritz (R\$ 31).

Howm

Av. Vieira de Carvalho, 99, República. Seg. a dom., das 7h às 15h e das 19h às 3h. Instagram @howmaurora



'Dalídom', sala de espelhos criada por Salvador Dalí, em exposição no parque Luna Luna, em Los Angeles

Fernanda Ezabella/Folhapress

Parque Luna Luna, nos EUA, tem roda-gigante de Basquiat

Em Los Angeles, atração expõe brinquedos temáticos criados por artistas

Fernanda Ezabella

LOS ANGELES Imagine subir numa roda-gigante criada por Jean-Michel Basquiat ao som de Miles Davis, andar num carrusel pintado por Keith Haring e entrar numa sala de espelhos desenhada por Salvador Dalí. Um parque de diversão das artes, que ainda tinha atrações de David Hockney, Roy Lichtenstein e outros 30 artistas, existiu de verdade na cidade alemã de Hamburgo em 1987, mas se perdeu na história, numa montanha-russa de litígios de mais de 30 anos. Em vez de rodar o mundo, os trabalhos do parque Luna Luna acabaram desmontados em dezenas de contêineres e esquecidos num galpão no interior do Texas. Até que em janeiro de 2022 um grupo de investidores resolveu pagar milhões dólares para ver o que tinha dentro. O conteúdo surpreendeu a turma, que conta com o rapper Drake e sua empresa Dream-Crew. Obras de alguns dos

artistas mais famosos do século 20 estavam lá em relativo bom estado, além de diversos produtos de divulgação, como cartazes, camisetas e sacolinhas de plástico. “Cada atração levou um pequeno exército para ser montada”, disse à reportagem a diretora curatorial Lumi Tan, parte do time que trouxe o Luna Luna de volta. “Temos uma equipe incrível responsável não só pelo manuseio dos trabalhos, mas também pela instalação. Eles ficaram mais de um ano cuidando deles, reconstruindo um por um, peça por peça, assim que saíram dos contêineres.” Mas o que era brinquedo no parque alemão a céu aberto agora virou objeto de arte num galpão em Los Angeles. Luna Luna fica aberto até 12 de maio no Ace Mission Studios, ao lado do novo viaduto da Sixth Street, em Boyle Heights. Depois, viaja pelo país, em cidades que serão anunciadas em breve. Os ingressos variam de US\$ 38 a US\$ 85

(R\$ 198 e R\$ 443), e aquelas camisetas de 1987 também estão à venda, com desenhos de Lichtenstein e Haring (entre US\$ 250 e US\$ 500). “Não é apenas o primeiro parque de diversões artístico do mundo, mas é também o único. Luna Luna evoca aquela velha ideia de tornar arte acessível”, disse Tan. “As ambições dos artistas de hoje vão além dos espaços tradicionais dos museus; este é o momento perfeito para compartilhar este evento histórico e inspirar uma nova geração.” O esforço de conservação buscou refletir a utilização dessas obras tal como ela era feita nos anos 1980, e não reformá-los para atender às novas exigências, o que significa que nem todos os brinquedos podem ser usados. Embora seja frustrante não poder andar na roda-gigante e no carrusel, é compreensível já que as normas de segurança evoluíram muito desde os anos 1980, sem contar os valores astronômicos das



obras dos artistas envolvidos. Ainda assim, a exposição é uma viagem no tempo. Os brinquedos ainda funcionam e são ligados diversas vezes ao dia. Artistas circulam fantasiados pela exposição, tentando recriar o clima circense do parque original. E há amplo registro audiovisual que mostra crianças e adultos se divertindo nas atrações num dia ensolarado de 1987. André Heller, um cantor popstar da Áustria dos anos 1970, foi o inventor do Luna Luna, mas perdeu os direitos sobre o parque após alguns litígios, dívidas e escândalos. Heller diz que o nome vem dos pequenos parques de diversão da época, chamados de “luna”. Com patrocínio de US\$ 350 mil de uma revista alemã, ele viajou o mundo para convencer seus artistas favoritos. Foi assim que chegou a Basquiat, apresentado por Andy Warhol. A roda-gigante de Basquiat é decorada com a bunda de um babuíno. As cadeirinhas são brancas e trazem temas recorrentes de suas obras, como violência e racismo —grafitado num painel está o nome “Jim Crow”, referência às leis de segregação racial nos EUA. Ele só topou participar do parque quando conseguiu autorização para contar com uma música de Miles Davis, “Tutu”. Outro músico famoso no Luna Luna é Philip Glass, que deu uma composição para o trabalho de Lichtenstein, uma

caixa imersiva com um labirinto espelhado e mal iluminado, pelo qual os visitantes podiam se perder. Agora só é possível ver as pinturas de Lichtenstein no lado de fora da caixa e imaginar a bagunça do labirinto ao som de Glass. Mas a sala de espelhos de Dalí, chamada “Dalídom”, está aberta para quem pagar o ingresso mais caro. A experiência não é lá tão surrealista e lembra as instalações imersivas de Yayoi Kusama. Um fotógrafo está a postos para registrar o momento. O ingresso premium inclui entrada na atração de Hockney, um pavilhão de madeira inspirado no cenário que ele fez para uma ópera de Stravinsky em Nova York em 1981. Há trabalhos mais curiosos de artistas menos conhecidos, embora de gosto duvidoso, como o “Palácio dos Ventos”, formulado pelo próprio Heller e por Walter Navratil. É um teatro cuja fachada foi desenhada pelo cartunista austríaco Manfred Deix. É preciso olhar com atenção para perceber que os personagens pintados estão soltando gases. Já no palco, artistas soltam pum em microfones acompanhando um homem ao violino. Mas não se preocupe, nada disso acontece mais ao vivo. São registros em vídeo de uma época muito louca.

Luna Luna
1.601 E, 6th St, Los Angeles. Ingressos: US\$ 38 a US\$ 85. @Lunaluna

Ela largou a carreira para viajar

O que seria uma volta ao mundo virou estilo de vida de ex-bancária

Robson Jesus

Viajante, quer ser o homem mais rápido a visitar todos os países do mundo

Nascida e criada em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, em uma família simples que nunca tinha viajado, Ludmilla Correia se formou em administração e foi gerente bancária por meia década. Há um ano, deixou a carreira tradicional para se tornar nômade digital. Abaixo segue relato de sua experiência na transição de carreira.

*

Diferente de muitos dos meus amigos nômades de hoje, eu não tinha um grande sonho de

viajar quando era pequena. Viajar não era parte da rotina da minha família. Como a maioria das pessoas, meus pais acreditavam que viajar era muito caro. Meu grande sonho era ter um bom emprego, pois esse era o modelo de sucesso no qual minha família acreditava. Quando estava na faculdade, busquei um emprego que me fizesse chegar a uma posição confortável. Consegui um estágio em um banco e, desde então, comecei a me programar para viver uma vida tradicional. Me formei, fiz

pós-graduação, comprei um carro. Até me programei para casar, mas o fim do relacionamento me fez pensar melhor e recalcular a rota. Foi aí que me lembrei de um grande sonho: conhecer o México. Eu sempre adorei a cultura mexicana. Andava por ruas e mais ruas do país usando o Google Street View, imaginando se um dia eu iria visitá-las. Ainda que viver aquilo parecesse não caber na minha realidade, o término do relacionamento me levou a decidir que, nas minhas próximas férias, eu

faria minha primeira viagem de avião. Para o México. Uma ótima maneira de recomeçar. Chegando lá, descobri um mundo de possibilidades. Fiquei em um hostel com mais 15 pessoas no quarto e conheci a história de cada um delas, a maioria mochileiros. Aquilo ali não parecia fazer nenhum sentido pra mim. Como era possível deixar sua vida para ficar viajando? Mal sabia que aquilo era um grãozinho de areia que estava começando a encher o potinho do meu sonho nômade.

Era tudo muito novo. Ali, eu soube que queria ser nômade. Mas qual seria o meu trabalho? Eram muitas perguntas e nenhuma ideia de por onde começar. Mas os cinco anos na gerência do banco, vendendo cartões de crédito e seus benefícios, se mostraram um bom ponto de partida: eu já tinha, de largada, todo um conhecimento sobre programas de milhagem e planejamento de viagens. Ao compartilhar meu sonho com um colega de trabalho da época, ele me deu a ideia de compartilhar todo esse conhecimento na internet, inclusive se colocando à disposição para gravar os vídeos. Anotamos várias ideias num papel, e até demos boas risadas quando o trocadilho Ludmilhas surgiu —no final, um ótimo nome que acabei adotando. Estava lançado o meu primeiro curso. Depois de um tempo, vi que eu estava conseguindo passar

meu conhecimento adiante. As pessoas estavam realmente alcançando bons resultados. E, desde então, lá se foi um ano vivendo como nômade digital. Nesse tempo, morei em 14 países, aprendi muito e pude ensinar sobre o que eu amo fazer. Obviamente, nem tudo são flores. Já passei por momentos bem ruins, como ficar presa em Israel quando a guerra começou ou ser furtada na Europa. Mas o saldo é, tranquilamente, muito mais positivo do que negativo. Tenho liberdade de tempo e escolha, e consigo conhecer e viver em cada cultura sem pressa de conhecer todos os pontos turísticos. O que era para ser uma volta ao mundo acabou se tornando um estilo de vida. Algumas pessoas me perguntam quando essa volta ao mundo deve terminar. Sinceramente, respondendo que não sei. Viver assim é bom demais.

Decisão do TCU sobre abono pode gerar pressão de R\$ 27,9 bi no Orçamento

Tribunal determinou pagamento do benefício no 1º ano após o período trabalhado, não no 2º ano

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA Uma decisão do TCU (Tribunal de Contas da União) para regularizar o calendário de pagamento do abono salarial pode gerar uma pressão de pelo menos R\$ 27,9 bilhões no Orçamento.

A corte de contas expediu uma determinação para que o Executivo pague o benefício no ano seguinte à aquisição do direito pelo trabalhador —se ele atuou com carteira assinada em 2023, por exemplo, o repasse deveria ser feito em 2024. Hoje, o desembolso ocorre no segundo ano (no caso do exemplo, 2025).

A ordem da corte de contas significa, na prática, que o governo pode ter de pagar, em um único ano, o equivalente a duas folhas de abono salarial, programa que tem custo estimado em R\$ 27,9 bilhões neste ano e R\$ 30,6 bilhões no próximo ano.

O abono é uma espécie de 14º salário pago a trabalhadores com carteira assinada que ganham até dois salários mínimos (o equivalente hoje a R\$ 2.824 mensais).

O tribunal não especificou em qual exercício o governo precisa atender à determinação, mas o TCU costuma fazer o acompanhamento anual dessas medidas. Eventual descumprimento pode gerar motivos de ressalva na análise das contas do presidente da República.

A decisão pegou a equipe econômica de surpresa, uma vez que não há espaço no arcabouço fiscal para acomodar o gasto extra, que já é chamado de “bomba fiscal” nos bastidores. O Executivo deve apresentar recurso pedindo que o plenário da corte de contas reexamine a questão.

Procurado, o Ministério do Planejamento e Orçamento disse que as áreas técnicas da pasta “estão avaliando os possíveis impactos da referida decisão no Orçamento, bem como as medidas pertinentes a serem tomadas”. Os ministros da Fazenda e do Trabalho não se manifestaram até a publicação deste texto.

A decisão sobre o abono tem como pano de fundo uma mudança na regra de pagamento do benefício feita em 2021. A alteração ajudou o governo Jair Bolsonaro (PL) a liberar um espaço de R\$ 7,4 bilhões para negociar emendas parlamentares e expandir gastos um ano antes de tentar a reeleição.

Na época, o calendário de pagamento era dividido: metade no ano seguinte ao reconhecimento do direito, metade no segundo ano. Isso rachava o empenho da despesa, permitindo ao governo reconhecer um direito sem reser-



O ministro Fernando Haddad durante evento em Washington Diogo Zacarias/Divulgação/Fazenda

var espaço no Orçamento para honrá-lo.

O formato estava em vigor desde 2015, quando o governo Dilma Rousseff (PT) adiou parte da despesa por causa de restrições fiscais. Antes disso, o abono era pago integralmente no ano seguinte à verificação do direito.

Em duas auditorias, de 2020 e 2021, a CGU (Controladoria-Geral da União) disse que a divisão do empenho do gasto com o abono era inadequada e recomendou reservar o valor integral no momento da apuração de quais trabalhadores tinham direito ao abono.

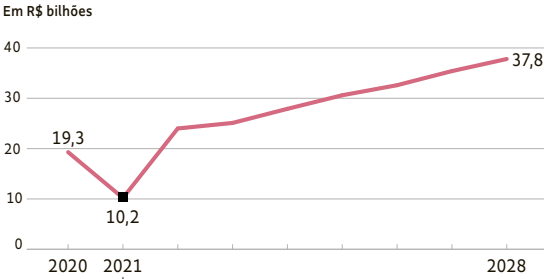
Seguir essa orientação teria um custo adicional de R\$ 12,77 bilhões em 2021, num momento em que Bolsonaro já estava sob pressão para afrouxar a regra do teto de gastos então em vigor.

A decisão foi empurrar todo o calendário para 2022. Técnicos à época viram a mudança como uma espécie de pedalada.

O TCU analisou a alteração feita por Bolsonaro porque 21 parlamentares de diferentes partidos fizeram, ainda em 2021, uma representação contra a mudança.

Os auditores do tribunal consideraram irregular o adiamento do abono, cujo pagamento é assegurado aos trabalhadores pela Constituição, e sugeriram a determinação para regularizar o calendário.

Gastos com abono salarial



A dotação inicial era de R\$ 18 bi, mas o governo Bolsonaro adiou o calendário 2021/2022 integralmente para 2022, o que liberou mais de R\$ 7 bi para outras despesas

O que o TCU decidiu

Corte de contas determinou regularização do calendário de pagamento do abono salarial. Na prática, governo pode precisar pagar o abono salarial em dobro em um único ano

Impacto

Pelo menos **R\$ 27,9 bi** (valor previsto para 2024)

Fonte: Painel do Orçamento, PLDO 2025

O relator, ministro Aroldo Cedraz, acatou o parecer técnico e foi acompanhado pelos demais ministros na decisão.

Os auditores pontuaram no relatório que a alteração foi feita pensando no espaço orçamentário e que os gestores “não lograram êxito em demonstrar ser imprescindível” fazer a apuração dos valores devidos apenas no segundo ano.

Os técnicos ainda lembraram que, até 2014, sempre foi

perfeitamente possível pagar o abono no ano seguinte ao período trabalhado.

O entendimento do tribunal ainda pode respingar em outras rubricas do Orçamento que registram problema semelhante.

Como revelou a Folha, o governo Bolsonaro deixou um esqueleto de R\$ 6,3 bilhões do seguro-desemprego para a gestão Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pagar no início de 2023 em razão de insuficiên-



Entenda a discussão

O QUE É O ABONO SALARIAL?

O abono salarial é um **benefício** assegurado pela **Constituição**, devido a **trabalhadores** que atuaram ao menos **30 dias com carteira** assinada e ganharam uma média mensal de até **dois salários mínimos** (hoje, R\$ 2.824)

Qual é o valor do benefício?

O valor é calculado conforme a quantidade de meses trabalhados no ano-base, variando de **R\$ 118 a R\$ 1.412** (um salário mínimo)

QUANDO OCORRE O PAGAMENTO?

Hoje, o trabalhador recebe o benefício no **segundo ano** após o **período trabalhado**. Em 2024, por exemplo, o governo está pagando o abono a quem preencheu os requisitos no ano-base de 2022. Nem sempre foi assim. **Até 2014**, o pagamento era feito **integralmente no ano seguinte** ao período trabalhado. Em 2015, o calendário foi dividido entre o primeiro e o segundo ano após o período de referência. Em 2021, nova mudança empurrou o desembolso para o segundo ano

O QUE O TCU DECIDIU?

O tribunal entendeu que a mudança feita em 2021 no calendário do abono, vista como uma espécie de **pedalada** pelos técnicos, foi **irregular**. A posição da corte de contas é que não há razão para postergar o pagamento de um direito constitucional dos trabalhadores e que o repasse pode ser feito já no ano seguinte ao período trabalhado. Como consequência, o governo Lula precisará **regularizar o desembolso** e quitar duas folhas do abono em um único ano

cia de recursos disponíveis.

Integrantes do governo Lula veem o problema do abono como uma “herança do governo Bolsonaro” e se sentem injustiçados por terem de assumir o ônus de resolver a situação —algo semelhante ao que ocorreu na situação do repasse dos precatórios (sentenças judiciais). Técnicos do Executivo ainda manifestam discordâncias e veem dois problemas principais na decisão do TCU.

O primeiro deles é fiscal. A equipe econômica anunciou em março um bloqueio de R\$ 2,9 bilhões no Orçamento justamente para acomodar o crescimento de outros gastos obrigatórios. A trava impõe uma contenção nas despesas discricionárias, como custeio e investimentos.

O Executivo já conta com a abertura de um crédito adicional de R\$ 15,7 bilhões, permitido pela lei do arcabouço fiscal a partir da melhora da arrecadação em 2024, para desfazer o bloqueio e acomodar uma série de outras pressões —inclusive um acréscimo em emendas parlamentares.

Pagar uma folha extra de abono salarial nesse contexto poderia levar à necessidade de remanejar recursos e impor um corte adicional de pelo menos R\$ 27 bilhões em outras políticas públicas, algo tido como insustentável.

Técnicos do governo também evitam falar na possibilidade de pedir uma autorização especial para pagar o valor fora do limite de despesas. Além de discordarem da decisão do TCU no mérito, esse caminho poderia gerar ruído em um momento em que outras mudanças no arcabouço fiscal já geraram questionamentos sobre a credibilidade da regra.

O segundo problema é técnico. O governo entende que o TCU e a própria CGU, ao abordar o problema em suas auditorias, confundiram conceitos: uma coisa seria o reconhecimento do passivo, uma questão de balanço patrimonial, e outra diferente seria a previsão orçamentária para quitar esse passivo.

Integrantes do governo também argumentam que há desafios operacionais para agilizar o reconhecimento do direito ao abono salarial.

Esses interlocutores endossam a preocupação manifestada em uma nota técnica de 2021, enviada ao TCU pela então Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, de que antecipar o processamento das parcelas do abono poderia gerar pagamentos indevidos.

A nota diz que a entrega das informações pelos empregadores e a depuração dos dados ocorrem no primeiro semestre de cada ano, para que o pagamento se inicie no segundo semestre. Há, porém, a possibilidade de transmissão extemporânea de informações até o mês de setembro.

O governo argumentou que haveria risco de pagar o abono a um trabalhador com base na primeira verificação, mas concluir depois que o repasse foi indevido ao identificar novos vínculos e remunerações incluídas apenas na segunda leva de declarações.

Outro problema, pontuou a nota da época, seria não pagar o abono a um trabalhador que tem direito, mas só teve as informações enviadas na transmissão extemporânea.

O julgamento do TCU ocorreu em 27 de março, e o Executivo foi notificado oficialmente da decisão no dia 5 de abril. O governo tem um prazo de 15 dias para solicitar o reexame.



**SOLUÇÕES
AUTOMÁTICAS
PARA ARMAZÉNS
INTELIGENTES**

☎ 0800 771 3036
mecalux.com.br



mercado

PAINEIRA S.A.

Julio Wiziack
painelsa@grupofolha.com.br

Bilhões parados

A falta de técnicos na Anvisa travou R\$ 17 bilhões em investimentos, segundo estimativas dos laboratórios que aguardam autorização para a produção de novos medicamentos no país. Hoje, as principais farmacêuticas reclamam que seus processos para registros se arrastam há mais de três anos, estourando o prazo legal. Essa situação se deve à falta de técnicos que analisam os documentos das novas drogas, o chamado dossiê.

CRONÔMETRO A lei concede até 365 dias para esse processo, prazo que pode ser prorrogado por um terço. Remédios considerados prioritários fu-

ram a fila com limite de 120 dias para avaliação. Segundo a Anvisa, o corpo técnico conta com 187 servidores, separados em cinco divisões. Nos

EUA, o FDA (Food and Drug Administration) opera com 35 vezes mais funcionários, que somam cerca de 6.800.

CONTRATAÇÃO Após dez anos, o governo brasileiro autorizou a realização de um concurso para o preenchimento de 50 vagas, mas o processo não foi concluído. Hoje, a Anvisa possui 555 processos em andamento de medicamentos sintéticos e 46 de biológicos.

DUAS... O Brasil atingiu a marca de 2 milhões de residências com placas solares nos telhados. Somando comércio e indústrias, já são 3,5 milhões de

unidades consumidoras que já produzem sua própria energia. Juntas, elas concentram 28 GW (gigawatts) de capacidade, o equivalente a duas hidrelétricas de Itaipu.

...ITAIPUS Para que chegassem a esse parque instalado de geração elétrica foram investidos R\$ 70,3 bilhões desde 2012, segundo a Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica). São Paulo lidera com 385,3 mil domicílios com placas, seguido pelo Rio Grande do Sul (303,1 mil) e Minas Gerais (291,8 mil).

GOLPE A deputada federal Ma-

ria do Rosário (PT-RS) protocolou um projeto de lei para proibir a concessão de benefícios públicos para quem participou ou financiou atos antidemocráticos. Pelo texto, pessoas não poderiam, por exemplo, aderir ao serviço público. Empresas seriam vetadas em programas de incentivos fiscais ou financeiros e também ficariam impedidas de disputar licitações por uma década.

COERÇÃO A deputada considera que não faz sentido o Estado ajudar pessoas que tentaram minar a democracia. Ela acha que a proposta inibirá atos como o de 8 de janeiro.

Isenção de IR para quem ganha até R\$ 2.824 vai a sanção

Oposição no Senado lembrou promessa de Lula e tentou ampliar benefício para 3 salários mínimos, sem sucesso

Thaís Oliveira

BRASÍLIA O Senado aprovou nesta quarta-feira (17) o projeto de lei que isenta de Imposto de Renda quem ganha até dois salários mínimos, R\$ 2.824 mensais. O texto segue agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A medida adotada pelo governo vem para evitar que pessoas que estavam isentas de IRPF passem a recolher pela primeira faixa da tabela por causa do último reajuste do salário mínimo —que subiu para R\$ 1.412 em 1º de janeiro.

A exemplo do que fez no ano passado, Lula reajustou a faixa de isenção do Imposto de Renda, ampliando o número de contribuintes que deixaram de pagar o tributo. Salá-

rios, aposentadorias e pensões de dois salários mínimos ficarão isentos.

O reajuste é de R\$ 6,97% na faixa inicial, subindo de R\$ 2.112 para R\$ 2.559,20. O governo concedeu um desconto extra de R\$ 564,80 para chegar à isenção dos R\$ 2.824.

De acordo com a Receita Federal, 15,8 milhões de brasileiros deixarão de pagar imposto neste ano, medida válida para empregados, autônomos, aposentados, pensionistas e demais contribuintes, e outros 35 milhões de cidadãos pagarão menos Imposto de Renda em razão da progressividade da tabela.

O texto foi enviado ao Congresso Nacional em fevereiro como MP (medida provisória), mas acabou avançando via projeto de lei diante da

resistência da Câmara com a tramitação de MPs, que exigem uma comissão formada por deputados e senadores.

O projeto de lei foi apresentado pelo líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE), e relatado no Senado pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

Durante a votação, senadores de oposição lembraram a promessa de Lula de isentar de Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5.000 por mês e tentaram ampliar a isenção de dois para três salários mínimos, o equivalente a R\$ 4.236. A proposta, no entanto, acabou derrotada durante a votação.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA),

afirmou que, antes de Lula, a tabela do Imposto de Renda não era corrigida desde 2015 —durante o governo Dilma Rousseff (PT).

“Não é não querer dar. É, infelizmente, tem que dar sem provocar um impacto negativo, que seria eventualmente o não controle das contas públicas. Nós já estamos com um problema que não é nosso, é das guerras lá fora. Sobre petróleo, sobe dólar. Daqui a pouco vão querer subir juros”, afirmou Wagner.

Em seu parecer, o líder do governo Lula no Congresso disse também que o debate sobre a isenção será “mais bem aprofundado” durante a tramitação da reforma do Imposto de Renda —que o governo pretende enviar ao Congresso até o fim do ano.

Em janeiro, Lula reforçou o compromisso de campanha em entrevista a uma rádio na Bahia: “Eu tenho um compromisso de chegar até o fim do meu mandato isentando todo mundo que ganhar até R\$ 5.000. Nesse país, quem vive de dividendo não paga Imposto de Renda e quem vive de salário paga Imposto de Renda”.

De acordo com o governo federal, a redução de receitas prevista com a medida neste ano é de R\$ 3,03 bilhões. O valor passará para R\$ 3,53 bilhões no próximo ano e para R\$ 3,77 bilhões em 2026.

Brasil e França defendem taxaço de super-ricos

Fernanda Perrin

WASHINGTON O Brasil aproveitou a semana de reuniões de primavera do Banco Mundial e do FMI (Fundo Monetário Internacional) para promover um evento sobre a proposta de taxaço de super-ricos, uma das prioridades brasileiras na presidência do G20.

Intitulado “Novos desafios na tributação internacional”, o painel foi organizado em conjunto com a França, representada pelo ministro das Finanças, Bruno Le Maire. A diretora do FMI, Kristalina Georgieva, e o ministro das Finanças do Quênia, Njuguna Ndung’u, também participaram.

A economista Esther Duflo, que defende a proposta, assistiu da plateia lotada.

Haddad voltou a defender a proposta apresentada pelo país na reunião do G20 em São Paulo como ponto de partida para as discussões. Disse que a alíquota de 2% de imposto sobre as fortunas dos mais ricos do planeta é inferior ao ritmo de crescimento da renda desses indivíduos, que seria de 5% a 10%.


A arrecadação com a medida pode ser usado em desafios globais, como combate à fome e em resposta à crise do clima, repetiu.

“Nossas sociedades, cada vez mais suscetíveis a discursos populistas, têm demandas muito legítimas sobre ações climáticas e mais justiça tributária”, disse. “Estamos diante de uma iminente crise global de caráter social e ambiental.”

O ministro defendeu a necessidade de cooperação internacional na implementação da proposta, para evitar guerra fiscal entre os países. Além do G20, disse que o Brasil quer dar um “estímulo decisivo” às negociações em curso com a OCDE e ajudar a promover consenso por uma nova convenção-quadro da ONU sobre o tema.

Haddad defendeu ainda que o instrumento pode ir além, funcionando como uma “COP da tributação”, em referência às reuniões periódicas sobre o clima, para se adaptar a um sistema em evolução constante para bancar a meta de financiamento sustentável.

A tributação dos super-ricos será tema da próxima reunião da trilha de finanças do G20, agendada para ocorrer em julho no Rio de Janeiro. Segundo Haddad, a ideia é discutir uma declaração conjunta do bloco sobre tributação internacional para dar respaldo político à iniciativa.



abcolinas

Rodovias das Colinas S.A.

CNPJ/MF nº 03.025.305/0001-46

NIRE 35.300.170.687

Ata da Assembleia Geral de Debituristas da 10ª (Décima) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Até Duas Séries, da Espécie Quirográfrica, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Rodovias das Colinas S.A. Convocada e não Instalada em Primeira Convocação em 14 de Fevereiro de 2024 e Realizada em Segunda Convocação em 23 de Fevereiro de 2024

1. **Data, Hora e Local:** No dia 23 de fevereiro de 2024, às 16h, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma digital *Items*, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81, de 29 de março de 2022 (“**Resolução CVM 81**”), coordenada pela **Rodovias das Colinas S.A.** (“**Companhia**”) ou “**Emissora**”), localizada na Cidade de Itu, Estado de São Paulo, na Rodovia Marechal Rondon, km 112, Marginal Oeste, Sem Número, Bairro Jardim Oliveira, CEP 13312-000. 2. **Convocação:** Conforme publicações nas edições dos dias 15,16 e 19 de fevereiro de 2024 no jornal “Folha de S. Paulo” e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“**Edital de Convocação**”), 3. **Presença:** Presenças: (i) os titulares detentores de 91,91% (noventa e um inteiros e novecentos e um centésimos por cento) das debêntures em circulação referentes à 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até duas séries, da espécie quirográfrica, para distribuição pública com esforços restritos, da Emissora (“**Debenturistas**”, “**Debêntures**” e “**Emissão**”, respectivamente), conforme se verificou pela assinatura dos Debituristas na Lista de Presença de Debituristas, incluindo os Debituristas que participaram via instrução de voto ou de forma remota; (ii) os representantes da Emissora; e (iii) o representante do agente fiduciário da comunhão dos Debituristas, a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 17.343.682/0001-38 (“**Agente Fiduciário**”). 4. **Composição da Mesa:** Presidente: Alexandre Tujiskoi; Secretário: Milton Pinatti Ferreira de Souza. 5. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes propostas apresentadas no Edital de Convocação: (i) autorização para que a Companhia realize troca de seu controle para o **Via Áppia Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 49.750.515/0001-06 (“**Via Áppia**”), administrado por **Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no CNPJ/MF nº 62.285.390/0001-40 (“**Singulare**”), com serviços de gestão de carteira prestados por **Starboard Asset Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF nº 15.032.609/0001-10 (“**Starboard**”), nos termos dos itens (k) e (l), da Cláusula 5.1.1 do (*Instrumento Particular de Escritura da 10ª (Décima) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Até Duas Séries, da Espécie Quirográfrica, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Rodovias das Colinas S.A.*), conforme aditado (“**Escritura de Emissão**”), de modo que não ocorra o vencimento antecipado automático da Emissão. Em função da troca de controle acionário indireto, todas as menções à “Atlantia SpA” na Escritura de Emissão devem ser entendidas como “Via Áppia Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura”; e (ii) autorização para que o Agente Fiduciário, em conjunto com a Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações eventualmente aprovados na AGD da 10ª Emissão. 6. **Deliberações:** Instalada validamente a assembleia e após a discussão das matérias, restou decidido por: (i) os Debituristas representantes de 100% (cem por cento) das Debêntures presentes, sem manifestação de voto contrário ou abstenção em relação ao presente item, deliberaram por aprovar que a Emissora realize troca de seu controle acionário indireto para o **Via Áppia**, administrado, com serviços de gestão de carteira prestados pela **Starboard**, nos termos dos itens (k) e (l), da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão, de modo que não ocorra o vencimento antecipado automático da Emissão. Em função da troca de controle acionário indireto, todas as menções à “Atlantia SpA” na Escritura de Emissão devem ser entendidas como “Via Áppia Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura”; e (ii) Debituristas representantes de 100% (cem por cento) das Debêntures presentes, sem manifestação de voto contrário ou abstenção em relação ao presente item, autorizaram para que a Emissora realize troca de seu controle acionário indireto, todas as menções à “Atlantia SpA” na Escritura de Emissão devem ser entendidas como “Via Áppia Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura”; e (iii) Debituristas representantes de 100% (cem por cento) das Debêntures presentes, sem manifestação de voto contrário ou abstenção em relação ao presente item, autorizaram para que o Agente Fiduciário, em conjunto com a Companhia pratique todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações eventualmente aprovados na AGD da 10ª Emissão. 6. **Deliberações:** Instalada validamente a assembleia e após a discussão das matérias, restou decidido por: (i) os Debituristas representantes de 100% (cem por cento) das Debêntures presentes, sem manifestação de voto contrário ou abstenção em relação ao presente item, deliberaram por aprovar que a Emissora realize troca de seu controle acionário indireto, todas as menções à “Atlantia SpA” na Escritura de Emissão devem ser entendidas como “Via Áppia Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura”; e (ii) Debituristas representantes de 100% (cem por cento) das Debêntures presentes, sem manifestação de voto contrário ou abstenção em relação ao presente item, autorizaram para que o Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, pratiquem todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta assembleia, incluindo nas não se limitando a celebração de aditamento da Escritura de Emissão, a ser formalizado no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da publicação de fato relevante acerca da realização da transferência de controle indireto da Companhia. A aprovação das matérias deliberadas no item 6 acima está condicionada ao pagamento de prêmio (“**Waiver Fee**”) a todos os Debituristas no valor equivalente a 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano) multiplicado pela *duration* remanescente das Debêntures da respectiva série, baseada na *duration*, expressa em dias, conforme calculada e divulgada pela calculadora ANBIMA em sua página na internet (<https://data.anbima.com.br/debentures>) a ser apurada no dia útil imediatamente anterior à data de realização da Assembleia Geral de Debituristas (“*Duration*”), calculado sobre o saldo devedor (principal da dívida mais juros) na data de pagamento do prêmio, expresso pelo valor nominal unitário atualizado da Debênture, descontadas as amortizações quando houver acesso da remuneração acumulada desde o último evento de pagamento de juros até a data de referência (“**PDI PAR**”) para cada uma das Debêntures. O *Waiver Fee* deverá ser pago aos Debituristas em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de realização desta assembleia (“**Data de Pagamento**”), utilizando-se os procedimentos adotados pela B3. O valor final do *Waiver Fee* a ser pago será devidamente confirmado pela Emissora e informado ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis de antecedência da Data de Pagamento através do e-mail precificacao@pentagonotrust.com.br. Nos termos e condições previstos na Escritura de Emissão, terão direito ao recebimento do *Waiver Fee*, os Debituristas que forem titulares de Debêntures no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Pagamento do *Waiver Fee*, conforme extrato de titularidade das Debêntures a ser emitido pela B3. A Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, verificou os poderes dos representantes dos titulares das Debêntures, e tendo constatado quórum suficiente para a instalação e deliberações, conforme exigido pela Escritura de Emissão e declarando, juntamente com o Presidente e o Secretário, a presente assembleia devidamente instalada. Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos nesta assembleia são aqui utilizados com o mesmo significado atribuído a tais termos na Escritura de Emissão. Ficam ratificados todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão não alterados nos termos desta assembleia, bem como todos os demais documentos relacionados às Debêntures, até o integral cumprimento da totalidade das obrigações ali previstas. 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a presente assembleia foi encerrada, conforme disposto acima, e foi lavrada a presente ata, que, uma vez lida e unanimemente aprovada, foi por todos assinada. Certifico que a presente confere com o original lavrado no livro próprio. São Paulo, 23 de fevereiro de 2024. **Alexandre Tujiskoi** - Presidente da Mesa; **Milton Pinatti Ferreira de Souza** - Secretário. **JUCESP** nº 90.004/24-6 em 04/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PARANAPANEMA S.A.
Em Recuperação Judicial

Companhia Aberta - CNPJ/ME 60.398.369/0004-79 - NIRE 29.300.030.155


Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 01 de Março de 2024

Retificação da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de Fevereiro de 2024

1. **Data, hora e local:** Reunião realizada em 17/03/2024, às 10h, de modo exclusivamente digital, por meio de manifestação escrita via correio eletrônico (*e-mail*). 2. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação em face da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração (“**Conselho de Administração**”) da Paranapanema S.A. - Em Recuperação Judicial (“**Companhia**”), a saber: os Srs. Marcelo Adilson Tavarone Torresi, Rafael de Oliveira Moraes, Jerônimo Antunes, Paulo Amador Thomaz Alves da Cunha Bueno, Marcelo Munhoz Aurichio, e a Sra. Maria Gustavo Heller Britto. Como convidados, participaram, ainda, os Srs. Marcelo Millier, Diretor Presidente e de Relações com Investidores, Marcelo Bonini, Diretor Financeiro, e a Sra. Priscilla Versatti, Diretora Jurídica. 3. **Mesa:** Presidiu os trabalhos o Sr. Marcelo Adilson Tavarone Torresi, Presidente do Conselho de Administração, o qual convitiou a Sra. Priscilla Versatti para ser o relator. 4. **Ordem do dia:** Deliberar sobre (i) a retificação das informações constantes dos itens 4.1.8 e 4.1.9 da ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 22 de fevereiro de 2024, que trata da homologação do aumento do capital social da Companhia (respectivamente, “**Ata da RECA**” e “**Aumento de Capital**”); (ii) a consequente retificação da deliberação constante no item 5.1, e subitem da Ata da RECA, em face do previsto no item (i) desta Ordem do Dia; e (iii) a ratificação de todos os demais termos da Ata da RECA que não expressamente retificados neste ato. 5. **Deliberações:** Iniciados os trabalhos, após discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade e sem restrições, decidiram: 5.1. **Retificar** as informações contidas nos itens 4.1.8 e 4.1.9 da Ata da RECA, de modo a corrigir erro material referente ao número total de ações com subscrições condicionadas no Aumento de Capital, a fim de se fazer constar que a subscrição de 3.408 ações foi parcialmente condicionada à homologação do Aumento de Capital em seu valor máximo e, tendo em vista o não atingimento de tal montante, ocorrerá o cancelamento proporcional de 3.192 ações, as quais representam R\$ 15.130,08, e a devolução desses valores aos seus subscritores. 5.1.1. Em face de tal cancelamento, o número total de ações emitidas e homologadas pela Companhia no Aumento de Capital será de 13.203.850 ações, representando um valor de subscrição total de R\$ 62.585.989,97. De modo a refletir o quanto acima retificado, a Companhia consigna abaixo, na íntegra, a nova redação dos itens 4.1.8 e 4.1.9 da Ata da RECA: “4.1.8. Foi conferido aos titulares de direitos de subscrição o direito de condicionarem sua decisão de subscrição de ações do Aumento de Capital (i) à homologação do Aumento de Capital em seu Valor Máximo, ou (ii) à homologação de determinado valor escolhido pelo subscritor para “Aumento de Capital”, desde que superior ao Valor Mínimo aprovado. Nesse sentido, a subscrição de 3.408 ações foi parcialmente condicionada ao Aumento de Capital em Valor Máximo, e a subscrição de 0 (zero) ações foi condicionada a valores inferiores ao montante total atingido para o Aumento de Capital. Em face do não atingimento do Aumento de Capital em seu Valor Máximo, ocorrerá o cancelamento proporcional de 3.192 ações e o valor de R\$ 15.130,08, pagos pelos subscritores serão devolvidos pela Companhia. 4.1.9. *Por fim, considerando (i) as subscrições de ações pelos Credores que se manifestaram opor-se à conversão ao longo da 1ª “Janela do Pedido de Conversão”, (ii) os efeitos do cancelamento das subscrições condicionadas; e (iii) as subscrições ocorridas durante os períodos de exercício do direito de preferência e de subscrição de sobras, o total de ações emitidas e homologadas pela Companhia no Aumento de Capital é de 13.203.850 ações, representando um valor de subscrição total de R\$ 62.585.989,97 (“**Valor Total Subscrito**”), conforme abaixo indicado:*

Ações ON emitidas	Quantidade total	Porcentagem
Ações ON subscritas e homologadas	13.203.850	6,25%
Ações ON subscritas e canceladas	3.192	0,001
Ações ON não subscritas	197.766.615	93,74%

5.2. **Retificar** a deliberação contida no item 5.1, e subitem da Ata da RECA, de modo a refletir a quantidade de ações e o valor total do Aumento de Capital homologado pelo Conselho de Administração conforme retificados no item 5.1, da presente ata. 5.2.1. Nesse sentido, consigna-se que o Aumento de Capital foi parcialmente homologado pelo Conselho de Administração da Companhia no valor de R\$ 62.585.989,97, representado por 13.203.850 novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. 5.2.2. De modo a refletir o quanto acima retificado, a Companhia consigna abaixo, na íntegra, a nova redação do item 5.1, e seus subitem da Ata da RECA: “5.1. Aprovar a homologação parcial do Aumento de Capital no valor de R\$ 62.585.989,97 (“**Valor Total Subscrito**”), representado por 13.203.850 novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal (“**Novas Ações**”), uma vez ter sido superado o Valor Mínimo estabelecido para o Aumento de Capital. 5.1.1. As Novas Ações são emitidas ao preço de R\$ 4,74 por ação. 5.1.2. As ações subscritas no Aumento de Capital já foram totalmente integralizadas. 5.1.2.1. Os direitos patrimoniais e políticos decorrentes das Novas Ações serão aplicados exclusivamente a eventos que ocorrerem após a homologação parcial do Aumento de Capital, inclusive distribuições de dividendos e juros sobre o capital próprio. 5.1.3. Todas as 197.766.615 ações emitidas no âmbito do Aumento de Capital e não subscritas são automaticamente canceladas neste ato. 5.1.4. Em face da homologação do Aumento de Capital nos termos acima, o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 2.132.152.237,53, dividido por 56.607.699 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. 5.1.4.1. O Aumento de Capital ora homologado foi aprovado dentro do limite do pedido de aumento da Companhia, nos termos do artigo 5º, parágrafo 4º do Estatuto Social, e do artigo 168, parágrafo 1º, alínea “b” da Lei das S.A.” 5.3. **Ratificar** todas as demais disposições da Ata da RECA que não foram expressamente alteradas neste ato, as quais permanecerão integralmente vigentes para a presente reunião. 5.4. **Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer manifestação, foi encerrada a presente reunião, com a lavratura da presente ata, a qual, após lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Santo André/SP, 01/03/2024. Ass.: Marcelo Adilson Tavarone Torresi, Presidente; Paulo Amador Thomaz Alves da Cunha Bueno, Relator; Rafael de Oliveira Moraes, Jerônimo Antunes, Marcelo Munhoz Aurichio; Maria Gustavo Heller Britto. **Esta cópia é fiel, extrairá da ata lavrada em livro próprio. Priscilla Versatti** - Secretária. **JUCESP** nº 141.848/24-8 em 08/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **JUCEB** nº 98488931 em 23/03/2024. Protocolo nº 294513633 de 13/03/2024. Bruno Mota Passos - Secretário-Geral.



abcolinas

Rodovias das Colinas S.A.

CNPJ/MF nº 03.025.305/0001-46

NIRE 35.300.170.687

Ata da Assembleia Geral de Debituristas da 9ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirográfrica, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Rodovias das Colinas S.A. Convocada e não Instalada em Primeira Convocação em 14 de Fevereiro de 2024 e Realizada em Segunda Convocação em 23 de Fevereiro de 2024

1. **Data, Hora e Local:** No dia 23 de fevereiro de 2024, às 16h, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma digital *Items*, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81, de 29 de março de 2022 (“**Resolução CVM 81**”), coordenada pela **Rodovias das Colinas S.A.** (“**Companhia**”) ou “**Emissora**”), localizada na Cidade de Itu, Estado de São Paulo, na Rodovia Marechal Rondon, Km 112, Marginal Oeste, Sem Número, Bairro Jardim Oliveira, CEP 13312-000. 2. **Convocação:** Conforme publicações nas edições dos dias 15,16 e 19 de fevereiro de 2024 no jornal “Folha de São Paulo” e no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“**Edital de Convocação**”), 3. **Presença:** Presenças: (i) os titulares detentores de 86,38% (oitenta e seis inteiros e trinta e três centésimos por cento) das debêntures em circulação referentes a 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirográfrica, para distribuição pública com esforços restritos, da Emissora (“**Debenturistas**”, “**Debêntures**” e “**Emissão**”, respectivamente), conforme se verificou pela assinatura dos Debituristas na Lista de Presença de Debituristas, incluindo os Debituristas que participaram via instrução de voto ou de forma remota; (ii) os representantes da Emissora; e (iii) o representante do agente fiduciário da comunhão dos Debituristas, a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 17.343.682/0001-38 (“**Agente Fiduciário**”). 4. **Composição da Mesa:** Presidente: Alexandre Tujiskoi; Secretário: Milton Pinatti Ferreira de Souza. 5. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes propostas apresentadas no Edital de Convocação: (i) autorização para que a Emissora realize troca de seu controle acionário indireto para o **Via Áppia Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 49.750.515/0001-06 (“**Via Áppia**”), administrado por **Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no CNPJ/MF nº 62.285.390/0001-40 (“**Singulare**”), e com serviços de gestão de carteira prestados por **Starboard Asset Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF nº 15.032.609/0001-10 (“**Starboard**”), nos termos dos itens (k) e (l), da Cláusula 5.1.1 do (*Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirográfrica, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Rodovias das Colinas S.A.*), conforme aditado (“**Escritura de Emissão**”), de modo que não ocorra o vencimento antecipado automático da Emissão. Em função da troca de controle acionário indireto, todas as menções à “Atlantia SpA” na Escritura de Emissão devem ser entendidas como “Via Áppia Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura”; e (ii) autorização para que o Agente Fiduciário, em conjunto com a Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações eventualmente aprovados na AGD da 9ª Emissão. 6. **Deliberações:** Instalada validamente a assembleia e após a discussão das matérias, restou decidido por: (i) os Debituristas representantes de 100% (cem por cento) das Debêntures presentes, sem manifestação de voto contrário ou abstenção em relação ao presente item, deliberaram por aprovar que a Emissora realize troca de seu controle acionário indireto para o **Via Áppia**, com serviços de gestão de carteira prestados pela **Starboard**, nos termos dos itens (k) e (l), da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão, de modo que não ocorra o vencimento antecipado automático da Emissão. Em função da troca de controle acionário indireto, todas as menções à “Atlantia SpA” na Escritura de Emissão devem ser entendidas como “Via Áppia Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura”; e (ii) Debituristas representantes de 100% (cem por cento) das Debêntures presentes, sem manifestação de voto contrário ou abstenção em relação ao presente item, autorizaram para que o Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, pratiquem todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta assembleia, incluindo nas não se limitando a celebração de aditamento da Escritura de Emissão, a ser formalizado no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da publicação de fato relevante acerca da realização da transferência de controle indireto da Companhia. A aprovação das matérias deliberadas no item 6 acima está condicionada ao pagamento de prêmio (“**Waiver Fee**”) a todos os Debituristas no valor equivalente a 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano) multiplicado pela *duration* remanescente das Debêntures da respectiva série, baseada na *duration*, expressa em dias, conforme calculada e divulgada pela calculadora ANBIMA em sua página na internet (<https://data.anbima.com.br/debentures>) a ser apurada no dia útil imediatamente anterior à data de realização da Assembleia Geral de Debituristas (“*Duration*”), calculado sobre o saldo devedor (principal da dívida mais juros) na data de pagamento do prêmio, expresso pelo valor nominal unitário atualizado da Debênture, descontadas as amortizações quando houver acesso da remuneração acumulada desde o último evento de pagamento de juros até a data de referência (“**PDI PAR**”) para cada uma das Debêntures. O *Waiver Fee* deverá ser pago aos Debituristas em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de realização desta assembleia (“**Data de Pagamento**”), utilizando-se os procedimentos adotados pela B3. O valor final do *Waiver Fee* a ser pago será devidamente confirmado pela Emissora e informado ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis de antecedência da Data de Pagamento através do e-mail precificacao@pentagonotrust.com.br. Nos termos e condições previstos na Escritura de Emissão, terão direito ao recebimento do *Waiver Fee*, os Debituristas que forem titulares de Debêntures no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Pagamento do *Waiver Fee*, conforme extrato de titularidade das Debêntures a ser emitido pela B3. A Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, verificou os poderes dos representantes dos titulares das Debêntures, e tendo constatado quórum suficiente para a instalação e deliberações, conforme exigido pela Escritura de Emissão e declarando, juntamente com o Presidente e o Secretário, a presente assembleia devidamente instalada. Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos nesta assembleia são aqui utilizados com o mesmo significado atribuído a tais termos na Escritura de Emissão. Ficam ratificados todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão não alterados nos termos desta assembleia, bem como todos os demais documentos relacionados às Debêntures, até o integral cumprimento da totalidade das obrigações ali previstas. 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a presente assembleia foi encerrada, conforme disposto acima, e foi lavrada a presente ata, que, uma vez lida e unanimemente aprovada, foi por todos assinada. Certifico que a presente confere com o original lavrado no livro próprio. São Paulo, 23 de fevereiro de 2024. **Alexandre Tujiskoi** - Presidente da Mesa; **Milton Pinatti Ferreira de Souza** - Secretário. **JUCESP** nº 90.002/24-9 em 04/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Riscos para o Brasil em um mundo mais incerto

Não estamos em um momento ideal para gerar mais ruídos com as contas públicas

Solange Srour

Diretora de macroeconomia para o Brasil no UBS Global Wealth Management

O ataque sem precedentes do Irã a Israel elevou as preocupações com a atual escalada dos riscos geopolíticos, que podem ter capacidade de afetar a economia global de forma bastante negativa nos próximos anos.

A humanidade experencia vários conflitos simultâneos, todos com potencial de se transformar em uma guerra mundial se alianças militares forem ativadas em resposta às ações hostis de adversários. Ainda que escapemos do pior cenário, o mundo já está se fragmentando, colocando em xeque toda a integração econômica e a estabilidade financeira que trouxeram crescimento elevado com inflação

controlada por tantos anos.

O aumento da instabilidade global chega em um momento em que os instrumentos de política de mitigação de riscos, como o fiscal e as medidas monetárias, estão excessivamente esticados nas mais importantes economias, com a inflação se mostrando mais persistente, enquanto as dívidas públicas e os déficits primários apresentam-se, hoje, bem maiores do que antes da pandemia.

As altas taxas de juros de longo prazo, nas mais diversas economias, são reflexo tanto da maior percepção de que será bem difícil trazer a inflação para as metas quanto da falta

de propostas e ambiente político para a adoção de políticas fiscais menos expansionistas.

Um choque considerável nos preços de energia —que se seguiria, por exemplo, a um agravamento do conflito no Oriente Médio— seria capaz de interromper completamente a recuperação da indústria global e da confiança dos consumidores, trazendo de volta a possibilidade de uma recessão em escala mundial. Ainda complicaria sobremaneira o quadro de inflação nos EUA, que já não é dos mais favoráveis. Se, com o petróleo nos níveis atuais, o Fed já está indicando que pode não reduzir os juros tão cedo, pior será com uma

alta considerável de um insueto tão relevante, desancorando as expectativas de inflação.

Outros perigos estão se aproximando. Na Europa, dependendo da política externa que o próximo presidente americano e o novo Congresso adotarem em relação à Rússia, a segurança da região, que tem sido confiada, em grande parte, aos Estados Unidos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, ficará em risco. Os gastos militares da União Europeia devem aumentar significativamente, pressionando sua dívida, inflação e, em última instância, contribuindo como mais um fator de alta dos juros europeus. Em paralelo, as relações en-

tre Estados Unidos e China tendem a continuar tensas quem quer que leve a eleição, seja com a adoção de tarifas comerciais, seja com a continuidade de sanções e de políticas protecionistas. Um possível conflito entre China e Taiwan está longe de ser descartado, e a reunião da semana passada de Joe Biden com o primeiro-ministro do Japão, Fumio Kishida, e o presidente das Filipinas, Ferdinand Marcos Jr., reforçou os laços de defesa entre essas nações, em oposição à China.

E, quando o cenário externo se complica, como fica o Brasil? Em um momento em que os investidores estão mais cautelosos, não é recomendável gerar ruídos. Mas infelizmente é isso o que justamente vem acontecendo, em particular, em relação às contas públicas.

A mudança da meta do resultado primário de 2025, sem nenhuma proposta de contenção de gastos relevante, foi apenas mais um choque na credibilidade das contas públicas e na sustentabilidade de nossa dívida. Uma semana antes, já havíamos aprovado a antecipação de R\$ 15,5 bilhões em gastos —

uma mudança importante na lei do arcabouço fiscal— que expressa o pouco afinco com o controle da despesa.

A verdade é que a corrosão fiscal não é recente; basta lembrar a aprovação da PEC da Transição, em 2021. Mas, agora, diante de um mundo repleto de riscos, esse processo reverbera com mais intensidade —o real é uma das moedas com pior performance no ano, enquanto as taxas de juros reais longas saíram de um nível perto de 5,5% para perto de 6%.

Ainda estamos longe de um cenário de crise fiscal que vivermos antes de o teto de gastos ser criado, mas a direção da deterioração das contas públicas junta-se às tentativas de intervencionismo e ao receio da volta de políticas parafiscais.

Para completar o quadro de incertezas, teremos ao fim deste ano mudanças no comando do Banco Central, que já vem sofrendo pressões por sinalizar que todas essas incertezas poderão levar a uma política monetária mais restritiva. Definitivamente não estamos em um momento ideal para gerar mais ruídos.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecília Machado | QUA. Bernardo Guimarães, Lorena Hakak | QUI. Cida Bento, Solange Srour | **SEX. André Roncaglia** | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

BC não reage a reprecificação de risco, diz Campos Neto

Para presidente da autoridade monetária, intervir no câmbio agora pode ser perigoso; dólar cai após 5 altas

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O Banco Central não faz intervenções no mercado de câmbio quando os agentes econômicos precificam o risco de investir no Brasil, afirmou Roberto Campos Neto, presidente da autoridade monetária, nesta quarta-feira (17).

A declaração foi dada em uma reunião com investidores, organizada pela XP, em Washington, nos Estados Unidos, um dia depois de o dólar ter encerrado a sessão de terça (16) cotado a R\$ 5,268, operando em seu maior valor desde março de 2023.

Após cinco sessões consecutivas de fortes altas, a moeda americana fechou em queda de 0,48% nesta quarta, cotada a R\$ 5,242.

A baixa ocorre após a divisa ter acumulado valorização de mais de 5% nos cinco pregões anteriores. A perspectiva de juros mais altos por mais tem-

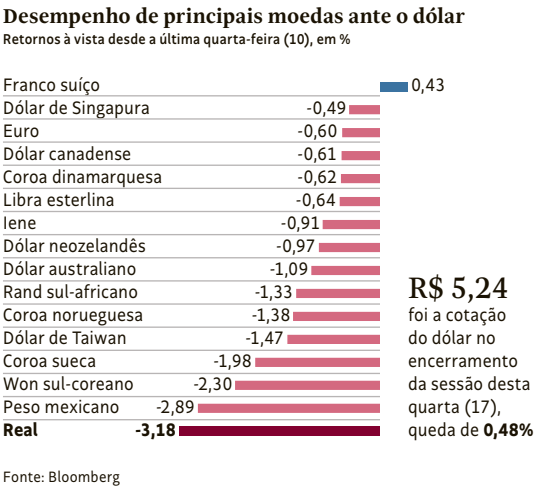
po nos EUA e preocupações com o cenário fiscal brasileiro foram os principais catalisadores da disparada do dólar e seguem limitando o apetite ao risco de investidores.

Na Bolsa brasileira, o Ibovespa até começou o dia em alta, mas devolveu os ganhos e fechou em leve queda. O índice caiu 0,17%, aos 124.171 pontos, renovando novamente seu menor patamar do ano.

Segundo Campos Neto, intervenções são feitas em casos de disfunção no mercado de câmbio, lacuna de liquidez ou episódios mal-interpretados pelos investidores.

“Não reagimos ao fato de as pessoas estarem reprecificando nosso prêmio de risco. Reagir a isso é muito perigoso porque há muitas maneiras diferentes de fazer hedge [instrumento de proteção] do prêmio de risco no Brasil”, disse.

“Se o governo fosse intervir muito pesadamente no câm-



Roberto Campos Neto, do BC | Brendan McDermid - 9.nov.23/Reuters

bio, o que se veria é que a ponta longa das taxas explodiria porque as pessoas procurariam maneiras diferentes de fazer hedge”, acrescentou.

O presidente do BC atribuiu a maior parte do estresse do mercado financeiro à piora do cenário externo e outra parcela à questão fiscal doméstica.

No cenário global, o principal fator de atenção está relacionado à perspectiva de que o Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA) reduza os juros apenas no segundo semestre devido à resiliência da economia americana. Houve ainda o acirramento dos conflitos no Oriente Médio, com o ataque do Irã a Israel e um eventual impacto sobre o preço do petróleo.

Na política doméstica, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) propôs uma revisão na trajetória das contas públicas, reduzindo a velocidade do ajuste fiscal. Para 2025, a meta fiscal passa a ser zero, não mais um superávit 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto), conforme o PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) do próximo ano.

“Há muito tempo dizemos que é muito importante perseverar com as metas. Novamente, não há relação mecânica [entre a questão fiscal e a política de juros]. [...] Mas a evidência que temos do que aconteceu nos últimos dias nos diz que o mercado ficou mais preocupado com a parte fiscal”, disse.

“Isso pode mudar as expectativas sobre qual será o equilíbrio fiscal no futuro e isso terá um efeito no prêmio de risco. Isso também torna o trabalho [do BC], em termos de

“
Não reagimos ao fato de as pessoas estarem reprecificando nosso prêmio de risco. Reagir a isso é muito perigoso porque há muitas maneiras diferentes de fazer hedge [instrumento de proteção] do prêmio de risco no Brasil. Se o governo fosse intervir muito pesadamente no câmbio, o que se veria é que a ponta longa das taxas explodiria porque as pessoas procurariam maneiras diferentes de fazer hedge

Roberto Campos Neto
presidente do BC

política monetária, mais difícil e mais custoso. A reação do mercado implica que parte da revisão recente vem da parte fiscal, mas uma parte muito maior vem do [ambiente] externo”, complementou.

Campos Neto voltou a afirmar que as âncoras fiscal e monetária estão muito relacionadas e que, com a mudança em um dos lados, a autoridade monetária precisa entender agora como isso influenciará a sua função de reação.

FMI piora projeção de déficit e melhora a da dívida; Haddad cita grau de investimento

Fernanda Perrin e Tamara Nassif

WASHINGTON E SÃO PAULO O FMI (Fundo Monetário Internacional) piorou a projeção para o déficit primário brasileiro ao mesmo tempo que melhorou a previsão sobre a trajetória da dívida bruta.

Em relatório divulgado nesta quarta (17), o fundo revisou o dado de 0,2% para 0,6% do PIB em 2024. O superávit de 0,2% previsto para 2025 foi revisado para déficit de 0,3%.

No último Monitor Fiscal, de outubro, a estimativa da dívida bruta era de 90,3% do PIB neste ano e 92,4% no próximo.

Agora, o FMI projeta 86,7% e 89,3%, respectivamente.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse, em Washington onde participa de eventos do FMI, Banco Mundial e G20, que a piora das projeções está em linha com as alterações no PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2025. Ele se mostrou otimista com trajetória da dívida.

Os números do FMI, porém, são mais pessimistas que os da Fazenda. Na segunda (15), a meta de superávit de 0,5% no próximo ano foi abandonada. Foi estabelecida a meta zero. “O caminho de consolidação

fiscal das autoridades [brasileiras] visa a uma melhoria na posição da política fiscal no médio prazo, mas a incerteza quanto ao futuro permanece”, afirmou Vítor Gaspar, diretor do Departamento de Assuntos Fiscais do FMI, em entrevista coletiva nesta quarta.

Para o FMI, o Brasil chegará a um déficit zero apenas em 2026 —último ano do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT)— e registrar seu primeiro superávit, de 0,4%, em 2027.



Haddad, por sua vez, comemorou as revisões da dívida.

“Mais importante do que essa trajetória [da meta fiscal] é a da dívida, porque é es-

sa estabilidade que vai fazer com que as novas de crédito subam. Depois de sete anos, conseguimos melhorar e estamos confiantes de que vamos continuar até voltarmos a ter o grau de investimento, que pode ser um divisor de águas para os investimentos estrangeiros no Brasil”

“O fato de eles [FMI] terem melhorado substancialmente as projeções da dívida brasileira no conceito do próprio FMI é muito importante para nós, porque no conceito brasileiro, que é um pouco diferente, também a trajetória da dívida melhora”, disse.

O cenário para a dívida bruta, segundo o FMI, é positivo nos próximos anos, mas em ritmo lento. Em 2029, o indicador chegará a 93,9% do PIB, inferior aos 96% estimados antes.

	RESULTADO FINAL TELE SENA DE CARNAVAL 2024										
Título premiado Mais Pontos (29 Pontos)											
2.660.361											
Títulos premiados Pela Boa (28 Pontos)											
0.101.030 0.387.388 0.910.920 1.557.604 1.808.641 2.704.784 2.735.135 2.899.294 3.294.479 3.304.628 3.350.685 3.606.191 4.147.471 4.436.733 4.461.875 4.512.870 4.657.014 4.737.393 4.886.879											
Títulos premiados com Menos Pontos (13 Pontos)											
0.037.956 0.191.164 0.272.285 0.324.212 0.433.450 0.441.194 0.808.251 0.892.675 0.977.631 1.042.671 1.337.261 1.540.858 1.638.345 1.862.807 1.985.923 2.067.477 2.208.549 2.380.408 2.581.732 2.642.126 3.128.490 3.176.443 3.362.417 3.467.865 3.486.951 3.575.800 3.913.145 4.013.067 4.055.983 4.132.103 4.448.520 4.726.997 4.746.355 4.808.759 4.917.148											
Títulos premiados Tele Sena Semanal Premiada (20 Pontos)											
0.079.505 0.678.394 0.812.708 1.267.124 1.997.465 2.118.221 2.279.980 2.433.035 2.638.082 2.911.177 3.044.837 3.580.526 4.150.670 4.230.569 4.369.069 4.413.513 4.807.111 0.066.965 1.100.684 1.605.534 3.090.304 4.353.520 4.437.254 4.845.294 2.949.330 3.200.557 2.341.192 2.377.500 3.633.375 4.122.829 1.343.967 1.668.169											
Dezenas sorteadas Mais Pontos e Menos Pontos											
03 04 07 08 10 11 12 13 15 18 19 20 21 23 24 25 26 27 28 29 30 33 37 40 42 44 46 49 50 52											
Dezenas sorteadas Tele Sena Semanal Premiada (20 Pontos)											
1º Sorteio: 11/02/24 60 62 63 67 68 69 70 71 73 75 78 79 80 81 82 83 84 85 87 88 89 90 92 94 96 2º Sorteio: 18/02/24 60 61 62 65 66 67 70 71 72 74 76 77 78 79 80 81 83 85 86 88 89 90 91 92 94 3º Sorteio: 25/02/24 61 62 63 65 66 67 68 69 72 73 75 77 78 79 82 84 86 87 88 89 90 91 92 94 4º Sorteio: 03/03/24 60 61 64 68 70 72 73 74 75 76 77 78 80 81 83 84 85 86 87 88 90 93 95 96 5º Sorteio: 10/03/24 61 62 64 65 66 67 68 69 70 71 72 74 75 76 77 78 79 80 82 84 90 91 93											
Estados Premiados											
Mais Pontos (29 Pontos) - INTERNET 01											
Pela Boa (28 Pontos) - INTERNET 16 MG 01 RJ 01 SP 01											
Menos Pontos (13 Pontos) - AL 01 DF 01 INTERNET 24											
MG 01 PI 01 RJ 02 RS 02 SP 03											
Tele Sena Semanal Premiada (20 Pontos) - AL 01 INTERNET 25											
MG 01 MT 01 SP 02 MA 01 PR 01											
Confira os números dos 58.069 títulos premiados com Prêmio Instantâneo e 840 títulos sorteados com os Prêmios de "HORA EM HORA" no site da Tele Sena: www.telesena.com.br											

mercado

Sabesp privada terá limite de votos por acionista e menos conselheiros

Oferta de papéis será feita em dois blocos; governo propõe desconto de até 10% na tarifa social

Thiago Bethônico

SÃO PAULO O governo de São Paulo definiu nesta quarta-feira (17) novos detalhes sobre o modelo de privatização da Sabesp (Companhia de Saneamento de SP). As novidades, adiantadas pela Folha, envolvem mudanças na regulação e no estatuto da empresa, além do formato da oferta pública de ações, que deve acontecer no meio deste ano. Um dos principais pontos do anúnciofoi uma proposta de desconto de até 10% na tarifa social de água, destinada à população mais vulnerável, conforme adiantou a coluna Painei. A gestão estadual também diz que haverá redução para as demais categorias, sendo 1% para consumo residencial e 0,5% para comercial e industrial.

“A gente quer um saneamento mais barato, melhor, mais rápido e para todos”, disse o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

O desconto na tarifa virá por meio de aportes feitos com recursos do Fausp, fundo criado pelo governo que receberá 30% dos valor obtido na privatização e os dividendos da Sabesp que são hoje pagos ao estado.

Uma das principais definiçõesapresentadas nesta quarta é sobre como será o follow-on, a oferta pública de ações. A gestão Tarcísio optou por um modelo inédito no Brasil.

O formato de oferta pública será o chamado sequencial, com dois blocos. Uma tranche prioritária para os agentes privados interessados em serem acionistas de referência da Sabesp e outra para investidores do mercado.

O acionista de referência será uma espécie de sócio estratégico do governo paulista no



Manifestação contra a privatização da Sabesp em frente à Câmara de SP

Rovena Rosa/Agência Brasil

negócio, que deverá ser prometido com a empresa a médio prazo, mas sem assumir o controle das decisões. Pelos cálculos atuais, esse grupo investidor deverá levar sozinho 15% da Sabesp, tornando-se o maior acionista depois do governo (que ficaria com algo em torno de 20%). Hoje o governo tem 50,3% das ações da Sabesp.

Pelo formato sequencial, os sócios estratégicos deverão confirmar ao governo antes que possuem em caixa o valor para arrematar os 15% (calculado hoje em cerca de R\$ 8,5 bilhões) e as garantias exigidas. Também precisarão mostrar o preço que aceitam pagar por ação.

Deverão ainda concordar com a trava de cinco anos que o governo vai estabelecer, o

chamado “lock-up”, que restringe a possibilidade de esse investidor vender os papéis.

O acionista estratégico só poderá vender a parte de suas ações a partir de 2030, após o prazo de universalização. Se optar por ficar com mais de 10% da companhia, o acordo

de parceria com o governo valerá até 2034.

Feito isso, o governo então seleciona os dois melhores preços e leva para o mercado escolher qual oferta é mais atrativa. As duas melhores propostas geram dois “books”, como chamado no jargão do setor. O que gerar mais interesse é escolhido. Esse modelo sequencial, segundo fontes a par do trâmite, já aconteceu fora do país, mas nunca no Brasil.

A grande dúvida sobre a oferta, porém, é quanto à precificação. A ideia é fazer o follow-on com dois preços distintos, um para o acionista de referência e outro para os investidores do mercado. No entanto, ainda não há garantia sobre a viabilidade jurídica desse modelo.

Raio-X da Sabesp

Fundação: 1973
Lucro líquido (2023): R\$ 3,5 bilhões
Valor de mercado: R\$ 57 bilhões
Funcionários: 11.170
Municípios atendidos: 375
População atendida: 28,4 milhões

Isso porque a resolução 160 da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) define que o preço de um mesmo ativo precisa ser único.

O temor do governo é sobre o que pode acontecer com os valores de compra. É possível, por exemplo, que o sócio estratégico ofereça um preço por ação maior do que o investidor comum está disposto a pagar, e vice-versa.

A necessidade de nivelar os valores traria complexidade adicional ao processo. Por isso, o governo ainda estuda formas de conseguir fazer o leilão com dois preços distintos.

O governo de São Paulo também definiu as linhas gerais do novo estatuto da Sabesp. O documento, porém, ainda precisa ser aprovado pelo Codec (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado) e pela CVM. Em seguida, passar por assembleia geral extraordinária da Sabesp.

O novo estatuto vai diminuir o número de conselheiros de 11 para 9, sendo 3 indicados pelo estado, 3 do acionista de referência e 3 dos independentes.

Além disso, o acordo vai limitar o máximo de votos a 30% do capital da empresa. Ou seja, mesmo que um acionista acumule mais ações que isso, seu direito a voto estará limitado a 30%.

A gestão de Tarcísio concluiu também o contrato da Sabesp que precisará ser aprovado pela Urae (Unidades Regionais de Abastecimento de Água e Esgotamento), que agrupa municípios em bloco.

O contrato vai reger a operação nas 375 cidades que a Sabesp atende até 2060, definindo as obrigações e o plano de investimentos.

Outra novidade é sobre a regulação da companhia. Atual-

mente, o setor de saneamento é regulado em São Paulo pelo modelo chamado discricionário, que dá mais liberdade de atuação para a Arsesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo).

É diferente, por exemplo, do modelo das rodovias, que segue a regulação contratual, na qual o contrato de concessão já define tudo o que vai acontecer ao longo do período de prestação do serviço.

A nova regulação vai limitar a atuação da agência. Uma das restrições será sobre o uso das despesas operacionais da Sabesp. Com a companhia privatizada, a Arsesp terá menos autonomia para aplicar esses recursos. Haverá regras e pré-requisitos a serem cumpridos para que a entidade goze desses valores.

A mudança regulatória é um agrado aos agentes privados, que viam no modelo discricionário uma fonte de incertezas, além de interferência excessiva.

O novo modelo aprovado pelo governo será uma mistura entre o discricionário e o contratual, que vem sendo chamado internamente de “regulação Sabesp” ou “híbrida”.

Outra novidade será a forma como os investimentos serão incorporados na tarifa. Atualmente, a companhia opera o capex “olhando para a frente”, ou seja, já considera na tarifa de hoje o investimento que será feito no futuro.

O novo formato vai trazer o investimento para a tarifa só quando ele começar a ser executado. A avaliação é que esse formato serve de estímulo para melhorias, enquanto o anterior incentivava mais promessas do que obras.

O novo contrato, porém, ainda precisará ser aprovado no âmbito da Urae. Como o órgão funciona com o colegiado, os municípios não vão aprovar individualmente, mas coletivamente.

A reunião deve acontecer em meados de maio. Até lá, é possível que alguma cidade saia da Urae, o que pode impactar nos cálculos de desconto da tarifa, por exemplo. Por isso, a divulgação sobre os valores foi adiada.

Câmara de SP aprova em 1ª votação projeto crucial para a desestatização

SÃO PAULO A Câmara Municipal de São Paulo aprovou nesta quarta (17) um projeto de lei que, na prática, dá sinal verde para o que o governo estadual avance com a privatização da Sabesp.

Por 36 a 18, os vereadores revogaram artigos de uma lei municipal de 2009 que estabelecia que o contrato entre a prefeitura e a Sabesp seria extinto se o controle acionário fosse transferido à iniciativa privada. A sessão teve bate-boca e confusão entre vereadores e público.

A aprovação foi em primeiro turno. O texto ainda será discutido em audiências públicas até a segunda e definitiva votação na Câmara, prevista para o começo de maio. Mas o resultado baliza o processo, indicando que a gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) não deve ter problemas na esfera municipal.

O projeto era visto como crucial para a privatização, porque, sozinha, a capital responde por 45% do faturamento da Sabesp. Ou seja, se a maior fonte de receita ficasse fora, o leilão de ações previsto para o meio deste ano perderia atratividade.

A autorização para a venda da companhia foi concedida no final de 2023 pela Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo). O texto aprovado pela Câmara de São Paulo nesta quarta-feira autoriza que a Sabesp priva-

da possa operar na capital. Para o projeto passar, era necessário uma maioria simples da Casa, isto é, 28 dos 55 votos.

Partidos como PT, PSOL e PSB, que se posicionaram contra a medida, vinham criticando a velocidade da tramitação. O PL foi enviado à Câmara pelo prefeito Ricard Nunes (MDB) em março.

Nas últimas semanas, o próprio presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite (União Brasil), que é da base aliada a Nunes, vinha sinalizando alguma resistência ao projeto de lei.

No último dia (11), ele defendeu que a prefeitura da capital contratasse uma empresa independente para avaliar se a privatização traria vantagens ao município.

Críticos da iniciativa de Tarcísio afirmam que a cidade tem pouco a ganhar com a desestatização da empresa, já que a universalização do saneamento já está prevista para 2029 (prazo que o governo de São Paulo promete como atrativo para as demais cidades).

Inicialmente, vereadores levantaram até a possibilidade de criar uma empresa municipal de saneamento.

No entanto, essas resistências não prosperaram e a Câmara de São Paulo, vista a princípio como um obstáculo, não travou a privatização da Sabesp. **TB**

Sasazaki Participações, Empreendimentos e Comércio S.A. e suas Controladas											
Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022											
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)											
ATIVO	Consolidado		Controladora		PASSIVO	Consolidado		Controladora			
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022		
Circulante					Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	202	149	1	11	Fornecedores e outras contas a pagar	91.425	54.227	31.783	10.331		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	18.329	24.951	444	22	Empréstimos e financiamentos	15.445	26.073	2.070	-		
Estoques	16.457	19.142	-	-	Dividendos a pagar	128	128	128	128		
Tributos a recuperar	48.399	49.180	473	454	Impostos e contribuições a recolher	30.942	28.328	134	-		
Outras contas a receber	33.846	12.591	-	-	Total do passivo circulante	137.941	108.756	34.115	10.459		
Total do ativo circulante	117.003	106.013	919	487	Não circulante						
Não circulante					Empréstimos e financiamentos	17.152	14.203	-	-		
Depósitos judiciais	77	79	-	-	Tributos diferidos	13.210	13.554	-	-		
Tributos a recuperar	170	166	-	-	Impostos e contribuições a recolher	21.379	19.389	-	-		
Outros créditos	356	356	-	-	Total do passivo não circulante	53.307	48.815	-	-		
	603	601	-	-	Total do passivo	191.248	157.570	34.115	10.459		
Investimentos	-	-	-	-	Patrimônio líquido						
Imobilizado	61.781	68.260	-	-	Capital social	54.800	54.800	54.800	54.800		
Intangível	2.156	1.800	-	-	Ajuste de avaliação patrimonial	19.694	20.157	19.694	20.157		
	63.936	69.860	-	-	Prejuízos acumulados	(107.688)	(77.735)	(107.680)	(77.735)		
Total do ativo não circulante	64.539	70.461	-	-	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	(33.194)	(2.778)	(33.196)	(2.778)		
Total do ativo	181.542	176.474	919	7.681	Participação de não controladores	23.488	21.681	-	-		
					Total do patrimônio líquido	(9.706)	18.903	(33.196)	(2.778)		
					Total do passivo e patrimônio líquido	181.542	176.474	919	7.681		
Demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)											
	Consolidado		Controladora			Consolidado		Controladora			
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022		
Receita de vendas e serviços	49.591	104.683	-	-	Resultado financeiro	(10.108)	(12.509)	(4)	21		
Custo das vendas e serviços	(47.606)	(82.647)	-	-	Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(25.290)	(26.374)	(30.417)	(28.608)		
Lucro bruto	1.985	22.036	-	-	Imposto de renda e contribuição social	(736)	(867)	-	-		
Despesas com vendas	(13.530)	(19.542)	-	-	Correntes	345	348	-	-		
Despesas gerais e administrativas	(17.336)	(18.917)	(353)	(162)	Resultado do exercício	(25.682)	(26.893)	(30.417)	(28.608)		
Outras despesas operacionais, líquidas	13.659	2.558	-	-	Resultado atribuível a:						
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(30.061)	(28.477)	Acionistas da Companhia	(30.417)	(28.608)	-	-		
Ganho na distribuição desproporcional de lucros	-	-	-	-	Participação de não controladores	4.736	1.715	-	-		
Resultado antes das despesas financeiras líquidas de impostos	(15.182)	(13.865)	(30.414)	(28.629)	Resultado do exercício	(25.682)	(26.893)	-	-		
Receitas financeiras	3.230	6.057	19	22							
Despesas financeiras	(13.336)	(18.586)	(23)	(1)							
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)											
	Consolidado		Controladora			Consolidado		Controladora			
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022		
Em 1º de janeiro de 2022	54.800	20.626	(49.596)	25.830	Participação de não controladores	20.614	20.614	20.614	20.614		
Realização de custo atribuído, líquido de tributos	-	(463)	463	-	patrimônio líquido	46.444	46.444	46.444	46.444		
Resultado do exercício	-	-	(28.608)	(28.608)							
Dividendos propostos	-	-	-	-							
Em 31 de dezembro de 2022	54.800	20.157	(77.735)	(2.778)		21.681	21.681	18.903	18.903		
Realização de custo atribuído, líquido de tributos	-	(463)	463	-							
Resultado do exercício	-	-	(30.417)	(30.417)							
Dividendos propostos	-	-	-	-							
Em 31 de dezembro de 2023	54.800	19.694	(107.688)	(33.195)		23.488	23.488	(9.706)	(9.706)		
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023											
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma											
1. Informações gerais: A Sasazaki Participações, Empreendimentos e Comércio S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede social em Marília, Estado de São Paulo. Tem como objeto social e atividade preponderante a participação, direta ou indireta, nas sociedades controladas, com sedes também em Marília, mencionadas abaixo (a) Sasazaki Indústria e Comércio Ltda. ("Indústria") - tem como atividade preponderante a invenção, fabricação, comércio e transporte por via rodoviária de esquadrias metálicas de aço, de alumínio e demais materiais para uso na construção civil ou doméstico. (b) SSZK Empreendimentos Participações Ltda. ("SSZK") - tem como atividade preponderante a administração, compra, venda e locação de bens móveis e imóveis próprios e participações em outras sociedades. (c) Sasazaki Transportes Ltda. ("Transportadora") - tem como atividade preponderante o transporte de cargas por via rodoviária de produtos perigosos e não perigosos exceto mudanças, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional e a participação em outras sociedades. (d) Sasazaki Engenharia Ltda. ("Construtora") - tem como atividade preponderante a invenção, fabricação e comércio de esquadrias metálicas de aço, de alumínio e demais materiais para uso na construção civil. 2. Resumo das principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. 2.1. Base de preparação e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PMEs (R) Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e pelo custo atribuído do ativo imobilizado. As demonstrações financeiras individuais da controlada e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Pequena e Médias Empresas - PME, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PMEs (R) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.											
As demonstrações financeiras completas, composta por Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, da Mutação do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, encontram-se disponíveis na sede da Companhia.											



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DE
PORTOS E AEROPORTOS



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2023

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, cujo nome comercial adotado é PortosRio - Autoridade Portuária, empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ nº 42.266.890/0001-28, com sede na rua Dom Gerardo nº 35, 10º andar, Centro, Rio de Janeiro, constituída por meio do Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967, tem por objeto social exercer as funções de autoridade portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Rio de Janeiro, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério de Portos e Aeroportos.

Os resultados operacionais e financeiros obtidos pela PortosRio - Autoridade Portuária em 2023 são resultado do comprometimento da gestão com o desenvolvimento de seu ecossistema portuário.

A PortosRio administra o segundo maior complexo portuário na movimentação de cargas do Brasil, entre os portos públicos. Desta forma, busca garantir investimentos em obras e tecnologia para melhorar seus acessos, suas instalações e a segurança da operação, cliente que a modernização da infraestrutura é fundamental para atrair mais cargas, alavancar a competitividade de seus usuários e atrair para viabilização de novos empreendimentos.

Orientado por um Planejamento Estratégico de longo prazo, o portfólio de projetos estratégicos está sendo executado dentro do esperado, o que demonstra o comprometimento, dedicação e empenho da equipe técnica.

O compromisso da gestão em reerguer a empresa, com base em sólidos princípios como a valorização do quadro funcional; a eficácia e eficiência na aplicação dos recursos; transparência e ética; visão de futuro; e responsabilidade socioambiental corporativa, vêm posicionando a Companhia como protagonista nas ações de provisão de infraestrutura e na viabilização das operações portuárias, assumindo sua principal missão na qualidade de Autoridade Portuária, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional ao tornar os portos sob sua gestão competitivos e atraentes para a viabilização de novos empreendimento.

O Relatório Anual e as Demonstrações Financeiras de 2023 estão disponibilizados na íntegra no endereço: <https://www.portosrio.gov.br/pl-br/acao-a-informacao/auditorias/demonstracoes-financeiras/detalhamento-2023>

Francisco Leite Martins Neto
Diretor-Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL							
(Em milhares de Reais)							
ATIVO	Nota	2023	2022	PASSIVO	Nota	2023	2022
Ativo circulante				Passivo circulante			(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	310.909	279.714	Fornecedores	14	39.420	16.308
Contas a receber de clientes	6	16.902	17.778	Obrigações trabalhistas e assistenciais	15	17.916	24.381
Créditos fiscais	7	4.035	4.988	Obrigações tributárias	16	204.783	205.422
Valores a receber	8	7.645	26.275	Obrigações contratuais	17	20.356	16.231
Outros ativos	9	618	200	Benefícios pós emprego	18	24.998	24.318
		<u>340.109</u>	<u>328.955</u>			<u>307.473</u>	<u>286.660</u>
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Realizável a longo prazo				Obrigações tributárias	16	430.116	504.188
Valores a receber	8	1.244	56.933	Benefícios pós emprego	18	267.720	258.822
Depósitos judiciais	10	602.912	635.212	Provisão para contingências	19	2.231.226	1.726.336
Partes relacionadas	11	-	293.215	Adiant. futuro aumento de capital	20	359.506	326.938
Créditos fiscais	7	66.542	55.323			<u>3.288.568</u>	<u>2.816.284</u>
Outros ativos	9	59.478	421				
		<u>730.176</u>	<u>1.041.104</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	21	2.162.322	2.455.537
Propriedade para investimento	12	10.285	14.297	Outros resultados abrangentes		65.952	80.112
Imobilizado	13	829.936	783.299	Prejuízos acumulados		(3.913.808)	(3.470.938)
		<u>1.570.397</u>	<u>1.838.700</u>			<u>(1.685.534)</u>	<u>(935.289)</u>
Total do ativo		1.910.507	2.167.655	Total do passivo		1.910.507	2.167.655

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
			(Reapresentado)
Operações continuadas			
Receita operacional líquida	22	812.865	728.973
Custos da operação	23	(167.546)	(154.838)
Lucro bruto		645.319	574.135
Resultado operacional			
Despesas gerais e administrativas	24	(209.556)	(257.532)
Depreciação	25	(26.256)	(26.485)
Provisões contábeis líquidas	26	(727.955)	(512.105)
Outras receitas operacionais	27	27.786	19.646
Outras despesas operacionais		(534)	(11)
		(936.515)	(776.487)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(291.196)	(202.352)
Resultado financeiro			
Resultado financeiro líquido	28	(61.271)	(101.558)
Resultado antes dos tributos		(352.467)	(303.910)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			
Imposto de renda	29	(66.452)	(36.448)
Contribuição social	29	(23.951)	(13.130)
		(90.403)	(49.578)
Resultado do exercício		(442.870)	(353.488)
Quantidade de Ações		1.076.487.907	1.222.461.484
Prejuízo por milhares de ações do Capital Social		(0,41)	(0,29)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
		(Reapresentado)
Resultado líquido do período	(442.870)	(353.488)
Outros resultados abrangentes	(14.160)	33.627
Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	(14.160)	33.627
Resultado abrangente do período	(457.030)	(319.861)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
		(Reapresentado)
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxo da atividade principal		
Resultado do exercício	(442.870)	(353.488)
(+)/ (-) Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	(14.160)	33.627
(+) Depreciação e amortização	67.323	67.911
(+) Baixas do imobilizado e propriedades para investimento	4.072	-
(+) Variação monetária de créditos de acionistas	32.568	27.536
(+) Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	1.285	-
(+) Provisão para contingências	504.890	389.252
(+)/ (-) Benefícios pós emprego	9.578	(40.416)
(-) Receitas diferidas	-	(4.691)
Resultado ajustado	162.686	119.731
Variações no ativo		
Contas a receber	(409)	(3.782)
Créditos fiscais	(10.266)	(46.438)
Valores a receber	74.319	4.371
Depósitos judiciais	32.300	(62.111)
Outros ativos	(59.475)	547
Variações no passivo		
Fornecedores	23.112	10.588
Obrigações trabalhistas e assistenciais	(6.465)	10.946
Obrigações tributárias	(74.081)	(59.081)
Obrigações contratuais	4.125	(7.809)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	145.216	(33.038)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(114.021)	(38.943)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(114.021)	(38.943)
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	31.195	(71.981)
Caixa e equivalentes no início do período	279.714	351.695
Caixa e equivalentes no fim do período	310.909	279.714

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
		Reapresentado)
Receitas	1.131.031	800.229
Tarifas portuárias	168.956	104.699
Arrendamentos operacionais e alugueís	662.818	641.081
Provisão para perdas estimadas	(8.064)	(40.267)
Reversão de provisões	307.321	94.716
Insumos adquiridos de terceiros	(1.077.844)	(683.380)
Materiais, água, energia e serviços de terceiros	(45.129)	(46.538)
Despesas judiciais e provisões para riscos judiciais	(1.019.507)	(553.934)
Outros custos	(13.208)	(82.908)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	53.187	116.849
Depreciação e amortização	(67.323)	(67.912)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(14.136)	48.937
Valor adicionado recebido em transferência	61.870	63.670
Receitas financeiras	53.528	60.842
Outras	8.342	2.828
Valor adicionado a distribuir	47.734	112.607
Distribuição do valor adicionado	47.734	112.607
Pessoal	251.188	245.809
Remuneração direta (ativos, cedidos e estagiários)	148.407	129.750
Benefícios	39.557	34.098
Benefícios pós-emprego	6	13.693
FGTS	11.328	10.022
INSS	36.842	33.508
Provisões	14.458	24.018
Honorários da diretoria, CONSAD e CONFIS	590	720
Tributos	94.655	57.886
Federais	93.042	55.104
Estaduais	-	87
Municipais	1.613	2.695
Remuneração de capitais de terceiros	144.761	162.400
Despesas financeiras	114.799	162.400
Contratos	29.962	-
Resultado do exercício	(442.870)	(353.488)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

Descrição	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.455.537	80.112	(3.470.938)	(935.289)
Redução de capital	(293.215)	-	-	(293.215)
Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	-	(14.160)	-	(14.160)
Resultado do exercício	-	-	(442.870)	(442.870)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.162.322	65.952	(3.913.808)	(1.685.534)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 01/01/2022 A 31/12/2022

Descrição	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.455.537	46.485	(2.877.478)	(375.456)
Efeitos da reapresentação	-	-	(239.972)	(239.972)
Saldos em 1º de janeiro de 2022	2.455.537	46.485	(3.117.450)	(615.428)
Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	-	33.627	-	33.627
Resultado do exercício	-	-	(353.488)	(353.488)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.455.537	80.112	(3.470.938)	(935.289)



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DE
PORTOS E AEROPORTOS



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

1 – Contexto operacional

A Companhia Docas do Rio de Janeiro, doravante denominada “PortosRio” ou “Companhia”, com sede na Rua Dom Gerardo, 35 Sala 1001, Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma empresa pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e, no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. A Companhia tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério de Portos e Aeroportos, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro.

2 – Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

4 – Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis estão definidas abaixo e estão detalhadas em notas explicativas específicas.

4.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços (tarifas portuárias) e arrendamento de áreas portuárias, apresentada líquida dos impostos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

4.3 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e valores a receber.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

c) Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de “repasse”;

- A Companhia transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo;

- A Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrida) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia.

(iii) Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados na categoria de empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, obrigações contratuais e outras contas a pagar.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando:

- A obrigação é revogada, cancelada ou quando expirar;

- Quando for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes;

- Quando os termos de um passivo existente forem significativamente de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

4.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício.

Reconhecimento das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Do total de contas a receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD’s são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

4.5 Créditos fiscais

Correspondem aos saldos credores de Pasep, Cofins, Imposto de Renda e Contribuição Social a serem utilizados para futuras compensações, além do imposto de renda sobre aplicações financeiras.

4.6 Depósitos judiciais

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão judicial acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

4.7 Propriedade para investimento

Propriedades mantidas para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital e não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos. As propriedades são mensuradas pelo custo no reconhecimento inicial.

4.8 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

a) Teste de recuperabilidade – Impairment

Estudos externos provaram a recuperabilidade de todos os ativos das quatro unidades geradoras de caixa: UGC Porto do Rio de Janeiro, UGC Porto de Itaguaí, UGC Porto de Niterói e UGC Porto de Angra dos Reis. Estes provaram também que não houve indícios de perda por desvalorização.

A responsabilidade pelos estudos é da empresa Staff Auditoria & Assessoria, contratada por meio do instrumento nº 54/2022, cujo objeto é a “prestação dos serviços de avaliação patrimonial com fundamentação técnica para determinação do valor recuperável dos ativos (impairment test), revisões de vida útil e de valor residual”.

b) Vida útil

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil econômica estimada para cada classe de bens.

O Imobilizado está segregado nos seguintes grupos, segundo o Manual de Contas das Autoridades Portuárias, instituído pela Portaria nº 57, de 8 de março de 2016, da ANTAQ, e possui as seguintes taxas anuais de depreciação:

Bens em operação			
Contas	Taxas anuais	Contas	Taxas anuais
Dragagem	Entre 10% e 20%	Pátios	Entre 4% e 10%
Sinalização	Entre 10% e 20%	Armazéns	4%
Proteção marítima	2%	Silo	4%
Berço e cais	Entre 2% e 4%	Guindaste	4%
Estacionamento	4%	Ship Loader	5%
Vias internas	4%	Empilhadeira	5%
Linha férrea	4%		

Bens da administração			
Contas	Taxas anuais	Contas	Taxas anuais
Terrenos	Não deprecia	Equip. de informática	Entre 10% e 20%
Edificações	Entre 4% e 5%	Sistemas aplicativos	Entre 10% e 50%
Instalações	Entre 2% e 10%	Mobiliário	Entre 3% e 20%
Máquinas e equipamentos	Entre 10% e 20%	Veículos	12%

Bens em operação: registram os itens de propriedade da Companhia que são utilizados nas atividades operacionais.

Bens da administração: registram os itens utilizados na atividade administrativa.

Imobilizado em andamento: registram os itens que ainda estão operando.

4.9 Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso das atividades operacionais e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado.

4.10 Obrigações trabalhistas, assistenciais, tributárias e contratuais

As obrigações trabalhistas, assistenciais, tributárias e contratuais foram atualizadas até a data do balanço.

4.11 Benefícios pós emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

4.12 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos e são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e é efetuado o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando são considerados como de perda provável pela área jurídica da Companhia e divulgados em nota explicativa quando são classificados como de perda possível em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Para fins de apresentação das informações contábeis, a provisão não é demonstrada líquida dos depósitos judiciais.

4.13 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despeza do imposto de renda e da contribuição social são apropriadas na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas leis tributárias vigentes.

4.14 Tributos sobre receitas

As receitas tarifárias e de arrendamento de áreas estão sujeitas à incidência do Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade e os créditos decorrentes da não cumulatividade são apresentados como conta redutora da respectiva despesa que ensejou o crédito.

Sobre as receitas tarifárias há incidência do ISS – Imposto sobre Serviços a alíquota de 5%, apurado e recolhido para o município onde são prestados os serviços (Itaguaí).

4.15 Receita operacional

A receita é mensurada quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, sendo provável que os benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados e os riscos e benefícios foram transferidos e assumidos pelo tomador do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a) Tarifas portuárias

As receitas tarifárias são registradas com base na utilização de cais público, por atracação de navios de carga e passageiros, movimentação de cargas e passageiros, fundeio, utilização do canal de acesso aquaviário, utilização de estrutura terrestre, armazenagem e utilização de equipamentos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o usuário, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade.

b) Receitas de arrendamento

As receitas de arrendamento são registradas com base em contratos de arrendamento operacionais de áreas primárias dos portos e são calculadas por meio da movimentação de carga e de passageiros e do preço do arrendamento, cobrado independentemente da movimentação, conforme a particularidade de cada contrato. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente acerca da remuneração do contrato e da movimentação, atestada pela fiscalização dos contratos.

c) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e/ou os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receitas financeiras, da demonstração de resultado.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contrato com cliente, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa de valor da receita acumulada.

6 – Contas a receber de clientes

As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente. Os valores registrados são:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Bruto	(PECLD)	Bruto	(PECLD)
Porto do Rio	191.506	(178.576)	12.930	194.220
Porto de Itaguaí	3.276	(167)	3.109	1.716
Porto de Niterói	4.903	(4.056)	847	4.500
Porto de Angra	1.691	(1.675)	16	531
Totais	201.376	(184.474)	16.902	200.967

Abaixo, segue a movimentação das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):

Movimentação da PECLD	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(183.189)	(177.434)
(+) Adições	(8.068)	(42.554)
(-) Reversões	6.783	36.799
Saldo final	(184.474)	(183.189)

10 – Depósitos judiciais

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os valores dos depósitos judiciais visam garantir o recurso da sentença judicial. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Ações judiciais – leasing	247.436	247.436
Bloqueios em conta corrente	173.750	165.168
Ações judiciais - Portus	26.167	32.182
Recursos interpostos	18.340	17.108
Ações judiciais – VPNI	2.769	40.947
Outras ações judiciais	134.450	132.371
Totais	602.912	605.212

Ações judiciais – leasing: são valores de penhoras na receita da Companhia para garantia dos seguintes processos:

0190316-36.1998.8.19.0001 – 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro
0102697-82.2009.8.19.0001 – 19ª Vara Cível do Rio de Janeiro
0044608-27.1994.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro
0005985-83.1997.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Bloqueios em conta corrente: são relativos a diversas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, com pedido de penhora judicial nas contas bancárias em que a Companhia possui junto ao Banco do Brasil, e na Caixa Econômica Federal.

Ações judiciais – Portus: são referentes a depósitos judiciais, nos autos dos seguintes processos: 0105594-59.2004.8.19.0001, da 21ª Vara Cível do Rio de Janeiro, e 0002173-66.2013.8.19.0024, da 1ª Vara Cível da Comarca de Itaguaí.

Recursos interpostos: registra os pagamentos de interposição de recursos ordinários, embargos de declaração, recurso de revista, agravo de instrumento, agravo interno e demais medidas jurídicas de interesse da Companhia.

Ações judiciais – VPNI: compreendem os depósitos judiciais no processo 0100626-70.2017.5.01.0004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, relativo à rubrica salarial denominada VPNI – Vantagem Pessoal Nominal Individual. A Companhia obteve decisão favorável quanto à extinção da ação e a consequente liberação de grande parte dos recursos bloqueados durante o exercício de 2023.

Outras ações judiciais: compreendem os depósitos judiciais nos demais processos cíveis, trabalhistas e tributários.

11 – Partes relacionadas

A Companhia mantinha recursos em conta específica pertencente ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Entretanto, por solicitação de sua controladora, foram devolvidos os montantes de R\$ 279.900 mil e R\$ 13.315 mil aos cofres do Governo Federal, em 2014 e 2015, respectivamente. A Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2023 deliberou pela descapitalização dos recursos, regularizando a situação do Realizável a Longo Prazo, que estava superavaliado.

16 – Obrigações tributárias

As obrigações tributárias possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IPTU	14.695	14.695	-	-
ISS	494	89	3.331	2.958
Parcelamentos	119.975	130.163	426.785	501.230
Pasep/Cofins	9.940	5.053	-	-
IR e CSLL	16.101	12.887	-	-
INSS/FGTS	6.521	5.096	-	-
ATP	-	6.820	-	-
Taxa de ocupação	33.322	29.550	-	-
Outros	3.735	1.069	-	-
Totais	204.783	205.422	430.116	504.188

O saldo de IPTU a recolher é referente a 109 (cento e nove) débitos inscritos em Dívida Ativa, do Município do Rio de Janeiro, relativos aos exercícios de 2008 a 2019.

O ISS registrado no passivo circulante refere-se ao valor mensal do tributo a ser recolhido ao Município de Itaguaí – RJ. O registrado no passivo não circulante é relativo à execução fiscal, também do Município de Itaguaí, em trâmite na 3ª Vara de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, pelo não recolhimento do tributo no exercício de 2002.

Os Parcelamentos compreendem quatro modalidades do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, cuja adesão ocorreu em 14 de novembro de 2017, sendo: um parcelamento ordinário de débitos previdenciários, de 28 de maio de 2018; dois parcelamentos de Pasep e Cofins, aderidos em 13 de julho de 2018, e três acordos com a PGFN – Negócio Jurídico Processual, assinados em 29 de maio de 2019, 21 de outubro de 2020 e 29 de abril de 2021.

O grupo Pasep/Cofins representa contribuições correntes sobre o faturamento mensal, as quais vêm sendo recolhidas dentro de seus respectivos vencimentos.

O saldo de IR e CSLL compreende os valores do imposto de renda retido em folha de pagamento, além dos tributos apurados sobre o Lucro Real.

O grupo INSS/FGTS representa contribuições correntes sobre a folha de pagamento mensal, as quais vêm sendo recolhidas dentro de seus respectivos vencimentos.

O ATP – Adicional de Tarifa Portuária, instituído pela Lei nº 7.700, de 21 de dezembro de 1988, tratava-se de cobrança de taxa, cuja base de cálculo eram as operações de importação e exportação, objeto do comércio na navegação de longo curso. A Lei nº 9.309, de 2 de outubro de 1996 revogou a supracitada Lei e, consequentemente, extinguiu a cobrança do adicional. O saldo permaneceu registrado contabilmente até 26/02/1999, quando a União efetuou transferência do valor aproximado de R\$ 16,8 milhões para baixa parcial do passivo, tendo o aumento do Capital Social como contrapartida. Os valores foram baixados no 1º trimestre de 2023 por deliberação da 2582ª Reunião da Diretoria Executiva de 09/02/2023.

A Taxa de Ocupação representa a cobrança da Secretaria de Patrimônio da União – SPU de taxas incidentes sobre os imóveis da Companhia, tais como taxa de ocupação e aforamento, relativas aos exercícios de 2018 e 2019.



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DE
PORTOS E AEROPORTOS



17 – Obrigações contratuais

	Circulante	
	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de clientes	7.788	3.056
Expansão Terminal 1	7.651	7.651
Outros	4.917	5.524
Totais	20.356	16.231

A **Expansão do Terminal 1** constitui obrigação assumida com o Grupo Libra, referente às obras de ampliação do cais da área arrendada (Terminal 1). As obras, por força do 12º (décimo-segundo) Termo Aditivo ao Contrato C-DEPJUR nº 010/98, assinado em 16 de setembro de 2011, eram de responsabilidade da Companhia, mas foram financiadas pela arrendatária. A Diretoria Executiva, em sua 2098ª reunião, realizada em 7 de outubro de 2014, deliberou pelo ressarcimento das despesas à arrendatária.

A Companhia vinha, até o exercício de 2022, amortizando, mensalmente, o saldo devedor do contrato por meio de compensações com valores devidos pela ICTSI Rio Brasil, empresa sucessora, referentes às partes fixa e variável do arrendamento. Entretanto, o contrato foi encerrado em 16 de janeiro de 2023 com o saldo de R\$ 7.651 mil, não cobrado pela arrendatária por conta do pedido de recuperação judicial do Grupo Libra e pela discussão judicial de algumas faturas referentes à cobrança de movimentação mínima contratual.

18 – Benefícios pós emprego

A Companhia é patrocinadora de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo, do tipo "benefício definido", é administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, fiscalizada pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão – PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda.

A Companhia contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

O Portus está sob intervenção federal decretada pela Diretoria Colegiada da PREVIC, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União 23 de agosto de 2011.

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contribuições correntes	587	572	-	-
Termo de compromisso financeiro (I)	24.411	23.746	195.992	202.535
Déficit Atuarial	-	-	71.728	56.287
Totais	24.998	24.318	267.720	258.822

O déficit atuarial da Companhia, apontado no balanço patrimonial e nos quadros a seguir, de R\$ 292.131 mil (R\$ 282.568 mil em 2022), calculado segundo o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, está sendo equacionado conforme as regras estabelecidas no Termo de Compromisso Financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em sua 742ª reunião, realizada em 10 de junho de 2020, com a supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

(I) A fim de equacionar a grave insuficiência patrimonial do PBP1, fechado para novas adesões desde 2011, foi ajustado entre os responsáveis do custeio do plano multipatrocinado pelas Companhias do sistema portuário e o Portus (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial própria, desenvolvida para buscar a solvência do PBP1.

Desta forma a Companhia (Patrocinadora) firmou o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBP1, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. Neste Termo de Compromisso Financeiro (TCF), considerando a metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do PBP1, a Companhia assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 203.276, apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos ao Plano de Pensão - PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar.

O valor acima corrigido até a data da assinatura do termo passou a ser de R\$ 210.597. O saldo devedor está sendo liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Abaixo está demonstrado o saldo do Termo de Compromisso Financeiro após os registros contábeis acima mencionados:

TCF	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial TCF	226.281	225.999
(-) Pagamentos	(14.056)	(12.855)
(+) Juros e atualização monetária	8.178	13.137
Saldo devedor remanescente	220.403	226.281
Circulante	24.411	23.746
Não circulante	195.992	202.535

19 – Provisão para contingências

A Companhia constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e estão compostas da seguinte maneira:

	Saldo inicial 01/01/2023	Condenações	Complemento	Reversão	Saldo Final 31/12/2023
Ações trabalhistas	173.482	(66.412)	94.475	(93.835)	107.710
Ações cíveis	1.032.378	(83.602)	613.890	(1.390)	1.561.276
Ações tributárias	520.476	(1)	374.831	(333.066)	562.240
Totais	1.726.336	(150.015)	1.083.196	(428.291)	2.231.226

Segundo informações da Superintendência Jurídica da Companhia, as provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, considerando a fase processual em que se encontram, levando em conta os valores depositados e cálculos homologados. Os valores foram atualizados pelos índices dos respectivos tribunais em que tramitam as ações, acrescidos de juros de mora, conforme legislação vigente.

Os processos classificados como perda remota foram calculados com base nos pedidos apresentados na inicial, considerando o baixo risco de condenação ou já quitados em juízo. Aqueles considerados como perda possível tiveram seus valores definidos com base na fase de conhecimento em processos com chances de recursos. Os processos classificados como perdas prováveis foram calculados com base na decisão em segunda instância, sem chance de reversão ou em fase de execução.

Para as variações, dentre as ações cíveis, a principal variação foi resultado de decisão judicial na ação 0105594-59.2004.8.19.0001, movida pelo Portus Instituto de Seguridade Social. O valor provisionado para esta ação foi de R\$ 556.229 mil até 30/09/2023 (R\$ 556.229 mil em 2022). Para o encerramento do ano de 2023, em consulta aos tramites deste processo, foi identificado uma petição do mês de setembro de 2023 relatando que este processo representa o montante de R\$ 1.457.177 mil. Considerando o relato, os saldos contábeis de 31/12/2023 deste referido processo estão suportados por esta decisão, sendo que os efeitos contábeis foram segregados, parte no ano de 2023 e o restante nos anos anteriores conforme detalhado na nota explicativa nº 3. Cabe destacar que inicialmente os valores deste referido processo estavam suportados por cálculo de perito contábil contratado pela Companhia (R\$ 556.229 mil até 30/09/2023 (R\$ 556.229 mil em 2022).

Em relação às ações tributárias, o aumento é resultado da atualização nos processos de execução fiscal do Município do Rio de Janeiro, relativos à falta de recolhimento do ISS entre as décadas 1990 e 2000. O complemento e a reversão no período de 2023 foi ocasionado, principalmente, pelo reconhecimento de R\$ 333.121 mil, relativo às ações tributárias, em especial pela mudança de estimativa para a Execução Fiscal nº 5005363-39.2022.4.02.5101, visto que a Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro havia promovido o cancelamento da Certidão de Dívida Ativa, pelo reconhecimento da imunidade tributária do ISS, contudo, o Município do Rio de Janeiro apresentou Embargos de Declaração, tendo o juízo acolhido o recurso, oferecidos pelo exequente (Município do Rio de Janeiro), anulando por completo a sentença, já que fundada em evidente erro material e com a anulação da referida sentença e a pendência de julgamento de recurso de apelação, implicaram na alteração da contingência de risco de perda "remota" para "provável", portanto, passível de registro contábil.

22 – Receita operacional líquida

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita com arrendamentos	711.080	687.062
Receitas tarifárias	186.394	114.220
Impostos federais	(82.127)	(71.102)
Impostos municipais	(2.482)	(1.207)
Receita operacional líquida	812.865	728.973

Abaixo, segue o detalhamento por Porto:

Exercício de 2023	Porto do Rio de Janeiro	Porto de Itaguaí	Porto de Niterói	Porto de Angra dos Reis	Total
Receita com arrendamentos	199.095	500.728	5.164	6.093	711.080
Receitas tarifárias	111.883	67.758	6.141	612	186.394
Receita total	310.978	568.486	11.305	6.705	897.474
Impostos federais	(26.321)	(54.098)	(1.115)	(593)	(82.127)
Impostos municipais	-	(2.482)	-	-	(2.482)
Receita operacional líquida	284.657	511.906	10.190	6.112	812.865

Exercício de 2022	Porto do Rio de Janeiro	Porto de Itaguaí	Porto de Niterói	Porto de Angra dos Reis	Total
Receita com arrendamentos	213.703	462.104	5.313	5.942	687.062
Receitas tarifárias	75.613	33.312	5.118	177	114.220
Receita total	289.316	495.416	10.431	6.119	801.282
Impostos federais	(25.425)	(44.158)	(1.016)	(503)	(71.102)
Impostos municipais	-	(1.207)	-	-	(1.207)
Receita operacional líquida	263.891	450.051	9.415	5.616	728.973

A PortosRio tem movimentação diversificada, operando todas naturezas de carga: geral, granel sólido e granel líquido. O Porto do Rio é o que opera com a maior diversidade de cargas, sendo as principais o petróleo e seus derivados, trigo, produtos siderúrgicos, sal, gusa, veículos e cargas em contêineres. O Porto possui também um terminal de navios de cruzeiros. O Porto de Itaguaí, um dos maiores da América Latina, destaca-se pela movimentação de granéis sólidos minerais, sendo o minério de ferro o produto mais movimentado, operando também com contêineres, produtos siderúrgicos e carga geral. As operações do Porto de Niterói estão vinculadas à cadeia de petróleo, entretanto, de forma exclusiva. O Porto de Angra dos Reis caracteriza-se pelas operações de apoio marítimo a plataformas e outros empreendimentos em alto-mar, conhecidas como operações *offshore*. Em relação a variação positiva de 2023 quando comparado com 2022, pode ser destacado, que as receitas tarifárias tiveram um reajuste nos Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí e Angra dos Reis. Já em relação aos arrendamentos, houve um aumento na movimentação de minério de ferro (principal fonte de receita em relação aos arrendamentos), tendo também a influência da variação cambial, bem como

26 – Provisões contábeis líquidas

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2023	31/12/2022
PECLD	6.403	31.072
Provisão de Férias	(11.689)	(6.456)
Provisão para o 13º Salário	6.199	5.982
Provisão p/ FGTS do 13º Salário	383	368
Provisão para contingências	726.659	481.139
Totais	727.955	512.105

Em relação à Provisão para contingências, a variação no grupo é relativa à ajustes no provisionamento das ações trabalhistas, tributárias e cíveis, proporcionalmente, em comparação com o exercício de 2022. Maiores detalhes na nota explicativa nº 19.

28 – Resultado financeiro líquido

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras sobre créditos	34.321	33.977
Variações monetárias ativas	13.793	17.189
Juros ativos	3.347	4.967
Descontos obtidos	859	4.709
Outras receitas financeiras	1.208	-
Total receitas financeiras	53.528	60.842
Juros sobre encargos tributários	(75.366)	(121.882)
Despesas financeiras sobre créditos	(38.452)	(37.834)
Tarifas bancárias	(447)	(552)
Juros de mora	(161)	(2.066)
Multas e emolumentos diversos	(370)	(2)
Outras despesas financeiras	(3)	(64)
Total despesas financeiras	(114.799)	(162.400)
Total resultado financeiro líquido	(61.271)	(101.558)

As receitas financeiras representam os juros nos recebimentos em atraso e as atualizações dos acordos e demais valores a receber, bem como variações monetárias ativas vinculado a resgate de depósitos judiciais e descontos obtidos com fornecedores.

As despesas financeiras abrangem as atualizações de passivos, as despesas bancárias e a cobrança de multa e juros de mora pela realização de pagamentos em atraso.

29 – Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro

Segue a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	2023	2022
Resultado líquido antes do IRPJ e CSLL	(352.467)	(303.910)
Adições		
Provisão para contingências	1.019.054	552.994
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	8.064	40.268
Outras adições	-	110
Total	1.027.118	593.372
Exclusões		
Reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.661)	(9.195)
Reversão de provisão para contingências	(292.395)	(71.856)
Outras exclusões	(425)	-
Total	(294.481)	(81.051)
Lucro ajustado	380.170	208.411
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL	(114.051)	(62.523)
Lucro real	266.119	145.888
IRPJ	39.864	21.883
Adicional de IRPJ	26.588	14.565
Provisão para o IRPJ	66.452	36.448
Provisão para a CSLL	23.951	13.130

32 – Evento subsequente

No encerramento do exercício de 2023, por meio da 2643ª reunião, de 19 de dezembro de 2023 da Diretoria Executiva, foi objeto da pauta desta referida reunião, o encontro de contas de valores devidos pelo Município do Rio de Janeiro, bem como dos valores devidos pela PortosRio. O referido encontro de contas foi aprovado pela Diretoria Executiva, e teve sua aprovação pelo Conselho de Administração, por meio da Deliberação nº 196/2023/CONSAD/CDRJ, em sua 865ª reunião, de 27 de dezembro de 2023.

A assinatura foi realizada no mês de janeiro de 2024 por meio de instrumento de autocomposição celebrado entre a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e o Município do Rio de Janeiro, com interveniência da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPAR).

Na presente data, este documento se encontra pendente de homologação entre as partes, por este motivo, ainda não foi realizado os registros contábeis deste documento. Abaixo, vide cláusula referente a homologação:

6.1. As PARTES informarão, no prazo de 48 horas após a assinatura do presente instrumento, o juízo da 24ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, acerca da celebração desta Conciliação, requerendo sua homologação, assim como a suspensão do processo de nº 5004978-28.2021.4.02.5101, até a integral execução do disposto neste instrumento.

Por fim, os registros contábeis deste referido encontro de contas serão realizados quando da conclusão da homologação.

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ
PARECER CONFIS Nº 01/2024

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024.

Assunto: Relatório Anual da Administração, Balanço Patrimonial e Demais Demonstrações Contábeis

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ, em sua 641ª Reunião Ordinária, realizada em 27/03/2024, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 109, inciso II, do Estatuto Social da Companhia, procedeu ao exame do Relatório Anual da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, à vista do relatório da "Consult Auditores Independentes", de 18 de março de 2024.

Considerando as ressalvas apresentadas no título "Base para Opinião com Ressalvas", e as recomendações constantes do Relatório dos Auditores Independentes, de 18 de março de 2024, bem como a manifestação do Conselho de Administração, registrada na ata de sua 870ª Reunião Extraordinária, de 27 de março de 2024, o Conselho Fiscal OPINA no sentido de que o Relatório Anual da Administração e as referidas demonstrações contábeis refletem a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral para apreciação dos Acionistas.

O Conselho Fiscal registra a existência de prejuízos acumulados no exercício no montante de R\$ 3.913.808 mil e o patrimônio líquido negativo de R\$ 1.685.534 mil e sugere que sejam envidados esforços para a resolução das ressalvas apontadas no Relatório dos Auditores Independentes, de 18 de março de 2024, bem como observadas as recomendações constantes do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, de 22 de março de 2024.

(assinado eletronicamente)

REBECCA CAROLINE FONTOURA DA SILVA FERREIRA
Representante do Ministério de Portos e Aeroportos
Presidente do Conselho Fiscal

(assinado eletronicamente)

ANA CAROLINA SOUZA DO BOMFIM
Representante do Ministério de Portos e Aeroportos - Suplente

(assinado eletronicamente)

RAFAEL SOUZA PENA
Representante do Tesouro Nacional

(assinado eletronicamente)

JOÃO ROBERTO CARDOSO
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro - Suplente

DELIBERAÇÃO Nº 029/2024/CONSAD/PORTOSRIO

Considerando as atribuições estatutárias, conforme disposto no Artigo 65, Inciso VIII do Estatuto Social da Companhia, o **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**, em sua 870ª Reunião Extraordinária, de 27/03/2024,

DELIBERA:

Pela aprovação do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, devendo ser observadas as recomendações constantes do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário referente às Demonstrações Financeiras - Exercício 2023 (sei 8192008).

(assinado eletronicamente)

THAYRINE JESSICA MARTINS DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho de Administração

DELIBERAÇÃO Nº 030/2024/CONSAD/PORTOSRIO

Considerando as atribuições estatutárias, conforme disposto no Artigo 65, Inciso VIII do Estatuto Social da Companhia, o **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**, em sua 870ª Reunião Extraordinária, de 27/03/2024,

DELIBERA:

Pela aprovação do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício de 2023.

(assinado eletronicamente)

THAYRINE JESSICA MARTINS DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho de Administração



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DE
PORTOS E AEROPORTOS



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – RESUMIDO

Aos Diretores e Administradores da

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

Rio de Janeiro - RJ

Opinião com Ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalvas

Depósitos vinculados a ações judiciais/administrativas

Com base nas informações apresentadas pela Administração, o saldo de depósitos vinculados a ações judiciais/administrativas que em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 602.912 mil (R\$ 635.212 mil em 31 de dezembro de 2022), conforme nota explicativa nº 10, está em processo de reconciliação com a respectiva documentação suporte e os extratos das instituições financeiras

depositárias. Em face da apresentação de divergência ainda não conciliada, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre a adequação do referido saldo, bem como os possíveis reflexos no resultado em 31 de dezembro de 2023.

Provisões para passivos contingentes trabalhistas

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Companhia possui registrado na rubrica de provisão para passivos contingentes o montante de R\$ 107.710 mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 173.482 mil em 31 de dezembro de 2022) referente à ações trabalhistas. Nossos procedimentos de auditoria revelaram diversas inconsistências nos critérios de reconhecimento destes processos judiciais, bem como nos controles internos e nas bases de mensuração aplicáveis à constituição dos passivos contingentes trabalhistas. Consequentemente, não foi possível, diante das circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre a adequação do saldo da provisão para contingências trabalhistas, bem como os possíveis reflexos no resultado e efeitos tributários em 31 de dezembro de 2023.

Transações com o Tesouro Nacional – Contratos de Cessão de Créditos

Conforme nota explicativa nº 30, a Companhia, no exercício de 1998, transferiu para a União os direitos de créditos decorrentes de um contrato de arrendamento assinado com a Sepetiba Tecon S.A., com vencimento em OUT/2025, sendo que o saldo a vencer em 31 de dezembro de 2023 era de aproximadamente R\$ 90.400 mil (R\$ 146.846 mil em 31 de dezembro de 2022). Nossos procedimentos de auditoria revelaram inconsistências nos critérios de reconhecimento do passivo obrigacional e do impacto no resultado do exercício corrente, relacionado às antecipações recebidas por conta de tal cliente, em face dos direitos creditórios cedidos.

Curitiba, 18 de março de 2024.

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES

Carro 100% a álcool vai voltar ao mercado

Stellantis confirma que motor já está pronto; estreia, ao lado de modelo híbrido, deve ocorrer até o final de 2025

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Eduardo Sodré

SÃO PAULO O grupo Stellantis prepara o lançamento de carros movidos 100% a etanol ou com tecnologia híbrida que combina o combustível renovável à eletrificada. Os dois primeiros modelos devem chegar ao mercado até o fim de 2025, dentro do plano estratégico chamado Bio-Hybrid. A fabricante, contudo, não confirma datas.

Dentro do portfólio da empresa, é provável que Fiat e Jeep sejam as escolhidas para estreiar a novidade. O motor deverá ser o 1.3 turbo, que já

está em linha na opção flex.

No caso da marca italiana, há o fato histórico de ter sido a primeira a lançar um carro com versão a álcool no Brasil, em 1979: o compacto 147, logo apelidado de “cachacinha”.

A principal vantagem em relação aos carros flex — que rodam com etanol e gasolina, puros ou misturados — será a autonomia semelhante à obtida com o uso do combustível de origem fóssil, mas a um preço menor por litro e com redução das emissões de poluentes.

Isso é possível pela calibração dedicada apenas a um combustível, o que permite obter melhorias na eficiência energética. A Stellantis confirma que o motor está pronto,



Plataforma de futuros carros híbridos flex da Stellantis, com tecnologia Bio-Hybrid Eduardo Sodré - 31.jul.23/Folhapress

mas não revela a estratégia de lançamento comercial.

“O motor 100% a etanol já foi desenvolvido, é de alta eficiência e já está disponível pela Stellantis. E ele pode ser utilizado associado à tecnologia Bio-Hybrid”, diz Márcio Tona-ni, vice-presidente sênior dos centros técnicos de engenharia da montadora para a América do Sul.

O combustível renovável disponível no Brasil compensa parte das emissões de CO2 por meio da absorção na cultura da cana-de-açúcar.

Trata-se de um plano antigo, mas que sempre esbarrou no receio de não ser aceito pelos consumidores, devido aos traumas deixados pela escassez de álcool nas bombas no fim da década de 1980, quando mais de 90% dos veículos produzidos eram movidos a etanol.

Com a estabilização dos preços e da oferta, além da agenda de descarbonização, surge uma nova frente.

A possibilidade voltou a ser discutida em 2023, quando governo e Anfavea (associação das montadoras) avançaram no plano de retomada do segmento de automóveis populares. O objetivo inicial era criar o “carro verde”, que seria movido apenas a etanol.

Naquele momento, o plano foi reduzido a um pacote de incentivos que contemplou os carros flex, cujos preços iniciais ainda ficaram acima do esperado. Agora, há outros objetivos, como estimular o uso do derivado da cana em detrimento dos combustíveis de origem fóssil.

No Brasil, mesmo os donos de carros flex optam mais pela gasolina. Segundo estudo divulgado pela consultoria Datagro, o mês de janeiro terminou com apenas 30% dos motoristas tendo optado pe-

lo etanol na hora de abastecer.

O governo quer mudar essa proporção e tem incentivado o aumento da oferta de combustíveis renováveis. Em março, após discussões envolvendo o setor petrolífero e o agronegócio, foi aprovado na Câmara o projeto de lei sobre biocombustíveis.

Os estados de São Paulo e do Mato Grosso do Sul também desenvolvem programas de incentivo para o setor sucroenergético. Há ainda o avanço do E2G (etanol de segunda geração), que segue em desenvolvimento para atingir viabilidade econômica e, enfim, chegar aos postos.

Nessa opção, o combustível é processado a partir de resíduos vegetais, como palha, folhas e bagaço. Segundo a Raizen, o E2G permite elevar a produtividade em até 50% sem aumentar o tamanho da área plantada.

Os novos automóveis movidos a etanol devem entrar na menor faixa de tributação do IPI Verde, que faz parte do programa Mover (Mobilidade Verde e Sustentabilidade). A redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados vai permitir o aumento da rentabilidade para as empresas, além de viabilizar preços mais competitivos.

Há, contudo, a preocupação dos revendedores. “Na minha visão, o caminho é o híbrido flex, não o etanol puro, que demandaria o desenvolvimento de um novo motor, com novas calibrações, entre outros itens”, afirma José Maurício Andreta Jr., presidente da Fenabrave (associação dos distribuidores de veículos).

“No Brasil, temos diferenças quase nulas de preço entre gasolina e etanol em regiões como o nordeste, o que não justificaria o desenvolvimento de um veículo só a etanol.”

Boeing ignora alertas de segurança, diz engenheiro

CHICAGO | FINANCIAL TIMES Em depoimento a um comitê do Senado dos EUA, um denunciante da Boeing disse que a empresa tem uma cultura de retaliação contra funcionários que levantam preocupações em relação à segurança das aeronaves.

Sam Salehpour, engenheiro de qualidade da empresa, disse que foi repreendido por um gerente após questionar repetidamente a segurança dos aviões 777 e 787. Separadamente, disse que encontrou um prego inserido de forma suspeita no pneu de seu carro. “Levantei essas questões ao longo de três anos”, afirmou a uma comissão investigadora do Senado que avalia a segurança da Boeing. “Fui ignorado; disseram-me para não cri-

ar atrasos; disseram-me, francamente, para calar a boca.”

Ele foi convidado a testemunhar depois de divulgar, na semana passada, que o 787 poderia sofrer danos ao longo dos anos de uso que poderiam fazer com que se desintegrasse. A FAA (Administração Federal de Aviação, na sigla em inglês) está investigando as alegações. “Quando você aborda questões de qualidade, você é ameaçado”, disse. “Tudo o que estou tentando dizer é que o sistema precisa ser mudado.”

A Boeing rejeita as acusações e, na segunda-feira (15), defendeu seus métodos ao declarar-se “confiante na segurança e durabilidade dos 787 e 777”, em documento assinado por dois de seus principais engenheiros.

Allmont Montagens S.A.									
CNPJ nº 16.750.498/0001-40									
Balanço Patrimonial em 31/12/2023 - Em R\$									
Ativo	Dez/2023	Dez/2022	Passivo	Dez/2023	Dez/2022	Demonstração do Resultado em 31/12/2023 - Em R\$			
Circulante			Circulante				Acumulado	Dez/2023	Dez/2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	126.136	1.080.329	Fornecedores	1.521.902	2.887.670	Descrição			
Clientes	11.059.962	7.052.684	Adto. de Clientes	3.146.563	2.438.134	Receita de Serviços	33.194.312	33.730.447	
Aplicações Vinculadas	2.318.262	7.507.211	Salários e Encargos Sociais	303.814	292.857	Provisão de Receitas	4.677.724	19.788.436	
Adiant. Empreg./Forneced./Outros	3.798.826	376.110	Obrigações Tributárias	404.387	895.835	Despesas Operacionais	(3.645.253)	(6.666.900)	
Tributos a Compensar	372.985	218.131	JCP a Pagar	-	671	Dev. Vendas	(201.065)	-	
Estoque	14.767	88.311	Total Circulante	5.646.528	6.515.187	Receita Líquida	34.025.718	46.851.583	
Total Circulante	17.890.897	16.322.774	Total Circulante	-	-	Custo dos Serviços	(25.647.715)	(31.836.319)	
Não Circulante			Total Não Circulante	-	-	Lucro Bruto	8.378.003	15.015.264	
Depósitos Judiciais	113.250	113.250	Patrimônio Líquido	-	-	Despesas Operacionais	(1.711.132)	(1.978.890)	
Imobilizado	329.729	329.729	Capital Social	2.200.000	2.200.000	Gerais	-	(1.029.845)	
(+) Depreciação	(137.991)	(108.447)	Reserva Legal	440.000	440.000	Despesas Financeiras	(659.802)	(64.927)	
Total Não Circulante	304.988	334.532	Reserva de Lucros	9.709.398	7.502.139	Total Despesas Operacionais	(2.370.934)	(3.073.662)	
Total Ativo	17.995.925	16.657.306	Total Patrimônio Líquido	12.349.398	10.142.139	Receitas Financeiras	282.998	857.075	
			Total Passivo	17.995.925	16.657.306	Despesas Diversas Operacionais	(32.892)	(44.522)	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2023 - Em R\$									
Descrição	Capital Social	Reservas de Capital	Lucro (Prej.) Acumulados	Total		Lucro (Prej.) Operacional	6.257.175	12.754.495	
Saldo em 31/12/2022	2.200.000	440.000	7.502.139	10.142.139		Outras Receitas	-	(126.940)	
Incorporação de Lucros ao Capital Social	-	-	-	-		Outras Despesas	-	(1.978.890)	
Constituição de Reserva de Capital	-	-	-	-		Lucro (Prej.) antes Contribuição Social	6.257.175	12.627.555	
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-		Contribuição Social sobre o Lucro	(563.776)	(1.147.905)	
Lucro do Exercício	-	-	4.195.941	-		Lucro (Prej.) antes do Imposto de Renda	5.693.400	11.479.650	
Lucros Distribuídos	-	-	(1.988.682)	-		Imposto de Renda	(1.439.455)	(3.071.109)	
Saldo em 31/12/2023	2.200.000	440.000	9.709.398	12.349.398		Lucro (Prej.) Líquido do Exercício	4.195.941	8.408.553	
						Lucro (Prej.) Líquido do Exercício	4.195.941	8.408.553	
Demonstração de Fluxo de Caixa em 31/12/2023 - Em R\$									
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Dez/2023	Dez/2022	Dez/2023	Dez/2022		Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados em 31/12/2023 - Em R\$			
- Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	4.195.941	8.408.553	- Empréstimos/Financiamentos	(527.797)		Reserva de Lucros em 31/12/2022	Dez/2022	Dez/2022	
Itens que Não Afetam o Caixa			JCP a Pagar	269.863		(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	7.502.139	
- Depreciação	29.543	(172.573)	Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(868.639)	(6.478.826)	(+) Lucro Líquido do Exercício	-	4.195.941	
(Aumento) Redução de Ativos	29.543	(139.246)	Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(1.988.682)	(8.553.171)	(=) Lucro Total Disponível	-	11.698.079	
- Clientes	(4.007.278)	3.818.861	- Novos investimentos	-	-	(-) Destinação do Lucro:	-	-	
- Adiant. Empreg./Forneced./Outros	(3.422.716)	2.889.372	- Aquisições de bens do imobilizado	-	-	a. Reserva Legal	-	-	
- Tributos a Compensar	(154.854)	1.516.125	- Aumento no Diferido	-	-	b. Reserva Estatutária	-	-	
- Estoque	73.544	915.608	Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	3.476.077,64	17.288.023,39	c. Reserva para Contingência	-	-	
- Depósitos Judiciais	(7.511.305)	9.128.580	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	2.895.138,49	5.414.586,72	d. Reserva de Lucros a Realizar	-	-	
(Redução) Aumento de Passivos	(1.365.768)	(1.702.165)	- Distribuição de Dividendos	(1.988.682)	(8.553.171)	e. Lucros Aportados ao Capital	-	-	
- Fornecedores	708.423	(4.419.720)	- Amortização de Principal	-	-	f. Lucros Distribuídos	-	(1.988.682)	
- Adto. de Clientes	10.956	(45.757)	- Integração de Capital	-	-	Saldo de Lucros Acumulados do Final do Exercício (31/12/2023)	-	9.709.398	
- Salários e Encargos Sociais	(491.449)	217.743	Caixa no início do exercício	(6.143.141,56)	2.365.890	Demonstração do Resultado Abrangente em 31/12/2023 - Em R\$			
- Obrigações Tributárias	(671)	(1.130)	Caixa no final do exercício	8.587.540	6.221.650	Dez/2023	Dez/2022	Dez/2022	
- Outras Contas a Pagar	-	-	Aumento (Diminuição) Líquido no Caixa	(6.143.142,16)	2.365.890	4.195.941	8.408.553	(17.257,3)	
						2.525.087	8.235.980	(17.257,3)	
As demonstrações com suas respectivas notas explicativas, estão à disposição na sede da Companhia.									

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BARRA BONITA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL nº 028/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 00027/2024
OBJETO: Aquisição de diversos materiais e materiais de manutenção. A realização da sessão será no dia 02 de maio de 2024, às 8:30 horas, no endereço eletrônico: www.compras.pt-br.
O edital completo está disponível para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: www.barrabonita.sp.gov.br/transparencia/editais-e-licitacoes e www.gov.br/compras/pt-br. Barra Bonita, 17 de abril de 2024. José Luis Rici - Prefeito Municipal.

FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL E AGENDAMENTO DA NOVA DATA DA SESSÃO PÚBLICA
PREGÃO ELETRÔNICO 01/2024 - FORPUSP - UASG 102146 - PROCESSO SEI: 154.0000866/2024-61
Objeto: Aquisição de insumos odontológicos. Em virtude de verificação interna, o Pregão remete aos interessados que ocorreram, ao referido certame, alterações no instrumento convocatório, sendo inseridos os seguintes itens: - Anexo I - Termo de Referência; - Anexo II - Proposta Comercial. O edital retificado, na íntegra, encontrar-se-á disponível nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes, e www.e-negociospublicos.com.br e compras.gov.br. Em virtude destas retificações comunicamos ainda que a data para início do prazo de recebimento das propostas eletrônicas será o dia 18/04/2024, a partir das 09:00 horas, até a sessão pública agendada para o dia 30/04/2024, às 09:00 horas, prevalecendo as demais condições no edital fixadas.
Karynne Martins Almeida - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 038/2024; DATA ASSINATURA: 16/04/2024; CONTRATADO: IAZ BARBOSA CONSTRUTORA LTDA.; CPNJ nº 07.488.114/0001-71; ENDEREÇO: Rua Bandeirantes, n.º 248, município de Balbino/SP; OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de recapamento asfáltico de vias públicas no perímetro urbano do município, localizadas na Av. Jacomo Augusto Piacola, Rua Piedade, Rua Sete de Setembro, Av. Nove de Julho, Av. Marechal Castelo Branco e Rua Ana Maria Machado, nesta cidade de Lençóis Paulista, conforme projeto, planilhas e memorial descritivo anexo. VALOR: R\$ 563.498,22 (quinhentos e sessenta e três mil, quatrocentos e noventa e oito reais e vinte e dois centavos) MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 90003/2024

CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE HORTOLÂNDIA
AVISO DE ABERTURA
Encontra-se aberto neste Centro de Progressão Penitenciária de Hortolândia, situado a Rod. Jornalista Francisco Aguirre Poreña - Km. 5 - CEP: 13.185-900, PREGÃO ELETRÔNICO número 90005/2024, destinado a Aquisição de Gêneros Alimentícios PERECÍVEIS AMPLA para o período de maio a julho de 2024, do tipo MENOR PREÇO, a realização da sessão pública será na data 30/04/2024, às 09h00, no correio eletrônico: www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua íntegra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto ao do Centro de Progressão Penitenciária de Hortolândia e-mail: fabiomatias@sp.gov.br.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS
ADITAMENTO CONTRATUAL
CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Bastos; CONTRATADA: MHC Comércio de Produtos Alimentícios Ltda EPP; OBJETO: 1º aditivo da ata de registro de preços do P.E.R.P nº 078/2023, adita-se o lote 68 - ovos brancos em 40,9850% alterando o valor inicial de R\$ 12,59 para R\$ 17,75, as demais cláusulas permanecem inalteráveis; LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico de Registro de Preços nº 078/2023.
Bastos/SP., 12.04.2024. Manoel Ironicos Rosa - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
Aviso de ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - Extrato - Pregão Eletrônico nº 006/2024. Diante da Adjudicação e decorrido o prazo recursal sem a interposição de nenhum recurso, a Prefeitura Municipal de Holambra comunica a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 006/2024 cujo o objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ALVENARIA. Adjudico e homologo o item 01, 03, 04 e 06 do Pregão, por ter apresentado o menor preço unitário, a empresa "CASA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS MATAO LTDA" - valor total: R\$ 75.070,00 (setenta e cinco mil e setenta reais). Adjudico e homologo o item 02 do Pregão, por ter apresentado o menor preço unitário, a empresa "RFG DISTRIBUIDORA LTDA" valor total R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais) . O item 05 ficou distribuído fracassado. Holambra, 17 de abril de 2024. Fernando Capato. Prefeito Municipal.

Edital de Convocação de Suplente de Diretoria Executiva - O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral e Auxiliares na Administração de Armazéns Gerais de Ourinhos e Região, sediado a Rua Eduardo Peres, nº 27, Vila Cristini, Ourinhos/SP. Sr. Ednelson Francisco da Luz, CPF 110.591.808-47, no uso das atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o Estatuto Social da Entidade em sua Seção VI artigo 40º que trata das substituições e Considerando a vacância do cargo de Tesoureiro; Considerando que a mesma se deu por motivo de falecimento do titular, Considerando ainda, a existência de diretor classificado na condição de suplente; Resolve, Convocar para assumir o cargo de Diretor Tesoureiro Eletivo, o suplente Sr. Alexandre Mateus Cesarão, CPF 256.948.918-21. A sua nomeação se dará em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede da entidade sito a Rua Eduardo Peres, 27 - Vila Cristini - Ourinhos/SP no dia 27 de Abril de 2024 às 16:00 hs, Ourinhos/SP, 18 de Abril de 2024. Ednelson Francisco da Luz - Diretor Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRÍ
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA PRESENCIAL Nº 003/2024
Fica prorrogada a realização da Concorrência Pública nº 003/2024 - Processo nº 025/2024, objetivando a contratação de empresa do ramo para execução de Reforma e Ampliação do Cemitério Municipal, sendo que a hasta pública para abertura das propostas acontecerá no dia 06/05/2024, segunda-feira, às 09 (nove) horas, no mesmo local anteriormente divulgado, sendo que as informações a distância serão fornecidas pelos fones (14) 3489-8509/8525 ou pelo e-mails: compras@iacri.sp.gov.br / compras.iacri@gmail.com.
Iacri, 17 de abril de 2024.
Carlos Alberto Freire - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRÍ
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2024
O Prefeito Municipal de Iacri torna público que se encontra aberto no Setor de Licitações o Edital nº 020/2024 do Pregão Presencial nº 015/2024 - Processo nº 026/2024, objetivando a contratação de empresa do ramo para execução de instalação de revestimento cerâmicos (pisos e azulejos de porcelanato). O encerramento dar-se-á no dia 30 de abril de 2024, às 09h00min. A abertura dos Envelopes será às 09h15min do mesmo dia. O Edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Iacri, Setor de Licitações, sito à Rua Ceará 1763, Centro, Iacri/SP e no site www.iacri.sp.gov.br. Informações à distância serão fornecidas pelos fones (14) 3489-8509/8525, e-mails: compras.iacri@gmail.com / compras@iacri.sp.gov.br no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h.
Iacri, 17 de abril de 2024.
Carlos Alberto Freire - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE
AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 25/2024
A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE, através do seu Departamento de Compras e Licitações, COMUNICA a SUSPENSÃO do procedimento licitatório, modalidade pregão presencial 25/2024 - Contratação de Instituição Bancária para operar serviços de centralização das atividades bancárias - tendo em vista o provimento da impugnação interposta pela empresa ITAU UNIBANCO S.A.
Presidente Prudente, Paço Municipal “Florivaldo Leal”, 16 de abril de 2024.
Walner Silvestre - Licitador Depto. Compras

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024 - UASG 80011
Nº Processo: 35428/2023
Objeto: Contratação de prestação de serviços de coordenação e infraestrutura de apoio para eventos, compreendendo serviços especializados de transporte, recepção, alimentação, limpeza, incluindo planejamento e desenvolvimento das atividades e fornecimento de materiais e equipamentos, entre outros. Data e horário da abertura do pregão: 06/05/2024, às 11h00. Local: Compras.gov.br - <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Cadastro das Propostas até a abertura do pregão. A íntegra do edital encontra-se disponível no endereço eletrônico acima e no site do TRT: https://docs.google.com/spreadsheets/d/18mxxr5S5TJFpA_DbA0H47tFvWbUW0xbE-KpsJab0/edit?gid=0&fid=237527314.
Informações: Coordenadora de Licitações e-mail: licita@trt15.jus.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO Nº 047/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2024
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA, PSICOPEDAGOGIA, CIÊNCIA E TERAPEUTICA, PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO DO AUTISMO E OUTROS TRANSTORNOS DE DESENVOLVIMENTO, VISANDO O CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, QUE INTEGRARÁ ESTE EDITAL COMO ANEXO I. Recebimento das Propostas: das 09h00min do dia 19/04/2024 às 09h30min do dia 06/05/2024. Abertura das Propostas: às 08h31min do dia 06/05/2024. Início da Sessão de Disputa: às 09h00min do dia 06/05/2024. Local: www.bll.org.br. Modo de Disputa: Aberto.
OBS: O Edital encontra-se a disposição dos interessados nos sites www.guararapes.sp.gov.br e www.bll.org.br. Maiores informações contato via e-mail: compras@guararapes.sp.gov.br.
Guararapes, 17 de abril de 2024.
Maria Marta Justí - Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024
Torna-se público que o(a) Departamento Municipal de Água e Esgoto - DEMA, por meio do(a) Setor de Compras e Licitações, sediado(a) na Avenida Sete de Setembro, nº 363 - Centro, em Campo Belo, Estado de Minas Gerais, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, cujo objeto é a contratação de empresa para AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS. Abertura: 06/05/2024, às 08.30 horas. Local: Site de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br. Retirada do Edital no site www.demaecb.com.br. Informações pelo telefone (35) 3831-1087 ou pelo correio eletrônico: licitacao@demaecb.com.br.
Mayra Lara Alvarenga - Pregoeira
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024
Torna-se público que o(a) Departamento Municipal de Água e Esgoto - DEMA, por meio do(a) Setor de Compras e Licitações, sediado(a) na Avenida Sete de Setembro, nº 363 - Centro, em Campo Belo, Estado de Minas Gerais, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, cujo objeto é a contratação de empresa para AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS MOTOBOMBA. Abertura: 06/05/2024, às 08.30 horas. Local: Site de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br. Retirada do Edital no site www.demaecb.com.br. Informações pelo telefone (35) 3831-1087 ou pelo correio eletrônico: licitacao@demaecb.com.br.
Mayra Lara Alvarenga - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 004/2024 - Processo nº 023/2024
Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração do Plano Diretor de Macrodrenagem do município, - Tipo: Menor Preço - Global. - Valor Estimado: R\$ 204.249,24 - DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Quinta-Feira, 20 de junho de 2024, às 08:15 horas, na DIRETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – Rua Firmino Ferreira Luz, nº. 606, Centro – Fone: (17) 3285-9999 – Guaraci/SP. - Edital: o edital estará disponível para consulta aos interessados no endereço eletrônico: <http://www.guaraci.sp.gov.br/> - DATA: 17/04/2024 - Renato Azeda Ribeiro de Aguiar - Prefeito.

Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Segurança, Vigilância, Segurança Pessoal, Guardas Noturnos e Segurança Patrimonial de Guaratinguetá e Região, CNPJ 01.290.343/01-32, Rua José Maria Gredini, nº 89, Campo do Galvão, Guaratinguetá/SP. EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO QUADRO ASSOCIATIVO. Ficam convocados por este edital, os associados em dia com suas obrigações sindicais, para se reunirem em AGO na sede em Guaratinguetá/SP, no dia 29/04/2024, às 14:30h em 1º convocação com quórum qualificado ou, 15:00h em 2º convocação com qualquer número presente, para deliberação e aprovação da seguinte ordem do dia: 01) ata anterior, leitura e atas; 02) prestação de contas da diretoria do exercício 2023, balanço financeiro patrimonial/suplementação de verbas e relatório das atividades do exercício, sob parecer do Conselho Fiscal. Guaratinguetá, 17/04/2024. Leonel Teodoro de Oliveira - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ERNESTINA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024 A Prefeitura Municipal de Santa Ernestina, Estado de São Paulo, torna público para o conhecimento de quem possa interessar, que será realizada Licitação aberta através do Edital nº 08/2024. Processo nº 17/2024 na modalidade Pregão Eletrônico nº 08/2024, do tipo menor preço unitário tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS TIPO DE CONSTRUÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE SANTA ERNESTINA/SP, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I do edital regulando o certame. O início da sessão pública está previsto para as 09h00 do dia 30 de abril de 2024. Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.385/2021. O instrumento convocatório e seus anexos encontram-se disponíveis no site oficial do município: www.santaernestina.sp.gov.br e poderão ser retirados ou consultados no horário normal de expediente na sede deste órgão licitante de segunda a sexta feira das 8h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min. Informações podem ser obtidas através dos telefones: (16) 3256-9104 e (16) 3256-9100 e WhatsApp (16) 3256-5537 ou ainda através do e-mail: licitacao@santaernestina.sp.gov.br. Santa Ernestina, aos 17 de abril de 2024. MARCELO APARECIDO VENEZOL - Prefeito Municipal

“PENITENCIÁRIA FEMININA DE CAMPINAS” – CAMPINAS/SP
AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO
Encontra-se aberta na PENITENCIÁRIA FEMININA DE CAMPINAS, licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024, do tipo MENOR PREÇO, referente ao Processo nº SEI 006.00071089/2024-13, destinado à aquisição de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros com entrega parcelada, para consumo de sentenciadas e funcionários desta Unidade Prisional, para o fornecimento de 4 (quatro) meses, compreendendo o período de maio de 2024 a agosto de 2024. A realização da sessão pública será no dia 02/05/2024, às 9:00hs. Os interessados em participar do certame deverão acessar o endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, a partir do dia 18/04/2024, para entrega de suas propostas, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O edital estará disponível em: www.gov.br/pncp para leitura e impressão no site eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES-EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto ao Centro Administrativo da Penitenciária Feminina de Campinas/SP, telefones: (19) 3772-4700 ramal 4709 e 4742 ou e-mail: financas@pncfcampinas.sap.sp.gov.br.

“PENITENCIÁRIA FEMININA DE CAMPINAS” – CAMPINAS/SP
AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO
Encontra-se aberta na PENITENCIÁRIA FEMININA DE CAMPINAS, licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024, do tipo MENOR PREÇO, referente ao Processo nº SEI 006.00071090/2024-30, destinado à aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis com entrega parcelada, para consumo de sentenciadas e funcionários desta Unidade Prisional, para o fornecimento de 4 (quatro) meses, compreendendo o período de maio de 2024 a agosto de 2024. A realização da sessão pública será no dia 06/05/2024, às 9:00hs. Os interessados em participar do certame deverão acessar o endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, a partir do dia 18/04/2024, para entrega de suas propostas, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O edital estará disponível em: www.gov.br/pncp para leitura e impressão no site eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES-EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto ao Centro Administrativo da Penitenciária Feminina de Campinas/SP, telefones: (19) 3772-4700 ramal 4709 e 4742 ou e-mail: financas@pncfcampinas.sap.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2024 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2024. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE FRALDAS INFANTIS E GERIÁTRICAS PARA AS SECRETARIAS DA EDUCAÇÃO E DE SAÚDE POR DOZE MESES, conforme condições editalícias. A sessão pública ocorrerá impreterivelmente no dia 03 de maio de 2024, às 08h, no Paço Municipal, à Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 - Centro. O processo físico disponível para qualquer cidadão e a versão eletrônica estão disponíveis aos interessados para aquisição e consulta, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente, das 08h00min às 17h00min, no mesmo endereço, telefone 0xx16 - 3752 - 7002 e através do site www.aramina.sp.gov.br. Aramina/SP, 17 de abril de 2024. SILVANA RIBEIRO JORGE - SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO; BEATRIS LENITA DA SILVA HAUCK - SECRETÁRIA DA SAÚDE.

PREFEITURA DE MIRANDÓPOLIS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21454/2023-PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2023- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2023 - EDITAL Nº 56/2023 - Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, não perecíveis e frigorificados para promover o atendimento do Programa Municipal de Alimentação Escolar para o ano letivo de 2.024. SEXTA DECISÃO PREVIA DA ANÁLISE DE AMOSTRAS E CONVOCAÇÃO PARA A RETOMADA DA SESSÃO DE JULGAMENTO - Considerando as razões expostas pela Administração deste Município, responsável pela análise técnica das amostras, cujo inteiro teor encontra-se anexo na plataforma Bolsa de Licitações do Brasil - BLL, fica a seguinte empresa desclassificada no respectivo item objeto deste certame, a saber: M&D Distribuidora Farmacêutica - Item: 108. Assim, convocoo todos os licitantes para a retomada da sessão pública de julgamento das propostas, no termo da cláusula 9.10 do Edital a ser realizada no dia 24 de Abril de 2024, às 08h30, no Portal Bolsa de Licitações do Brasil - BLL www.bll.org.br. Mirandópolis/SP, 17 de abril de 2024. Geuzeli Ribeiro Lopes Albano - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIZAL
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 021/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2024 - PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 020/2024
Registro de preços para eventuais e futuras aquisições de gêneros alimentícios (panificação) destinados aos departamentos de educação, esporte, cultura e turismo e demais departamentos municipais pelo período de 12 (doze) meses. Data da Sessão Pública: 06/05/2024, às 08:30h. Local: Departamento de Licitação, localizado na Rua São Paulo, 131 - Centro, O Município de Buritzal, através do Prefeito Municipal, torna público que na data, horário e local acima assinalado realiza na modalidade Pregão Presencial, com critério de julgamento de menor preço. Local e horário para retirada do edital: Setor de Licitações, Rua São Paulo, 131 - Centro, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, gratuitamente, e pelo site www.buritizal.sp.gov.br.
Publique-se, Buritzal/SP, 17 de abril de 2024. (a) Daniel Sarreta - Prefeito Municipal

Departamento Autônomo de Água e Esgotos
Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico nº 023/2024
Processo DAAE nº 0702 de 01/03/2024
Objeto: Renovação de licença firewall. Abertura das Propostas: às 10h00min do dia 06 de maio de 2024. Data e horário para a sessão de disputa de preços: às 10h10min do dia 06 de maio de 2024. ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://araraquadaaas.cedidcloud.com.br/porta_licitacoes_external/index.html#/painel/geral/painel/geral. O Edital poderá ser retirado na íntegra através dos sites: <https://www.gov.br/pncp/pt-br> - www.daaeararaquara.com.br - link: Painel de Licitação
Araraquara (SP), 15 de abril de 2024.
Dolores Mano - Superintendente

“PENITENCIÁRIA FEMININA DE CAMPINAS” – CAMPINAS/SP
AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO
Encontra-se aberta na PENITENCIÁRIA FEMININA DE CAMPINAS, licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024, do tipo MENOR PREÇO, referente ao Processo nº SEI 006.00071085/2024-27, destinado à aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis com entrega parcelada, para consumo de sentenciadas e funcionários desta Unidade Prisional, para o fornecimento de 4 (quatro) meses, compreendendo o período de maio de 2024 a agosto de 2024. A realização da sessão pública será no dia 02/05/2024, às 9:00hs. Os interessados em participar do certame deverão acessar o endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, a partir do dia 18/04/2024, para entrega de suas propostas, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O edital estará disponível em sua íntegra para leitura e impressão no site eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES-EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto ao Centro Administrativo da Penitenciária Feminina de Campinas/SP, telefones: (19) 3772-4700 ramal 4709 e 4742 ou e-mail: financas@pncfcampinas.sap.sp.gov.br.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO - 15ª REGIÃO
Aviso de Pregão
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024
A Divisão de Administração da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO-15ª REGIÃO (UASG 200098) torna pública, para ciência dos interessados, a realização de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para prestação de serviços de engenharia e triagem e sete reais e oitenta centavos, sob a forma da Procuradoria do Trabalho no Município (PTM) de São José dos Campos, conforme especificações do edital e seus anexos. A sessão pública iniciar-se-á às 9h30 do dia 03/05/2024 no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Cópia do edital pode ser obtida no sítio: <https://mpt.mp.br/MP/Transparencia/pages/porta1/informacoesDetalhadasLicitacao.xhtml>.
Campinas, 18 de abril de 2024.
Rafael Rodrigues Arruda - Divisão de Administração

AVISO DE COMPRA DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 006/2024
A Prefeitura Municipal de Guaraci - SP, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento Processo Administrativo que tem por objeto a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA DE PLANO DE PERDAS DO SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL”. Visando atender o disposto no SP nº 07, de Lei nº 14.133/2021, abre-se prazo para as empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas adicionais a este órgão. O Edital e Termo de Referência encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico: <https://www.guaraci.sp.gov.br/porta1/editais/4>. As propostas deverão ser entregues até às 23:59 horas do dia 26 de Abril de 2024, ou por protocolo na PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI – Rua Washington Correa da Silva, nº. 856, Centro, Guaraci/SP, até às 16:00 horas. A empresa detentora da proposta mais vantajosa será contactada após homologação para contratar com a Administração. Guaraci/SP, 17 de Abril de 2024. Renato Azeda Ribeiro de Aguiar Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 003/2024 - Processo nº 017/2024
Objeto: Contratação de empresa especializada para Construção da Estação Elevatória de Esgoto 06. - Tipo: Menor Preço - Global. - Valor Estimado: R\$ 790.729,03 - DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Quarta-Feira, 19 de junho de 2024, às 08:15 horas, na DIRETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – Rua Firmino Ferreira Luz, nº. 606, Centro – Fone: (17) 3285-9999 – Guaraci/SP. - Edital: o edital estará disponível para consulta aos interessados no endereço eletrônico: <http://www.guaraci.sp.gov.br/> - DATA: 17/04/2024 - Renato Azeda Ribeiro de Aguiar - Prefeito.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 008/2024 – PROCESSO Nº 027/2024
OBJETO Aquisição de café, capuccino e chocolate, em quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus Anexos. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM. Valor Global Estimado da Contratação: R\$ 1.837,80 (mil e oitocentos e trinta e sete reais e oitenta centavos). Fundamento legal: Art. 75, II da Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 15.631/2023. PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 18 de abril de 2024. FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 24 de abril de 2024 às 08h00 (oitto horas). PERÍODO DOS LANCES ELETRÔNICOS: INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 24 de abril de 2024 às 08h15 (oitto horas e quinze minutos). FIM DA ETAPA DE LANCES: após 06 (seis) horas do início da etapa de lances. INFORMAÇÕES E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no site: www.votuporanga.sp.gov.br, e na plataforma eletrônica: www.bll.org.br. Maiores informações podem ser obtidas pelos telefones (17) 3405-9700 e ramais 9709 e 9769. VALTÉR BENEDITO PEREIRA - Prefeito Municipal em exercício - 17/04/2024.

MUNICÍPIO DE SAGRES
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2024
(Processo Administrativo nº 2002/2024)
A PM Sagres torna público e CONVIDA interessados em participar da licitação acima, tipo menor preço-menor percentual da taxa de administração, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, acessórios de reposição, com implantação de sistema informatizado e integrado para gestão de frota de veículos leves e pesados, máquinas e equipamentos por meio de internet, através de rede estabelecimento credenciados, mediante a utilização de sistema informatizado e de cartão ou etiquetas/tag com RFID ou NFC em atendimento às necessidades das diversas Secretarias do Município, com encerramento em 06/05/2024 às 08h00. Informa ainda que o Edital completo encontra-se a disposição na sede da licitadora, sito R. Ver. José Alexandre de Lima, 427. Tel: (18) 3558-1112, no site www.sagres.sp.gov.br e e-mail licitacao@sagres.sp.gov.br.
Sagres-SP, 17/04/2024 – Roberto Balista Pires - Prefeito.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILENSE
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00006/2024 - PROCESSO Nº 0013/2024
OBJETO: Gestão e abastecimento de combustível da frota municipal. Ampla participação.
Tipo: Maior desconto / Modo de Disputa: Aberto/Fechado. Valor Estimado: R\$R\$1.91.219,20.
Recebimento de propostas até: 03/05/2024 às 9h00/ Início da disputa: 03/05/2024 às 9h30 Local: <https://bnccompras.com/Home/lopin> Credenciamento: Tel. e Whats (42) 3026-4550, contato@bnc.org.br ou <https://bnc.org.br>. Edital: <https://americobrasileNSE.sp.gov.br/site/category/licitacoes/>, Maiores informações: licitacao@americobrasileNSE.sp.gov.br. DIRCEU BRÁS PANO - PREFEITO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024 - Processo nº 1713/24
Objeto: implantação de registro de preços para eventual aquisição de material odontológico. A Prefeitura do Município de Jandira torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por intermédio da “Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBNMET - [silo www.bbnmetlicitacoes.com.br](http://silo.www.bbnmetlicitacoes.com.br)”, estando a abertura da sessão agendada para o dia 02/05/2024 às 09h00. O Edital e seus anexos estão disponíveis em www.bbnmetlicitacoes.com.br e www.jandira.sp.gov.br - aba licitações. As informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br ou telefone (11) 4619-8250. Hamilton Cesar de Paula Roza - Pregoeiro.

MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO
Chamamento – Súmula – Credenciamento Eletrônico nº 01/2024
OBJETO: CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS. PRAZO FINAL PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO: 17/06/2024. O Edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico <http://186.233.125.85-8079/comprasedita1>, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Barão do Rio Branco, 220, centro, ou solicitar pelo e-mail: licitacoesantoanastacio@gmail.com. Informações pelo tel. (18) 3263-9425.
Santo Anastácio, 17 de abril de 2024.
JOSÉ BONILHA SANCHES – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024
(replicado por alterações na Planilha Orçamentária - Anexo II e Qualificação Técnica)
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DE FORMA PARCELADA, DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS – SOM, ILUMINAÇÃO, TENDAS, SEGURANÇAS, BRIGADISTAS, GERADORES E GRÁFIS. Tipo: Menor preço unitário. Recebimento das propostas por meio eletrônico: A partir das 12h00 min do dia 18/04/2024. Fim do recebimento das propostas/início da Disputa: Às 08h59min do dia 03/05/2024. Abertura da Sessão de Disputa de Preços: Às 09h00min do dia 03/05/2024. Disputa de lances: Às 10h00min do dia 03/05/2024. Valor estimado da licitação: R\$ 2.187.150,86. Fontes de recursos: Própria. Informações: O Edital do Pregão Eletrônico nº 011/2024 estará disponível a partir das 12h00min do dia 18/04/2024 nos seguintes endereços:
Portal eletrônico oficial do Município de Igarapava/SP, pelo link: <https://igarapava.sicilicia.com.br/licitacoes/pesquisa/>; Portal Nacional de Compras Públicas (PNC), pelo link: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>; Plataforma eletrônica de licitações (BLL COMPRAS), pelo link:

Edital para Conhecimento de Terceiros Interessados, com prazo de 10 (dez) dias, expedido nos autos do PROC. Nº 1001587-33.2020.8.26.0586. O(A) MM. Juízo de Direito da 1ª Vara Cível, 2ª - Foro de São Roque, Estado de São Paulo, 07/04/2024, em nome de Lei, etc. Faz Saber a Terceiros Interessados na Lide que o(a) Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo Viaoeste S.A. move uma Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública/DL 3.365/1941 contra Yoshiaki Takahashi e sua esposa Eiko Takahashi, objetivando uma área situada na Estrada "Fonte Lavrada, nº 47 - Alto Lavrada Km 50-500m SP 270 - bairro Taipas de Pedras- Município de São Roque, medindo 93,47m², objeto da matrícula nº 4.949 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de São Roque - SP, declarados de utilidade pública conforme Decreto Estadual 51.799, datado de 09.05.07. Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. Nada Mais. Dado e passado nesta cidade de São Roque, aos 08 de março de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBAUBA
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREFEITURA DE EMBAUBA PREGÃO ELETRÔNICO N.002/2024 OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a merenda escolar. O PREFEITO MUNICIPAL, DE EMBAUBA, no uso de suas atribuições legais, torna público a seguinte retificação do Edital supracitado, cujas alterações estão a seguir elencadas: 1- No Item 5.3.1, ONDE SE LÊ: 5.3.1- Do item 01 ao Item 58 são de competição em comum, não pertencendo a conta reservada à Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte disposto no art. 48, III da Lei Complementar 123/2006, podendo participar tanto as MEs, EPPs e Empresas que não se enquadram no regime. LEIA-SE: 5.3.1- Do item 01 ao Item 94 são de competição em comum, não pertencendo a conta reservada à Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte disposto no art. 48, III da Lei Complementar 123/2006, podendo participar tanto as MEs, EPPs e empresas que não se enquadram no regime. 2- No Item 5.3.2, ONDE SE LÊ: 5.3.2- Os itens 95 ao Item 188 são itens da conta reservada de 25% para participação exclusiva de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme preceito do art. 48, III da Lei Complementar 123/2006. LEIA- SE: 5.3.2- Do item 95 ao item 188 são itens da conta reservada de 25% para participação exclusiva de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme preceito do art. 48, III da Lei Complementar 123/2006. 3- Em razão da retificação não comprometer a formulação das propostas, fica mantida a data de abertura para o dia 25/04/2024 às 09:00h. 4- Os demais itens e subitens constantes do Edital nº 002/2024, permanecem inalterados. Embauba, 17 de abril de 2024. NEROLIO PINHEIRO DA SILVA Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2024-SEMINFRA
Objeto: Registro de preço para a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Fornecedor de Refeição tipo Mamite. Edital: <http://www.gov.br/compras>. Abertura das propostas: 30/04/2024 às 09h00 no site: <http://www.gov.br/compras>. Informações gerais: O edital está disponível na página eletrônica www.santarém.pa.gov.br.
Santarém (PA), 17 de Abril de 2024
ANA FLÁVIA LOPES FERREIRA
Pregoeira Municipal/SEMINFRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA
AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO Modalidade: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 003/2024** PROC. ADM. N.º 0895/2024 Tipo da Licitação: EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DEVIDAMENTE HABILITADA E COM REGISTRO NO (CREA/CAU) PARA EXECUÇÃO DE UMA GALERIA PLUVIAL NO CENTRO DA CIDADE DE SÃO JOAQUIM DA BARRA, EM TUBOS DE CONCRETO, POÇOS DE VISITAS E BOCAS DE LOBO MISTA, COM REPAROS NAS LIGAÇÕES DOMICILIARES DE REDE DE ÁGUA E ESGOTO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DIREÇÃO TÉCNICA, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, BEM COMO DE TODA INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA REALIZAÇÃO DO OBJETO LICITADO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS BÁSICOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, E AS DEMAIS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO ANEXO I DO EDITAL. A realização da sessão será no dia 28/MARÇO/2024 - ÀS 09h00 no endereço eletrônico: <https://blcompras.com.br/Home/Login/ValorEstimado>: R\$3,120.700,53 (TRES MILHÕES, CENTO E VINTE MIL, SETECENTOS REAIS E CINQUENTA E TRES CENTAVOS). O Edital completo está disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico: www.saojoaquim-dabarra.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): www.pncp.gov.br. editais. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (16) 3810-9010. São Joaquim da Barra, 17 de abril de 2024. Dr. Wagner José Schmidt Prefeito


PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRENCIA Nº 001/2024 - Processo Nº 015/2024
Objeto: Construção para Reforma e Adequação do "Interceptor Criciúma IC2". - **Tipo:** Menor Preço - Global. - **Valor Estimado:** R\$ 263.538,43 - **DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:** Segunda-Feira, 17 de junho de 2024, às 08:15 horas, na DIRETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Rua Firmino Ferreira Luz, nº. 606, Centro - Fone: (17) 3285-9999 - **Guaraci/SP. - Edital:** o edital estará disponível para consulta aos interessados no endereço eletrônico: <http://www.guaraci.sp.gov.br/> - **DATA:** 16/04/2024 - Renato Azeda Ribeiro de Aguiar - Prefeito.

PECINI
LEILÕES
EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE - COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DOS LEILÕES
1º Público Leilão: 29/04/2024, às 10h00 | 2º Público Leilão: 02/05/2024, às 10h00
Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, mat. JUCESP 715, autorizada por OPEA SECURITIZADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 02.773.542/0001-22, venderá em 1º e 2º Público Leilão Extrajudicial - art. 26, par. 2 e 27 da Lei 9.514/97, o **Imóvel: Prédio Residencial à R. Olívio José Garavello nº 243, Jd. Paulistano, Guarabá/SP. Área Const.: 76,96m². Área do Terreno: 250,0m². Matr. nº 15.194 do CRI nº 08/2014/SP. Cda. Matr. nº 8799, 19 165 899, 2º Leilão: R\$ 275.647,89, 3º Leilão: R\$ 255.933,71. - On. Remate: 10% - 10% - 10%. Arrematante: i) Pagto à vista do arremate e 5% da leiloeira; ii) Custas/impostos escritura/registo; iii) Quitação do IPTU vencido aos leilões; iv) Custas/despesas para regularização de beneficiários; v) Custas/despesas para desocupação; vi) Venda do arremate; vii) Tomar ciência do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no Portal WWW.PECINILEILÕES.COM.BR. Fica o Interessado ABEI MARIANO PINHEIRO, CPF nº 271.626.600-72, comunicado dos leilões. Informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 37577-0485, Fone (11) 3295-9772. End.: Av. Rotary, 187, Jd. Paineiros, Campinas/SP, CEP nº 13.922-509.**

SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DE IGARAPAVA
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Ficam convocados os empregados rurais filiados ou não, representados por este Sindicato estatutariamente, a reunirem-se, em Assembleia Geral Extraordinária, na forma do artigo 612 da CLT e nas disposições afiantes para os trabalhadores residentes do município de Igarapava, Aramina e Bauril (base territorial do Sindicato), no próximo dia 28 de maio de 2024 (quinta-feira), em primeira convocação ou por falta de QUORUM, às 16:00h (dezesseis horas), em segunda convocação, em sua sede social, sito à Avenida Nilson Batista de Souza nº 695 - Vila Gomes, Nesta Cidade de Igarapava, Estado de São Paulo. ORDEM DO DIA: i) Leitura, discussão e deliberação da Ata da Assembleia anterior; ii) Deliberação sobre reivindicações econômicas e sociais para celebração de Acordo e/ou Convenção Coletiva de Trabalho ou eventual instauração de Dissídio Coletivo para o setor canavieiro (data-base: 1º/05/2024-2025); iii) Autorizar a diretoria do Sindicato, outorgando-lhe poderes especiais, a firmar ACORDOS e/ou CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO com as seguintes empregadoras: Grupo: Raizen Energia S/A Unidade Usina Junqueira, Cooperativa Agrícola Prestadora de Serviços aos Fomecedores de Cama Igarapava, Associação dos Fomecedores de Cama de Igarapava, Usina Bauril e outros ou a instaurar eventual DISSÍDIO COLETIVO DE TRABALHO para o respectivo setor para vigorar aos integrantes da base territorial desta entidade Igarapava, Aramina e Bauril; d) Deliberar sobre o desconto com percentual de 2% (dois por cento) para o Contratativo, e de acordo com a Legislação atual para Assistencial. As deliberações serão tomadas estatutariamente. Igarapava, 18 de Maio de 2024.

SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DE IGARAPAVA - SÃO PAULO
LUIS CARLOS DA SILVA
PRESIDENTE

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS SERVIDORES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO DA REGIÃO CENTRO-OESTE PAULISTA - CREDMIL
ASSEMBLÉIA GERAL - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - O Presidente da Diretoria Executiva da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Polícia Militar do Estado de São Paulo da Região Centro-Oeste Paulista - CREDMIL, inscrita no CNPJ 04.152.107/0001-06 e NIRE nº 35400063912, usando das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, convoca os delegados, que nesta data são 19 (dezenove), em condições de votar, para se reunirem em **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**, a ser realizada na Av. Novecentas Unidas, 20-50, Vila Nova Cidade Universitária, Baurui/SP, CEP 17012-202, por absoluta falta de espaço disponível na sede da cooperativa, no dia **30 de abril de 2024**, obedecendo ao seguinte cronograma e quórum para a instalação, sempre no mesmo endereço: a) **1ª Sessão:** 08h00h às 09h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; b) **2ª Sessão:** 09h00h às 10h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; c) **3ª Sessão:** 10h00h às 11h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; d) **4ª Sessão:** 11h00h às 12h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; e) **5ª Sessão:** 12h00h às 13h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; f) **6ª Sessão:** 13h00h às 14h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; g) **7ª Sessão:** 14h00h às 15h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; h) **8ª Sessão:** 15h00h às 16h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; i) **9ª Sessão:** 16h00h às 17h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; j) **10ª Sessão:** 17h00h às 18h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; k) **11ª Sessão:** 18h00h às 19h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; l) **12ª Sessão:** 19h00h às 20h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; m) **13ª Sessão:** 20h00h às 21h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; n) **14ª Sessão:** 21h00h às 22h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; o) **15ª Sessão:** 22h00h às 23h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; p) **16ª Sessão:** 23h00h às 24h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; q) **17ª Sessão:** 24h00h às 01h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; r) **18ª Sessão:** 01h00h às 02h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; s) **19ª Sessão:** 02h00h às 03h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; t) **20ª Sessão:** 03h00h às 04h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; u) **21ª Sessão:** 04h00h às 05h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; v) **22ª Sessão:** 05h00h às 06h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; w) **23ª Sessão:** 06h00h às 07h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; x) **24ª Sessão:** 07h00h às 08h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; y) **25ª Sessão:** 08h00h às 09h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; z) **26ª Sessão:** 09h00h às 10h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; aa) **27ª Sessão:** 10h00h às 11h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ab) **28ª Sessão:** 11h00h às 12h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ac) **29ª Sessão:** 12h00h às 13h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ad) **30ª Sessão:** 13h00h às 14h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ae) **31ª Sessão:** 14h00h às 15h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; af) **32ª Sessão:** 15h00h às 16h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ag) **33ª Sessão:** 16h00h às 17h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ah) **34ª Sessão:** 17h00h às 18h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ai) **35ª Sessão:** 18h00h às 19h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; aj) **36ª Sessão:** 19h00h às 20h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ak) **37ª Sessão:** 20h00h às 21h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; al) **38ª Sessão:** 21h00h às 22h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; am) **39ª Sessão:** 22h00h às 23h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; an) **40ª Sessão:** 23h00h às 24h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ao) **41ª Sessão:** 24h00h às 01h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ap) **42ª Sessão:** 01h00h às 02h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; aq) **43ª Sessão:** 02h00h às 03h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ar) **44ª Sessão:** 03h00h às 04h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; as) **45ª Sessão:** 04h00h às 05h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; at) **46ª Sessão:** 05h00h às 06h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; au) **47ª Sessão:** 06h00h às 07h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; av) **48ª Sessão:** 07h00h às 08h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; aw) **49ª Sessão:** 08h00h às 09h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ax) **50ª Sessão:** 09h00h às 10h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ay) **51ª Sessão:** 10h00h às 11h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; az) **52ª Sessão:** 11h00h às 12h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ba) **53ª Sessão:** 12h00h às 13h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; bb) **54ª Sessão:** 13h00h às 14h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; bc) **55ª Sessão:** 14h00h às 15h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; bd) **56ª Sessão:** 15h00h às 16h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; be) **57ª Sessão:** 16h00h às 17h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; bf) **58ª Sessão:** 17h00h às 18h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; bg) **59ª Sessão:** 18h00h às 19h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; bh) **60ª Sessão:** 19h00h às 20h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; bi) **61ª Sessão:** 20h00h às 21h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; bj) **62ª Sessão:** 21h00h às 22h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; bk) **63ª Sessão:** 22h00h às 23h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; bl) **64ª Sessão:** 23h00h às 24h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; bm) **65ª Sessão:** 24h00h às 01h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; bn) **66ª Sessão:** 01h00h às 02h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; bo) **67ª Sessão:** 02h00h às 03h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; bp) **68ª Sessão:** 03h00h às 04h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; bq) **69ª Sessão:** 04h00h às 05h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; br) **70ª Sessão:** 05h00h às 06h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; bs) **71ª Sessão:** 06h00h às 07h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; bt) **72ª Sessão:** 07h00h às 08h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; bu) **73ª Sessão:** 08h00h às 09h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; bv) **74ª Sessão:** 09h00h às 10h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; bw) **75ª Sessão:** 10h00h às 11h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; bx) **76ª Sessão:** 11h00h às 12h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; by) **77ª Sessão:** 12h00h às 13h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; bz) **78ª Sessão:** 13h00h às 14h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ca) **79ª Sessão:** 14h00h às 15h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cb) **80ª Sessão:** 15h00h às 16h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cc) **81ª Sessão:** 16h00h às 17h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cd) **82ª Sessão:** 17h00h às 18h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ce) **83ª Sessão:** 18h00h às 19h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cf) **84ª Sessão:** 19h00h às 20h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cg) **85ª Sessão:** 20h00h às 21h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ch) **86ª Sessão:** 21h00h às 22h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ci) **87ª Sessão:** 22h00h às 23h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cj) **88ª Sessão:** 23h00h às 24h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ck) **89ª Sessão:** 24h00h às 01h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cl) **90ª Sessão:** 01h00h às 02h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cm) **91ª Sessão:** 02h00h às 03h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cn) **92ª Sessão:** 03h00h às 04h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; co) **93ª Sessão:** 04h00h às 05h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cp) **94ª Sessão:** 05h00h às 06h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cq) **95ª Sessão:** 06h00h às 07h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cr) **96ª Sessão:** 07h00h às 08h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cs) **97ª Sessão:** 08h00h às 09h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ct) **98ª Sessão:** 09h00h às 10h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cu) **99ª Sessão:** 10h00h às 11h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cv) **100ª Sessão:** 11h00h às 12h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cw) **101ª Sessão:** 12h00h às 13h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cx) **102ª Sessão:** 13h00h às 14h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cy) **103ª Sessão:** 14h00h às 15h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cz) **104ª Sessão:** 15h00h às 16h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ca) **105ª Sessão:** 16h00h às 17h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cb) **106ª Sessão:** 17h00h às 18h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cc) **107ª Sessão:** 18h00h às 19h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cd) **108ª Sessão:** 19h00h às 20h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ce) **109ª Sessão:** 20h00h às 21h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cf) **110ª Sessão:** 21h00h às 22h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cg) **111ª Sessão:** 22h00h às 23h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ch) **112ª Sessão:** 23h00h às 24h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ci) **113ª Sessão:** 24h00h às 01h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cj) **114ª Sessão:** 01h00h às 02h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ck) **115ª Sessão:** 02h00h às 03h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cl) **116ª Sessão:** 03h00h às 04h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cm) **117ª Sessão:** 04h00h às 05h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cn) **118ª Sessão:** 05h00h às 06h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; co) **119ª Sessão:** 06h00h às 07h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cp) **120ª Sessão:** 07h00h às 08h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cq) **121ª Sessão:** 08h00h às 09h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cr) **122ª Sessão:** 09h00h às 10h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cs) **123ª Sessão:** 10h00h às 11h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ct) **124ª Sessão:** 11h00h às 12h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cu) **125ª Sessão:** 12h00h às 13h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cv) **126ª Sessão:** 13h00h às 14h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cw) **127ª Sessão:** 14h00h às 15h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cx) **128ª Sessão:** 15h00h às 16h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cy) **129ª Sessão:** 16h00h às 17h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cz) **130ª Sessão:** 17h00h às 18h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ca) **131ª Sessão:** 18h00h às 19h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cb) **132ª Sessão:** 19h00h às 20h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cc) **133ª Sessão:** 20h00h às 21h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cd) **134ª Sessão:** 21h00h às 22h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ce) **135ª Sessão:** 22h00h às 23h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cf) **136ª Sessão:** 23h00h às 24h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cg) **137ª Sessão:** 24h00h às 01h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ch) **138ª Sessão:** 01h00h às 02h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ci) **139ª Sessão:** 02h00h às 03h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cj) **140ª Sessão:** 03h00h às 04h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ck) **141ª Sessão:** 04h00h às 05h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cl) **142ª Sessão:** 05h00h às 06h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cm) **143ª Sessão:** 06h00h às 07h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cn) **144ª Sessão:** 07h00h às 08h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; co) **145ª Sessão:** 08h00h às 09h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cp) **146ª Sessão:** 09h00h às 10h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cq) **147ª Sessão:** 10h00h às 11h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cr) **148ª Sessão:** 11h00h às 12h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cs) **149ª Sessão:** 12h00h às 13h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ct) **150ª Sessão:** 13h00h às 14h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cu) **151ª Sessão:** 14h00h às 15h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cv) **152ª Sessão:** 15h00h às 16h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cw) **153ª Sessão:** 16h00h às 17h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cx) **154ª Sessão:** 17h00h às 18h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cy) **155ª Sessão:** 18h00h às 19h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cz) **156ª Sessão:** 19h00h às 20h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ca) **157ª Sessão:** 20h00h às 21h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cb) **158ª Sessão:** 21h00h às 22h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cc) **159ª Sessão:** 22h00h às 23h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cd) **160ª Sessão:** 23h00h às 24h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ce) **161ª Sessão:** 24h00h às 01h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cf) **162ª Sessão:** 01h00h às 02h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cg) **163ª Sessão:** 02h00h às 03h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ch) **164ª Sessão:** 03h00h às 04h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ci) **165ª Sessão:** 04h00h às 05h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cj) **166ª Sessão:** 05h00h às 06h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ck) **167ª Sessão:** 06h00h às 07h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cl) **168ª Sessão:** 07h00h às 08h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cm) **169ª Sessão:** 08h00h às 09h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cn) **170ª Sessão:** 09h00h às 10h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; co) **171ª Sessão:** 10h00h às 11h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cp) **172ª Sessão:** 11h00h às 12h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cq) **173ª Sessão:** 12h00h às 13h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cr) **174ª Sessão:** 13h00h às 14h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cs) **175ª Sessão:** 14h00h às 15h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ct) **176ª Sessão:** 15h00h às 16h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cu) **177ª Sessão:** 16h00h às 17h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cv) **178ª Sessão:** 17h00h às 18h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cw) **179ª Sessão:** 18h00h às 19h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cx) **180ª Sessão:** 19h00h às 20h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cy) **181ª Sessão:** 20h00h às 21h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cz) **182ª Sessão:** 21h00h às 22h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ca) **183ª Sessão:** 22h00h às 23h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cb) **184ª Sessão:** 23h00h às 24h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cc) **185ª Sessão:** 24h00h às 01h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cd) **186ª Sessão:** 01h00h às 02h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ce) **187ª Sessão:** 02h00h às 03h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cf) **188ª Sessão:** 03h00h às 04h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cg) **189ª Sessão:** 04h00h às 05h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ch) **190ª Sessão:** 05h00h às 06h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ci) **191ª Sessão:** 06h00h às 07h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cj) **192ª Sessão:** 07h00h às 08h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ck) **193ª Sessão:** 08h00h às 09h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cl) **194ª Sessão:** 09h00h às 10h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cm) **195ª Sessão:** 10h00h às 11h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cn) **196ª Sessão:** 11h00h às 12h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; co) **197ª Sessão:** 12h00h às 13h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cp) **198ª Sessão:** 13h00h às 14h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cq) **199ª Sessão:** 14h00h às 15h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cr) **200ª Sessão:** 15h00h às 16h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; cs) **201ª Sessão:** 16h00h às 17h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Convocação; ct) **202ª Sessão:** 17h00h às 18h00h, para a instalação e aprovação do Edital de Conv



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20240251


A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20240251 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 902512024, até o dia 09/05/2024, às 14h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 09 de Abril de 2024 - JOSÉ CÉLIO BASTOS DE LIMA - PREGOEIRO



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220572


A Secretaria da Casa Civil torna pública a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20220572 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuros e eventuais Serviços de em horas/ano, na Área de Enfermeiro. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 5722022, até o dia 10/05/2024, às 14h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Abril de 2024 - FRANCISCO CLÁUDIO REIS DA SILVA - PREGOEIRO



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20231855


A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20231855 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Nutrição, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 18552023, até o dia 07/05/2024, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 08 de Abril de 2024 - ANTONIA GLEIVA NUNES DE SOUSA MONTENEGRO - PREGOEIRA



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20232082


A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20232082 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Órteses e Próteses, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 20822023, até o dia 09/05/2024, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 09 de Abril de 2024 - RAIMUNDO LIMA DE SOUZA - PREGOEIRO



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20231914


A Secretaria da Casa Civil torna pública a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20231914 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar. MOTIVO: Impugnação não acatada. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 19142023, até o dia 10/05/2024, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 10 de Abril de 2024 - MURILO LOBO DE QUEIROZ - PREGOEIRO



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20240032

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20240032 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Aquisições de Eletrodutos, Curvas e Luvas PVC, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 901812024, até o dia 08/05/2024, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 04 de Abril de 2024 - DALILA MÁRCIA MOTA BRAGA GONDIM - PREGOEIRA



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20231922


A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20231922 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 19222023, até o dia 08/05/2024, às 14h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 09 de Abril de 2024 - CLARA DE ASSIS FALCÃO PEREIRA - PREGOEIRA



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20240112


A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20240112 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisição de Material Odontológico, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 901122024, até o dia 07/05/2024, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 08 de Abril de 2024 - CIRÍACO BARBOSA DAMASCENO NETO - PREGOEIRO



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20240212


A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20240212 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 902122024, até o dia 07/05/2024, às 14h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 04 de Abril de 2024 - DALILA MÁRCIA MOTA BRAGA GONDIM - PREGOEIRA



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20240193


A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20240193, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo objeto é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisição de Insumos de Laboratório, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 901932024, até o dia 08/05/2024, às 8h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 08 de Abril de 2024 - ROBINSON DE BORBA E VELOSO - PREGOEIRO



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20240072

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20240072, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo objeto é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisição de Material Médico Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 900722024, até o dia 06/05/2024, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 04 de Abril de 2024 - FRANCISCO JOSÉ MACHADO DE OLIVEIRA - PREGOEIRO



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20240058


A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20240058, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo objeto é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 900582024, até o dia 06/05/2024, às 14h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 04 de Abril de 2024 - DORISLEIDE CANDIDO DE SOUSA - PREGOEIRA



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO


AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20240211

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20240211 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 902112024, até o dia 08/05/2024,às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 08 de Abril de 2024 - CLARA DE ASSIS FALCÃO PEREIRA - PREGOEIRA



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO


PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇANOÉ
AVISO DE LICITAÇÃO Concorrência Eletrônica n.º 001/2024 Procedimento Licitatório n.º 0001/2024 A Prefeitura Municipal de Caçanoé, Estado de São Paulo, através do Prefeito Municipal, torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando licitação, na modalidade Concorrência Eletrônica para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DO MIRANTE, CONVÊNIO DADETUR 055/2023. Informamos que a integra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos nos sites, na página eletrônica www.caconde.sp.gov.br, e www.bil.org.br. Maiores informações estarão disponíveis o telefone (11) 3662-7199. A sessão pública de abertura, análise e julgamento da presente licitação ocorrerá dia 28 (vinte e oito) de maio de 2024, às 09h00, onde as propostas serão recebidas, analisadas e julgadas no prazo legal. João Filipe Muniz Basili - Prefeito Municipal.
AVISO DE LICITAÇÃO Concorrência Eletrônica n.º 003/2024 Procedimento Licitatório n.º 0005/2024 A Prefeitura Municipal de Caçanoé, Estado de São Paulo, através do Prefeito Municipal, torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando licitação, na modalidade Concorrência Eletrônica para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AÇÚES ESTRUTURAS PARA AQUISIÇÃO E EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR EM CONCRETO ARMADO NO CORREGO DOS CRISTALIS. Informamos que a integra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos nos sites, na página eletrônica www.caconde.sp.gov.br, e www.bil.org.br. Maiores informações estarão disponíveis o telefone (11) 3662-7199. A sessão pública de abertura, análise e julgamento da presente licitação ocorrerá dia 27 (vinte e sete) de maio de 2024, às 09h00, onde as propostas serão recebidas, analisadas e julgadas no prazo legal. João Filipe Muniz Basili - Prefeito Municipal.
AVISO DE LICITAÇÃO Chamada Pública Nº 005/2024 Processo Licitatório nº 0029/2024 A Prefeitura Municipal de Caçanoé, Estado de São Paulo, através do Prefeito Municipal, torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando licitação, na modalidade Chamada Pública para a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE. Maiores informações poderão ser obtidas na sede da Prefeitura Municipal, onde poderá ser retirado o edital na íntegra, no horário de expediente (das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min) de segunda a sexta-feira, na página eletrônica www.caconde.sp.gov.br, bem como pelo telefone (11) 3662-7199. A sessão pública de abertura, análise e julgamento da presente licitação ocorrerá dia 13 (treze) de maio de 2024, às 09h00, onde as propostas serão recebidas, analisadas e julgadas no prazo legal. João Filipe Muniz Basili - Prefeito Municipal.



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20240007

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20240007, de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo objeto é: Registro de Preço para futuras e eventuais Aquisições de Insumos para pintura, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 902432024, até o dia 06/05/2024, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 02 de Abril de 2024 - DALILA MÁRCIA MOTA BRAGA GONDIM - PREGOEIRA



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20240277

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20240277, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo objeto é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 902772024, até o dia 08/05/2024, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 08 de Abril de 2024 - RAIMUNDO VIEIRA COUTINHO - PREGOEIRO




CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ALICC – N.º 009/2024 – (Comprasnet n.º 90009/2024) UASG Nº 926703
Processo nº: 5800.011276/2024.
Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de FRALDAS DESCARTÁVEIS, para atender aos órgãos municipais da Prefeitura de Maceió/AL.
Abertura das Propostas: 02/05/2024 às 09h00 (horário de Brasília) no site <http://www.comprasnet.gov.br/>
Maceió/AL, 17 de abril de 2024.
Edsângela Gabriel Peixoto Bezerra
Pregoeira/ ALICC



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO


Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região
Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico nº 2680/2024
O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região torna público que realizará licitação, na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para contratação de [link](#) para acesso corporativo à Internet por 30 meses, com possibilidade de funcionamento em estrutura redundante por meio de Sistema Autônomo e velocidade de, no mínimo, 5 Gbps - gigabits por segundo.
1 - Prazo: as propostas deverão ser postadas no site Compras.gov.br. **licitação nº 92680/2024**, até a data e horário da sessão, que terá início às 13h30min do dia 06/05/2024. O horário referência é o de Brasília.
2 - Obtenção do edital e informações: o edital deverá ser retirado nos sites Compras.gov.br. Portal Nacional de Contratações Públicas ou <https://portal.trt12.jus.br/licitacoes>. Outras informações poderão ser obtidas junto à Seção de Preparo de Licitações pelos telefones (48) 3216-4069 e 3216-4091 e e-mail cpl@trt12.jus.br, no horário compreendido entre as 12 e 19 horas.
Florianópolis, 16 de abril de 2024.
ANDREIA HAWERROTH EXTERKOTTER
Chefe da Seção de Preparo de Licitações



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230135


A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20230135, de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Peças Fofo. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 17302023, até o dia 08/05/2024, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 08 de Abril de 2024 - FRANCISCO CLÁUDIO REIS DA SILVA - PREGOEIRO



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20240180

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20240180, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo objeto é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 901802024, até o dia 06/05/2024, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 04 de Abril de 2024 - LILIANE DE FREITAS LEITE - PREGOEIRA



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20240144


A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20240144 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 901442024, até o dia 07/05/2024, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 04 de Abril de 2024 - DALILA MÁRCIA MOTA BRAGA GONDIM - PREGOEIRA



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230401


A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20230401 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento Médico Hospitalar. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 4012023, até o dia 09/05/2024, às 9h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 09 de Abril de 2024 - MARCOS ANTÔNIO FROTA RIBEIRO - PREGOEIRO



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20240019

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20240019, de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo objeto é: Registro de Preço para futuras e eventuais Aquisições de Resinas, Solventes e Tintas, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 901562024, até o dia 09/05/2024, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 09 de Abril de 2024 - FRANCISCO CLÁUDIO REIS DA SILVA - PREGOEIRO



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20232061

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20232061, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo objeto é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar. MOTIVO: Impugnação Não Acatada. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 20612023, até o dia 07/05/2024, às 14h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br - Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 05 de Abril de 2024 - DORISLEIDE CANDIDO DE SOUSA - PREGOEIRA

IA precisa de auditoria externa, diz ex-conselheira da OpenAI

Pesquisadora alerta para a necessidade de regulamentação de nova tecnologia

Fernanda Ezabella

VANCOUVER (CANADÁ) Para a pesquisadora Helen Toner, ex-membro do conselho da OpenAI que tentou retirar o CEO de seu cargo, as principais empresas dedicadas a sistemas avançados de IA (inteligência artificial) deveriam permitir auditores externos para “examinar minuciosamente seu trabalho”.

“Temos que exigir que essas empresas compartilhem informações sobre o que estão construindo, o que os seus sistemas podem fazer e como estão gerindo riscos”, disse Toner, australiana-americana diretora do Centro para Segurança e Tecnologias Emergentes da Universidade de Georgetown (Washington).

“Se ficarem por conta própria, elas vão seguir direção semelhante às empresas de mídia social”, completou ela, durante o TED, ciclo de palestras que começou na segunda (15) em Vancouver (Canadá). O evento completa 40 anos seguindo a tradição de estar sempre em dia com as mais novas tecnologias.

O “TED talk” de Toner veio após uma série de palestras com cenários otimistas impulsionados por IA.

Mas ela, que passou dois anos no conselho do OpenAI, a firma criadora do ChatGPT, alertou para a necessidade de regulamentações para guiar o



Helen Toner, ex-membro do conselho da OpenAI, durante o TED, em Vancouver (Canadá)

Jason Redmond - 16.abr.24/TED

avanço das novas tecnologias.

No final de 2023, ela e dois colegas do conselho do OpenAI decidiram remover Sam Altman do cargo de CEO por acreditar que o ele apressava o desenvolvimento das ferramentas de IA sem devidas medidas de segurança.

Altman acabou voltando uma semana depois por pressão de funcionários e investidores. Ao refazer o conselho, deixou Toner de fora.

A pesquisadora disse que o debate regulamentar IA é sempre acalorado e varia em duas direções: “pisar no acelerador” ou “pisar no freio”. Mas ela acredita num meio-termo.

“Concretamente, isto significa investir na nossa capacidade de medir o que os sistemas de IA podem fazer”, disse.

“Hoje, se formos descobrir se uma IA pode fazer algo pre-ocupante, como hackear infraestruturas críticas ou per-

Inteligência artificial é boa e perigosa, afirma Luiza Trajano

Para Luiza Helena Trajano, presidente do conselho do Magazine Luiza, a febre de IA é positiva e também perigosa. No Web Summit, no Rio, ela disse que a IA pode facilitar a criação de textos e imagens, mas pode ser usada de forma prejudicial. “A IA é boa e perigosa. Esses dias colocaram minha imagem com minha voz [em um deepfake] falando que eu estava dando prêmio em todas as lojas. Tem um lado muito positivo, que realmente vai facilitar, e o lado que nem todo conteúdo está tão bom assim e que as pessoas levam a sério.”

suadir alguém a mudar crenças políticas, os métodos de medição são rudimentares.”

A ideia de auditores externos e a criação de mecanismos de incidentes, como acontece com ataques cibernéticos ou acidentes de avião, já começa a ser implementados em Bruxelas, Londres e Washington.

Empresas como OpenAI, Google DeepMind e Anthropic pensam em estruturas de autogovernança, assumindo

compromissos de monitoração de seus sistemas. Pisar no freio, no entanto, está longe de ser uma possibilidade. “IA já está acontecendo”, disse.

No mesmo programa, outros sete convidados falaram de IA, como Andrew Steer, CEO da Bezos Earth Fund, iniciativa filantrópica iniciada por Jeff Bezos, fundador da Amazon, em 2020.

A fundação se comprometeu a doar US\$ 100 milhões para empresas que usarem IA para resolver problemas na natureza, como monitoramento e conservação da biodiversidade, desenvolvimento de proteínas alternativas, e “digitalização” da rede elétrica.

“Estamos atrás de problemas muito, muito práticos com soluções práticas”, disse.

Outro destaque foi o engenheiro Alex Luebke ao lado do colega Vivek Kumbhari, médico-cientista e presidente de gastroenterologia da Clínica Mayo. Eles são fundadores da Endiatx e apresentaram a PillBot, a primeira câmera motorizada em formato de comprimido que visa substituir a endoscopia.

Primeiro, Kumbhari mostrou o comprimido na mão, do tamanho de uma vitamina, antes de jogá-lo num aquário com água para mostrar como pode ser dirigido por controle remoto. A demonstração não funcionou muito bem, com a pílula se negando a afundar, mas eles prosseguiram.

Luebke então engoliu a PillBot, e um telão mostrou ao vivo suas entranhas. A pílula é descartável, custa apenas US\$ 35 para fabricar e está em fase de testes clínicos.

“Isso dará acesso a grande quantidade de dados que poderemos usar para treinar IA e automatizar uma grande variedade de funções, como diagnóstico e tratamento.”

Para CEO, tecnologia resolverá questões da humanidade

Quando o cientista britânico Demis Hassabis era garoto, sua matéria favorita era física e seu sonho era poder responder grandes questões da humanidade. Mas ele não foi estudar física, nem filosofia, e sim computação.

“Li muito dos meus físicos favoritos, dos meus heróis científicos e, nos últimos 20 ou 30 anos, pouco progresso foi feito para entender algumas questões fundamentais”, disse ele, ex-desenvolvedor de videogames com doutorado em neurociência cognitiva, cofundador do DeepMind, um laboratório de pesquisa comprado pelo Google em 2014.

“Então pensei: por que não construir a ferramenta definitiva para nos ajudar? E essa ferramenta é a IA.”

A DeepMind é uma empresa pioneira em IA, famosa por criar o AlphaFold, que consegue prever a estrutura 3D das proteínas a partir de sua sequência de aminoácidos.

“A regra geral é que um estudante de doutorado leva quatro ou cinco anos para descobrir uma estrutura [de proteína], mas existem 200 milhões de proteínas na natureza. Levaria uma eternidade para fazer tudo”, disse Hassabis. “Usando AlphaFold, descobrimos todas essas 200 milhões em um ano.”

O resultado faz parte de uma base de dados de código aberto, da qual Hassabis acredita que boa parte dos biólogos e farmacêuticos do mundo todo usa no momento.

“Cada proteína tem uma função especial na natureza, são quase como obras de arte”, disse Hassabis, conselheiro em IA do governo britânico.



Van LGBT e óculos da Apple são destaques no Web Summit Rio

Pedro S. Teixeira

RIO DE JANEIRO O Web Summit Rio não tem broches de IA, robôs humanoides ou carros autônomos, como outros eventos de tecnologia mundo afora. O foco do evento no Riocentro não é lançar produtos, mas sim tecnologias abstratas como IA, criptomoeadas e energia renovável.

Por isso, as empresas apostam em ativações criativas para seduzir os presentes.

VAN LGBTQIA+

Um dos exemplos dessa estratégia é a van amarela do app de relacionamento LGBT-

QIA+ Grindr, que tinha fila para ver seu interior. A recompensa para quem entrava se limitava a uma ecobag com o logo do app e uma foto no interior do veículo, que lembra uma limusine festiva.

A empresa de tecnologia não produz dispositivos ou qualquer bem palpável, seu produto é uma plataforma só existente na tela do celular. Restou à equipe de marketing a chance de criar algo do zero para representar o espírito da companhia.

À frente da van, a drag queen Melina Blley fazia caras e bocas para os visitantes, que pediam fotos.

APPLE VISION PRO

A empresa de software Globant causou uma grande fila ao expor um dos atuais objetos de curiosidade de quem gosta de tecnologia: os óculos de realidade virtual da Apple, o Vision Pro, vendido nos Estados Unidos por mais de R\$ 17 mil e não comercializado no Brasil.

A empresa fez uma simulação de como clientes poderiam conhecer e testar carros de forma remota com o auxílio do dispositivo. Isso, em tese, poderia ser feito com roupas, móveis, casas e até em visita a eventos à distância.

O cliente da Globant, no ca-

so, são os negócios, que contrariariam a empresa para criar esses ambientes de simulação.

ARTE ABSTRATA COM IA

Um dos maiores bancos do Brasil, o Itaú organizou uma ativação conceitual para chamar os participantes do Web Summit. Em cadeiras que isolavam o participante do ambiente, os atendentes colocavam sensores nos pulsos e na testa do voluntário para coletar o pulso e ondas neurais.

Esses dados eram processados por uma inteligência artificial que produzia uma arte abstrata personalizada. A apresentação visava mostrar

como a tecnologia pode ser usada para interpretar as mais diversas informações com os mais diversos objetivos.

ROBÔ LIMPADOR DE PAINEL SOLAR

A empresa de energia portuguesa EDP mostrava um robô desenvolvido por pesquisadores brasileiros e holandeses. A máquina, que parece algo entre um cortador de grama e um carro de Fórmula 1, serve para limpar painéis fotovoltaicos de usinas de geração de energia eólica.

Um funcionário da empresa ficava responsável por pilotar o robô com auxílio de um

joystick. A máquina também pode funcionar de forma automatizada.

VIBRA

A empresa de bioenergia Vibra fez uma ativação que lembra a Equipe Rocket do desenho Pokémon. Colocava as pessoas para pedalar uma bicicleta ergométrica até encher uma bateria.

Quem completava a carga primeiro ganhava um prêmio: uma lanterna que funcionava também a partir do esforço humano, com um botão de fricção.

O repórter viajou a convite do Web Summit

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Grupo Lorenzetti
Edital de Convocação

O Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Grupo Lorenzetti, CNPJ 44.905.255/0001-79, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os 2.575 associados, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará na Av. Presidente Wilson, 1.230, Mooca, na cidade de São Paulo, SP, no dia **29 de Abril de 2024**, obedecendo aos seguintes horários e "quorum" para sua instalação, sempre no mesmo local, cumprindo o que determina o Estatuto Social: 01) em primeira convocação às 15:00 horas, com a presença de 2/3 do número total de associados; 02) em segunda convocação às 16:00 horas, com a presença da metade e mais um do número de associados; 03) em terceira convocação às 17:00 horas, com a presença mínima de 10 associados, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: a) Prestação de contas do 1º e 2º Semestres do exercício de 2023, compreendendo o Relatório da Gestão, Demonstrativo da Conta de Sobras ou Perdas e sua destinação e o Parecer do Conselho Fiscal. b) Aprovação dos Manuais de Controles Internos. c) Assuntos de interesse geral.

Alexandre José Antônio Lorenzetti - Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DE SÃO PAULO, CNPJ 62.426.580/0001-30 / ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ITINERANTE, EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Pelo presente Edital, ficam convocados os associados e demais integrantes da categoria ferroviária, que prestam serviços na MRS Logística S/A, lotados na base territorial deste Sindicato, a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária Itinerante, que será realizada no dia **24/04/2024**, em primeira convocação às 06:00 horas e, não havendo quórum legal, proceder-se-á, em segunda convocação, no mesmo dia, às 07:00 horas, com qualquer número de empregados presentes, nos seguintes locais de trabalho: 1. Estação de Jundiaí; 2. Oficina de locomotivas de Jundiaí; 3. Escritório de Moema; 4. Estação de Ipiranga; 5. Via Permanente de Campo Grande; 6. Estação de Campo Grande; 7. Escala de maquinistas de Paranaíba; 8. Oficina de locomotivas de Raiz da Serra; 9. Estação de Piquaçanga e, 10. Estação de Santos, estando a presente Assembleia aberta até às 17:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da ordem do dia: 1º) Análise da proposta final para o Acordo Coletivo de Participação nos Resultados - 2024, oferecida pela MRS Logística. São Paulo, 18 de abril de 2024. Eluiz Alves de Matos. Presidente.

“PENITENCIÁRIA FEMININA DE CAMPINAS” – CAMPINAS/SP
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2024 – PROCESSO 006.00087262/2024-97
LOCAL: PENITENCIÁRIA FEMININA DE CAMPINAS
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA VISANDO O CREDENCIAMENTO DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA ATENDIMENTO DO PROGRAMA PAULISTA DA AGRICULTURA DE INTERESSE SOCIAL – PPAIS PARA FORNECIMENTO NO PERÍODO DE MAIO A AGOSTO DE 2024.

A Penitenciária Feminina de Campinas, atendendo a Lei nº 14.591 de 14 de outubro de 2011 e o Decreto Estadual nº 57.755, de 24 de janeiro de 2012, respeitando-se as alterações do Decreto Estadual nº 63.278, de 19 de março de 2018, alterado pelo Decreto nº 66.951 de 07 de julho de 2022, torna público o presente sistema de credenciamento visando aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar por inexigibilidade de licitação, inciso IV do artigo 74, da Lei Federal 14.133/2021, para atendimento da Penitenciária Feminina de Campinas. Os interessados poderão obter cópia integral do edital no site eletrônico: www.sap.sp.gov.br, www.ileasp.sp.gov.br ou www.call.sp.gov.br/ppais. A documentação completa, composta pela habilitação jurídica e pela proposta de venda, deverá ser entregue na entidade credenciadora, situada na Avenida João Batista Morato do Cantu, Nº100, Bairro São Bernardo, na Cidade de Campinas/SP, no período de **19/04/2024 a 06/05/2024, das 09h00 às 18h00** em envelope endereçado à Comissão de Avaliação e Credenciamento – CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2024. Será permitida a remessa digital da documentação via e-mail (financas@pfcampinas.sap.sp.gov.br ou cadm@pfcampinas.sap.sp.gov.br) de acordo com o artigo 8º do Decreto 64.355/2019 e na sua impossibilidade, pelos correios, e que somente será considerada e analisada se recebida na entidade credenciadora no período acima mencionado, respeitando o encerramento às 18h00. O aviso contendo o resumo do presente edital (respeitados os requisitos contidos no artigo 11 do Decreto 57.755/12, alterado pelo Decreto nº 63.278, de 19 de março de 2018, alterado pelo Decreto nº 66.951 de 07 de julho de 2022) será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na página da internet da entidade credenciadora (www.sap.sp.gov.br), no site do PPAIS, ITESP e em jornal de circulação regional ou estadual, com a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital, e todas as informações sobre a chamada pública.

HOSPITAL ESTADUAL “DR. OSWALDO BRANDI FARIA”
AVISO DE LICITAÇÃO 90001/2024 - O Hospital Estadual “Dr. Oswaldo Brandi Faria” de Mirandópolis, por intermédio do seu Diretor Técnico de Saúde II – Ciro Renato El-Kadre, torna público que se acha aberto, nesta unidade, o aviso de licitação 90001/2024 na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** – Processo Administrativo SEI n.º 024.00187015/2023-91, para escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de Medicamentos. Data da sessão: 02/05/2024. Horário: 08:00. Link: <https://www.comprasnet.gov.br>. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Guaratinguetá
Aviso de abertura de edital.
Processo: Credenciamento nº 001/2024.

Objeto: Credenciamento de empresa para futura celebração de ajuste, para realização de consultas de clínica médica. Edital: <https://www.licitacoesguaratingueta.com.br> - www.guaratingueta.sp.gov.br ou licitacao2@guaratingueta.sp.gov.br. Data: 24/04/2024 a 24/04/2025, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IARAS
AVISO DE RETIFICAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2024

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada por preço global, para a Execução de Infraestrutura Urbana – Pavimentação com Lajotas, Recapeamento Asfáltico em CBUQ, Implantação de Guias Pré Moldadas e Sinalização Viária, conforme as especificações técnicas contidas no projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos. **DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA:** 06/05/2024 às 09h00 (horário de Brasília). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço global. **MODO DE DISPUTA:** Aberto. **PREFERÊNCIA MEI/EPP/EQUIPARADAS:** Sim. **LINK:** Bolsa de Licitações do Brasil: www.bli.org.br **IARAS, 17 DE ABRIL DE 2024.**
MARCOS JOSÉ ROSA – PREFEITO MUNICIPAL DE IARAS